

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NAIARA BATISTA KRACHENSKI STADLER

VISUALIDADE E COLONIALISMO A PARTIR DAS FOTOGRAFIAS DA SOCIEDADE
COLONIAL ALEMÃ (1884-1943)

CURITIBA

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NAIARA BATISTA KRACHENSKI STADLER

VISUALIDADE E COLONIALISMO A PARTIR DAS FOTOGRAFIAS DA SOCIEDADE
COLONIAL ALEMÃ (1884-1943)

Tese apresentada à linha de pesquisa Intersubjetividade e Pluralidade: Reflexão e Sentimento na História do Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Humanas da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marion Brepohl de Magalhães.

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Stadler, Naiara Batista Krachenski

Visualidade e colonialismo a partir das fotografias da Sociedade Colonial Alemã (1884-1943). / Naiara Batista Krachenski Stadler. – Curitiba, 2020.

Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora : Profª. Drª. Marion Brepohl de Magalhães

1. Alemanha - Imperialismo. 2. Alemanha – História – 1884-1943.
3. Alemanha – Colônias – Fotografias. 4. África – Colônias. I. Magalhães,
Marion Brepohl de, 1956-. III. Título.

CDD – 943.084



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA -
40001016009P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **NAIARA BATISTA KRACHENSKI STADLER** intitulada: **Visibilidade e colonialismo a partir das fotografias da Sociedade Colonial Alemã (1884-1943)**, sob orientação da Profa. Dra. MARIONILDE DIAS BREPOHL DE MAGALHÃES, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 26 de Junho de 2020.

Assinatura Eletrônica
29/06/2020 11:43:41.0
MARIONILDE DIAS BREPOHL DE MAGALHÃES
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
29/06/2020 16:24:20.0
JEFFERSON OLIVATTO DA SILVA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA)

Assinatura Eletrônica
29/06/2020 13:29:18.0
RENATA SENNA GARRAFFONI
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
29/06/2020 11:39:10.0
KARINA KOSICKI BELLOTTI
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
29/06/2020 13:10:08.0
SILVIO MARCUS DE SOUZA CORREA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)

*Para meus alunos e alunas,
que me fizeram professora.*

Agradecimentos

Agradeço à CAPES pelo suporte financeiro ao longo dessa pesquisa, ainda que em tempos difíceis.

Agradeço à sempre inspiradora Professora Marion Brepohl pela leitura de todas as escritas que compuseram essa pesquisa e por me ajudar a organizar o pensamento.

Agradeço aos professores participantes da banca de defesa: Prof. Dr. Sílvio Corrêa, Prof.^a Dr.^a Renata Senna Garraffoni, Prof. Dr. Jefferson Olivatto da Silva, Prof.^a Dr.^a Karina Kosicki Bellotti.

Agradeço aos meus amigos e às minhas amigas que estiveram presentes ao longo dos anos de elaboração dessa tese e deixaram minha vida mais leve.

Agradeço aos meus pais e à minha irmã por compreenderem o caminho que escolhi e pelo amor em todos os momentos.

Agradeço ao meu companheiro Thiago pela vida compartilhada, pela presença incansável ao longo do tempo e pelo amor que se nutre da paixão do início dos nossos dias.

Agradeço à Nalu pelo amor em estado puro.

Congo

Tua alma, minha amiga, é como a Bélgica suavizada de canais, mas a minha é como o Congo violentado, duma liberdade malnascida. Miséria misteriosa de meu sangue, suor negro de minha morte, martírio milenar de minh'alma, meu amor. A Bélgica é como a tua alma suave. O Congo é tumulto impenetrável, floresta de lama, felino ferido. Estou ao norte, ao sul, a leste, a oeste, crucificando em províncias paráliticas, em subúrbios de barro, onde se arrastam bestas mal abatidas, molambos de Lisala, senzalas de Lusambo, Usumbara profunda com seu zabumba fúnebre, Inongo, Malonga – minh'alma. Mas a tua é suave de canais. Um crime se articula na aldeia petrificada, um guerreiro de lança percorre o vale ardente. Mas em tua alma, minha amiga, há um príncipe melancólico pendido para o crepúsculo. No Congo, violência, vingança, o ídolo vetusto que se esfaçalha, o pântano de sangue, o voo do corvo, o rio da raiva, a garra do belga, a madrugada de carvão, a cova de Cristo, a luz de Lumumba. Na Bélgica, a suavidade dos canais, meu amor.

Paulo Mendes Campos

RESUMO

O período que a Alemanha teve colônias no continente africano foi muito mais breve do que outros países europeus como, por exemplo, Inglaterra, França e Portugal, tendo durado oficialmente de 1884 a 1919. No entanto, apesar de se ter constituído uma curta experiência efetiva, o imperialismo alemão marcou de forma profunda a ação política alemã das décadas subsequentes, bem como se fez presente na formação subjetiva da identidade coletiva da nação alemã. Da mesma forma como ocorria em outros países, o núcleo central do colonialismo na Alemanha foi construído e reproduzido por inúmeros discursos e suportes, a partir de diferentes agentes e intencionalidades. A partir da observação de que o período do imperialismo foi também um período de intensas transformações na cultura visual europeia, este trabalho teve como fontes primárias as fotografias da Sociedade Colonial Alemã (*Deutsche Kolonialgesellschaft*) que foram feitas nas então colônias alemãs (África de Sudoeste, África Oriental Alemã, Camarões e Togo), desde o início da colonização formal (1884), passando pelo episódio da perda das colônias após o fim da I Guerra Mundial (1919), até o momento em que a reivindicação pelas colônias perdidas deixou de ser uma das pautas do Governo, bem como das Sociedades Coloniais (1943). A intenção dessa tese foi justamente elaborar um estudo sobre o regime de visualidade produzido pela DKG. Para tanto, elaboramos três grupos temáticos para a análise: em primeiro lugar, trabalhamos com as fotografias que retrataram as paisagens coloniais; em um segundo momento, analisamos as imagens que tinham seu foco nos colonos alemães e seu cotidiano em território colonial; finalmente, com as fotografias que retratavam os povos africanos. O argumento desenvolvido ao longo dessa pesquisa foi de que o olhar fotográfico da *Deutsche Kolonialgesellschaft* foi sendo elaborado ao longo do período de permanência dos alemães nas colônias africanas, assim como buscou se sustentar após a perda dos territórios em 1919 e se fez, de forma quase que exclusiva, a partir de uma idealização de quem era o colono alemão que ia à África e de uma imagem estereotipada de quem eram os povos que ali habitavam. A partir desse momento, a pergunta que guiou a elaboração dessa investigação pode ser resumida da seguinte forma: o que fez a câmera da Sociedade Colonial Alemã em solo colonial? A tese que elaboramos foi a de que, dada a função de propaganda que a DKG possuía, tal instituição se propôs a três ações primordiais: dominar, colonizar e classificar.

Palavras-chave: Imperialismo Alemão, Visualidade Colonial, Fotografia.

ABSTRACT

The period in which Germany had colonies in the African continent was briefer than other European countries, such as England, France and Portugal, had officially lasted from 1884 to 1919. Nonetheless, in spite of being a short effective experience, German imperialism profoundly marked the German political action of the next decades, and was also present in the subjective formation of the collective identity of the nation. Similarly to what occurred in other European countries, the core of colonialism in Germany was constituted and reproduced from several discourses and supports, from different agents and intentions. Through the understanding that colonial era was also a period of intense transformations in the European visual culture, this work had as primary sources the photography taken by the German Colonial Society (*Deutsche Kolonialgesellschaft*) in their own colonies (Southwest Africa, German East Africa, Cameroons and Togo), from the beginning of formal colonization (1884), going through the loss of the colonies after World War I (1919), until the moment when the claim over the lost territories was not a matter for the Government and the Colonial Societies (1943). The intention of this thesis was to elaborate a historical meaning of the visual regime produced by DKG. Therefore, we had constituted three thematically groups for the analysis of this archive: in the first place, we worked with the photography that depicts the colonial landscape; in a second moment, we analysed the figures that had in the German colonizers its main focus; finally, we worked with the photography that depicts the African people. The main argument developed in this research was that the gaze from DKG was elaborated throughout the period in which the German colonizers stood in the colonial territories, just as it tried to maintain itself after the loss of the colonies in 1919. It was done, almost exclusively, from an ideal model of who were the German colonizer that went to Africa as well as a stereotyped image of who were the populations that lived there. From this moment on, the query that guided this research can be resumed in this question: what had the German Colonial Society done in African soil? The answer we elaborated was that, due to the propaganda function that DKG had, it proposed three main goals: dominate, colonize and classify.

Key-words: German imperialism, colonial visuality, photography

RESUMEN

El período que Alemania tuvo colonias en el continente africano fue mucho más corto que el de otros países europeos como, por ejemplo, Inglaterra, Francia y Portugal, habiendo durado oficialmente desde 1884 hasta 1919. Sin embargo, a pesar de constituirse como una corta experiencia efectiva, el imperialismo alemán marcó profundamente la acción política alemana de las décadas posteriores, además de estar presente en la formación subjetiva de la identidad colectiva de la nación. Como en otros países, el núcleo central del colonialismo en Alemania fue construido y reproducido por innumerables discursos y soportes, de diferentes agentes e intenciones. A partir de la observación de que el período del imperialismo fue también un período de intensas transformaciones en la cultura visual europea, este trabajo tuvo como fuentes primarias las fotografías de la Sociedad Colonial Alemana (*Deutsche Kolonialgesellschaft*) que fueron tomadas en las colonias alemanas de entonces (África sudoccidental, África Oriental Alemana, Camerún y Togo), desde el comienzo de la colonización formal (1884), pasando por el episodio de pérdida de colonias después del final de la Primera Guerra Mundial (1919), hasta el momento en que el reclamo de colonias perdidas dejó de ser una de las pautas del gobierno, así como de las Sociedades Coloniales (1943). La intención de esta tesis fue precisamente elaborar un significado histórico del régimen de visualidad producido por DKG. Con este fin, preparamos tres grupos temáticos para analizar: primero, trabajamos con las fotografías que retrataban los paisajes coloniales; en un segundo momento, analizamos las imágenes que se centraron en los colonos alemanes y su vida cotidiana en el territorio colonial; Finalmente, con las fotografías que retrataban a los africanos. El argumento desarrollado durante esta investigación fue que la mirada fotográfica de la *Deutsche Kolonialgesellschaft* se elaboró durante todo el período de residencia de los alemanes en las colonias africanas, tal como pretendía sostenerse después de la pérdida de los territorios en 1919 y se hizo, casi exclusivamente, basada en una idealización de quién era el colono alemán que fue a África y una imagen estereotipada de quiénes eran los pueblos que allí vivían. A partir de ese momento, la pregunta que guió la elaboración de esta investigación se puede resumir de la siguiente manera: ¿qué hizo la cámara de la Sociedad Colonial Alemana en suelo colonial? La tesis que elaboramos fue que, dada la función publicitaria que tenía DKG, esta institución propuso tres acciones principales: dominar, colonizar y clasificar.

Palabras clave: Imperialismo Alemán, Visualidad, Fotografía.

SUMÁRIO

Lista de Ilustrações	12
Lista de abreviaturas e siglas	16
Introdução	17
Capítulo 1. Estereótipo e Cultura Visual	33
1.1. Criando Estereótipos	34
1.2. Propaganda e consumo a serviço do Império	42
Capítulo 2. A câmera que domina: a paisagem colonial	55
2.1. O olhar que se apropria	59
2.2. O olhar que transforma	77
Capítulo 3. A câmera que coloniza: os alemães nas colônias	93
3.1. O olhar que disciplina: as <i>Schutztruppe</i>	97
3.2. O olhar que cuida: mulheres e domesticidade	109
3.3. O olhar que revela: a mão que trabalha é negra	120
3.4. O olhar que persiste: nazistas nas colônias	130
Capítulo 4. A câmera que classifica: fotografando os africanos	146
4.1. O olhar que fixa	149
4.2. O olhar que ocidentaliza	180
4.3. O olhar ressignificado	197
Considerações Finais	205
Referências	211
Fontes	211
Bibliografia	215
Anexos	225

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

*Para as fotografias do arquivo da Sociedade Colonial Alemã, as legendas se referem às descrições dadas pelo próprio arquivo.

Figura 1. Catálogo *H&M* Reino Unido.

Figura 2. Bananita Dolca, Nestlé Argentina.

Figura 3. Bananita Dolca, década de 1980.

Figura 4. Mulheres na África Oriental Alemã.

Figura 5. Anúncio sabão *Pears*, c. 1890.

Figura 6. Anúncio sabão *Schicht*, 1905.

Figura 7. Anúncio removedor de tinta *Müller*, 1904.

Figura 8. Paisagem África de Sudoeste Alemã.

Figura 9. Paisagem África de Sudoeste Alemã.

Figura 10. Paisagem África de Sudoeste Alemã.

Figura 11. Paisagem África de Sudoeste Alemã.

Figura 12. Lago Tanganica, África Oriental Alemã.

Figura 13. Cataratas, África Oriental Alemã.

Figura 14. Rochas, África de Sudoeste Alemã.

Figura 15. Panorama, África de Sudoeste Alemã.

Figura 16. Paisagem África de Sudoeste Alemã.

Figura 17. Panorama Tanzânia, África Oriental Alemã.

Figura 18. Caminho na estepe, África Oriental Alemã.

Figura 19. Plantação de chá, África Oriental Alemã.

Figura 20. Descoberta de jazidas de ouro, rio Lupa, Tanzânia, DOA.

Figura 21. Windhoek, África de Sudoeste Alemã.

Figura 22. Lüderitzbucht, DSWA.

Figura 23. Lüderitzbucht II, DSWA.

Figura 24. Revista *Kolonie und Heimat*: Estação Militar em Tanganica, DOA.

Figura 25. Revista *Kolonie und Heimat*: A cidade “diamante”, Lüderitzbucht, DSWA.

Figura 26. Transporte sanitário, DOA.

Figura 27. Trem para o interior, África de Sudoeste Alemã.

Figura 28. Estação Khan, DSWA.

- Figura 29.** Linha de trem Windhoek-Swakopmund, DSWA.
- Figura 30.** Construção de ferrovia, DOA.
- Figura 31.** Explosão na construção do píer de Swakopmund, DSWA.
- Figura 32.** Reconstrução do píer, Swakopmund, DSWA.
- Figura 33.** O píer reconstruído, DSWA.
- Figura 34.** Heinrich Göring, governador da África de Sudoeste de 1893 a 1913.
- Figura 35.** *Schutztruppe*, DSWA.
- Figura 36.** Parada militar, aniversário do Kaiser, DOA, 1914.
- Figura 37.** Parada militar, aniversário do Kaiser, DOA, 1914.
- Figura 38.** Parada militar, aniversário do Kaiser, DOA, 1914.
- Figura 39.** *Schutztruppe*, DSWA, 1904.
- Figura 40.** *Schutztruppe*, DSWA, 1904.
- Figura 41.** *Schutztruppe*, Swakopmund, DSWA, 1904.
- Figura 42.** Casamento na colônia, DSWA.
- Figura 43.** Mulher cuidando dos bichos, DOA.
- Figura 44.** Mulher em um galinheiro, DWSA.
- Figura 45.** Mulher no jardim, DSWA.
- Figura 46.** Família alemã, DOA.
- Figura 47.** Festa de Natal na escola, Lüderitzbucht, DSWA.
- Figura 48.** Mulher cortando o cabelo de uma criança, DSWA.
- Figura 49.** Jardim de infância em Swakopmund, DSWA.
- Figura 50.** Enfermeiras com bebês, DSWA.
- Figura 51.** Engenheiro e trabalhadores negros em uma mina de cobre, DSWA.
- Figura 52.** Passeio escolar, DSWA.
- Figura 53.** Transportando vasilhas, DSWA.
- Figura 54.** Pagamento aos trabalhadores negros, DOA.
- Figura 55.** Trabalhadora doméstica (babá), DOA.
- Figura 56.** Trabalhadores domésticos, DOA.
- Figura 57.** Juventude Colonial Alemã.
- Figura 58.** Mapa do Tratado de Versalhes, celebração de Hitler. Escola em Windhuk, 1934.
- Figura 59.** “Nós queremos a comunidade de um povo”, festa de 1º de maio, Windhuk, 1939.
- Figura 60.** “Um povo, um Império, um Líder”, festa de 1º de maio, Windhuk, 1939.

- Figura 61.** Festa de 1º de maio, Windhuk, 1939.
- Figura 62.** *Gauturnfest*, Lüderitzbucht, 1939.
- Figura 63.** *Gauturnfest*, Lüderitzbucht, 1939.
- Figura 64.** *Gauturnfest*, Lüderitzbucht, 1939.
- Figura 65.** *Gauturnfest*, Lüderitzbucht, 1939.
- Figura 66.** *Gauturnfest*, Lüderitzbucht, 1939.
- Figura 67.** *Gauturnfest*, Lüderitzbucht, 1939.
- Figura 68.** Menino alemão, Windhuk, 1939.
- Figura 69.** Exemplar da raça ariana identificado e classificado por Eugen Fischer, 1927.
- Figura 70.** “Na África de Sudoeste”, ilustração da revista alemã *Simplicissimus*, 1904.
- Figura 71.** “Colonização”, ilustração da revista alemã *Simplicissimus*, 1904.
- Figura 72.** Bantus da África Oriental alemã.
- Figura 73.** Nativos, África de Sudoeste Alemã.
- Figura 74.** Nativos, África de Sudoeste Alemã.
- Figura 75.** Nativos, África de Sudoeste Alemã
- Figura 76.** Mulheres Herero, 1913, DSWA.
- Figura 77.** Mulher Herero, 1913, DSWA.
- Figura 78.** Capa de *Kolonie und Heimat*, 1911.
- Figura 79.** Bastardos de Rehobot, por Eugen Fischer.
- Figura 80.** Nativos, 1911, DOA.
- Figura 81.** Casal de Bushman, DSWA.
- Figura 82.** Família Bushman em frente a sua cabana, DSWA.
- Figura 83.** Homem e mulher do Cabo da Boa Esperança – gravura da obra de Thomas Herbert, 1634.
- Figura 84.** Khoikhoi e Table Mountais, Colônia do Cabo – gravura de V. Iversen, 1669.
- Figura 85.** Khoikhoi ordenhando leite, Colônia do Cabo, séc. XVII.
- Figura 86.** Clérigos e membros da *Schutztruppe*, DOA, 1911.
- Figura 87.** Igreja.
- Figura 88.** Escola em Windhuk, DSWA, 1913.
- Figura 89.** Inauguração da escola em Windhuk, DSWA, 1913.
- Figura 90.** Meninas com o uniforme da escola missionária, DSWA.
- Figura 91.** Mulheres em Windhuk, DSWA, 1912.

Figura 92. Família cafre, DSWA.

Figura 93. Mulheres vestidas com roupas missionárias, DSWA.

Figura 94. Mulheres de Askaris preparando milho, DOA.

Figura 95. Mulheres trabalhando na África Oriental Alemã.

Figura 96. Mulher batendo milho (DOA) – Escultura, Exposição Colonial de Dresden 1939.

Figura 97. Tecelão, Camarões.

Figura 98. Tecelão, Camarões.

Figura 99. Tecelão (DOA) – Escultura, Exposição Colonial de Dresden, 1939.

Figura 100. Família na África Oriental Alemã.

Figura 101. Família em casa, DOA.

Figura 102. Família de nativos da Nova Guiné – Escultura, Exposição Colonial de Dresden, 1939.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DKG – *Deutsche Kolonialgesellschaft* (Sociedade Colonial Alemã).

DSWA – *Deutsch Südwestafrika* (África de Sudoeste Alemã).

DKGSWA - *Deutsche Kolonialgesellschaft für Südwestafrika* (Sociedade de Colonização da África de Sudoeste Alemã).

DOA – *Deutsch Ostafrika* (África Oriental Alemã).

DOAG - *Deutsch Ostafrikanische Gesellschaft* (Sociedade de Colonização da África Oriental Alemã).

RKB – *Reichskolonial Bund* (Liga Colonial do *Reich*).

Introdução

Vestígios de uma permanência...

Londres, janeiro de 2018:

“O macaco mais legal da selva”¹ foi o slogan escolhido pela rede de vestuário sueca *H&M* para estampar um moletom infantil que faz parte da coleção de inverno 2017-2018. A expressão aparentemente inofensiva, que brinca com o mundo animal dentro do universo da criança, porém, mostrou-se impregnada de preconceito racial quando, ao elegerem o modelo que vestiria a peça no catálogo das lojas, a agência de marketing responsável pela sua produção optou por uma criança negra.

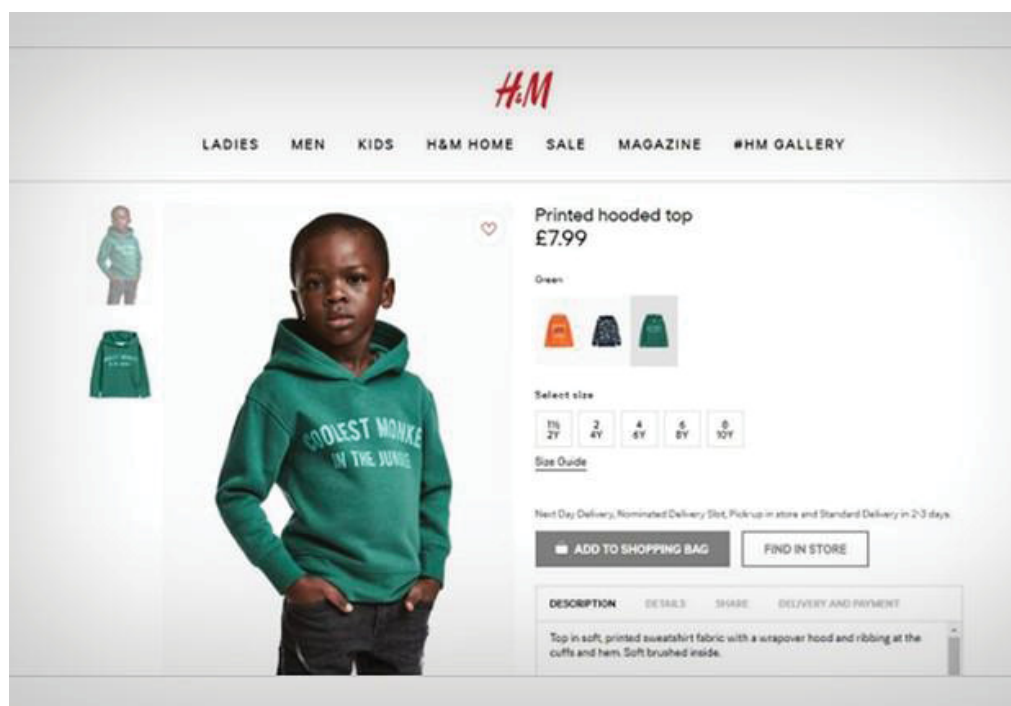


Figura 1. Catálogo *H&M* Reino Unido.

Esta situação que passou incólume à equipe responsável pelo marketing da empresa, no entanto, não passou despercebida pela opinião pública engajada em apontar os excessos cometidos pela publicidade quando se trata de questões ligadas a qualquer tipo de preconceito que se encontra absolutamente naturalizado pela sociedade consumidora global desse tipo de produto. Vieram à tona, especialmente a partir das redes sociais como twitter,

¹ “The coolest monkey in the jungle” – tradução livre da autora.

instagram e facebook, centenas de comentários que denunciavam a falta de sensibilidade de tal propaganda e que exigiam um posicionamento público da rede *H&M* sobre o ocorrido. No dia 09 de janeiro de 2018, apenas um dia após a repercussão da propaganda em questão, a empresa sueca emitiu o seguinte comunicado de retratação em sua conta oficial do Twitter: “Nós compreendemos que muitas pessoas estão chateadas sobre a imagem do moletom infantil. Nós, que trabalhamos na *H&M*, somente podemos concordar. Estamos profundamente arrependidos que a foto tenha sido tirada, e realmente nos arrependemos da real impressão. Sendo assim, nós não somente retiramos a imagem dos nossos canais, mas também retiramos o traje das nossas lojas. É óbvio que a nossa rotina não foi devidamente seguida. Nós vamos investigar o porquê disso ter ocorrido para prevenir que este tipo de erro não aconteça novamente”².

O pedido de desculpas oficial da rede de vestuário que atua no mundo inteiro³ foi entendido como o único ato que a empresa poderia fazer depois do ocorrido. Mas quantos pedidos de desculpas o mundo ainda precisa ouvir para um caso como este? Um pedido de desculpas nesses termos resolve alguma coisa? A desculpa deveria ser o primeiro passo para uma reflexão mais abrangente acerca da profundidade do problema do racismo no mundo contemporâneo. O fato de colocar uma criança negra para ilustrar a peça de roupa que traz estampada a frase “O macaco mais legal da selva” não é somente uma desatenção infortuna daqueles que produziram, aprovaram e divulgaram o catálogo. Ele reflete um problema muito mal solucionado pela sociedade ocidental que o produziu e o continua a produzir em constantes atos de “desatenção” e “descuidos”.

Buenos Aires, janeiro de 2018:

Caminhando fortuitamente pelas ruas portenhas em busca de algum doce para comer junto com um chá da tarde, deparo-me com uma banca repleta de balas e chocolates. A variedade quantitativa de produtos me chama a atenção e paro para escolher o chocolate que acompanhará meu chá. Em meio a embalagens coloridas e cheiros agradáveis, vejo de canto de olho um doce em destaque que logo retém minha atenção: é um chocolate em forma de banana com a figura de um macaco no canto direito da embalagem. Como a mistura de frutas com chocolate agrada ao meu paladar, não tenho dúvidas para eleger tal doce. Após pagar a conta,

² Tradução livre da autora. Original: “We understand that many people are upset about the image of the children’s hoodie. We, who work at *H&M*, can only agree. We’re deeply sorry that the picture was taken, and we also regret the actual print. Therefore, we’ve not only removed the image from our channels, but also the garment from our product offering. It’s obvious that our routines haven’t been followed properly. This is without any doubt. We’ll thoroughly investigate why this happened to prevent this type of mistake from happening again” – twitter.com/hm – acesso em 15/01/2018.

³ De acordo com o relatório anual de 2016 da empresa, a *H&M* possui 4.553 lojas espalhadas em mais de 69 países.

em um ato ligeiro típico das metrópoles, detenho-me mais longamente no produto que seguro: no canto esquerdo da embalagem, ao lado do macaco que já havia visto, vejo então a figura de uma mulher negra.



Figura 2. Bananita Dolca, Nestlé Argentina.

Fico de fato chocada com a associação visual produzida pela embalagem – a banana, o negro e o macaco. Uma associação visual que me remete de pronto à larga historicidade que permitiu a “normalização” da figura do negro lado a lado com a figura de um macaco. Esquecendo-se do meu chá, depois de rápidas clicadas e ligeiras pesquisas, descubro que a bananita dolca é um doce adorado há gerações pelos argentinos, sendo produzido desde a década de 1960. Não só seu gosto remete à infância das pessoas mais velhas, mas também um jingle produzido para a TV na década de 1980 recheia as memórias infanto-juvenis daquela geração. Na propaganda, disponível no youtube, uma banana negra vestida com trajes caribenhos dança ao som de um ritmo típico dessa região. É possível compreender os vínculos históricos que ligam a produção de bananas à população negra: seja pelo fato de esta fruta estar na base da dieta de muitos povos africanos ou ainda pelo fato de a população negra ter sido a mão de obra maciça nos trabalhos de carga e descarga para exportação da fruta nos locais onde imperava a United Fruit Company na América Central, por exemplo. No entanto, na embalagem das épocas precedentes, a bananita dolca não trazia estampada nenhuma imagem.



Figura 3. Bananita Dolca, década de 1980.

Ao que consta na evolução da embalagem do doce, a figura do macaco apareceu ainda em fins da década de 1980, lado a lado com a figura de um hipopótamo. Não poderei precisar aqui quando a figura do hipopótamo foi substituída pela imagem de uma mulher negra na embalagem, mas o que me interessa apontar nesse caso é a aparente banalidade com que a associação mulher negra – macaco é tratada nesse caso pela sociedade consumidora desse produto. Diferentemente do caso da *H&M*, no qual a opinião pública demonstrou seu rechaço pela propaganda em questão, não há nenhum tipo de denúncia à Nestlé argentina que evidencie o aspecto racial dessa embalagem⁴.

Seja por uma “desatenção” ou uma total indiferença às imagens que se produzem associando negros a figuras animalescas e selvagens, o fato percebido nesses dois casos (infelizmente) muito cotidianos é o mesmo: a naturalização de um estereótipo do negro na sociedade contemporânea. São necessariamente esses momentos de “deslize” que evidenciam aquilo que ainda se crê ser verdade, aquilo que está escondido, escamoteado em um recanto dos inconscientes ocidentais, esperando justamente o momento da falha do consciente politizado: a ideia de que o negro é o elo entre a natureza selvagem e indomável e a civilização que domina os instintos e controla a imprevisibilidade do mundo natural.

Como sabemos, a imagem do negro ligada ao macaco não é fortuita e possui uma longa historicidade que inclui processos culturais, sociais e econômicos que a fixaram dessa maneira como um discurso hegemônico. Foi a partir dessas reflexões iniciais que eu pude construir uma base de questionamento para o desenvolvimento do trabalho aqui apresentado. Dentre outras questões, interessa-me analisar nesta tese alguns desses processos que constituem

⁴ No ano de 2013 uma consumidora denunciou a bananita dolca da Nestlé argentina pelo seu formato fático.

a base histórica do racismo no que diz respeito ao modo como os aparatos visuais representaram os sujeitos negros, mais especificamente os negros africanos. Assim como o escritor nigeriano Chinua Achebe identificou a longa duração daquilo que ele chamou de “o nome difamado da África”⁵, eu pretendo mostrar as maneiras pelas quais a imagem-visual da África foi constantemente moldada pela cosmovisão ocidental.

Após quase dez anos estudando o tema que é apresentado nessa tese, colonialismo alemão na África, ainda fico me perguntando o porquê do meu interesse nessa área. Creio também que hoje em dia, mais do que a tempos atrás, nós historiadores e historiadoras devemos nos questionar acerca da relevância do que fazemos. Não somente porque assistimos a uma desvalorização crescente de nossa área – que, convenhamos, nunca foi a mais celebrada das profissões – e a ataques constantes aos pesquisadores que produzem esse tipo de conhecimento, mas também porque acredito que é somente com um contínuo questionamento do porque fazemos o que fazemos que compreendemos profundamente e de formas variadas o que os passados que investigamos tão seriamente tem de presentes no nosso próprio tempo. Se há algo que posso apontar como devedor de minhas pesquisas nesses anos foi o modo como hoje passo a entender o nosso mundo a partir da historicidade – passada e presente – da ideia sobre o colonial.

Aparentemente, em livros didáticos de história ou em disciplinas tradicionais de História Contemporânea⁶, temos a impressão – e a transmitimos aos nossos alunos e nossas alunas – de que o imperialismo europeu dos séculos XIX e XX foi apenas mais um episódio no longo desenrolar da linha do tempo da história europeia. Visto dessa forma, o imperialismo foi uma atividade de exploração econômica no qual os continentes africano e asiático serviram de bases para a extração de matérias primas que seriam transformadas em produtos a partir das

⁵ Ver ACHEBE, Chinua. *A educação de uma criança sob protetorado britânico: ensaios*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

⁶ A própria ideia de História Contemporânea, disciplina presente em praticamente todos os currículos de licenciaturas e bacharelados em História no país, apresenta em si uma visão nortecêntrica do processo histórico. Se nos detemos com minúcia nas ementas dessa disciplina, observamos claramente que os conteúdos que nela devem ser estudados compreendem, na sua quase totalidade (com exceções das descolonizações africanas que, muitas vezes, nem são trabalhadas), episódios que tiveram seu epicentro no continente europeu ou nos Estados Unidos. Aos processos históricos provenientes dessas regiões tendemos a nos referir como História Geral e, pensando não só nos currículos universitários, setorizamos e regionalizamos outros processos históricos: História da África, História do Brasil, História da América... repetimos, muitas vezes ingenuamente, outras vezes por pura ignorância histórica, a ideia de que o universalismo só pode partir da Europa e, a partir do século XIX, dos EUA, o que vale dizer que todas as outras histórias derivam dessa história universal que é, essencialmente, europeia. Como professora dessa ementa digo aos meus alunos e alunas que, na minha sala, estudamos História da Europa IV.

indústrias nos países centrais. Nessa leitura, a realidade das colônias estabelecidas para este fim pouco ou nada importa ao leitor desse passado e este passado, por sua vez, em nada se evidencia em nosso tempo atual. No entanto, defendo aqui a ideia de que o núcleo central do colonialismo foi construído e reproduzido por inúmeros discursos e suportes e desempenhou um papel estruturante no modo de elaborarmos a organização do mundo ocidental.

Em primeiro lugar, devo deixar claro que entendo o Ocidente – conceito que será muito utilizado nessa tese – como um conceito antes de tudo histórico e não somente geográfico⁷. Conforme busquei desenvolver a partir da visualidade, a ideia sobre o que é o Ocidente e quem são seus agentes foi refundada a partir da experiência colonial contemporânea e se baseou, a todo momento, em um discurso de afirmação de si a partir da negação e subjugação do outro. Dessa forma, a partir disso, me parece evidente que não podemos pensar no colonialismo como um evento isolado da constituição subjetiva do próprio sujeito ocidental. Conforme afirmou Anne McClintock, o imperialismo não foi um fato que aconteceu em um lugar distante, vale dizer, o colonialismo não foi um evento exterior à realidade ocidental⁸. Compartilhamos essa afirmação com McClintock justamente por compreendermos, à esteira de Enrique Dussel⁹, que a experiência colonial e a invenção da raça foram dois elementos fundantes e estruturantes da Modernidade.

Nessa tese trabalho com dois fenômenos que constituíram a modernidade europeia a partir do século XIX e que muitas vezes foram compreendidos separadamente: me refiro aqui à ascensão da cultura de massas e aos dispositivos visuais que a acompanharam juntamente com os processos de subjugação dos povos colonizados. Dois temas que são muito explorados por historiadores de todas as nacionalidades e que sempre apresentam novos modos de ler estas realidades. No entanto, ainda não possuímos na historiografia brasileira em particular muitos trabalhos que procurem dar conta de estabelecer um diálogo e uma relação intrínseca entre esses dois fenômenos históricos.

A partir de meados do século XIX, com o barateamento dos processos de impressão e reprodução de imagens, o contato das pessoas com os signos visuais passou a ser cada vez

⁷ Cf. HALL, Stuart. “O Ocidente e o resto: discurso e poder” In *Projeto História*, São Paulo, n. 56, 2016.

⁸ McCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial. Raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010, p. 20.

⁹ Cf. DUSSEL, Enrique. *1492 - El encubrimiento del otro: hacia el origen del mito de la modernidade*. Ediciones Antropos, 1992.

mais frequente, sobretudo nos centros urbanos¹⁰. Esse novo regime de visualidade¹¹ colocou na ordem do dia uma circulação de imagens jamais conhecida anteriormente que eram produzidas em massa e para o consumo das massas urbanas, inseridas na lógica temporal burguesa da efemeridade e na prática do consumo. Criaram-se, assim, novos dispositivos ópticos para essa circulação e novas formas de institucionalização do olhar dentro do campo de percepção da burguesia e das classes médias crescentes nos países industrializados¹². Se tudo tinha potencial para o consumo, porque não a imagem?

A rápida expansão de mídias de representação através da notícia fotografada, do cinema, dos cartões-postais, dos pôsteres, da reestruturação do espaço urbano, dos espetáculos periódicos das Exposições Mundiais e a ascensão das lojas de departamentos gigantescas nos providenciavam uma poderosa evidência da mudança dos contornos do visual¹³.

Percebemos nesse momento também que a própria relação do espectador com os novos dispositivos visuais passou por uma mudança: da perspectiva da linearidade se passou para a multi-perspectiva, uma relação mais dinâmica do sujeito com o objeto¹⁴. Esse novo regime de visualidade é uma das características definidoras da modernidade urbana, sobretudo europeia e norte-americana, marcada pela industrialização e urbanização e pelo desenvolvimento de tecnologias de transporte e comunicação.

Entretanto, como sabemos, esse período também gestou o colonialismo moderno e inaugurou, para fora das fronteiras europeias, uma história marcada pela violência e subjugação do Outro. No entanto, o discurso desenvolvimentista burguês deu conta de tornar o imperialismo como mais um elemento que representava o crescimento da então proclamada “Civilização”. Não é de se espantar, pois, que o novo regime de visualidade estivesse atento às novidades proporcionadas pelo colonialismo a partir da estética do desconhecido e do exótico.

¹⁰ Sobre a mudança perceptiva e sensorial na modernidade urbana ver SINGER, Ben. “Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular” In CHARNEY, Leo & SCHWARTZ, Vanessa (Orgs). *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

¹¹ Podemos definir brevemente aqui regimes de visualidade como aquele conjunto de normas que guiam nosso aprendizado sensorial em relação ao visual e que está dentro de regras estéticas e sociais. De acordo com Daniel Portugal, “os regimes de visualidade estão ligados a relação que os grupos nos quais um observador se insere estabelecem com as imagens”. Detalharemos esta discussão no ponto 1.2, Cap. 1 desta tese. Ver PORTUGAL, Daniel B. “O realismo entre as tecnologias da imagem e os regimes de visualidade: fotografia, cinema e a ‘virada imagética’ do século XIX” In *Revista Discursos Fotográficos*, v.7, n.11, 2011, p. 36,

¹² SANDBERG, Mark. “Efigie e narrativa: examinando o museu de folclore do século XIX” In CHARNEY, Leo & SCHWARTZ, Vanessa (Orgs). *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac Naify, 2004, p. 363.

¹³ LANGBEHN, Volker. “Picturing Race: Visuality and German Colonialism” In LANGBEHN, Volker (Ed.). *German Colonialism, Visual Culture and Modern Memory*. Nova York: Routledge, 2010, p. 3 – tradução livre da autora.

¹⁴ *Idem, ibidem*.

De fato, o conjunto imagético da virada do século concebeu um novo repertório para descrever e representar os encontros interculturais gerados pelo imperialismo. Uma série de artefatos visuais expunha agora o tema do império, da vida nas colônias e dos povos locais. Da publicidade comercial até cartões-postais, de caricaturas em revistas ilustradas até pôsteres oficiais das Sociedades Coloniais, o mote imperial se fazia ver no cotidiano da população dos países metropolitanos.

Fotografia e colonialismo alemão



Figura 4. Mulheres na África Oriental Alemã.

Começamos com uma simples imagem. Nela observamos quatro mulheres e um bebê de colo à beira de um rio a realizar tarefas do cotidiano como envasilhar água para carregar às suas famílias e à sua comunidade. Para além do que nos oferece a parca descrição dessa fotografia em seu próprio arquivo de origem¹⁵, sabemos apenas que esta cena se passou na

¹⁵ Todas as fotografias que compõem esta tese são oriundas do arquivo visual da Sociedade Colonial Alemã da Universidade de Frankfurt am Main: <http://ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de>.

África Oriental Alemã provavelmente, de acordo com as sequências de fotos no arquivo, na primeira década do século XX. Não somos capazes de nomear estas mulheres, muito menos a criança que as acompanha. Não podemos precisar, tampouco, a localização exata em que elas se encontram a realizar tal atividade.

Como afirmou Nick Shepherd em determinada ocasião, como muitas outras fotografias advindas de acervos documentais, esta imagem se encontra repleta de significados ao mesmo tempo em que é assombrada por tantos desconhecimentos¹⁶. Quem são essas mulheres que posam para a câmera do fotógrafo a serviço da Sociedade Colonial Alemã? Qual é o grau de parentesco entre elas? Qual foi a intenção do fotógrafo ao retratar esse instante? Qual foi a intenção dessas mulheres em posar para a câmera do colonizador? Foi um acaso, um momento fortuito? Ou, ao contrário, foi uma situação encenada para as lentes do fotógrafo?

Roland Barthes afirmou que “o que a fotografia reproduz ao infinito só ocorreu uma vez: ela repete mecanicamente o que nunca mais poderá repetir-se existencialmente”¹⁷. Talvez seja exatamente esse o ponto que une, inicialmente, o ato do fotógrafo e o ato do historiador. O primeiro busca salvar em imagens produzidas quimicamente realidades fugidias que não são nada além de imagens de um tempo que passou. O historiador, por sua vez, pretende dar sentido aos fatos que ocorreram uma única vez em um tempo que se foi e que não podem ser vividos novamente. Se pensarmos a partir desse ato primeiro de reconstituição, história e fotografia podem ser duas maneiras distintas e complementares para fazer viver aqueles e aquelas dos quais, em uma primeira aproximação, sabemos muito pouco ou quase nada, mas que, ainda assim, ecoam a potência do que se viveu em uma existência concreta porém fugaz para aqueles observadores do futuro que se atrevem a querer por lucidez onde há perplexidade¹⁸.

Ainda nas pistas deixadas por Barthes, podemos entender a fotografia como um grito imagético que nos diz a todo momento: “Olhe!”, “Olhem!”, “Está aqui!”, “Foi assim!”... Tais expressões são, talvez, o ato inicial do historiador que trabalha com fotografias em um desesperado gesto de fazer notar a concretude da experiência estudada, ou, posso dizer no meu caso, em um gesto de atestar a realidade da experiência vivida por essas pessoas, ao mesmo tempo em que procura dar coerência e propor uma significação para todo um *corpus* documental que desafia, à primeira vista, qualquer tentativa de ordenamento. No entanto, é ainda Barthes quem me dá a pista para entender as fotografias não como um *corpus*, mas como vários

¹⁶ SHEPHERD, Nick. *The mirror in the ground: archeology, photography and the making of a disciplinary archive*. Cape Town: Jonathan Ball Publishers, 2015, p. 3.

¹⁷ BARTHES, Roland. *A câmara clara: notas sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015, p. 14.

¹⁸ Ver RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

corpos¹⁹. Dessa forma, o próprio gesto de escolher *esta* fotografia em meio a milhares de outras para iniciar essas reflexões deve ser lido como a atuação permanente do pesquisador na elaboração do sentido conferido às imagens. A formulação desta narrativa histórica, ainda que dividia metodologicamente em seções temáticas nos diz, ao fim e ao cabo, que os corpos que vivenciaram a experiência colonial alemã não podem ser entendidos separadamente uns dos outros na elaboração do significado atribuído por um determinado regime de visualidade.

A Sociedade Colonial Alemã (*Deutsche Kolonialgesellschaft* – DKG) foi criada em 1887, portanto, três anos após a formalização dos Tratados da Conferência de Berlim que dividiram as zonas de influência e orientaram a colonização dos países europeus no continente africano (Ver ANEXO 1 para as colônias alemãs). A DKG, instituição produtora das fotografias aqui analisadas, nasceu da fusão de duas entidades coloniais já existentes na Alemanha de fins do século XIX, a Associação Colonial Alemã (*Deutschen Kolonialverein*), de 1882 e a Sociedade para a Colonização Alemã (*Gesellschaft für Deutsche Kolonisation*), de 1884. Assim como outras sociedades coloniais do período, a Sociedade Colonial Alemã era uma organização de caráter majoritariamente privado cujo principal objetivo era promover a colonização alemã em ultramar, em especial nas colônias em África²⁰. A DKG era encabeçada por industriais, empresários e banqueiros interessados em desenvolver seus negócios no lucrativo comércio colonial. Também compunha a massa da Sociedade Colonial Alemã homens do exército que viam no ambiente colonial uma oportunidade de destaque militar, bem como pequeno-burgueses que se identificavam com a empreitada imperialista²¹.

Conforme notaram alguns pesquisadores²², a Sociedade Colonial Alemã foi bastante atuante na produção de um discurso sobre a importância e necessidade da colonização, sobretudo se pensarmos no contexto do país quando da instalação do projeto colonial. A opção pelo colonialismo formal não havia sido a primeira escolha de Otto von Bismarck para sua política externa até 1884. No entanto, de acordo com Hans-Ulrich Wehler, a mudança de posição do chanceler alemão deve ser entendida como o resultado de forças socioeconômicas e políticas endógenas, ou seja, segundo o autor, a opção para a formalização das colônias em

¹⁹ BARTHES, R., *op.cit.*, p. 16.

²⁰ Lembrar que os interesses coloniais alemães nas Américas, sobretudo na América do Sul, eram prioridade de outra instituição colonial: a Liga Pangermânica. Sobre o tema ver BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion. *Pangermanismo e Nazismo: trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas/ São Paulo: Ed. da UNICAMP/FAPESP, 1998.

²¹ KRACHENSKI, Naiara. *As colônias alemãs perdidas na África*. Curitiba: Editora Prismas, 2015, p. 45.

²² Ver, sobretudo, STOECKER, Helmuth (Ed). *German imperialism in Africa: from the beginnings until the Second World War*. Hurst: Londres, 1986.

ultramar pode ser explicada pela pressão interna gerada pela crise de 1882 e o crescimento de medidas protecionistas adotadas por outros países que dificultavam o livre comércio com os territórios africanos. A necessidade de proteger os negócios alemães no exterior, contudo, não era a finalidade única da adoção da política colonial por Bismarck. Segundo Wehler, o chanceler tinha esperanças que, com o sucesso econômico gerado pela empreitada imperial, ele garantiria maior legitimidade à autoridade governamental que vinha sendo ameaçada pelo crescimento do Partido Social-Democrata²³.

A partir do contexto de disputas políticas internas na Alemanha, podemos entender a frágil posição do imperialismo como uma política externa bem aceita e desejada pela maioria dos parlamentares do *Reichstag* em fins do século XIX. Daí a ênfase da Sociedade Colonial em fazer um intenso trabalho de propaganda, não só para angariar novos membros, mas também para justificar o projeto colonialista chancelado e financiado pelo governo nacional. O discurso sobre a importância e necessidade da colonização alemã em África não foi produzido somente em um âmbito burocrático de tomadas de decisões para as atividades colonizadoras na região. Conforme afirmamos em outro trabalho²⁴, a visualidade foi um dos principais meios utilizados pela DKG na construção de uma identidade colonial para o povo alemão²⁵.

Dentre os inúmeros suportes materiais do regime de visualidade promovido pela Sociedade Colonial Alemã, encontramos em números elevados a produção de fotografias nas colônias. Segundo Patricia Hayes, Jeremy Silvester e Wolfram Hartmann, a fotografia foi amplamente utilizada pelos entusiastas coloniais para consolidar a presença imperial no território africano. Ainda de acordo com esses autores, a DKG esteve à frente do projeto de representação fotográfica da colonização e seus membros se utilizaram do aparato fotográfico desde o início do processo de ocupação. Além disso, fotografias tiradas por viajantes, missionários e exploradores que passavam pelos territórios alemães em África eram coletadas pela instituição e mantidas em um arquivo visual que providenciava praticamente todo material imagético utilizado nas divulgações da empreitada imperial alemã²⁶.

²³ Sobre a tese do “imperialismo social” ver WEHLER, Hans-Ulrich. “Bismarck’s imperialism, 1862-1890” In *Past and Present*, n. 48, 1970.

²⁴ Ver KRACHENSKI, N., *op.cit.*

²⁵ Sobre a visualidade como elemento estruturante da identidade colonial para o povo alemão ver LANGBEHN, Volker. “The visual representation of blackness during German imperialism around 1900” In PERRAUDIN, M. & ZIMMERER, J. (Ed). *German colonialism and national Identity*. Nova York/ Londres: Routledge, 2011; e LANGBEHN, V., *op.cit.*

²⁶ HAYES, Patricia; SILVESTER, Jeremy; HARTMANN, Wolfram. *The colonising camera: photographs in the making of Namibian history*. Cape Town: University of Cape Town Press, 2001, p. 12.

Não é por acaso, portanto, que encontramos hoje um arquivo digital imenso que disponibiliza cerca de cinquenta mil imagens do arquivo da Sociedade Colonial Alemã. Tal arquivo encontra-se totalmente disponível de forma gratuita para pesquisadores no sítio eletrônico: <http://ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de>, hospedado pela Universidade de Frankfurt am Main.

Minha intenção nessa tese foi justamente elaborar uma significação histórica do regime de visualidade produzido pela Sociedade Colonial Alemã. Para tanto, elaborei três grupos temáticos para a análise de parte desse arquivo. Como afirmamos anteriormente, o arquivo digital possui cerca de cinquenta mil imagens entre fotografias, postais, cartazes, gravuras, gráficos e tabelas. Nossa principal busca foi selecionar fotografias que tivessem como marco comum o fato de terem sido tiradas em solo africano. Diferentemente de muitas imagens ali contidas que retratam atividades da DKG na Alemanha ou em outros espaços coloniais, nosso interesse primordial foi buscar fotografias que destacam as atividades dos alemães nas suas próprias colônias a partir de três eixos temáticos: em primeiro lugar, analisamos as fotografias que tem como objeto a paisagem, seja ela natural, geográfica ou a paisagem colonial já com as marcas da colonização europeia. O principal elemento para elaborar esta primeira seção temática foi atentar para o constante modo de representação que estas fotografias apresentam: imagens panorâmicas ou com o foco exclusivo em árvores, rios e cachoeiras, por um lado, ou com o foco em alguma construção que atestasse a presença da colonização naquele ambiente, por outro. Além disso, uma característica recorrente nas fotografias desse grupo é a falta da presença de seres humanos, ou seja, tanto a figura do africano quanto a figura do colonizador não compõem este tipo de registro visual. Em uma primeira busca genérica no arquivo pelas palavras-chave “paisagem” (*Landschaft*) e “África Alemã” (*Deutsche Afrika*) encontramos 1.004 imagens. A partir dessa primeira seleção notei a frequência das características acima mencionadas e pudemos estabelecer nosso primeiro eixo de investigação.

Um segundo eixo temático analisado é composto pelas fotografias que representam as atividades dos colonos brancos alemães nas colônias africanas. Em uma primeira busca pelos termos “Povo Alemão” (*Deutsches Volk*) e “África Alemã” (*Deutsche Afrika*) encontramos 618 imagens. A partir desse recorte elaborei quatro subgrupos para essa categoria: em primeiro lugar, analisei as fotografias com a temática militar, que representavam o dia a dia da *Schutztruppe* nas colônias, bem como procuravam retratar as atividades militares em solo colonial a partir da ótica da disciplina e da dominação. Um segundo subgrupo elaborado para análise é composto por fotografias que tem como tema central a família, o ambiente doméstico

e a representação da mulher alemã nesse cotidiano. Em seguida, apresento uma seleção que tem nos trabalhadores e trabalhadoras africanos seu foco central. Diferentemente das fotografias do capítulo 4, estas apresentam os povos locais como empregados à serviço da empresa colonial, inseridos no modelo colonizador implantado pelos alemães. Finalmente, o último grupo analisado é composto por fotografias de um recorte temporal posterior, mas que nos revelam a continuidade do sentimento colonizador em uma época que a Alemanha já não mais possuía colônias: são as fotografias das atividades dos colonos alemães simpatizantes do nazismo em solo africano, sobretudo, na África de Sudoeste Alemã (Namíbia).

Finalmente, a terceira seção temática que constitui essa pesquisa é formada pelas fotografias que têm nos africanos seu principal objeto de abordagem. Tal como as seleções anteriores, ao buscar os termos População (*Bevölkerung*) e África Alemã (*Deutsche Afrika*) encontramos um total de 913 fotografias, as quais foram reagrupadas em três subcategorias. Na primeira, reuni as fotografias que retratavam o olhar etnográfico alemão sobre as populações locais, aquele tipo de representação que buscava mostrar aos espectadores os modos de vida desses povos que ainda não haviam sido modificados pelos colonizadores. Em seguida, apresento as imagens que denotam as trocas culturais entre os povos africanos e os colonizadores alemães. Finalmente, elaborei uma hipótese acerca da circulação das fotografias da DKG ao longo dos anos e analiso fotografias que deram origem a novos tipos de visualidade na época do governo nacional-socialista.

Se metodologicamente minha investigação foi elaborada através de eixos temáticos, as apresento aqui, formalmente, em quatro capítulos, nos quais busquei não só apresentar as imagens estudadas atreladas aos seus significados históricos, mas também vinculadas estreitamente ao debate sobre o seu contexto de produção e junto à argumentação teórica que sustenta as análises.

Dessa forma, o capítulo 1, intitulado *Estereótipo e Cultura Visual* está dividido em duas partes: “1.1. Criando estereótipos”, em que faço uma leitura teórica e histórica sobre os processos de estabelecimento de um estereótipo, sobretudo a partir da ideia de raça, além de discutir como o racismo se transformou em um discurso apropriado pelo conhecimento técnico-científico; na parte 1.2, intitulada “Propaganda e Consumo à serviço do Império”, busco rastrear como a cultura de massas do final do século XIX e início do XX se apropriou dos discursos sobre o outro colonizado e apresentou tais elaborações em diferentes suportes visuais para o

público metropolitano. No debate em questão, trabalho com propagandas comerciais que tinham a imagem do negro como o principal veículo para a difusão da ideia que se queria passar sobre determinados produtos manufaturados.

No processo de elaboração dessa tese compreender o movimento de construção, elaboração e difusão de estereótipos sobre a África e os africanos ao longo do recorte temporal compreendido entre a última metade do século XIX e a primeira do XX foi absolutamente necessário para que eu pudesse estabelecer uma linha de argumentação sobre as fotografias da Sociedade Colonial Alemã, na medida em que defendo a ideia de que os discursos colonialistas e até mesmo genocidas formulados no contexto alemão, na minha leitura, só puderam ser elaborados uma vez que existia toda uma atmosfera discursiva desenvolvida a partir dos mais diversos suportes e agentes que, de alguma forma ou de outra, permitiram a naturalização da ideia de inferioridade racial do africano em relação à superioridade racial do alemão, além de definirem no *ethos* germânico um pensamento colonizador que moldou a experiência alemã a partir desse contexto.

Dessa forma, nos capítulos subsequentes, procurei elaborar um significado histórico para uma parte do arquivo fotográfico da Sociedade Colonial Alemã. Talvez a principal dificuldade deste trabalho foi a tarefa de elaborar uma análise histórica com base em datas pouco precisas das fotografias em questão. Por contingências pessoais e profissionais, não foi possível desenvolver uma pesquisa *in loco* desse material e o arquivo digital, por sua vez, não possui datação específica para centenas de fotografias ali depositadas.

Conforme afirmei anteriormente, o critério utilizado para essa organização foi de cunho temático, procurando agregar as análises de imagens com assuntos próximos entre si. David Ciarlo me apresentou um caminho metodológico sob o qual esta pesquisa se estabeleceu. Conforme o leitor verá ao longo da tese, trabalho aqui com um grande número de fontes imagéticas. A investigação de milhares de imagens não permite que o pesquisador faça uma análise minuciosa e descritiva de uma por uma. No entanto, as interpretações acerca da visualidade colonial alemã podem ser derivadas da análise desse tremendo *corpus* documental em busca tanto de padrões de representação como seus desvios, o que nos permite investigar mais a fundo os modos de fazer, de circular e de ver a imagem²⁷. Segundo Ciarlo, inclusive, uma pesquisa ampla sobre a visualidade nos oferece uma chave interpretativa interessante: é possível entender como as pessoas viam e até mesmo como elas interpretavam essas imagens

²⁷CIARLO, David. *Advertising Empire: race and visual culture in Imperial Germany*. Massachusetts: Harvard University Press, 2011, p. 16.

pela análise do *quê* elas viam repetidas vezes²⁸. De forma geral, procurei trabalhar com a história visual das fontes selecionadas, o que significa dizer que trabalharei com os significados assumidos pela visualidade, os conteúdos e temas das representações ali expostas e de que maneira tais significados permaneciam e/ou se alteravam durante o período estudado e de que formas esse imaginário visual se adaptava à mentalidade simbólica da época, bem como entender as potências políticas expressas por tal visualidade, afinal, concordo com o pensamento de Ciarlo de que “a história visual nos diz um bocado sobre a história não visual”²⁹. Dessa maneira, minha metodologia parte do entendimento de que as identidades e aspirações coloniais não foram tão somente imaginadas por uma minoria alemã, mas foram também “imagnetizadas”³⁰, ou seja, materializadas e distribuídas a um público mais amplo através da nova lógica social da reprodução e do consumo de imagens. Finalmente, para além de identificar os *topoi* discursivos da visualidade colonial, acredito que as fontes selecionadas para o trabalho indiquem caminhos de reflexão e ensejem possíveis respostas para pensar a construção e a manutenção do racismo na sociedade alemã.

No capítulo 2, *A câmera que domina: a paisagem colonial*, selecionei as fotografias que possuem o tema de paisagens naturais ou urbanas como tema central. A partir dessa seleção, desenvolvi a análise procurando compreender de que forma as lentes da Sociedade Colonial Alemã registraram o espaço colonial e qual narrativa podemos extrair a partir delas. Importante mencionar desde já que as fotografias produzidas pela DKG tinham como propósito principal não somente o registro das atividades alemãs em suas colônias, mas também, e acima de tudo, elas possuíam uma importante função de propaganda da Sociedade Colonial.

O capítulo 3, *A câmera que coloniza: os alemães nas colônias*, possui como foco central as imagens dos colonos alemães nos seus territórios coloniais. Como afirmei anteriormente, a experiência colonial foi fundamental para a produção de identidades. O caso da análise das fotografias dos colonos brancos nesses territórios, dessa forma, procura salientar o modo pelo qual o discurso visual da Sociedade Colonial Alemã forjava a auto-imagem do alemão colonizador. Ainda no aspecto mais geral de procurar entender como os discursos sobre a raça se constituíram a partir da experiência colonial, me parece importante indagar não só como a imagem do outro colonizado foi elaborado por esse discurso, mas também investigar, conforme indicou Anne McClintock, um discurso sobre a raça que dê ênfase na invenção da brancura.

²⁸ *Idem*, p. 17.

²⁹ *Idem*, p. 19.

³⁰ *Idem*, p.5.

Finalmente, no capítulo 4, *A câmera que classifica: fotografando os africanos*, busquei construir uma análise sobre as fotografias que tem nos povos locais seu foco central. A partir dessa seleção de imagens, busquei argumentar o modo pelo qual a imagem do africano foi central para o desenvolvimento de um pensamento racista legitimado pelo discurso científico da virada do século XIX para o século XX. Além disso, as fotos dos povos locais também evidenciam o caráter de propaganda assumido pelas lentes da Sociedade Colonial Alemã, na medida em que buscaram também retratar o “sucesso” da empreitada da “missão civilizadora” levada a cabo pelo colonialismo alemão. Finalmente, as imagens dos africanos presentes no arquivo digital possibilitaram a elaboração de uma argumentação que sustenta a existência da circularidade visual entre diferentes suportes materiais e em épocas distintas da existência da instituição em questão, vale dizer, analiso os diferentes usos e ressignificações elaborados por tais imagens.

Capítulo 1.

Estereótipo e Cultura Visual

“É um grave crime qualquer pessoa se impor a outra, apropriar-se de sua terra e de sua história, e ainda agravar esse crime com a alegação de que a vítima é uma espécie de tutelado ou menor de idade que necessita de proteção. É uma mentira total e deliberada. Parece que até o agressor sabe disso, e é por esta razão que ele às vezes procura camuflar seu banditismo com essa hipocrisia tão descarada”

Chinua Achebe

1.1. Criando estereótipos

Quando trabalhamos com algum tipo de análise de discurso, trabalhamos em geral com a produção, reprodução e circulação de significados. Da mesma forma que os discursos verbais, os discursos visuais são responsáveis por criar, divulgar e fixar ideias que engendram, por sua vez, reflexões e atitudes em nome de sua concordância ou discrepância. Ao trabalhar com a história da visualidade tendo em perspectiva um tema em particular, observamos práticas e figuras representacionais que se repetem, com maiores ou menores graus de variações, ao longo do tempo e de um lugar para outro. De acordo com Stuart Hall, podemos definir como um regime de representação todo o repertório de imagens e efeitos visuais por meio dos quais um determinado tema é representado em um dado momento histórico³¹.

De forma geral, os regimes de representação procuram fixar os significados para que se criem perspectivas mais homogêneas e simplificadas de uma realidade. Acontece que os significados das representações visuais são móveis, flutuam de acordo com o seu suporte, os seus espectadores e a sua temporalidade. Não há como atribuir um significado pronto, acabado e fechado em si mesmo para um objeto da visualidade. É nesse ponto então que começamos a delinear o trabalho de uma política de representação ou de uma política de visualidade. É justamente essa tentativa incessante, permanente e repetitiva de certa prática representacional de privilegiar um significado dentre os vários significados potenciais daquelas imagens e fixar aí o sentido de leitura de determinado tema que define tal processo³². Deste procedimento, que é sempre uma tentativa, mas que logra razoáveis sucessos, temos a compreensão da importância do reducionismo ao estereótipo e do encerramento dos significados visuais aos binarismos – que, ademais, é parte fundamental e fundacional de todo um modo de pensar e agir no mundo ocidental moderno.

Volto agora ao tema do discurso colonial, justamente neste ponto que lhe é estruturante: sua dependência da ideia de fixidez para a construção ideológica da alteridade racial no contexto colonial³³. De acordo com Valentin-Yves Mudimbe, a estrutura colonial permitiu a criação de um sistema de oposições rígidas que permanece até os dias atuais, como tradição x modernidade, oralidade x escrita, primitivo x civilizado que colocavam (e colocam

³¹ HALL, Stuart. “O espetáculo do Outro” In *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016, p. 150.

³² *Idem*, p. 143.

³³ BHABHA, Homi. “A outra questão: o estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo” In *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013, p. 117.

ainda) as nações africanas em um local de passagem de um pólo ao outro desta dualidade³⁴. É justamente a partir dessa noção de uma dualidade estrutural nas relações coloniais que entendo a vontade de produção das fotografias da Sociedade Colonial Alemã no início do século XX, principalmente na África de Sudoeste Alemã e na África Oriental Alemã.

Como poderemos observar nas imagens da Sociedade Colonial Alemã, há vários grupos de fotografias que tinham nos africanos o objeto principal de seu foco. Este tipo de fotografia tinha como objetivo retratar os povos locais das colônias alemãs inseridos no seu cotidiano e nos seus costumes ainda “intocados” pela ação do colonizador. Podemos dizer que estas imagens apresentam uma tentativa de mostrar um olhar etnográfico³⁵ sobre os sujeitos colonizados, um olhar que pretende se furtar de juízos de valor, uma vez que se ancora na fotografia, um suporte visual que, apesar de ser ainda recente no início do século XX, participava ativamente nas campanhas de exploração das colônias africanas³⁶. Ademais, o registro fotográfico era entendido neste período como uma maneira de se apreender o real de uma forma pura e livre de distorções subjetivas que, a partir dessa perspectiva, seriam encontradas na pintura e na escultura³⁷.

A vontade de um olhar etnográfico, contudo, se insere em um trabalho mais amplo do regime de representação colonialista, qual seja, aquele regime que procura de todas as formas e a partir dos mais diversos suportes culturais fixar um único significado para os sujeitos coloniais. De acordo com Homi Bhabha, é o estereótipo a principal estratégia do discurso colonial na sua incessante busca por este objetivo³⁸. Segundo Hall, o estereótipo racial “reduz, essencializa, naturaliza e fixa a diferença”³⁹; um significante estereotipado é aquele que foi reduzido a alguns traços definidos por sua natureza. É justamente nesse ponto que Hall diferencia estereotipagem de tipificação. A utilização de tipos é necessária para extrair sentido do mundo em que vivemos. De acordo com o autor, compreendemos o mundo ao fazer referência a objetos, pessoas ou eventos por meio de um regime geral de classificação em que eles se encaixam, que é, por sua vez, dependente da cultura na qual estamos inseridos⁴⁰. A tipificação é geralmente uma caracterização simples, de traços vívidos e memoráveis que são

³⁴ MUDIMBE, Valentin-Yves. *The invention of Africa*. Indianapolis: Indiana University Press, 1988, p. 17.

³⁵ Ver SILVA, Ana Cristina. “Fotografando o mundo colonial africano. Moçambique, 1929” In *Varia História*, Belo Horizonte, v. 25, n. 41, 2009.

³⁶ OGUIBE, Olu. “Photography and the substance of the image”. In MIRZOEFF, Nicholas (Ed). *The Visual Culture Reader*. Nova York: Routledge, 1998, p. 566.

³⁷ Ver MAUAD, Ana Maria. “Através da imagem: fotografia e história – interfaces” In *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1996.

³⁸ BHABHA, H., *op. cit.*, p. 117.

³⁹ HALL, S., *op. cit.*, p. 191.

⁴⁰ *Idem*, p. 190.

facilmente reconhecidos, além de serem caracterizações flexíveis. Dessa forma, o processo de criação de tipos sociais é essencial para a produção de sentido.

Por outro lado, o processo de estereotipagem apropria-se de determinadas características e reduz o significante a elas a partir do exagero e da simplificação. Nesse sentido, o estereótipo é utilizado para criar uma cisão na visão de mundo que se tem, ele divide o normal e o aceitável do anormal e do inaceitável, ou seja, classifica e hierarquiza o “mesmo” e o “diferente”⁴¹. Como as políticas de visualidade precisam enfrentar um constante embate entre a pluralidade de significados atribuídos às imagens e a vontade de fixação de um único sentido, recorrer ao estereótipo significa não só um trabalho de simplificação da realidade, mas também um processo de intensa repetição do mesmo. Bhabha afirma que a estereotipagem no discurso colonial é uma maneira de identificação que oscila entre algo já conhecido e algo que deve ser ansiosamente repetido⁴². Uma outra característica da estereotipagem é a sua ação de fechamento e exclusão, na medida em que ela baliza os limites simbólicos do significado e exclui tudo aquilo que não lhe pertence⁴³. Entretanto, um estereótipo não é uma simplificação porque denota, necessariamente, uma falsa realidade; ele é uma simplificação porque é uma forma fixa de representação que nega a diferença⁴⁴.

Fica clara, portanto, a intrínseca ligação entre a criação de um estereótipo com os mecanismos do poder. Aqui estamos falando muito mais em um poder de representação, ou ainda, de um poder simbólico, do que de um poder em termos de coerção física direta. O poder associado ao processo de estereotipagem é o poder de marcar, atribuir, classificar e hierarquizar, vale dizer, “o poder de representar alguém ou alguma coisa de certa maneira – dentro de um determinado regime de representação”⁴⁵.

Muito embora o arquivo fotográfico da Sociedade Colonial Alemã nos permita uma abordagem bastante plural de tais imagens, me parece evidente ao trabalhar com essas fontes que os registros fotográficos possuíam, entre outros, um objetivo bastante claro: representar os sujeitos coloniais africanos como a alteridade absoluta, o Outro por excelência do discurso identitário alemão, assim como mostrar aos expectadores na pátria-mãe a ideia de primitivismo dos povos que habitavam as regiões agora dominadas pela Alemanha. De acordo com Achille Mbembe, o Ocidente colonizador teve que inventar e reinventar constantemente mitos que justificassem seu poderio sobre os outros povos; consideravam-se, dessa feita, como o centro

⁴¹ *Idem*, p. 191.

⁴² BHABHA, H., *op. cit.*, p. 117.

⁴³ HALL, S., *op. cit.*, p. 192.

⁴⁴ BHABHA, H., *op. cit.*, p. 130.

⁴⁵ HALL, S. *op.cit.*, p. 193.

da razão universal e da verdade. O resto, segundo Mbembe, constituía-se enquanto uma existência objectal: “A África, de um modo geral, e o Negro, em particular, eram apresentados como os símbolos acabados desta vida vegetal e limitada”⁴⁶.

Notemos que de acordo com essa máxima colonial, que coloca em dois extremos opostos a civilização incorporada pelos europeus e a barbárie incorporada pelos colonizados, a própria autoimagem do Ocidente está baseada em um processo de simplificação, típico da visão de mundo construída a partir de estereótipos. Nessa máxima colonial explicitada por Mbembe, o próprio discurso sobre o Ocidente o representa como uma realidade homogênea, que partilha dos mesmos valores, aspira aos mesmos ideais e vivencia o mesmo cotidiano. Entretanto, este sujeito discursivo referido como Ocidente é, ele mesmo, prenhe de diferenças em seu interior, cheio, portanto, de distintas expressões culturais cuja expressão é negada dentro dessa ideia hegemônica. De acordo com Stuart Hall, esta oposição entre dois pólos homogêneos e contrastantes é feita a partir de uma construção simplificada da diferença na qual o “resto” é tudo o que o Ocidente não é, vale dizer, sua imagem invertida⁴⁷.

Contudo, ainda que se queira afastar permanentemente um pólo do outro, a imagem hegemônica do Ocidente só pôde ser produzida (e constantemente atualizada) pelo contato e auto comparação da Europa com as sociedades não ocidentais. É justamente a distinção entre a Europa e as outras culturas que se estabelece, então, um padrão por meio do qual as conquistas ocidentais são medidas⁴⁸. De acordo com Boaventura de Sousa Santos, o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal, ou seja, expressa uma impossibilidade de co-presença do mesmo lado da linha entre esses dois pólos. No entanto, ainda que a co-presença seja negada e a todo momento repelida, não se pode haver a existência de um pólo sem o outro: “A negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal”⁴⁹.

O olhar etnográfico nestas centenas de fotografias presentes no arquivo digital da Sociedade Colonial Alemã parte de um pressuposto das teorias raciais desenvolvidas ainda no século XIX que se fortaleceram no início do século XX. Elas aplicavam uma distinção baseada no binômio natureza x cultura para os dois principais grupos racializados no embate colonial: os sujeitos brancos e os sujeitos negros. De um modo geral, entre os brancos, cultura opunha-

⁴⁶ MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014, p. 27-28.

⁴⁷ HALL, S. “O Ocidente e o resto...”, *op.cit.*, p. 319.

⁴⁸ *Idem*, p. 317.

⁴⁹ SANTOS, Boaventura de Sousa. “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes” In SOUSA SANTOS, B. & MENESES, M. P. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 31.

se à natureza, ela significava uma superação através da Razão de um estado primitivo de desenvolvimento civilizacional; por seu turno, esta mesma lógica pregava que entre os negros, cultura coincidia com natureza⁵⁰. O que se pretendia neste regime de visualidade era, ao fim e ao cabo, uma naturalização das diferenças raciais baseada nesta distinção. Conforme apontou Stuart Hall, a lógica que explica tal mecanismo de naturalização é bastante simples: se as diferenças entre brancos e negros são culturais, então elas podem ser modificadas e alteradas ao longo do tempo; contudo, se tais diferenças são naturais, parte da “essência” das raças, então elas estão além da história, são fixas e permanentes⁵¹.

Esta ideia é exatamente o que o olhar etnográfico sugere para tais imagens: ele procura evidenciar o aspecto de um primitivismo inato aos povos africanos, uma tentativa de essencialização das culturas nativas atreladas à não superação civilizacional para um estágio racional, no melhor modelo positivista que se pode conceber. Os africanos são, por um lado, a personificação do homem antes da história, assim como as colônias são entendidas como um local efetivamente sem história, o *locus* do passado da humanidade, um *continuum* no presente de um passado que é, na realidade, um passado eterno, sem movimento, a-histórico e a-culturado. O conceito de raça é fundamental para entender este jogo cultura *x* natureza, superior *x* inferior: é justamente a noção de raça tal como construída pelas teorias raciais oitocentistas que permitiram que se concebesses os povos não europeus como reflexos de um ser menor, a imagem imperfeita do homem ideal – o Homem Heterossexual Branco, Burguês e Cristão – de quem estes povos estariam afastados por uma distância insuperável⁵².

Conforme afirmaram diversos autores⁵³, o ato de segregar sua dinâmica cultural de outras é parte essencial do modo etnocêntrico pelo qual as culturas humanas se organizam e se estruturam no mundo. Em diversos contextos etnocêntricos, de acordo com Demétrio Magnoli, o termo raça foi utilizado com diferentes significações, geralmente associado à ideia de linhagem ou de ancestralidade, ou seja, o que conecta o indivíduo de determinada cultura à sua sociedade, em termos raciais, são os laços que o ligam ao seu passado juntamente com as relações de sangue⁵⁴. Contudo, foi somente no século XVIII que o termo raça ganhou o sentido

⁵⁰ HALL, S., *op. cit.*, p. 168.

⁵¹ *Idem*, p. 171.

⁵² MBEMBE, A., *op. cit.*, p. 39.

⁵³ Ver MAGNOLI, Demétrio. *Uma gota de sangue: história do pensamento racial*. SP: Contexto, 2009; COMAS, Juan. “Os mitos raciais” In *Raça e Ciência*. SP: Perspectiva, 1970; LEVI-STRAUSS, Claude. “Raça e História” In *Raça e Ciência*. SP: Perspectiva, 1970.

⁵⁴ MAGNOLI, D., *op.cit.*, p. 23.

de denominar o modo como a humanidade é dividida graças às características físicas e hereditárias dos indivíduos⁵⁵.

Uma das primeiras obras que impactou o âmbito científico devido a classificação dos homens e mulheres em distintas raças foi o tratado *De Generis Humani Varietate Nativa* do médico alemão Johann Friedrich Blumenbach publicado em 1775. A partir de análises craniométricas, Blumenbach propôs a divisão dos seres humanos em cinco raças distintas: raça caucasoide (branca), mongoloide (amarela), malaia (marrom), etiópica (negra) e americana (vermelha)⁵⁶. A partir de então, e até o início do século XX, as comunidades acadêmicas europeia e estadunidense, sobretudo nas áreas da Biologia e da Antropologia, travaram um intenso debate sobre os modelos de classificação racial – quais elementos deveriam ser considerados em tais análises, os métodos de investigação sobre tal objeto, quais categorias desses estudos derivavam etc. – formando, dessa forma, uma extensa literatura científica que compuseram as chamadas teorias racialistas.

As teorias racialistas desenvolvidas largamente durante o século XIX, ainda que compartilhassem de um objetivo em comum - promover uma classificação geral da humanidade -, não chegavam a nenhum resultado conclusivo sobre a questão e atestavam, obra após obra publicada, a arbitrariedade dos métodos empregados e uma clara manipulação dos preceitos da ciência em nome de um ordenamento de mundo altamente subjetivo. Se ao final do século XVIII Blumenbach havia identificado cinco raças humanas distintas, nos séculos XIX e XX vimos inúmeros autores proporem outros “achados”: Georges Cuvier reduziu as raças humanas a três, James Prichard encontrou sete, Louis Agassiz identificou doze, Charles Picking classificou onze e Thomas Huxley voltou a quatro, ao passo que com o desenvolvimento do conhecimento antropológico e do método etnográfico, Joseph Deniker listou vinte e nove raças humanas e Egon von Eickstedt qualificou trinta e oito!⁵⁷ Contudo, apesar da quantidade de trabalhos que procuraram dividir e categorizar a humanidade em termos raciais, podemos citar pelo menos dois autores que tiveram uma contribuição significativa para o desenvolvimento e a consolidação das teorias raciais nesse período.

O primeiro deles é Carl Lineu, conhecido como o “pai” da taxonomia biológica. Sua obra *Systema Naturae* publicada em 1735 estabelecia uma divisão do *Homo Sapiens* em quatro raças distintas, baseando-se na localização geográfica e na cor da pele: seriam elas o

⁵⁵ *Idem, ibidem.*

⁵⁶ *Idem*, p. 21 e CORREA, Sílvia. “A partilha do gorila entre ciência e literatura de alhures e saberes locais” In *História: Questões e Debates*, Curitiba, v.62, n.1, 2015, p. 111.

⁵⁷ MAGNOLI, *op.cit.*, p. 21.

Homo Americanus, o *Homo Asiaticus*, o *Homo Africanus* e o *Homo Europeanus*. Uma das principais características dessa divisão apresentada por Lineu, para além de ter sido uma das mais bem aceitas pela comunidade científica devido aos seus métodos taxonômicos, foi o fato de ele atribuir não só características fenotípicas para identificar cada uma dessas raças, mas também por ter atribuído características morais que seriam inatas a cada uma delas. Dessa forma, a partir de Lineu temos a consolidação da leitura a partir do viés “científico” de que a raça americana era constituída por indivíduos de pele avermelhada e com temperamento teimoso e irritadiço; os asiáticos amarelos demonstrariam dificuldades de concentração; a raça *Europeanus*, por sua vez, era constituída por seres inteligentes, inventivos e gentis, ao passo que os negros africanos eram definidos como aqueles indivíduos que não conseguiam escapar à lassidão e à preguiça⁵⁸.

Já no âmbito sociológico do pensamento racial, destacamos o trabalho de Arthur de Gobineau, *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, publicado entre 1853 e 1855. Este autor estava preocupado em compreender como se constituíam as dinâmicas entre as diferentes raças humanas e em como tal dinâmica determinava o curso da história. Para o aristocrata francês, a humanidade estava dividida em três raças – a branca, a amarela e a negra – e o progresso histórico de cada uma delas, segundo suas conclusões, dependia diretamente da ação das raças brancas. Dessa forma, Gobineau entendia que todas as grandes civilizações da humanidade tinham suas origens nas raças brancas, sobretudo na família “ariana”, uma parcela que seria supostamente ainda mais pura e mais desenvolvida da raça branca. O pensamento desenvolvido por este autor também alertava para o perigo da miscigenação entre as raças e a degeneração racial como consequência direta desse ato. Na lógica de Gobineau a degeneração racial advinda da miscigenação das raças levaria a desastrosas consequências para os povos e os governos, colocando em xeque a noção de civilização⁵⁹. Conforme percebemos, a teoria sociológica desenvolvida por Gobineau e apropriada dentro e fora da comunidade intelectual de sua época, esteve na base de leis antimiscigenação dos EUA e da Alemanha Nazista.

De acordo com o que afirmamos acima, a noção de raça desenvolvida nesse contexto é fundamental para compreender de que forma os povos europeus construíram uma autoimagem de ápices da civilização humana e hierarquizaram todos os outros povos não europeus dentro de categorias raciais bem delimitadas. De fato, podemos afirmar que o chamado racismo científico foi um importante elemento para a legitimação das ações do

⁵⁸ *Idem*, p. 24.

⁵⁹ *Idem*, *ibidem*.

imperialismo, seja em África, seja em outros locais submetidos à colonização europeia. Conforme afirmou Magnoli, as bases do racismo científico logo deram origem à teoria do recapitulacionismo. De acordo com esse pensamento, se os estágios embrionários dos seres humanos “recapitulavam” os estágios embrionários de peixes, de répteis e de mamíferos inferiores, o estágio de desenvolvimento de um adulto de uma raça inferior corresponderia ao estágio infantil de adultos de uma raça superior, ou seja, o indivíduo adulto da raça inferior “recapitularia” a infância do indivíduo de raça superior. Ao mesmo tempo, a partir dessa lógica, postulava-se a ideia de que estágios iniciais de desenvolvimento dos indivíduos das raças inferiores espelhariam os estágios adultos dos ancestrais dos seres humanos, os símios. De fato, desde a publicação de *A Origem das Espécies* de Charles Darwin em 1859, as teorias racialistas empenharam-se em explicar de que modo as diferenças entre as raças tinham relação com o desenvolvimento da espécie humana em geral. Dessa forma, a curiosidade já existente pelos povos ditos “exóticos” passou a agregar a busca pelo elo perdido da evolução entre a cultura humana, própria da raça branca, e a natureza animal, própria do símio e observado também, sob a ótica racialista, na raça negra africana.

Nesse contexto, os sujeitos negros colonizados foram os alvos prediletos das teorias que buscavam traçar a linha evolutiva da humanidade a partir do macaco. Desse modo, povos africanos como os pigmeus, os hotentotes e os bosquímanos representariam uma evidência da ligação evolutiva entre os homens e os macacos, eles seriam, efetivamente, denominados como o “elo perdido” da evolução⁶⁰. De acordo com Sílvio Correa, as descobertas das expedições pelo interior da África que encontraram na mesma região gorilas, chimpanzés e os chamados “pigmeus” ataçaram o imaginário colonial de que os negros africanos seriam de fato este “ser pré evolucionário”, a imagem do homem no seu primeiro estágio de evolução, ainda não bem um homem, mas um ser entre a humanidade do homem branco e a animalidade do macaco⁶¹. De fato, como apontou Anderson Ribeiro Oliva, é justamente nesse contexto da segunda metade do século XIX com a intensificação das viagens exploratórias para o interior africano junto ao acirramento da corrida imperialista que assistimos à passagem do estigma do negro como um sujeito escravizado para a consolidação da imagem do negro como selvagem, primitivo e, sobretudo, infantil⁶².

⁶⁰ OLIVA, Anderson Ribeiro. “Os africanos entre representações: viagens reveladoras, olhares imprecisos e a invenção da África no imaginário Ocidental” In *Em Tempo de Histórias*, n.9, Brasília, 2005, p. 104.

⁶¹ CORREA, S., *op.cit.*, p. 121.

⁶² OLIVA, A., *op. cit.*, p. 103.

Dessa construção de uma alteridade animalesca⁶³ explodiram não só interesses da comunidade científica, ávida por encontrar novos achados e corroborar suas hipóteses sobre a evolução humana, mas também se desenvolveu um interesse popular pelo Outro exótico e primitivo que foi muito bem explorado pela nascente cultura de massas do período. Uma das atrações preferidas do público europeu, composto em sua maioria pela pequena burguesia das capitais europeias, eram os denominados etno-shows ou zoológicos humanos. Essas exposições etnológicas apresentavam ao público os povos colonizados a partir da ótica racializada desse processo. O contato que se estabelecia nesses zoológicos humanos entre a população branca e seu Outro absoluto, o negro africano, foi um importante modo de se consolidar nas mentalidades europeias o estereótipo do negro como um selvagem incivilizado, mais próximo do macaco do que do humano e, acima de tudo, por todas essas condições, um ser absolutamente inferior que só poderia adentrar na esfera do humano a partir da intervenção direta do homem branco na sua missão de civilização. Os etno-shows foram, dessa forma, um dos grandes responsáveis por fixar a imagem do negro africano em uma figura coisificada e racializada, imobilizado por sua essência animalesca que lhe conferia todos os traços próprios da sua raça inferiorizada. Tínhamos aí, no findar dos oitocentos, o estereótipo do negro africano já absolutamente arraigado no modo de ver e de estar no mundo dos indivíduos brancos europeus.

1.2. Propaganda e consumo a serviço do Império

A experiência imperial vivenciada pelos sujeitos que ficaram nas metrópoles e torciam febrilmente pelo sucesso de suas nações em ultramar foi bastante mediatizada por dispositivos da nascente cultura de massas. A literatura, a fotografia e o cinema foram mídias às quais os agentes do imperialismo na Europa deram especial atenção para difundir a ideia colonial e angariar membros para as organizações coloniais. Nesse sentido, a experiência do Império foi, em muitos casos, vivida exclusivamente através da cultura visual no período de virada do século XIX para o XX. A partir dessa cultura visual todo um rol de estereótipos foi criado e consolidado e se manteve vivo e atuante ao longo dos séculos XIX e XX e ainda dá mostras de sobrevivência em pleno século XXI!

De forma geral, a cultura visual como um campo de estudos não trabalha exclusivamente com imagens, mas procura dar conta da experiência visual dos sujeitos de

⁶³ CORREA, S., *op.cit.*, p. 119.

determinada época como um todo⁶⁴. De acordo com Nicholas Mirzoeff, a cultura visual diz respeito a um conjunto de abordagens para se pensar a genealogia, as definições e as funções da experiência visual na cultura moderna, na medida em que, a partir de determinado momento, a sociedade ocidental passou a visualizar a sua existência, vale dizer, estabeleceu parâmetros de organizar seu cotidiano a partir dos mais diversos suportes visuais⁶⁵. Nesse sentido, podemos afirmar que a visualidade diz respeito à relação visual que as sociedades estabelecem com o mundo não só a partir de uma estética própria, mas também através de diferentes dispositivos sociais e culturais, ou, conforme afirmaram Sandra Marques e Ricardo Campo, a visualidade diz respeito não só ao modo de percepção elaborado pelas sociedades, mas sobretudo, ao modo de interpretação e significação do âmbito visual⁶⁶.

Necessariamente, pois, se debruçar sobre a visualidade significa buscar compreender historicamente as diferentes formas de representar o mundo visível, variável em cada época e em cada lugar. Isso não significa, no entanto, que entendamos que a visualidade somente reflete uma determinada realidade, tal qual postula o senso comum. A partir da Cultura Visual compreendemos que a visualidade constrói e afeta a percepção que temos do espaço que nos inserimos e também de nós mesmos, influenciando dessa forma, nosso agir no mundo. Muito mais do que explorar visualmente a realidade que nos rodeia, nós somos capazes de criar visualmente tal realidade, na medida em que, tal como afirmou Francielly Dossin, os regimes de visualidade não só fazem parte de determinada historicidade, como também fazem a história⁶⁷. Dessa forma, não devemos ler as imagens produzidas pelas sociedades de forma ingênua. É preciso entender que um regime de visualidade, vale dizer, um padrão estético para representar algum tema específico, está sempre vinculado à esfera do poder, justamente por que é “através de um regime representacional que ocorre a manutenção do poder, não apenas poder relativo ao monopólio econômico ou da força, mas também do monopólio cultural e simbólico”⁶⁸.

De fato, a visualidade foi um dos suportes privilegiados para a manutenção e para constantes ressignificações dos estereótipos sobre a África e os africanos. Procuraremos a seguir rastrear alguns momentos em que a cultura visual da era dos impérios trabalhou com

⁶⁴ SÉRVIO, Pablo Petit Passos. “O que estudam os estudos de cultura visual” In *Revista Digital do LAV*, Santa Maria, v.7, n.2, 2014, p. 202.

⁶⁵ Cf. MIRZOEFF, Nicholas. *An introduction to visual culture*. Londres: Routledge, 1999.

⁶⁶ MARQUES, S. & CAMPOS, R. “Políticas de visualidade, práticas visuais e a construção de espaços de imaginação” In *Cadernos de Arte e Antropologia*, v.5, n.2, 2017, p. 5.

⁶⁷ DOSSIN, Francielly Rocha. “Sobre o regime de visualidade racializado e a violência da imageria racista: notas para os estudos da imagem” In *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v.25, n.48, 2018, p. 352.

⁶⁸ *Idem*, p. 360.

percepções racistas e deu base à ideia de superioridade racial dos brancos europeus forjada em fins do século XVIII e à ideia de missão de civilização da empresa colonial – que, afora o caso da Alemanha, se estendeu até pelo menos as décadas de 1960-1970, quando da explosão de guerras pela independência dos países africanos.

Vimos anteriormente como o discurso científico produzido ao longo do século XIX e no início do século XX forneceu dados para justificar o processo de colonização em África, bem como para sustentar estereótipos já existentes sobre os africanos. No entanto, para além do discurso cientificista produzido nas universidades e institutos de pesquisa em todo o continente europeu, havia outras variações discursivas que mantinham o seu foco nas relações estabelecidas entre as raças humanas e que disseminaram para um público muito mais amplo as noções de superioridade *x* inferioridade racial. Um desses discursos visuais que esteve presente no cotidiano de várias camadas populacionais dos países metropolitanos foi a propaganda mercantil⁶⁹.

Segundo Anne McClintock, a propaganda foi um excelente meio para expressar as ideias imperiais tão em voga na virada do século XIX para o XX e, a partir de diferentes maneiras, foi também uma excelente mídia para naturalizar o discurso racista. Segundo a autora, a propaganda mercantil foi a grande responsável por levar cenas do Império para dentro dos lares das famílias pequeno-burguesas, uma vez que podemos observar nessa virada de século uma quantidade razoável de mercadorias que imprimiam imagens da conquista colonial, dos povos colonizados e do cotidiano nas colônias em caixas de sabão, caixas de fósforos, latas de biscoitos e doces, garrafas de bebidas alcoólicas, embalagens para chás etc⁷⁰. Ainda segundo McClintock, podemos perceber uma importante diferença entre o racismo mercantil e o racismo científico. Enquanto este limitava sua atuação aos corredores das instituições científicas e se destinava a um público restrito – cientistas, intelectuais, letrados –, aquele se expandia para além desses limites e atingia um público muito mais amplo e heterogêneo⁷¹. Segundo David Ciarlo, as ilustrações publicitárias eram vistas por muito mais gente do que, inclusive, meios visuais como o cinema e a fotografia⁷².

⁶⁹ Utilizamos esta expressão para nos referir unicamente a propagandas que visavam atrair o consumidor a comprar determinado produto de determinada marca, em contraposição à propaganda política.

⁷⁰ McCLINTOCK, Anne. “O império do sabonete: racismo mercantil e propaganda imperial” In *Couro Imperial. Raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010, p. 309.

⁷¹ *Idem*, p. 310.

⁷² CIARLO, *op.cit.*, p. 13.

Se, desde os anos 1850, o racismo científico saturou as revistas antropológicas, científicas e médicas, e os livros de viagens e romances, essas formas culturais eram ainda limitadas por classe e inacessíveis à maioria dos vitorianos, que não tinham os meios nem a educação para ler tal material. O *kitsch* imperial como espetáculo do consumidor, em contraste, podia empacotar, mercadejar e distribuir o racismo evolucionista numa escala até então inimaginável⁷³.

Interessa-me perceber aqui os modos pelos quais as figuras negras foram apresentadas a este público amplo nas embalagens de produtos industrializados. Para Ciarlo, a representação de figuras negras na esfera da propaganda mercantil foi um recurso utilizado pela maioria das nações colonialistas. Ainda segundo o autor, a presença das figuras dos sujeitos colonizados refletia de alguma forma a popularidade e popularização do racismo científico, bem como expressava um crescente fascínio com a alteridade exótica⁷⁴. De fato, nos concentraremos aqui em alguns exemplos advindos da Inglaterra vitoriana e da Alemanha guilhermina.

É importante pontuar também que os próprios agentes de propaganda sabiam que desempenhavam um papel importantíssimo na expansão dos negócios imperiais. Segundo McClintock, assim como os burocratas do governo e das Sociedades Coloniais, os publicitários se referiam a si mesmos como “construtores do império” e tomavam para si a “responsabilidade da missão histórica imperial”⁷⁵. Assim sendo, podemos entender que a utilização de tais imagens que, como veremos a seguir, reproduzem e recolocam em novos espaços os estereótipos raciais, não era totalmente ingênua e despreziosa, buscando somente atrair o consumidor através de uma visualidade que se destacava das demais. Se é verdade que os próprios propagandistas compreendiam a função de seu papel social dentro da lógica do Império, é seguro afirmar que o uso de tais estereótipos era mais uma forma de garantir uma visão hegemônica sobre o processo imperial e assegurar a unidade do Império através de interesses comerciais. Dessa maneira, para além de um símbolo do progresso da modernidade imperial, a mercadoria se tornava também agente da própria história, na medida em que expunha o poder transformador da missão de civilização da Europa em África, ao mesmo tempo em que calava qualquer contexto social e do trabalho humano empregado para realizar tal “mudança”. A

⁷³ McCLINTOCK, *op. cit.*, p. 310.

⁷⁴ CIARLO, *op.cit.*, p. 2.

⁷⁵ McCLINTOCK, *op.cit.*, p. 312.

propaganda mercantil, portanto, apresentava uma imagem da África conquistada também pelas mercadorias industrializadas⁷⁶.

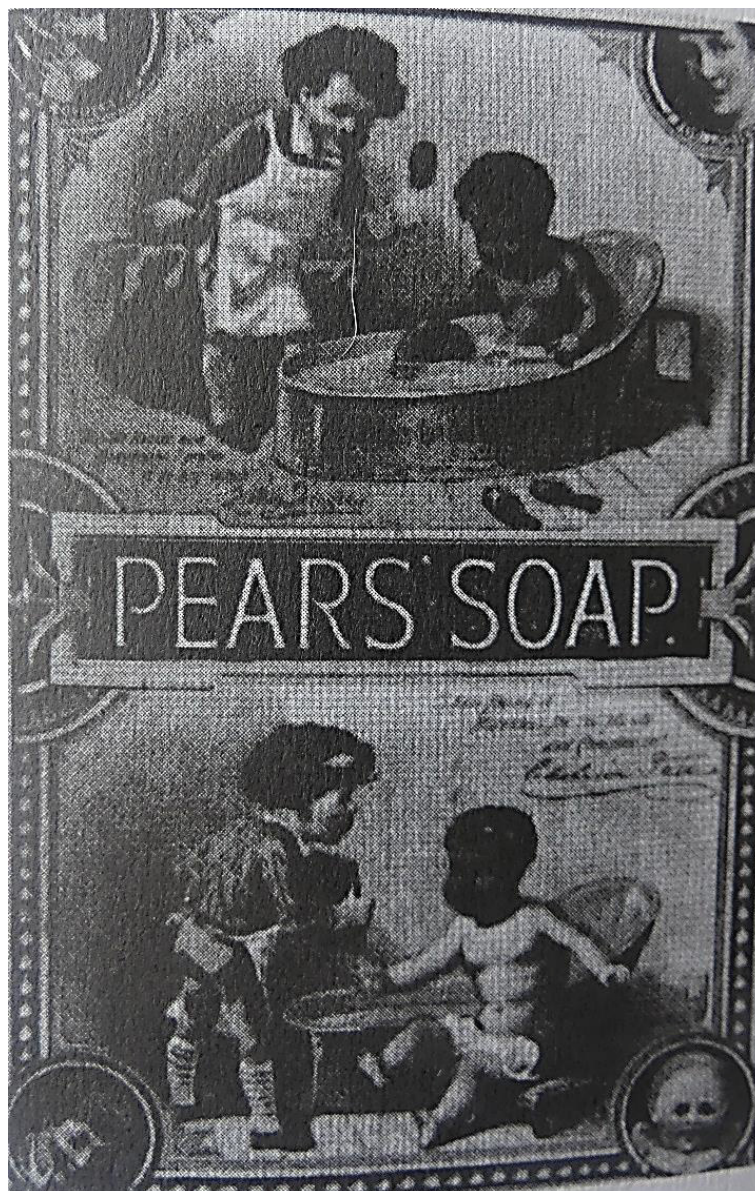


Figura 5. Anúncio sabão *Pears*, c. 1890.

A figura 5 é um anúncio da marca de sabão inglesa *Pears* – marca considerada, inclusive, pioneira no negócio da publicidade. A cena apresentada no anúncio será um mote muito utilizado pelas empresas de sabão até os primeiros vinte anos do século XX. Conforme afirmou McClintock, até o início do século XIX o sabão era uma mercadoria escassa e cara para

⁷⁶ *Idem*, p. 324-327.

o público europeu, assim como o ato de banhar-se também não era um ritual cotidiano. No entanto, com o passar de algumas décadas, o sabão havia se tornado um produto muito procurado pelas classes médias da Grã-Bretanha vitoriana e era já associado a rituais de limpeza próprios da superioridade da civilização europeia. Some-se a isso, claro, o barateamento do produto, uma vez que as matérias primas para sua produção advindas das próprias colônias britânicas facilitaram a sua disseminação pelas camadas mais baixas da sociedade.

As fontes baratas de óleo de palma, coco e sementes de algodão se multiplicavam nas plantações imperiais da África Ocidental, da Malásia, Ceilão, Fiji e Nova Guiné. À medida que rápidas mudanças na tecnologia de fabricação do sabão aconteciam na Grã-Bretanha depois do meio do século, surgia a perspectiva de um grande mercado doméstico de sabonetes, que até então tinham sido um luxo só acessível à classe mais alta⁷⁷.

Observamos na imagem uma narrativa apresentada em duas partes: na primeira vemos dois garotos, um negro e um branco, dentro de um banheiro. O menino branco, presumidamente inglês, veste um avental também branco e inclina-se para banhar o menino negro que está sentado dentro de uma banheira com uma expressão ligeiramente intrigada. Na segunda parte da narrativa, o menino negro sai da banheira e se assusta com o reflexo que vê no espelho que lhe mostra o outro menino: ele havia se tornado magicamente branco do pescoço para baixo.

De acordo com Anne McClintock, este anúncio traz alguns dos fetiches mais recorrentes em propagandas dessa natureza: a própria mercadoria – o sabão, roupas brancas e um espelho. Segundo a autora, a ideia central desse arranjo visual é de que a mercadoria anunciada possui o poder de regenerar ou purificar aquele maculado pelo estigma da degeneração racial. Enquanto o garoto branco representa o próprio agente da história – aquele que é responsável pela regeneração da raça através da sua intervenção direta -, o garoto negro atua como o sujeito colonizado que sofre em sua pele a metamorfose proporcionada pelo processo imperial – aqui representada alegoricamente pelo sabão. Contudo, o menino negro não se torna um garoto branco por completo: seu rosto continua preto e denuncia, portanto, que sua natureza não pode ser alterada totalmente. Ela pode ser modificada, “melhorada”, vigiada e controlada, mas nunca será igualada à natureza do branco. Dessa forma, o menino negro apresenta-se após o banho como um híbrido racial passivo, meio branco, meio negro.

⁷⁷ *Idem*, p. 312.



Figura 6. Anúncio sabão *Schicht*, 1905.

A figura 6 é um anúncio de sabão de 1905 da empresa austríaca *Schicht* – que, apesar de austríaca, havia produzido esta propaganda para circulação na Alemanha. Nela observamos uma cena que, conforme afirmamos anteriormente, tornava-se cada vez mais comum nos anúncios de produtos de higiene pessoal pelos países metropolitanos. A imagem é bastante clara: um rapaz e uma moça africanos – tendo em vista suas vestes – banham-se em um balde e esfregam-se com o sabonete da marca anunciada. Conforme afirmou David Ciarlo ao analisar esta propaganda, *Schicht* teria se inspirado nos anúncios de sabão que circulavam na Europa e já na Alemanha desde a década de 1890⁷⁸. Em primeiro lugar, nota-se nitidamente a referência ao anúncio da inglesa *Pears* (primeira a construir tal narrativa) e também de outra marca de sabonetes britânica, a *Sunlight*, que utilizava dos mesmos referenciais imagéticos em

⁷⁸ CIARLO, *op.cit.*, p.9.

suas propagandas. Ainda segundo Ciarlo, uma referência mais próxima de *Schicht*, no entanto, é a companhia estadunidense *Fairbanks* que havia registrado sua marca na Alemanha em 1901. Na logo registrada pela *Fairbanks* vê-se também dois rapazes negros lavando um ao outro em uma banheira. No entanto, a grande percepção de *Schicht* para não plagiar totalmente a imagem de *Fairbanks* foi substituir os dois meninos negros que no anúncio estadunidense eram afrodescendentes, por meninos africanos, uma realidade também mais condizente com o próprio colonialismo alemão e que livrava *Schicht* de qualquer imbróglio legal. Ainda de acordo com Ciarlo, este anúncio reunia em si uma característica absolutamente transnacional, tão presente nas trocas comerciais imperialistas e, ao mesmo tempo, tão negada pelas potências ultra-nacionalistas: “Um tema americano, pirateado por uma firma austríaca, um padrão providenciado por um anúncio britânico, transposto para a África para germanizá-lo”⁷⁹.

Neste anúncio do sabão *Schicht* também ecoa aquela vontade de tornar o negro branco. No entanto, diferentemente do anúncio de *Pears*, não é um garoto branco que “limpa” o garoto negro, e sim dois garotos negros que se lavam em busca da brancura. Enquanto na imagem de *Pears* o garoto branco consegue tornar parte do garoto negro em branco, aqui não importa o quão forte eles se esfreguem, aparentemente eles nunca conseguirão lavar sua negritude. Vê-se, portanto, aquela velha obsessão em modificar o sujeito colonial para que ele se adeque aos padrões raciais da cultura europeia e, ao mesmo tempo, a impossibilidade de tal adequação se dar por completo. Como na esfera do fetiche, por onde atua muito da percepção do estereótipo, há a vontade de tornar o outro branco e, ao mesmo tempo, um medo tremendo de que isso efetivamente se realize. Existe nessa linguagem visual, portanto, uma lógica que se explica somente na esfera do fetiche colonial: desejo e repulsa pela alteridade completa, manifestada pela constante vontade de tornar o outro um igual e, ao mesmo tempo, na impossibilidade e aversão de o fazê-lo.

Para Homi Bhabha, inclusive, a partir da ótica do fetichismo podemos compreender mais profundamente a lógica do discurso colonial baseado na ambivalência. Segundo o autor, o discurso colonial produz o sujeito colonizado como uma realidade que é, ao mesmo tempo, o Outro absoluto, mas, ainda assim, completamente apreensível e visível. Da mesma forma, a leitura do estereótipo em termos do fetichismo revela algo que nos parece familiar nas imagens aqui analisadas: “o desejo do sujeito por uma origem pura que é sempre ameaçada por sua diferença”⁸⁰. De fato, como vimos anteriormente, existiu uma série de produções racialistas que

⁷⁹ *Idem, ibidem* – tradução livre da autora.

⁸⁰ BHABHA, *op.cit.*, p. 116.

procuravam determinar os traços e as personalidades de cada raça. No entanto, note-se que em cada trabalho daquele citado, a ideia que embasava toda a análise era a existência de raças puras. No entanto, conforme demonstrou Robert Young, havia também a existência de inúmeros trabalhos que procuravam classificar a infinidade de misturas de raças, além de atribuir nomenclaturas específicas para cada uma delas. Young define tal processo como uma tabulação obsessiva do desejo de controlar e garantir a pretensa pureza das raças e a ameaça que as constantes misturas raciais representavam para este imaginário ilibado⁸¹.

Para o caso da Alemanha imperial existiu um contexto dramático que deu novos contornos para os anúncios racializados. Lembremo-nos que de 1904 a 1908 a África de Sudoeste Alemã viveu um dos maiores conflitos coloniais experimentados nas colônias alemãs: a guerra colonial contra os herero e os nama. Conforme afirmam muitos pesquisadores⁸², inclusive, o conflito iniciado com uma revolta do povo herero contra as opressões dos colonos alemães, terminou com uma guerra envolvendo todo o aparato militar da *Schutztruppe* sob liderança de Lothar von Trotha e com aquilo que se considera como o primeiro genocídio do século XX: a morte de mais de 80 mil pessoas (cerca de 80% da população herero) e o encarceramento dos sobreviventes em verdadeiros campos de concentração.

De acordo com Ciarlo, nos periódicos alemães da época e nos corredores do *Reichstag* se lamentavam as mortes dos alemães inocentes e condenavam-se as atitudes bárbaras dos herero, ao mesmo tempo em que os históricos oposicionistas do colonialismo alemão em África, os políticos do Partido Social Democrata, recuperavam imagens estereotipadas dos africanos para argumentar contra o conflito, afirmando que eles não passavam de nativos inocentes e infantilizados que não deveriam suportar tamanho conflito bélico⁸³.

É justamente nesse contexto de conflito colonial que, ademais, envolveu toda a opinião pública alemã, que vários anúncios de produtos industrializados passaram a veicular imagens da ameaça dos africanos. Dos mais sutis aos mais explícitos, observamos sobretudo entre os anos 1904 a 1907 uma profusão de imagens de propaganda mercantil que apresentavam como central o tema colonial.

⁸¹ YOUNG, Robert. *Colonial Desire: hybridity in theory, culture and race*. Londres: Routledge, 1995, p. 168.

⁸² Ver, por exemplo: BREPOHL, Marion. "Homens e mulheres falando em genocídio: a experiência imperialista alemã (1884-1945) In *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 52, 2010; KOESSLER, Reinhart. "Genocide, apology and reparation: the linkage between images of the past in Namibia and Germany" In *AEgis European Conference on African Studies*, Panel 82, 2007; ZIMMERER, Jürgen. "Annihilation in Africa: the race war in German Southwest Africa (1904-1908) and its significance for a global history of genocide" In *GHI Bulletin*, n.37, 2005.

⁸³ CIARLO, *op.cit.*, p.266.



Figura 7. Anúncio removedor de tinta *Müller*, 1904.

A figura 7 é um caso de um anúncio que trata da questão dos nativos de uma forma mais direta do que em outros casos. O anúncio do removedor de tinta Müller data do ano de 1904. No anúncio lemos em letras garrafaís: “Erradique os seus erros e rasuras gramaticais com o removedor de tinta Müller”. De modo grotesco, este anúncio apela para o humor ao relacionar o texto com a imagem que o segue: um garoto negro que observa em choque partes de sua mão e pescoço embranquecendo devido à qualidade do produto anunciado. Para além do mote do negro transfigurando-se em branco graças aos poderes dos produtos ocidentais, chama-nos a atenção nessa propaganda o fato de que o removedor de tinta anunciado não tem, em uma primeira vista, nenhuma relação com o processo colonial. E, ainda assim, é o sujeito negro colonizado que é utilizado como agente do sentido de humor produzido pela propaganda. Segundo Ciarlo, era muito comum nos anúncios da primeira quinzena do século XX utilizarem figuras negras para vender produtos pretos – tais como o removedor de tinta⁸⁴.

No entanto, ainda que a utilização do humor tenha sido o veículo escolhido pela empresa para anunciar o produto em questão e atrair clientes, as implicações simbólicas, quando lidas em seu contexto, nos parecem verdadeiramente pavorosas. Tendo em vista o

⁸⁴ *Idem*, p.276.

recrudescimento constante do tratamento dispensado aos povos locais durante a guerra colonial, podemos inferir que a utilização do termo *vertilgen* (destruir, erradicar, exterminar) talvez não tenha sido uma escolha totalmente acidental e ingênua. Lembremo-nos aqui da famosa ordem do general von Trotha às tropas de ocupação proferida no mesmo ano de circulação deste anúncio:

Eu, o grande general dos soldados alemães, envio esta carta ao povo herero; vocês não são mais súditos da Alemanha; vocês mataram e roubaram, mutilaram orelhas e narizes de soldados e cortaram outras partes do corpo, e querem agora por covardia desistir de lutar. Eu digo ao povo: aquele que entregar no meu posto um dos capitães como prisioneiro, receberá mil marcos, e quem trouxer Samuel Maharero, receberá cinco mil marcos. O povo herero deve agora abandonar esta terra. Quem não o fizer, meto-lhe a cacetada para fora. Dentro das fronteiras alemãs, todos os hereros, quer tenham espingardas ou não, serão abatidos com arma de fogo, não recebo mais crianças ou mulheres, fujam elas com seu povo ou perecerão⁸⁵.

Parece-nos claro, portanto, que a utilização do termo *vertilgen* estaria associada ao contexto de perseguição e eliminação do povo herero do território da África de Sudoeste Alemã. Ademais, chama-nos a atenção novamente a força dos recursos visuais utilizados na propaganda. Vemos como a aparente ingênua manipulação pelo sujeito representado do removedor de tintas leva a uma completa bagunça: ele de fato acaba por “corrigir” partes do seu corpo preto para um corpo híbrido, meio branco, meio negro. De fato, a tinta está literalmente dissolvendo, ou melhor, nos termos do anúncio, erradicando a negritude do africano⁸⁶. Novamente aqui, ouve-se o eco da primeira propaganda da *Pears*, aquele que busca purificar a mácula da raça através de um produto industrial. No entanto, enquanto nas propagandas de sabonete a mensagem transmitida era a de limpar tal mácula, aqui o discurso se radicaliza por completo e a mensagem passada é a de exterminar a ignomínia da raça inferiorizada pelo discurso colonial.

Vale lembrar ainda, as afirmações de Deleuze e Guatarri sobre o crime que perpassa a noção de racismo:

O racismo europeu como o clamor do homem branco nunca operou por exclusão ou pela designação de alguém como o “outro”... o racismo opera pela determinação de graus de desvio em relação à face do Homem Branco [a face de Cristo] (...) Do ponto de vista do racismo não há exterior, não há pessoas para fora. *Há somente*

⁸⁵ Discurso do general Lothar von Trotha ao comando das tropas de ocupação, tradução do alemão de Marion Brepohl In BREPOHL, M. “Homens e mulheres...”, p. 164.

⁸⁶ CIARLO, *op.cit.*, p. 276.

*pessoas que deveriam ser como nós e o seu crime é justamente não o ser*⁸⁷.

Não podemos deixar de nos furtar também de perceber como as propagandas mercantis elaboraram – junto com outras mídias – um modelo único de representação racial do negro africano. Notemos, por exemplo, os caracteres estilísticos que se repetem nesses três exemplos aqui apresentados e, não nos enganemos, apareciam também em uma vasta gama da cultura visual colonial. De forma geral, percebemos a recorrência da simplificação das características dos sujeitos negros e podemos destacar alguns traços que definem o negro na visualidade da época: cabeças grandes, olhos esbugalhados, barrigas salientes, pernas e braços extremamente finos e bocas exageradamente grandes.

Como podemos observar, estes traços passaram a conformar uma caricatura racializada desses sujeitos e eram sobretudo a partir de tais elementos visuais que os espectadores identificavam as diferenças raciais nas representações, ou seja, percebemos na virada do século XIX para o século XX a constituição de estereótipos fixos sobre a diferença racial no reino da cultura visual. De acordo com Ciarlo, às vésperas da I Guerra Mundial, as figuras negras estavam já tão racializadas e caricatas que elas quase não se pareciam mais com um ser humano, vale dizer, sua representação havia se tornado tão exagerada que seus contornos serviam apenas como pontos abstratos para indicar a radical alteridade racial⁸⁸.

No entanto, vale um comentário de que a propaganda mercantil desse período não se valia única e exclusivamente de vender seus produtos a partir de imagens coloniais. Imagens de lindas mulheres brancas estampavam mais anúncios de sabão do que as imagens de garotos negros se banhando, ao passo que pode-se notar uma profusão de imagens bucólicas e angelicais em embalagens de produtos industrializados. De fato, não podemos pensar a construção da ideia de raça somente a partir do negro ou do colonizado. De acordo com McClintock, ao resgatar bell hooks, devemos sempre contrapor a produção do discurso sobre o negro com o discurso sobre raça que investigue também a brancura⁸⁹. No entanto, segundo Ciarlo, a permanência de imagens de sujeitos negros estereotipados havia se tornado útil aos publicitários.

Era um método conveniente de capturar a curiosidade através do exótico; de chamar a atenção pelo exagero sensacionalista; de demonstrar a supremacia do produto ao colocá-lo lado a lado do

⁸⁷ DELEUZE E GUATTARI *apud* YOUNG, *op.cit.*, p. 170 – tradução livre da autora; grifos nossos.

⁸⁸ *Idem*, p. 300.

⁸⁹ McCLINTOCK, *op.cit.*, p. 25.

incivilizado; e também de inflamar o consumidor branco implicando uma constelação visual que o remetia ao poder⁹⁰.

Neste processo de criação de uma cultura visual hegemônica sobre a raça - que contrapunha a diferença essencial do negro e a superioridade do branco – assistimos nascer não somente um discurso político sobre o projeto colonial, mas também um discurso construído a partir da visualidade sobre a atuação e o lugar ocupado por cada raça na ordem estabelecida da geopolítica mundial da era dos impérios.

⁹⁰ CIARLO, *op.cit.*, p. 304 – tradução livre da autora.

Capítulo 2.

A câmera que domina: a paisagem colonial

“O colonizador europeu sabia da importância da cultura e temia a ameaça que provém de homens conscientes da própria história e plenos de confiança no valor de suas tradições. Do contrário, porque teria mobilizado tudo – potência militar, fé religiosa, força intelectual – para negar aos africanos seus próprios deuses, sua cultura, o significado da sua civilização?”.

Ngugi wa Thiong’o

A fotografia como um suporte material para a captura e representação de imagens se desenvolveu a partir dos anos vinte do século XIX e tem como principais nomes os franceses Joseph Niépce e Louis-Jacques Daguerre⁹¹. A partir das técnicas desenvolvidas por ambos de captura de imagens a partir de exposições luminosas e de reprodução em superfícies sensíveis, o processo fotográfico foi rapidamente ampliado e refinado como uma nova técnica. Para além da nova tecnologia representada pelo advento da fotografia, é possível afirmar que com ela nasceu junto um novo modo de olhar o mundo, vale dizer, uma nova experiência subjetiva de lidar com um cotidiano inédito que se apresentava aos indivíduos das metrópoles urbanas europeias desse período. Conforme afirmou Maria Eliza Linhares Borges, essa novidade técnica nascia no seio de uma “sociedade cada vez mais laica, globalizada, veloz e tecnológica, em que as pessoas conviviam a um só tempo com o medo do anonimato, a necessidade de preservar o presente e a incerteza sobre o futuro”⁹².

Como apontou a autora, o retrato foi uma das primeiras modalidades fotográficas a cair nas graças da burguesia europeia. A ida aos estúdios de fotógrafos profissionais significava não só uma posição social e financeira elevada, mas também indicavam um desejo cada vez mais presente na sociedade burguesa de transcender o anonimato imposto pela metrópole urbana⁹³. Já no início do século XX o sociólogo alemão Georg Simmel atentou para as transformações psíquicas ocorridas entre homens e mulheres que viveram nas grandes metrópoles urbanas na segunda metade do século XIX. Para Simmel, a intensificação dos estímulos nervosos foi a base da vida mental neste novo cenário e os indivíduos se confrontavam, cada vez mais, com a necessidade de manter uma personalidade própria em meio a um mundo cada vez mais massificado:

[Na metrópole], nos edifícios e instituições educacionais, nas maravilhas e confortos da tecnologia da era da conquista do espaço, nas formações da vida comunitária e nas instituições visíveis do Estado, oferece-se uma tão esmagadora inteireza de espírito cristalizado e despersonalizado que a personalidade, por assim dizer, não se pode manter sob o seu impacto. Por um lado, a vida se torna infinitamente fácil para a personalidade na medida em que os estímulos, os interesses, empregos de tempo e consciência lhe são oferecidos de todos os lados. Eles conduzem a pessoa como se em uma corrente, e mal é preciso nadar por si mesma. Por outro lado,

⁹¹ De acordo com Maria Eliza Linhares Borges, entre as décadas de 1820 e 1860, diferentes indivíduos da Europa e das Américas desenvolveram pesquisas dos processos físico-químicos para a captação de imagens. No entanto, a identificação da invenção da fotografia com os nomes de Niépce e Daguerre deveu-se ao fato da grande publicidade feita em torno à reunião dos dois cientistas, agenciada por François Arago, membro do Parlamento Francês, em 1839. Cf. BORGES, Maria Eliza Linhares. *História e Fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 38.

⁹² *Idem*, p. 37.

⁹³ *Idem*, p. 41.

entretanto, a vida é composta mais e mais desses conteúdos e oferecimentos que tendem a desalojar as genuínas colorações e as características de incomparabilidade pessoais. Isso resulta que o indivíduo apele para o extremo no que se refere à exclusividade a particularização, para preservar sua essência mais pessoal⁹⁴.

A era dos estúdios fotográficos, portanto, fez parte de um novo regime de visualidade que se formou junto ao “desenvolvimento de novas tecnologias de reprodução, maior circulação de imagens produzidas em massa, a invenção de um número desconcertante de novos dispositivos ópticos e novas formas institucionalizadas de ver voltadas para as classes médias”⁹⁵.

Já no final do século XIX, a fotografia havia se popularizado entre as camadas urbanas e estava disponível como uma comodite para consumo da pequena-burguesia metropolitana. Conforme afirmou Ana Carolina Schweitzer, no ano de 1884, ano de início da Conferência de Berlim, inclusive, os estadunidenses George Eastman e William Walker haviam solicitado a patente do filme de rolo, o que tirou a exclusividade do ato de fotografar das mãos dos fotógrafos profissionais e possibilitou o acesso de um público mais amplo na produção de fotografias⁹⁶. A primeira câmera portátil desenvolvida pela empresa de Eastman, a Kodak, começou a ser vendida no ano de 1888.

Para além da revolução técnica propiciada pela fotografia na forma de se produzir imagens, seu impacto social e subjetivo sobre os processos de visualização da realidade foi algo realmente notável e que penetrou profundamente a mentalidade ocidental. De acordo com Philippe Dubois e Geneviève van Cauwenberge, no discurso primeiro e primário sobre a fotografia ela foi considerada massivamente como a imitação mais perfeita da realidade⁹⁷. Ao longo do século XIX, o processo fotográfico foi entendido quase que exclusivamente a partir de sua capacidade mimética do real, capacidade que se dava, justamente, pela sua natureza extremamente técnica, advinda sobretudo do procedimento mecânico que “permitia fazer aparecer a imagem de maneira automática, objetiva, quase natural”⁹⁸. A ideia da fotografia como algo automático teve implicações também no modo de interpretação do que seria um

⁹⁴ SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida mental” In VELHO, Otávio Guilherme (Org). *Ofenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973 (texto original de 1903), p. 23-24.

⁹⁵ SANDBERG, Mark. “Efigie e narrativa...”, *op.cit*, p. 363.

⁹⁶ SCHWEITZER, Ana Carolina. *Imagens do Império: mulheres africanas pelas lentes coloniais alemãs (1884-1914)*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016, p. 29.

⁹⁷ DUBOIS, Philippe & VAN CAUWENBERGE, Geneviève. “De la verosimilitud al índice: pequeña retrospectiva histórica sobre la cuestión del realismo en la fotografía” In DUBOIS, Philippe. *El acto fotográfico y otros ensayos*. Buenos Aires: la marca Editora, 2015, p. 45.

⁹⁸ *Idem, ibidem*.

fotógrafo. Segundo um acirrado debate na época, levado a cabo, inclusive, por Charles Baudelaire, o fotógrafo seria aquele que apenas assiste a cena e se comporta quase como um assistente da máquina, ou seja, o indivíduo por trás da câmera era considerado como um técnico em produzir imagens. Em contraposição a esse papel técnico do fotógrafo, estaria o artista plástico, aquele que produz imagens a partir da pura criação imaginária subjetiva, fruto da criatividade da mente humana e da atividade das mãos do pintor⁹⁹.

Tanto a ideia de a fotografia ser uma reprodução mimética do mundo, quanto a ideia de o fotógrafo ser um mero técnico que aciona a máquina denotam a posição que a fotografia passou a assumir neste momento. Ela ganhou ares de artefato objetivo, livre de interferências humanas, vale dizer, assumiu um caráter científico e de documentação do real. Nessa concepção, entende-se que a fotografia não interpreta, não seleciona e não hierarquiza determinada realidade sobre outra, mas apenas retrata de forma pura e objetiva o mundo a sua frente, ela é uma *opera sine manu facta*¹⁰⁰, ou seja, sem intromissões subjetivas de seu produtor. O processo fotográfico, dessa forma, deu início a um novo sentido de verossimilhança entre imagem e realidade que já era buscado pela pintura no Ocidente desde, pelo menos, a técnica da perspectiva renascentista. De acordo com Corey Ross, a importância política dessa nova mídia reside no fato de que, em primeiro lugar, ela tornou acessível um tipo de visualizar o mundo para uma audiência muito mais ampla e, em segundo lugar, ela desenvolveu uma nova linguagem imagética que atestava uma experiência direta entre imagem-objeto e espectador¹⁰¹.

É justamente a partir desse entendimento da fotografia como a imitação mais perfeita da realidade que ela serviu aos interesses dos agentes do imperialismo europeu em África. A partir da nova linguagem visual estabelecida pela foto e da ideia apontada por Ross do estabelecimento de uma relação não mediada entre imagem e espectador, a visualidade criada pelas fotografias das e nas colônias foi um elemento central utilizado pelos poderes metropolitanos não só para a projeção do poder colonial, ou seja, a utilização da fotografia como um meio de propaganda, mas também e sobretudo, ela foi largamente usada para integrar o tema do Império com a vida na metrópole¹⁰² - conforme apresentado no capítulo 1 a partir das propagandas comerciais.

Além disso, a ideia de a fotografia ser um suporte visual livre de interferências subjetivas teve um papel importante no que Mary Louise Pratt definiu como anti-conquista.

⁹⁹ *Idem*, p. 49.

¹⁰⁰ *Idem*, p. 46.

¹⁰¹ ROSS, Corey. *Media and the making of modern Germany*. Nova York, Oxford University Press, 2008, p. 192.

¹⁰² HAYES & SILVESTER & HARTMANN, *op. cit.*, p. 3.

Segundo esta autora, o conceito de anti-conquista pode ser definido pelas estratégias de representação pelas quais a burguesia europeia buscou assegurar sua inocência ao mesmo tempo em que garantiam sua dominação¹⁰³. Conforme veremos a seguir, as fotografias da Sociedade Colonial Alemã que retrataram as paisagens das suas colônias possuíam, para além do elemento de registro da curiosidade humana, uma característica de mapear o espaço colonizado, definir os limites do território conquistado, documentar e catalogar a biodiversidade ali existente, além de auxiliar a compreender as possibilidades que o território dispunha de exploração econômica.

2.1. O olhar que se apropria

A África de Sudoeste Alemã (*Deutsch Südwestafrika* - DSWA), atual Namíbia, foi sem dúvida, a menina dos olhos da colonização alemã no continente a partir do início do século XX (Ver ANEXO 2). Foi para lá que emigraram o maior número de colonos alemães que foram para a África¹⁰⁴; era dessa colônia que se obtinham os melhores dados para o comércio exterior alemão do período¹⁰⁵ e foi desse local que a opinião pública alemã mais se ocupou nos tempos da colonização - sobretudo, durante a agitada e brutal guerra colonial entre 1904 e 1908.

De 1884, quando da formalização do Sudoeste Africano como área de interesse alemão, até pelo menos a metade da década de 1890, a *Deutsch Südwestafrika* teve uma posição um tanto quanto ambígua na política imperialista alemã. Tal posição se dava, sobretudo, por dois motivos: em primeiro lugar, pela situação interna da política na Alemanha, na qual os grupos pró e contra o imperialismo em África se enfrentavam constantemente no *Reichstag* e, de forma geral, exerciam diferentes graus de influência sobre o imperador Wilhelm II e, sobretudo, sobre o chanceler Bismarck e posteriormente, sobre seu sucessor Leo von Caprivi. Em segundo lugar, podemos apontar o fato de que a própria estabilidade do poder colonial dos alemães em território africano estava longe de estar equilibrada em fins do século XIX. Entre 1886 e 1892 o cenário do território alemão no Sudoeste Africano pode ser descrito da seguinte maneira: a) existiam os territórios particulares adquiridos na segunda metade do século por Adolf Lüderitz e que, a partir de 1885, devido a crises financeiras, passaram para as mãos da

¹⁰³ PRATT, Mary Louise. *Imperial Eyes: travel writing and transculturation*. London: Routledge, 1992, p. 7.

¹⁰⁴ De acordo com Woodruff Smith, em 1912 a África de Sudoeste Alemã possuía cerca de 14.816 colonos brancos, ao passo que, no mesmo período, havia cerca de 4.886 na Tanzânia, 1.537 no Camarões e 345 no Togo, SMITH, Woodruff. *The German Colonial Empire*. University of North Carolina Press, 1978, p. 51.

¹⁰⁵ De acordo com Helmuth Stoecker, em 1913 a extração de diamantes no território rendia cerca de 52.910.000 marcos de exportação para o grande capital monopolista alemão, ao passo que a exportação de cobre girava em torno de 7.929.000 marcos naquele mesmo ano, STOECKER, H., *op.cit.*, p. 146-147.

Sociedade de Colonização da África de Sudoeste Alemã (*Deutsche Kolonialgesellschaft für Südwestafrika* - DKGSWA), associação formada, sobretudo, por banqueiros alemães como Hansemann e Bleichröder representando os interesses do grande capital financeiro¹⁰⁶; b) havia o extenso território que estava sob proteção do Império Alemão, definido a partir de tratados firmados com os diversos povos locais a partir dos interesses comerciais sinalizados por Lüderitz e que garantiam naquele momento uma penetração alemã “legalizada” no Sudoeste Africano; c) e, finalmente, havia o território habitado pelos povos que haviam recusado, em um primeiro momento, os tratados de “proteção” com a Alemanha, sobretudo os Namas que rejeitavam categoricamente a autoridade alemã. Some-se a esse cenário o próprio panorama interno da região que há pelo menos cinco décadas vinha sendo abalado pelos conflitos entre o povo Herero, sob liderança de Samuel Maharero, e o povo Nama, sob chefia de Hendrik Witbooi. Dessa forma, conforme afirmou Helmuth Stoecker, nos anos 1890 o próprio Kaiser parecia disposto a abandonar o Sudoeste Alemão para se concentrar na África Oriental¹⁰⁷.

No entanto, a situação da África de Sudoeste Alemã começou a mudar quando o General Theodor Leutwein passou a empregar novas técnicas de “pacificação” (leia-se, subjugação) dos africanos, variando da diplomacia ao uso da força bruta contra seus oponentes. A partir daí, o Sudoeste Alemão passou a ser visto com outros olhos pelos políticos alemães que passaram a aceitar progressivamente a ideia de que este território poderia efetivamente abrigar colonos no tão esperado projeto de colonização da Sociedade Colonial Alemã.

A ideia de “pacificação” dos povos africanos foi desenvolvida durante a invasão colonial pelos poderes metropolitanos e expressava claramente o sentido atribuído à ocupação: a necessidade de limpar o território a ser explorado de todo e qualquer obstáculo para esse objetivo. No entanto, a historiografia eurocêntrica produzida sobre o imperialismo aceitou e difundiu a ideia de pacificação do território até pelo menos a década de 1960, marcando definitivamente a tese de que as sociedades africanas haviam aceitado facilmente a dominação europeia, ou, no caso das grandes insurreições, sustentando a tese de que tais povos eram sanguinários e pouco dados aos benefícios da “civilização”. Conforme ficará claro nesse trabalho, veremos que o termo pacificação foi um termo utilizado com claros fins de diminuição da capacidade africana para organização própria de suas resistências¹⁰⁸.

¹⁰⁶ STOECKER, H., *op.cit.*, p. 41.

¹⁰⁷ *Idem*, p. 43.

¹⁰⁸ Cf. RANGER, Terence. “Iniciativas e resistências africanas em face da partilha e da conquista” In *História Geral da África*, v. VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010.

O território da África Oriental Alemã (*Deutsch Ostafrika* - DOA), por sua vez, nasceu dos interesses particulares de Carl Peters, um explorador autônomo que se lançou à aventura colonial na África pela grande admiração que tinha pelo Império Britânico. Apesar de ser considerado alguém fora dos padrões pelos seus próprios contemporâneos imperialistas, Peters foi responsável por obter “tratados de proteção” junto aos povos da região leste do continente entre os anos de 1884 e 1885, somando praticamente 14 mil km² desse território. A partir das discussões dos tratados da Conferência de Berlim, foram desenhadas as primeiras fronteiras de zonas de influência na região entre Alemanha, França, Grã-Bretanha e Portugal. A partir dos contatos estabelecidos previamente por Peters, Bismarck declarou a região sob proteção oficial do Estado germânico.

No entanto, como a reputação de Peters era demasiado mal vista pelos financistas dos grandes bancos alemães, ele precisou recorrer diretamente ao alto escalão do governo para conseguir apoio financeiro para sua empresa de colonização, a Sociedade para Colonização da África Oriental Alemã (*Deutsch Ostafrikanische Gesellschaft* – DOAG). Somente após a liberação de cerca de 500 mil marcos pelo governo, os industrialistas e banqueiros se sentiram mais confortáveis para financiar o projeto de Peters¹⁰⁹. De acordo com Marion Brepohl, esta frágil posição de Carl Peters se dava porque ele não pertencia originalmente à burocracia estatal, tampouco havia sido parte do exército alemão, nem era um homem de letras, político ou jornalista e havia conquistado recursos pela bajulação e pela retórica patriótica dirigida tanto ao governo quanto aos homens de negócios¹¹⁰. Conforme afirmou Hannah Arendt, Peters parecia ter sido o tipo-ideal de homem supérfluo que viu na corrida colonial uma oportunidade de satisfazer ao seu ego metropolitano, justamente no contexto do imperialismo europeu em África que, segundo esta autora, envolveu homens supérfluos em busca de riquezas supérfluas financiados com o capital supérfluo advindos da exploração capitalista¹¹¹.

Entretanto, o sonho de conquistar um território que rapidamente se converteria em fonte de lucros foi abruptamente interrompido pela realidade encontrada no território ocupado. Conforme afirmou Helmuth Stoecker, logo a partir de 1887 iniciaram-se inúmeras revoltas e levantes de resistência contra os agentes coloniais alemães, sobretudo aqueles ligados à DOAG,

¹⁰⁹ STOECKER, H., *op.cit.*, p. 96.

¹¹⁰ BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion. *Imaginação literária e política: os alemães e o imperialismo (1880-1945)*. Uberlândia: EDUFU, 2010, p. 162.

¹¹¹ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, p. 219.

revoltas que buscavam restabelecer seus domínios econômicos, mas que também protestavam contra a brutalidade dos agentes alemães e ao desrespeito às suas atividades culturais. Dessa forma, tanto a população costeira dos comerciantes suaílis como os povos do interior da região juntaram forças nos ataques contra seu inimigo em comum. A Sociedade Colonial Alemã junto com a DOAG e o governo imperial - que tinha claro que não podia perder prestígio junto aos seus conterrâneos imperialistas, muito menos perder territórios para eles - iniciaram um forte esquema de intervenção militar na região com a justificativa de que a estariam livrando do bárbaro comércio de escravos levado a cabo pelos árabes ali estabelecidos. Apesar da ferrenha oposição dos social-democratas¹¹², o *Reichstag* aprovou em janeiro de 1889 cerca de 4 milhões de Marcos para a intervenção militar na região. Seguiu-se daí até pelo menos 1894, um período de intensa atividade militar liderada pelo Coronel Hermann Wissmann e suas “forças de proteção” (*Schutztruppe*), formadas massivamente por mercenários de várias regiões do continente africano¹¹³.

Segundo fontes da época¹¹⁴, a guerra colonial na África Oriental foi dirigida pelo terror dos castigos, execuções em massa e destruições de vilas completas, enfraquecendo, dessa forma, toda a estrutura social dos povos que ali habitavam. Paralelamente à essa experiência de violência intensa, Alemanha e Grã-Bretanha finalizavam os acordos sobre os territórios do leste africano. Em 1890 os dois governos assinaram o Tratado de Heligolândia-Zanzibar que finalmente estabeleceu as fronteiras da África Oriental Alemã até 1919 (ver ANEXO 3).

¹¹² Em meados de janeiro de 1889, por exemplo, August Bebel, deputado socialdemocrata que liderou as críticas à colonização alemã, enviou uma carta ao *Reichstag* com os seguintes termos: “O que é a Companhia da África Oriental? Um pequeno grupo de capitalistas ricos, banqueiros, comerciantes e industrialistas, ou seja, um pequeno grupo de pessoas muito enriquecidas cujos interesses não possuem nada em comum com os interesses do povo alemão (...) [este grupo] está interessado apenas em utilizar o seu poder para aumentar suas riquezas às custas de um povo mais fraco. Nós jamais apoiaremos tal política”, STOECKER, H., *op.cit.*, p. 98 – tradução livre da autora.

¹¹³ Cf. MEREDITH, Martin. *O destino da África: cinco mil anos de riquezas, ganância e desafios*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017, p. 410.

¹¹⁴ Em 1914 Alfred Zimmermann, oficial do Escritório Colonial, publicou a História da Política Colonial Alemã onde escreveu: “No fim de fevereiro de 1892 o Sultão de Ugogo, amigo dos Wahehe, foi punido; em março a força expedicionária queimou todas as vilas de Mahenge-Mafiti, como resultado das lutas que haviam iniciado no verão”, STOECKER, H., *op.cit.*, p. 104 – tradução livre da autora.

Susan Sontag afirmou certa vez que “coleccionar fotos é coleccionar o mundo”¹¹⁵. Obviamente a autora não estava se referindo ao contexto do imperialismo europeu, nem tampouco à fotografia no século XIX. No entanto, quando tive contato pela primeira vez com essa ideia, logo pensei no arquivo fotográfico da Sociedade Colonial Alemã. De fato, a ideia de fotografar para coleccionar o mundo me pareceu de pronto vinculada a uma das possíveis funções atribuídas à fotografia pelos agentes do imperialismo alemão. Conforme veremos a seguir, os insistentes retratos das paisagens dos territórios conquistados, sobretudo das maiores colônias alemãs em África – DSWA e DOA – confirmam a ideia de Sontag de que a fotografia podia ser um meio de trazer para o cotidiano metropolitano todo o encantamento burguês de reunir em um só lugar (o álbum de fotos, talvez) toda a potência esperada da experiência colonial.



Figura 8. Paisagem, África de Sudoeste Alemã.

¹¹⁵ SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004, p.13.



Figura 9. Paisagem, África de Sudoeste Alemã.



Figura 10. Paisagem, África de Sudoeste Alemã.



Figura 11. Paisagem, África de Sudoeste Alemã.

Esta sequência de fotografias da *Deutsch Südwestafrika* provavelmente foi feita entre os anos de 1909 e 1912¹¹⁶. Aparentemente em um princípio imagens mudas, esta sequência ganha relevância dentro do arquivo porque se mostra como um modo de representação sistematicamente buscado pelos sujeitos produtores das fotografias em análise. Fotografias semi-panorâmicas (figuras 8 e 9) ou que focalizavam em aspectos mais detalhados da paisagem (figura 11) foram um tipo preferencial dos fotógrafos que trabalharam para a Sociedade Colonial Alemã e constituíram um verdadeiro *corpus* imagético sobre o tema.

É ainda Susan Sontag quem afirma que “fotografar é apropriar-se da coisa fotografada”¹¹⁷. Assim como a metáfora de colecionar o mundo, a ideia de que a fotografia

¹¹⁶ Conforme afirmamos na introdução deste trabalho, muitas fotografias trabalhadas aqui não possuem uma datação específica. Contudo, a partir do intenso trabalho de pesquisa no arquivo, somos capazes de situar certos tipos de fotografia justamente pela leitura de outras fotografias que possuem datações mais precisas. As fotografias apresentadas nesse capítulo, no nosso entendimento, são todas derivadas desse momento que compreende os anos de 1909 e 1912. Sustentamos isso por, pelo menos, dois motivos. Em primeiro lugar, a maioria das fotografias de paisagens das colônias ou mesmo do próprio cotidiano no mundo colonial datadas no arquivo compreendem a essas datas específicas, sobretudo no caso das colônias de Sudoeste Africano e África Oriental. Em segundo lugar, a partir da leitura de bibliografias sobre o tema, verificamos que aos anos subsequentes à guerra colonial de 1904-1907 foram anos de intensa atividade dos colonos alemães nesses territórios. Não só no que diz respeito à crescente taxa de imigração nesse período, mas também na produção de material de propaganda confeccionado pela DKG para atrair mais colonos para os territórios africanos, bem como para mostrar aos compatriotas que ficaram na metrópole os potenciais das conquistas coloniais.

¹¹⁷ SONTAG, S., *op.cit.*, p. 14.

permite que os sujeitos se apropriem do objeto fotografado é ainda mais interessante para a discussão sobre as fotografias no contexto do colonialismo. Voltamos aqui a dialogar com Mary Louise Pratt e seu conceito de anti-conquista. Como vimos, esse conceito se refere aos modos de representação desenvolvidos durante os encontros coloniais ou, como Pratt definiu, nas zonas de contato, onde o colonizador europeu buscou desenvolver diversos meios de garantir a dominação do espaço ainda que se utilizando de discursos de neutralidade. O principal meio de representação da anti-conquista discutido por Pratt foram as obras de viajantes naturalistas que se aventuraram às Américas e também à África ao longo dos séculos XVIII e XIX. Segundo a autora, foi a partir desse momento de expansão colonial contemporânea que na Europa se criou uma consciência planetária, ou seja, a ideia sustentada pela crença na ciência e no progresso de que o mundo inteiro poderia ser transformado em objeto de pesquisa para este novo tipo de saber.

Não é inútil lembrar que a ciência moderna fundada em bases cartesianas pressupunha uma total separação entre sujeito-observador e objeto-estudado. Na concepção do paradigma científico fundada a partir do século XVI, a separação entre a natureza e o ser humano era completa. Segundo Boaventura de Sousa Santos,

[Neste paradigma] a natureza é tão-só extensão e movimento; é passiva, eterna e reversível, mecanismo cujos elementos se podem desmontar e depois relacionar sob a forma de leis; não tem qualquer outra qualidade ou dignidade que nos impeça de desvendar os seus mistérios, desvendamento que não é contemplativo, mas antes ativo, já que visa conhecer a natureza para a dominar e controlar. Como diz Bacon, a ciência fará da pessoa humana o senhor e o possuidor da natureza¹¹⁸.

Foi justamente com base nessas suposições que o conhecimento fundado pelo paradigma científicista pôde se dedicar à busca de um saber através de uma observação entendida como desinteressada e livre. No entanto, segundo Mary Louise Pratt, durante os processos de colonização podemos observar uma aparente contradição de termos. As ideologias dominantes sustentavam a partir dessa lógica uma clara distinção entre a busca interessada de riquezas para a grandeza das nações metropolitanas *versus* a desinteressada busca por um conhecimento verdadeiro, neutro e objetivo¹¹⁹. Dessa forma, pois, entendia-se que o conhecimento científico era algo independente das motivações e vontades de seus produtores,

¹¹⁸ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 25.

¹¹⁹ PRATT, M.L., *op.cit.*, p. 18.

ou, seguindo o pensamento de Edward Said, de que o conhecimento poderia estar assepticamente separado de suas filiações mundanas¹²⁰.

Esta concepção de um conhecimento livre de comprometimentos político-sociais teve uma importante fundamentação filosófica que acompanhou o processo de desenvolvimento do paradigma cientificista, bem como caminhou junto com a primeira experiência colonial dos séculos XV e XVI nas Américas. De acordo com Enrique Dussel, a origem da Modernidade filosófica é situada a partir da obra de René Descartes que, de forma geral, afirma que o sujeito do *ego cogito* seria uma alma independente de toda a materialidade, de toda sua extensão corpórea; segundo Dussel, a alma era para Descartes uma “coisa (*res*) espiritual, imortal, substância separada do corpo”¹²¹. A partir dessa lógica esmiuçada nas obras *Discurso sobre o Método* (1637) e *Meditações* (1641), na concepção cartesiana o corpo se transforma em uma máquina quantitativa e funcional. Parte-se daí, seguindo os argumentos de Dussel, que essa “máquina pura” não notará e mesmo prescindirá de sua cor da pele, sua raça e seu sexo, muito embora o argumento de Descartes só possa ser pensado a partir da raça branca e do sexo masculino. Dessa forma, inicia-se aqui “todas as abstrações ilusórias de grau zero da moderna subjetividade filosófica e da constituição do corpo como mercadoria quantificável com um preço”¹²². Foi exatamente essa noção do *ego cogito* cartesiano que deu origem à toda uma tradição filosófica que

situaria a corporeidade dos sujeitos coloniais como máquinas exploráveis: o corpo dos índios da *encomienda*, da *mita* ou da propriedade latino-americana, ou dos escravos africanos da casa grande das plantações do Brasil, do Caribe ou da Nova Inglaterra. Nos ombros da Modernidade se retiraria para sempre, até hoje, o ‘ser humano’ dos sujeitos coloniais¹²³.

A modernidade filosófica, e podemos acrescentar também a modernidade histórica, desenvolveu-se, sobretudo, a partir de um ato fundador: o ocultamento do ser colonial.

As representações tanto textuais quanto visuais produzidas pelos viajantes analisados por Pratt denunciavam a conquista justamente a partir de um discurso impregnado de uma pretensa objetividade e neutralidade. Segundo afirmou a autora, o viajante naturalizava a presença global europeia e a sua própria autoridade¹²⁴, vale dizer, entendia-se mesmo como

¹²⁰ SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2011, p. 13.

¹²¹ DUSSEL, Enrique. “Meditações anti-cartesianas: sobre a origem do anti-discurso filosófico da modernidade” – Parte I, In *Revista Filofazer*, Passo Fundo, n. 46, 2015, p. 22.

¹²² *Idem*, p. 24.

¹²³ DUSSEL, Enrique. “Meditações anti-cartesianas: sobre a origem do anti-discurso filosófico da modernidade” – Parte II, In *Revista Filofazer*, Passo Fundo, n. 47, 2015, p. 27.

¹²⁴ PRATT, M. L., *op.cit.*, p. 28.

um sujeito servindo apenas aos interesses científicos e não como parte integrante de um modo colonizador de ver e estar no mundo, conforme argumentado a partir de Dussel.

Entendemos que as fotografias produzidas pela DKG com a temática de paisagens geográficas se enquadram muito bem nessa ideia de anti-conquista. Conforme avançamos ao longo do arquivo, as fotografias projetaram uma imagem homogênea de que as colônias alemãs na África eram um espaço intocado pela presença humana, desprovido de qualquer atividade cultural de transformação dessa natureza em algo utilitário para a sociedade, mas, justamente por isso, um espaço vazio que detinha um enorme potencial de exploração de recursos buscados pela sociedade capitalista industrial europeia. Nesse sentido, o fotógrafo colonial se assemelharia à imagem do viajante naturalista de Pratt que buscava tão somente representar da forma mais pura e objetiva aquilo que se apresentava à sua frente. No caso dos fotógrafos da Sociedade Colonial Alemã o aparato da dominação que se camuflava como instrumento de registro era justamente a câmera fotográfica, uma câmera que se apropriava de um espaço e um registro fotográfico entendido como a mimesis mais perfeita do real.



Figura 12. Lago Tanganica, África Oriental Alemã.



Figura 13. Cataratas, África Oriental Alemã.

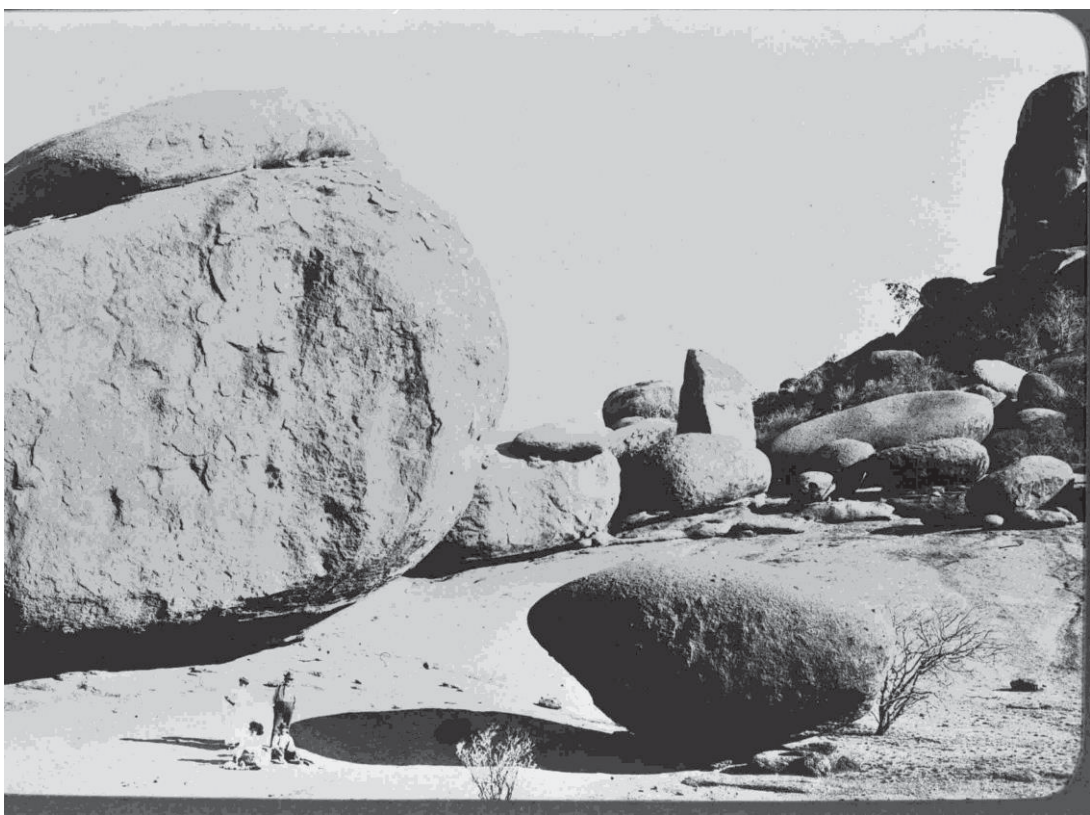


Figura 14. Rochas, África de Sudoeste Alemã.

Ainda de acordo com Pratt, o mapeamento sistemático do globo se relacionava com a busca em expansão de fontes de exploração comercial, novos mercados e terras para colonizar¹²⁵. Quando observamos, por exemplo, fotografias como as figuras 12 ou 13 logo verificamos que elas retratam dois importantes recursos para o desenvolvimento da indústria alemã: o óleo de palma e a força da água como uma possível fonte de energia.

Gostaríamos, contudo, de focar por alguns instantes na figura 14. O arquivo não traz nenhuma outra informação sobre essa fotografia, a não ser que ela foi tirada em território da DSWA. No entanto, ela contém alguns elementos que nos chamam a atenção para pensar o modo de apropriação do espaço pelas lentes fotográficas do colonizador alemão. Vemos nessa imagem rochas enormes em um ambiente aparentemente árido e com parca vegetação. No canto inferior esquerdo, porém, notamos a presença de quatro pessoas brancas (uma família talvez, composta pelo pai e pela mãe, ambos em pé, uma moça que está sentada e ao seu lado um jovem rapaz também sentado no chão). As suas presenças nesse registro fotográfico denunciam, acima de tudo, a dimensão das rochas (tal como recorrente na pintura romântica alemã do século XVIII): seus corpos servem de referência para o observador dessa fotografia do tamanho real das rochas encontradas nesse ambiente. Esta fotografia foi posteriormente utilizada como um cartão postal que anuncia que o local se chama Erongo (próximo a Swakopmund) e que esta localidade era um lugar turístico para os colonos que ali viviam e aos possíveis visitantes da colônia.

É importante destacar aqui que o tema relacionado à paisagem natural não era novo para o olhar alemão. De acordo com Túlio Barbosa, a estética derivada do Romantismo foi um agente impulsionador da Geografia como conhecimento científico e definidora das categorias geográficas ao longo do século XIX, especialmente a partir da obra de Alexander von Humboldt. Segundo Barbosa, o espírito germânico derivado do romantismo promoveu o desenvolvimento do pensamento sobre a paisagem como uma categoria geográfica e sua fundamental importância no entendimento da relação entre o sujeito e o mundo, bem como na maneira de compreender como os sujeitos se comportam nessa relação¹²⁶. Nesse sentido, a partir da estética do romantismo alemão, a natureza não seria meramente um objeto de estudo, mas a unidade fundamental para e com o sujeito.

A dialética fichteana proporcionou um novo olhar do indivíduo para com o indivíduo, isto é, o eu passa a ser peça fundamental na

¹²⁵ *Idem*, p. 30.

¹²⁶ BARBOSA, Túlio. Estética romântica germânica e a paisagem em Humboldt: percurso da Geografia. Tese de doutorado em Geografia, UNESP, Presidente Prudente, 2011, p. 148-149.

compreensão do mundo, ao mesmo tempo em que o mundo existe mediante o eu, mediante a minha percepção¹²⁷.

Não foi à toa, portanto, que a busca pela paisagem esteve absolutamente vinculada nesse momento à ideia de subjetividade, de sentimentalismo, de liberdade e de nacionalismo pela natureza do território e do povo germânicos. Dessa estética que inundou a produção literária, poética e filosófica do período, também nasceu uma visualidade vinculada a estes elementos. Nesse sentido, podemos afirmar que o famoso quadro de Caspar David Friedrich, *Caminhante sobre o mar de névoa*, de 1818 representou uma apoteose do sentimento do jovem Werther de Goethe (1774) que afirmara que “Concentro-me e encontro um mundo em mim mesmo!”: assim como Werther, símbolo máximo do romantismo alemão, que sofrera todas as dores pela exacerbação do seu sentimentalismo vivido intensamente através de sua subjetividade, o caminhante do quadro de Friedrich fita o horizonte, o infinito; solitário, ele contempla o mundo e, dessa forma, o mundo existe mediante a sua percepção, este eu que contempla o mundo inteiro dentro de si.

No entanto, ainda que a estética filosófica e visual derivada do romantismo tenha construído um mundo à importância da contemplação do sujeito, a experiência colonial desnudou qualquer traço de sentimentalismo na relação natureza-sujeito. A natureza, a paisagem contemplada em território colonial não possuía nenhum status de observação para autoconhecimento e sentimento de liberdade. Muito pelo contrário, para lá do Equador, o viajante solitário contemplativo que havia composto o *ethos* germânico ao longo do século XVIII se transformou no viajante de olhos imperiais, aqueles olhos que se apropriam, que desejam e que dominam. O *ego* contemplativo da estética romântica dá lugar ao *ego conquiro* de Dussel¹²⁸ – base do processo de assujeitamento colonial. O caminhante sobre o mar de névoa do quadro de Friedrich, quando em solo colonial, não contempla o infinito enquanto possibilidade de ser, e sim, mira o infinito enquanto possibilidade de ter.

As inúmeras fotografias de paisagens não se restringiam, a nosso ver, em uma tentativa de capturar a natureza em estado pleno para a exploração comercial. Para além desse objetivo que se nos apresenta de forma clara nos registros do arquivo visual da DKG, apontamos um segundo momento, ou uma segunda função para essas fotografias: aquelas que buscavam construir a ideia de um espaço vazio da presença humana, ou seja, um território não habitado por nenhuma sociedade, fotografias que ignoravam a presença dos povos já estabelecidos

¹²⁷ *Idem*, p. 188.

¹²⁸ DUSSEL, E., *op.cit.*, p. 32.

nesses territórios. Evidentemente, a construção da imagem de um território vazio não era um mero acaso ou ainda um descuido por parte dos fotógrafos que privilegiavam inocentemente as belezas naturais de suas colônias. A construção da ideia de um espaço vazio foi absolutamente necessária para a manutenção do discurso de colonização da região.



Figura 15. Panorama, África de Sudoeste Alemã.



Figura 16. Paisagem, África de Sudoeste Alemã.



Figura 17. Panorama Tanzânia, África Oriental Alemã.

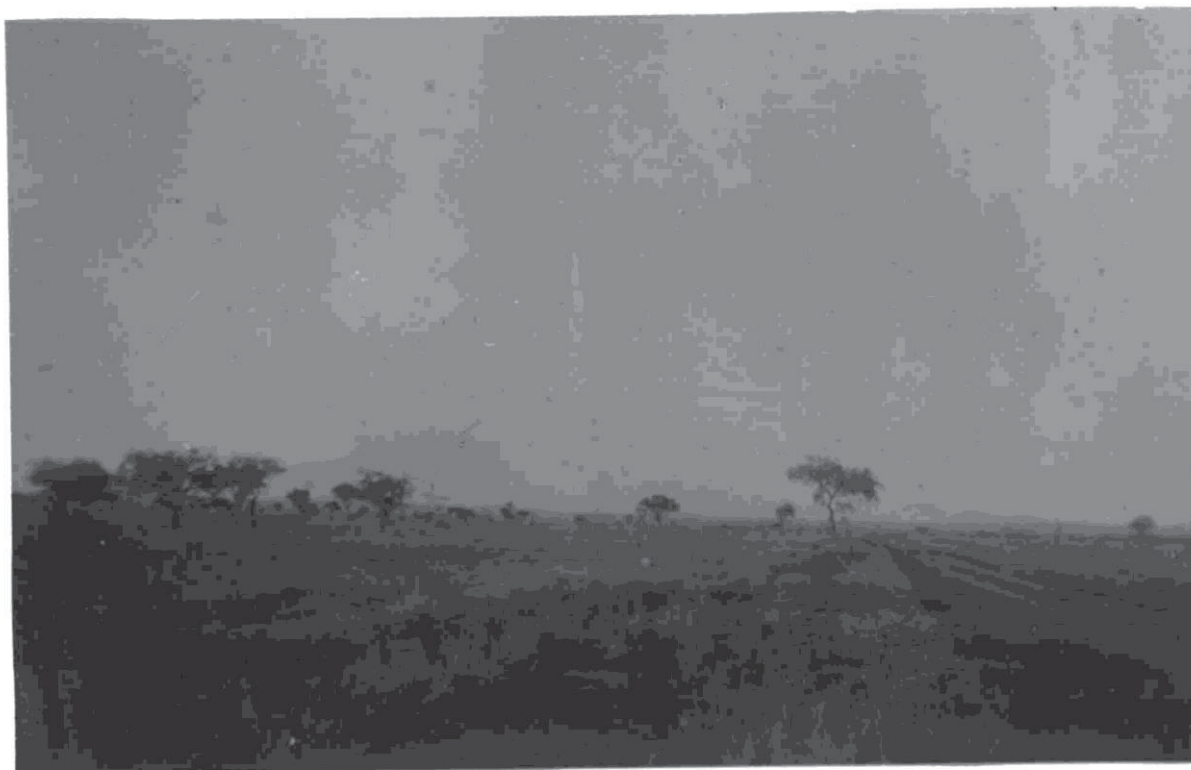


Figura 18. Caminho na estepe, África Oriental Alemã.

De acordo com as fotografias 15 a 18 (e mais centenas desse mesmo gênero que existem no arquivo), o espectador desavisado tem de fato a impressão de que os territórios africanos não possuíam grandes contingentes populacionais e que, dessa forma, uma política de colonização poderia ser facilmente conduzida pela Sociedade Colonial Alemã. No entanto, nos interessa discutir como estas imagens representam algo muito distinto de uma imitação da realidade, mas retratam realidades muito particulares que, no discurso que se pretendia homogêneo do colonialismo, construíram uma imagem de terra vazia.

O que é muito bem escamoteado das representações fotográficas da DKG é o intenso processo para que as possibilidades de colonização de fato existissem nesses territórios. De acordo com Helmuth Stoecker, a partir da segunda metade da década de 1890 iniciou-se um processo de intensificação na imigração de colonos para os territórios africanos. De fato, em 1891 constavam como colonos na África de Sudoeste apenas 310 alemães, ao passo que no ano de 1903 esse número já havia subido para 2.998 indivíduos¹²⁹. O próprio governo alemão passou a encorajar a ida de imigrantes. Em 1901, por exemplo, o governo de Windhoek criou

¹²⁹ STOECKER, H., *op.cit.*, p. 49.

um fundo para empréstimos para colonos alemães que se estabelecessem na região de mais de 300 mil marcos, além de ter nomeado Paul Rohrbach como Comissário para a Colonização. Estava evidente para o governo colonial que as populações locais teriam que ser expulsas de suas terras para consolidar o projeto de colonização e assentamento dos imigrantes alemães. Em 10 de abril de 1898 o governo colonial promulgou o Decreto Imperial para o Estabelecimento de Reservas para os Nativos no Território Protegido do Sudoeste Africano¹³⁰. Nos termos do decreto, o governo tinha total autoridade para determinar quais áreas seriam destinadas para os habitantes locais e, logo após a promulgação do referido documento, foram estabelecidas duas reservas: uma para os Namas Witboois e outra nas terras dos Herero – que, logo após as guerras coloniais de 1904-1908 foram extintas. O decreto ainda estabelecia que as reservas não poderiam estar em territórios onde se desejavam construir ferrovias, nem tampouco, em áreas que fossem de interesse do governo colonial ou dos colonos brancos. Em 1903, inclusive, o general Leutwein acrescentou que somente poderiam ser destinadas para novas reservas terras de tamanhos modestos¹³¹. Segundo Stoecker, esse processo intenso de expropriação de terras foi um dos motivos impulsionadores das insurreições dos Herero e dos Nama nos anos subsequentes. No caso dos Herero, inclusive, para além da expropriação das suas terras, houve um intenso processo de desapropriação dos seus rebanhos de gado. Durante todo o século XIX, uma das principais atividades do povo Herero foi a criação e manutenção de seus rebanhos que, desde meados desse século, já interessavam aos europeus que ali se estabeleciam e que foram, de fato, importantes elementos nas negociações desse povo com os colonizadores recém-chegados. No entanto, no período de 1898 a 1903, os colonos alemães estabeleceram novas formas de expropriar grandes quantidades desses rebanhos das mãos dos africanos. Estes compravam bens dos alemães no crédito e, quando estes pediam pelo pagamento e os africanos não possuíam dinheiro, os colonos exigiam a quitação do débito em cabeças de gado ou mesmo retiravam à força rebanhos inteiros das mãos dos povos locais¹³².

A intensificação dos processos de desapropriação de terras dos povos autóctones levou à seguinte situação fundiária na África de Sudoeste Alemã no ano de 1913 (portanto, depois das guerras que dizimaram o povo Herero e o povo Nama): havia sete proprietários que possuíam mais de 100 mil hectares de terra (incluindo aí missões religiosas, como a Missão da Renânia, com 140 mil hm. e a Missão católica com 130 mil hm.); onze proprietários que detinham entre 50 e 100 mil hectares; 88 fazendas possuíam entre 20 e 50 mil hm; 275 fazendas

¹³⁰ *Idem*, p. 50.

¹³¹ *Idem*, *ibidem*.

¹³² *Idem*, p. 51.

entre 10 e 20 mil; 481 fazendas entre 5 a 10 mil hm; e 275 fazendas com menos de 5 mil hectares¹³³.

Consideramos, portanto, que a seleção das fotografias com o tema de paisagens naturais não representava apenas uma satisfação da curiosidade colonial, tampouco o retrato fiel da realidade encontrada nas colônias. Por mais que essas fotografias tenham tido pouca publicidade, uma vez que elas geralmente circulavam em ambientes privados, é notório quais aspectos esses sujeitos que fotografavam tais ambientes buscaram enfatizar: o potencial do território para a exploração econômica em benefício exclusivo dos colonizadores, assim como a grande quantidade de territórios “inabitados” que poderiam servir para a tarefa de colonização alemã. É importante destacar que tais ideias que perpassam o discurso visual dessas fotografias não eram exatamente novas no imaginário construído sobre o continente africano, conforme discutimos no primeiro capítulo deste trabalho. O regime de visualidade construído por essas fotografias em específico fazia eco com discursos já bem elaborados pelos agentes do imperialismo europeu desde fins do século XVIII, sobretudo a partir dos meios de representação que se queriam neutros e objetivos.

É importante afirmar, também, como esse modelo de representação fotográfica do espaço colonial foi essencial para produzir aquilo que o antropólogo venezuelano Fernando Coronil definiu como a “Divisão Internacional da Natureza”. Para este autor, o mundo colonizado estava completamente fora da lógica da Modernidade europeia, ali não existiam as mesmas normas, as leis eram substancialmente diferentes para a minoria branca e para a maioria negra. No entanto, esse mesmo mundo colonizado que não tinha espaço na lógica modernizante europeia foi materialmente indispensável para a construção da civilização no continente europeu¹³⁴ - lembremo-nos aqui das palavras de Frantz Fanon: “A Europa é a criação do terceiro mundo”.

¹³³ *Idem*, p. 144-145.

¹³⁴ CORONIL, Fernando *apud* WENZEL, Jennifer. “Decolonization” In SZEMAN, I; BLACKER, S; SULLY, J. *A companion to critical and cultural theory*. Disponível em <http://academia.edu> – acesso em 30/06/2015.

2.2. O olhar que transforma

Após uma primeira seleção das imagens da Sociedade Colonial Alemã, começa a ficar clara a ideia de que a fotografia foi um importante instrumento utilizado na construção de um imaginário sobre o Império e sobre como tal imaginário impactou na produção de um discurso e também de práticas no ambiente colonial. Neste ponto já nos parece evidente que a fotografia não pode ser pensada como uma ferramenta de captura pura e imparcial de uma realidade objetiva, mas que o olhar fotográfico deve ser compreendido a partir de seus condicionantes sociais e culturais. Conforme afirmou Pierre Bourdieu, se, potencialmente, a natureza e as técnicas fotográficas permitem que “todas as coisas sejam objetivamente ‘fotografáveis’, de fato, da infinidade teórica das fotografias tecnicamente possíveis, cada grupo seleciona uma gama finita e definida de sujeitos, gêneros e composições”¹³⁵.

Se, em um primeiro momento, afirmamos que uma das funções das fotografias da DKG era de alguma forma “provar” que a) os territórios coloniais ofereciam matérias-primas de primeira necessidade para a indústria alemã e b) que os espaços coloniais eram vazios de presença humana e, portanto, estariam aptos para o processo de colonização, verificamos também a existência de um outro tipo de discurso a partir das fotografias de paisagens produzidas pela Sociedade Colonial. Nesta segunda categoria estão as fotografias que representam as transformações dos espaços coloniais com a presença dos colonizadores; observamos aqui imagens que revelam os espaços urbanizados das possessões coloniais alemãs, vale dizer, aqueles espaços que foram alterados pela administração e pelo pretenso projeto de civilização e modernização levado a cabo pelos agentes coloniais.

¹³⁵ BOURDIEU, Pierre. “Distribución y uso social de la fotografía” In INDIJ, Guido & SILVA, Ana. *Clic! Fotografía y sociedad*. Buenos Aires: la marca editora, 2017, p. 85-86 – tradução livre da autora.

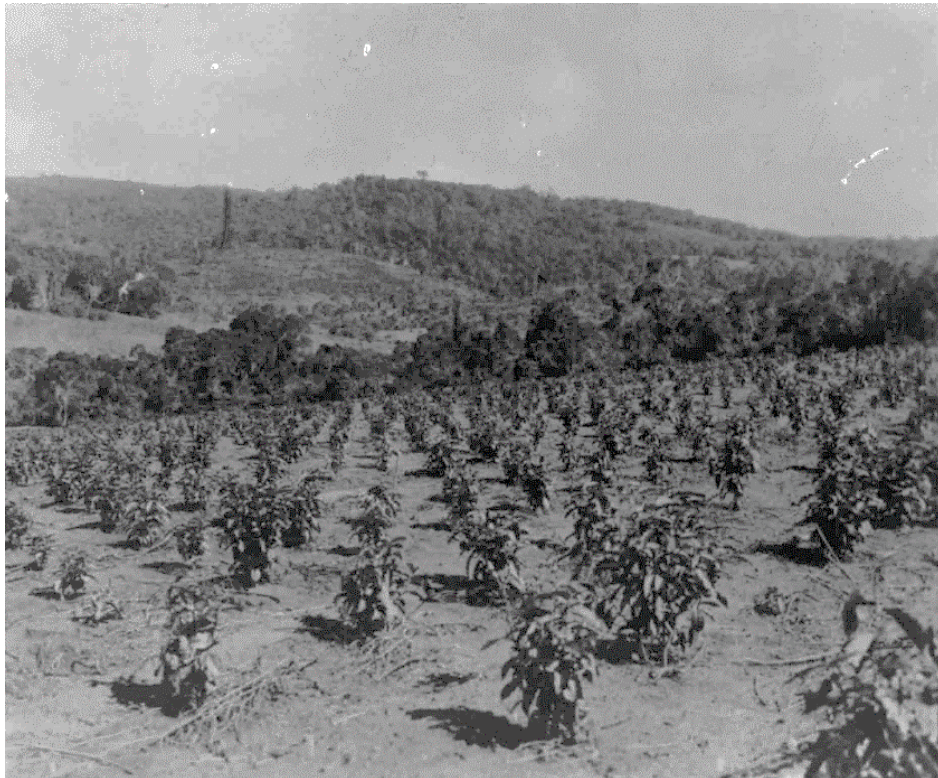


Figura 19. Plantação de chá, África Oriental Alemã.

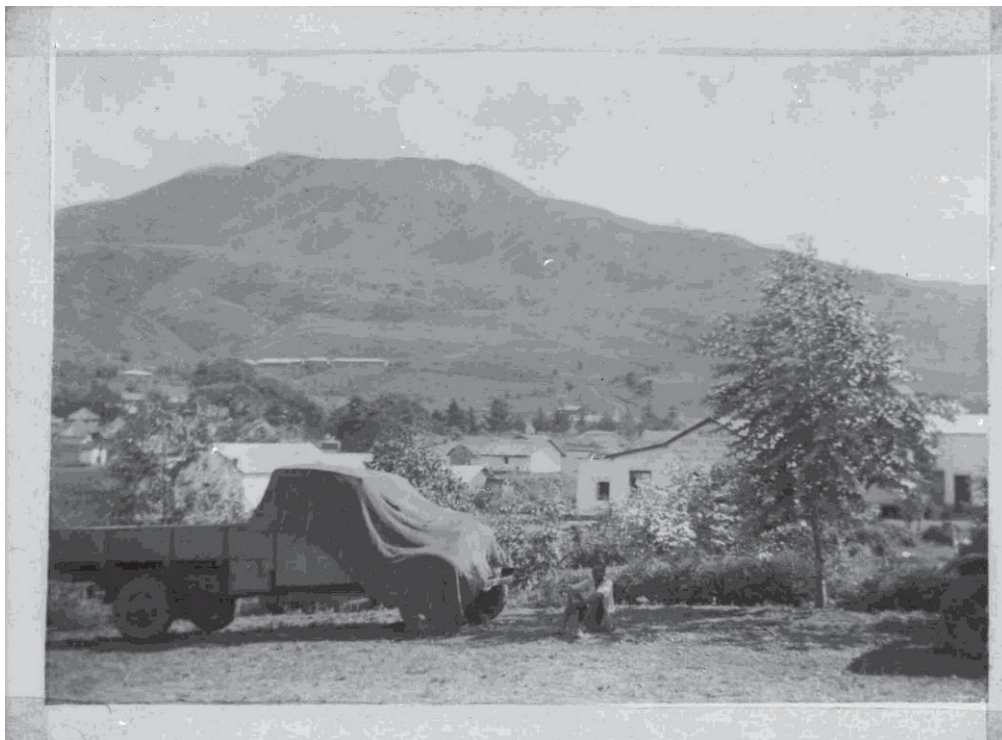


Figura 20. Descoberta de jazidas de ouro, rio Lupa, Tanzânia, DOA.

A figura 19 nos permite construir uma clássica narrativa colonialista com a sequência das imagens analisadas anteriormente. Vemos aqui uma plantação de chá, comódi-te que passou a fazer parte do gosto e do costume burguês europeu já no início do século XIX. Todo aquele espaço “vazio” apresentado pelas fotografias da seção anterior que denunciavam o potencial agrícola das colônias dá lugar agora à representação da efetivação da exploração econômica e comercial da terra pelos colonos alemães. Lembremo-nos, a este propósito, que o imperialismo foi pensado em fins do século XIX sobretudo a partir da sua característica econômica. Segundo John Hobson (1902), Rosa Luxemburgo (1913) e Vladmir Lênin (1916) – para citar apenas alguns teóricos do imperialismo -, este fenômeno foi pensado e levado a cabo como política nacional justamente por conta dos desenvolvimentos internos do capitalismo e das necessidades de expansão constante do capital, de seus mercados e de suas áreas de exploração¹³⁶.

Na mesma lógica de exploração econômica e comercial, a figura 20 representa o crescimento da cidade de Mbeya, na Tanzânia, graças a descoberta de jazidas de ouro na região do rio Lupa. Conforme analisou Hannah Arendt em *As origens do totalitarismo*, a descoberta de jazidas de ouro e diamantes na África do Sul nas décadas de 1880 e 1890 aflorou a imigração para a região, bem como promoveu o estabelecimento de pequenos povoados ao redor das jazidas de Johannesburg e Kimberly¹³⁷. Do mesmo modo, nas colônias alemãs, ao passo que novos recursos eram achados e passíveis de serem explorados pelos colonizadores, estabeleciam-se nas regiões em questão pequenas vilas que dariam origem a cidades e que necessitariam, cada vez mais, do desenvolvimento de um aporte logístico de transporte e de mínimas condições urbanas para os colonos europeus que ali se instalavam.

A representação da presença alemã em território africano se mostrou exaustivamente em fotografias que denunciavam a formação de centros urbanos no espaço colonial. Segundo Ana Cristina Fonseca Nogueira da Silva, ao analisar fotografias dos portugueses em Moçambique no início do século XX, as imagens dos espaços urbanos pretendiam passar a impressão de que aquele era o cotidiano da colônia, de alguma forma já bem “assimilada” aos costumes e tradições europeias. Para além disso, concordamos com Silva quando ela afirma que este tipo de fotografia não pretendia representar a África propriamente dita, e sim a presença europeia no continente, vale dizer, produzia-se a partir desse código visual

¹³⁶ Notadamente, cada um desses autores possui um posicionamento teórico próprio e cada um analisa o imperialismo a partir de diferentes perspectivas. No entanto, todos eles o definem a partir do aspecto econômico. Ver KRACHENSKI, N., *op.cit.*, p. 35-39.

¹³⁷ ARENDT, H., *op.cit.*, p. 228-237.

um processo de “desafricanização” do espaço urbano¹³⁸, uma vez que, conforme vimos no primeiro capítulo dessa tese, o olhar europeu construído a partir da estereotipização da África somente a podia registrar a partir de esquemas como uma “terra de ninguém” (conforme as imagens anteriores) ou como um lugar de natureza indomável e selvagem.

Importa-me lembrar aqui que o próprio conceito de espaço-vital (*Lebensraum*) – tão utilizado pelo nacional-socialismo anos depois – havia sido forjado pelo geógrafo Friedrich Ratzel na segunda metade do século XIX e estabelecia que o poder de uma sociedade estaria diretamente vinculado ao seu desenvolvimento espacial, vale dizer, a demonstração de grandeza de uma cultura poderia ser medida a partir do seu grau de urbanização e pelo desenvolvimento da rede de comunicações, por exemplo¹³⁹. Para a ideologia da *Lebensraum*, que dominou o pensamento colonial germânico desde o seu início, o território era a base geográfica que estabelecia as diretrizes de um Estado-Nação. Não por acaso, as preocupações territoriais dentro e fora do continente europeu estiveram na pauta do processo de unificação do Estado Germânico e o acompanhou durante todo o seu processo de consolidação. De acordo com Antônio Carlos Vitte, inclusive, a história do Império Guilhermino, bem como o desenvolvimento do III Reich, pode ser pensada como um projeto geográfico que orientou as bases de tais políticas coloniais¹⁴⁰. Dessa forma, pois, garantir a visibilidade da presença alemã nos territórios africanos através das fotografias não só fazia parte de uma estratégia de propaganda da DKG, mas também estava vinculada a todo o discurso de formação do estado nacional alemão.

¹³⁸ SILVA, A.C., *op.cit.*, p.116-119.

¹³⁹ VITTE, Antônio Carlos. “A *Lebensraum*: políticas territoriais e de conservação da paisagem no II e no III Reich” *In* Anais do III Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, UFF, Niterói, 2018, p. 228.

¹⁴⁰ *Idem, ibidem.*

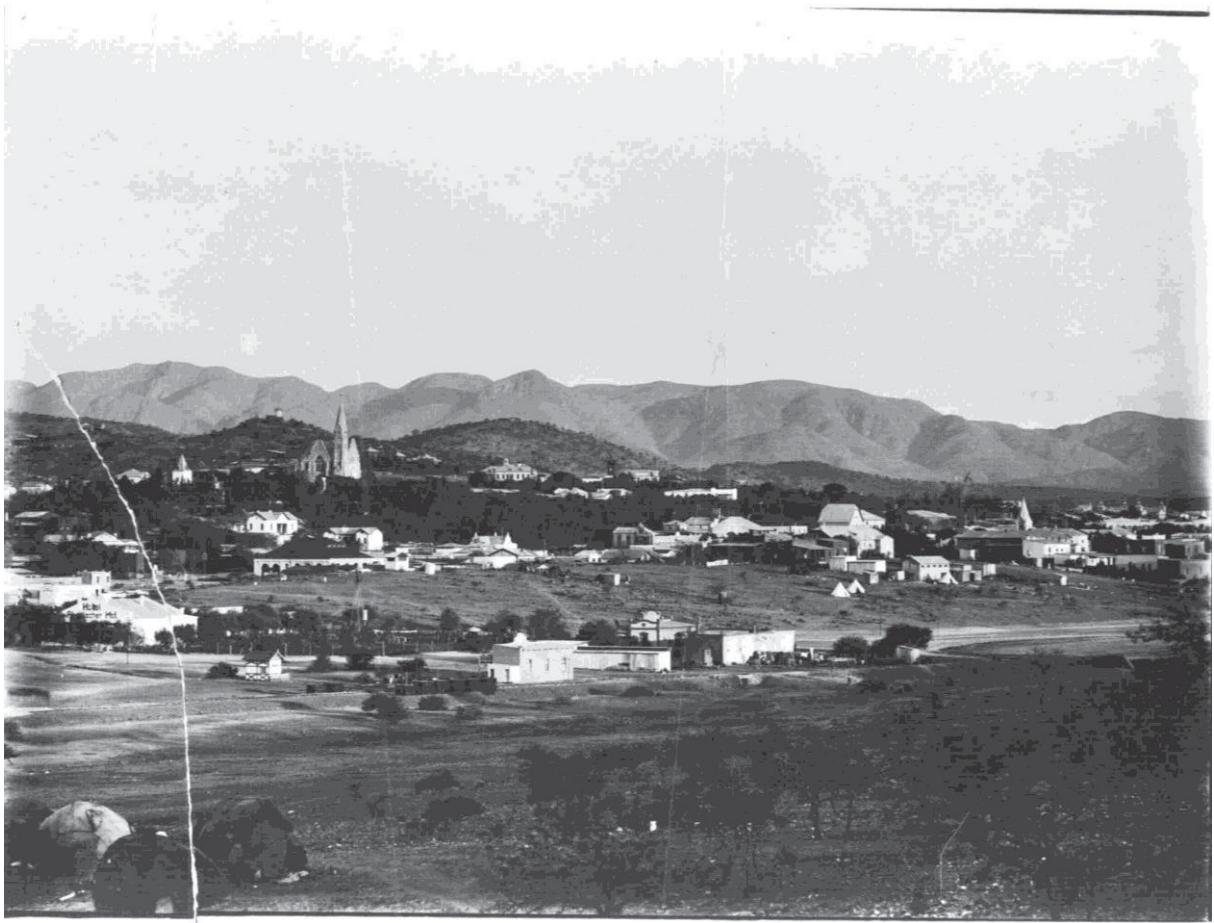


Figura 21. Windhoek, África de Sudoeste Alemã.



Figura 22. Lüderitzbucht, DSWA.

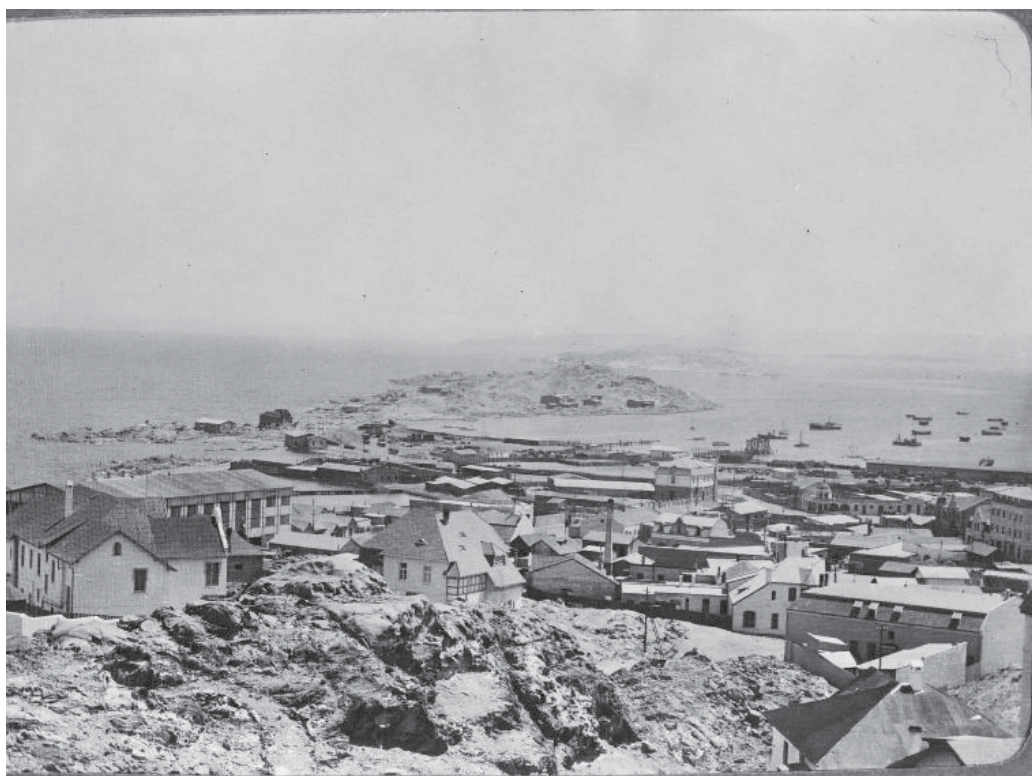


Figura 23. Lüderitzbucht II, DSWA.

Imagens da presença europeia nas colônias e as transformações do espaço que ali ocorriam eram uma boa fonte de propaganda para as associações imperialistas na Alemanha. Conforme observamos nas imagens 24 e 25, expor fotografias das construções militares na África Oriental ou uma vista panorâmica de Lüderitzbucht no Sudoeste Alemão, por exemplo, foi uma estratégia utilizada pelo periódico *Colônia e Pátria em palavras e imagens* (*Kolonie und Heimat im Wort und Bild*), um jornal produzido pela Associação de Mulheres da Sociedade Colonial Alemã (*Frauenbund der Deutschen Kollonialgesellschaft*). A *Frauenbund* era uma associação vinculada à Sociedade Colonial Alemã e recebia, inclusive, parte de seu orçamento dessa instituição. A revista *Kolonie und Heimat* teve sua primeira edição em 1907 e, diferentemente do *Jornal Colonial Alemão* (*Deutsche Kolonial Zeitung*), publicação oficial da DKG, a *Kolonie und Heimat* possuía um preço mais acessível, tratava de temas menos densos e estava dedicada a divulgar as ideias imperiais sobretudo para um grupo feminino, mas também possuía leitores jovens. Segundo Ana Carolina Schweitzer, a *Kolonie und Heimat* foi um dos periódicos ilustrados que eram vendidos no ambiente colonial, não só na África alemã, mas também na América do Sul¹⁴¹.

¹⁴¹ SCHWEITZER, A.C., *op.cit.*, p. 62.

Podemos observar que o periódico em questão fazia uso de inúmeras fotografias em suas páginas para construir uma narrativa informativa sobre o dia a dia nas colônias, seja dos povos locais, seja dos colonos alemães. Um dos objetivos do periódico era atrair membros para a *Frauenbund*, em primeiro lugar, mas também conseguir financiamento para as atividades da associação em território colonial. Dessa forma, existe na narrativa visual estabelecida aqui uma idealização da colonização alemã nesses territórios em ultramar e uma ênfase na importância da associação feminina nesse processo. Conforme veremos com mais vagar no próximo capítulo, a vida dos colonos alemães em África foi cuidadosamente explorada como um projeto de sucesso, onde se vivia com autenticidade o verdadeiro “espírito alemão” ou germanidade (*Deutschum*). Nessa perspectiva, não por acaso as fotografias que representavam a presença alemã e seu projeto colonial nos territórios africanos eram as fotografias de paisagens que mais apareciam nas páginas de *Kolonie und Heimat*.

Note-se ainda, a semelhança das fotografias encontradas no arquivo de Frankfurt (figuras 22 e 23) e a fotografia de Lüderitzbucht que circulou no periódico de 1909 (figura 25): de fato, a fotografia da revista é deveras similar às imagens em questão. Dessa forma, é possível supor que a revista *Kolonie und Heimat* aproveitava as fotografias produzidas pelos agentes da DKG como material para suas publicações.

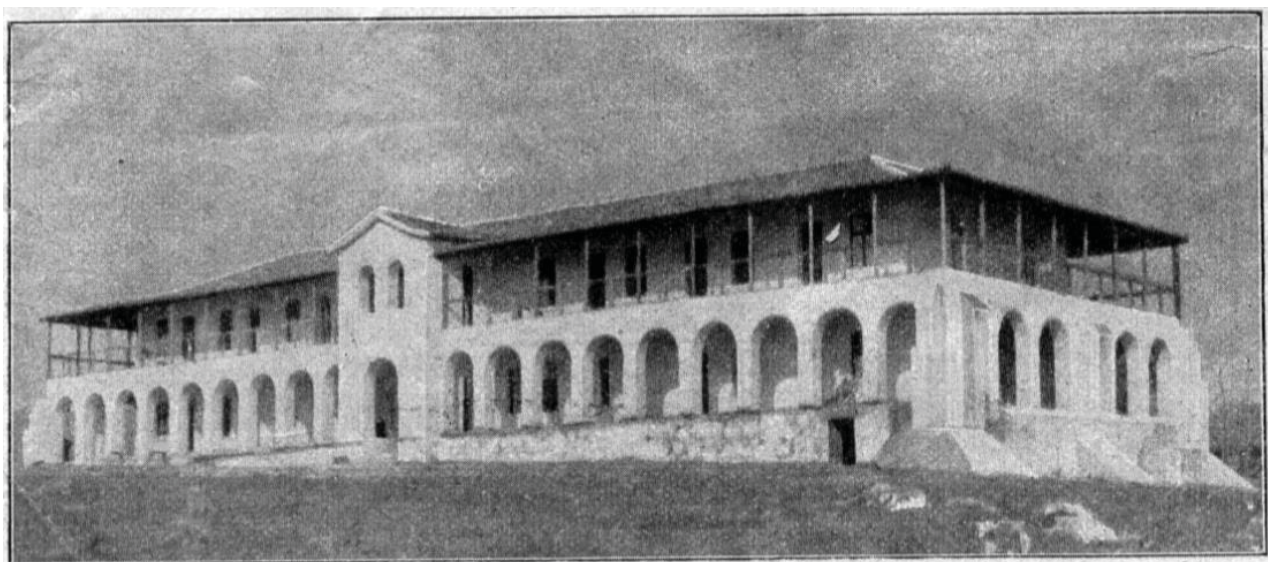


Figura 24. Revista *Kolonie und Heimat*: Estação Militar em Tanganica, DOA.

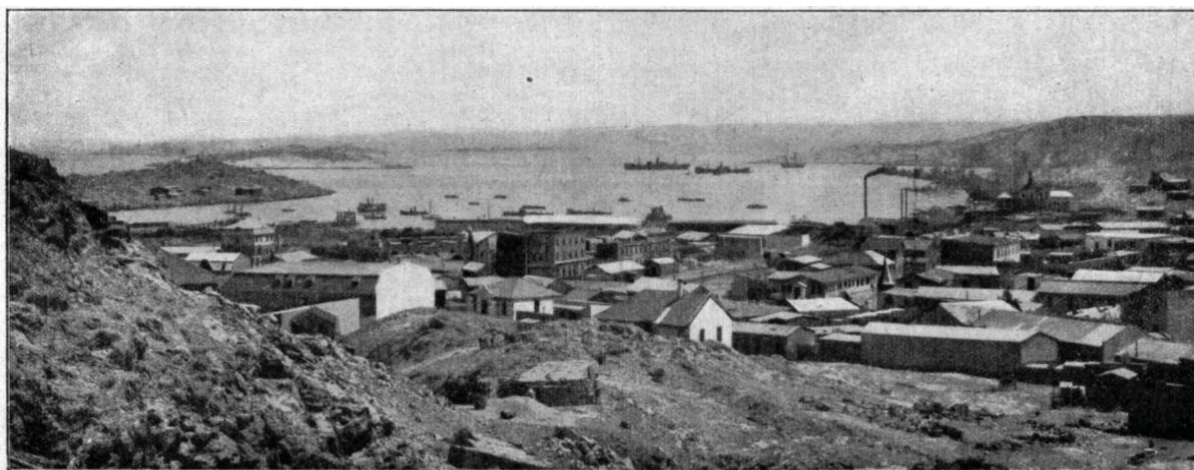


Figura 25. Revista *Kolonie und Heimat*: A cidade “diamante”, Lüderitzbucht, DSWA.

Não podemos deixar de mencionar que, para além de as fotografias que exaltavam os feitos europeus em solo africano ocultarem deliberadamente qualquer presença nativa na colônia transformada, a própria fauna local não se apresentava no discurso visual como um problema a ser contornado. No entanto, conforme analisou Sílvio Correa, a natureza desconhecida e mal dominada pelos europeus foi alvo de intensos debates entre os colonialistas que buscavam aumentar cada vez mais os seus lucros e os agentes imperialistas ligados à incipiente medicina tropical que buscavam erradicar as doenças que acometiam europeus e africanos durante o encontro colonial. De fato, desde fins do século XIX assistimos nas metrópoles a um fenômeno de institucionalização da Medicina Tropical e a criação de centros de pesquisa nessa área nas principais capitais colonialistas do período como, por exemplo, Lisboa, Londres, Paris e Berlim.

É bem sabido como o discurso médico interferiu nas práticas políticas das colônias¹⁴². Quando pensamos no caso das transformações técnicas e urbanas que a presença europeia significou em África, a ideia sanitarista de limpeza dos territórios para a prosperidade dos negócios nas colônias foi um aliado indispensável na modificação do ambiente colonial. De acordo com Correa, na África Oriental Alemã, por exemplo, os desmatamentos e as matanças de milhares de animais selvagens havia se tornado para o governador Rechenberg (1906-1912) a única alternativa para evitar a proliferação de moléstias como a doença do sono

¹⁴² Ver, por exemplo, VAUGHAN, Megan. *Curing their ills: colonial power and African illness*. Stanford: Stanford University Press, 1991; DA SILVA, Jefferson Olivatto. “As resistências africanas diante das medidas preventivas coloniais contra a doença do sono na Zâmbia (1890-1920)” In *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 62, n. 1, jan./jun. 2015; KRACHENSKI, Naiara. “Armado com sua fé e sua medicina: visões da África e do africano a partir do diário de Albert Schweitzer” In *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 25, n. 40, 2018.

e as doenças que acometiam, por exemplo, o gado – como a peste bovina que em 1910 havia sido detectada na África Oriental Britânica e desencadeou ordens para matanças e desmatamentos na DOA sob este governo¹⁴³. A opção pela “higienização” das colônias também previa uma tentativa da política colonial de obter uma balança comercial mais favorável, patrocinando o aumento das exportações.

Dessa forma, a ideia de desenvolvimento da civilização europeia em solo africano pressupunha não só a expropriação das terras dos povos locais, conforme vimos anteriormente, mas também introduzia uma nova maneira de interagir com a natureza: aquela que considerava que esta estava à disposição do homem branco colonizador e que, portanto, as medidas de saneamento deveriam ser aplicadas como um meio de se atingir este fim, independentemente da fauna ali estabelecida.

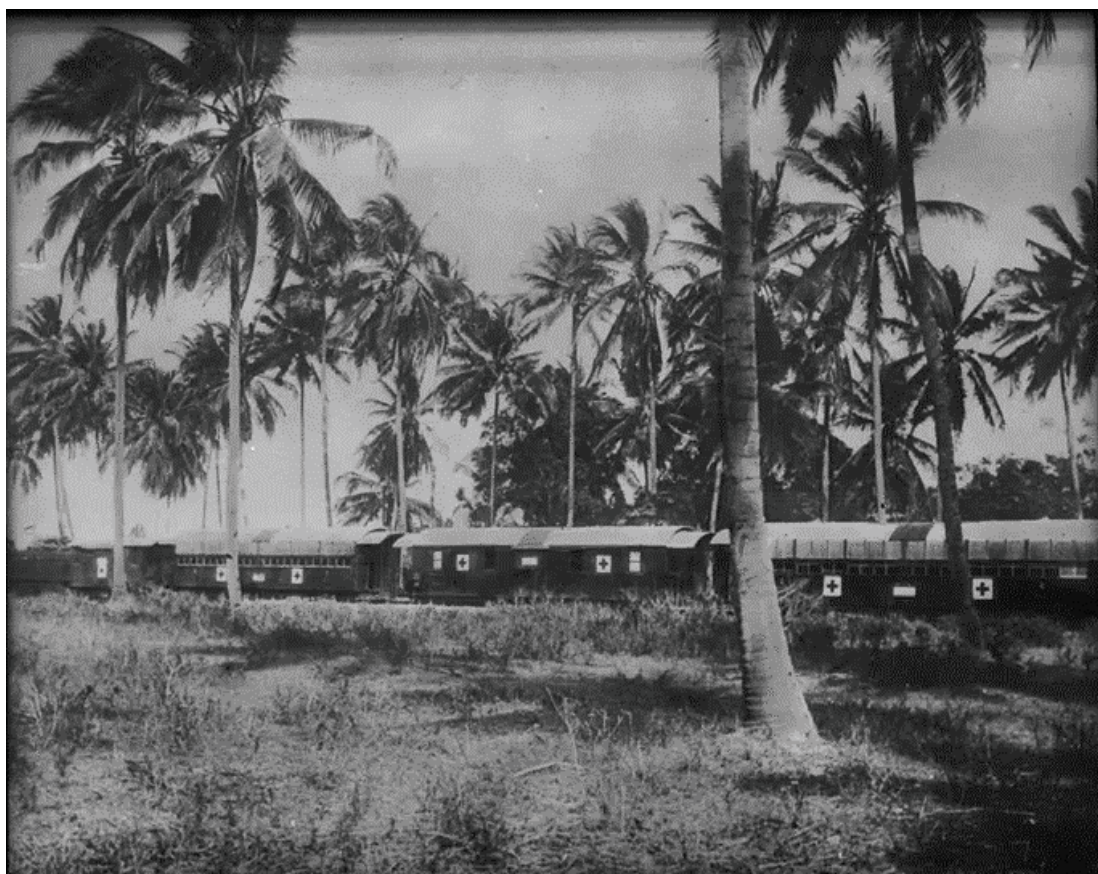


Figura 26. Transporte sanitário, DOA.

¹⁴³ CORREA, Sílvio. “Eviscção da fauna bravia: medida radical de saneamento na África colonial” In *Revista de Ciências Humanas*, Viçosa, v.14, n.2, 2014, p. 413.

A partir desse eixo temático e da conjuntura apresentada, a figura 26, em nossa leitura, denota uma imagem que busca representar o auge do processo civilizacional que os europeus acreditavam estarem levando às suas colônias em ultramar. Vemos nesta fotografia um transporte sanitário que corre por entre as planícies e as palmeiras da África Oriental Alemã, simbolizando, de uma só vez, a presença da medicina ocidental na África colonial junto com a potência do transporte a vapor, símbolo por excelência da modernidade tecnológica na virada do século XIX para o XX. É nítido que o enquadramento dado a esta imagem buscava dar destaque aos “benefícios” que a presença alemã havia trazido para o continente africano, vale dizer, através de uma lógica positivista que entendia o processo de colonização como um passo necessário a ser dado para que os povos africanos pudessem alcançar o último estágio do desenvolvimento social (o estágio da civilização europeia), o transporte sanitário retratado nessa fotografia apresentava dois avanços alcançados no território graças à interferência alemã na região como parte da sua malograda “ajuda humanitária” para este local e seus habitantes. Dessa forma, novamente reiteramos o fato de que cada grupo social decide o que é digno de ser fotografado ou, segundo Bourdieu, aquilo que deve ser “fixado, conservado, mostrado e admirado”¹⁴⁴.

Um elemento que foi bastante fotografado pelos olhares dos agentes imperiais nas colônias foram os trens e a construção de todo o sistema viário necessário para a efetivação desse tipo de transporte. Conforme afirmamos acima, os trens não só representavam simbolicamente os avanços da tecnologia desenvolvida a partir da Revolução Industrial, mas também haviam se tornado o meio de transporte mais eficaz e interessante economicamente para gerir o processo de transporte de pessoas e mercadorias dentro do território colonial como, por exemplo, receber produtos manufaturados das metrópoles para venda na colônia ou para o escoamento das matérias primas aí exploradas. De acordo com Ibrahim Khaleel Abdussalam, as ferrovias construídas nas colônias, para além de terem como objetivo aperfeiçoar e maximizar o processo de exploração econômica das regiões, também eram um modo utilizado pelos poderes metropolitanos para a consolidação do Estado imperial¹⁴⁵.

¹⁴⁴ BOURDIEU, P., *op.cit.*, p. 86.

¹⁴⁵ ABDUSSALAM, Ibrahim Khaleel. “The Role of Rail and Other Transport Systems in the Colonial Consolidation and Exploitation in Central and Eastern Nigeria: 1897 – 1929”. Disponível em <http://academia.edu> – acesso em 20/04/2019.



Figura 27. Trem para o interior, África de Sudoeste Alemã.



Figura 28. Estação Khan, DSWA.



Figura 29. Linha de trem Windhoek-Swakopmund, DSWA.

A ferrovia representada nas figuras 27, 28, e 29 é a linha Windhoek-Swakopmund que foi construída entre os anos de 1897 e 1902 e foi a primeira linha ferroviária da África de Sudoeste Alemã¹⁴⁶. Segundo Stoecker, com a abertura dessa linha e, nos anos posteriores de outras que ligavam Swakopmund a Otavi ou Lüderitzbucht a Keetmanshoop, por exemplo, a economia da colônia entre os anos de 1907 e 1914 alcançou seus melhores resultados até então. Não podemos nos esquecer, no entanto, que este período citado pelo autor é justamente o momento pós-guerra colonial que havia dizimado as populações mais populosas dessa colônia e que havia transformado substancialmente o modo de trabalho, evidentemente, intensificando o modo de exploração do trabalho forçado dos africanos que não só eram quase a totalidade da

¹⁴⁶ STOECKER, H., *op.cit.*, p. 143.

mão-de-obra na construção desse sistema de transporte, como também representavam a força de trabalho nas plantações, nos desmatamentos, nos serviços domésticos etc¹⁴⁷.



Figura 30. Construção de ferrovia, DOA.

Ainda que parte fundamental dos debates no ambiente colonial e elemento integrante do estereótipo colonial sobre os africanos, o trabalho dos povos locais foi, em geral, pouco representado pelas fotografias da Sociedade Colonial Alemã. A figura 30 é um exemplo dos poucos que encontramos no arquivo que retrata o processo de construção de uma ferrovia na África Oriental Alemã e os trabalhadores envolvidos no processo. Notamos que o enquadramento não focaliza um tipo de trabalho em especial, mas pretende mostrar um plano amplo em que se observa a necessidade de inúmeros trabalhadores e trabalhadoras no processo em questão.

Uma outra sequência fotográfica interessante que há no arquivo é o processo de construção do píer de Swakopund, no litoral da DSWA. Diferentemente da figura anterior, esta

¹⁴⁷ De acordo com Stoecker, no período em questão os fazendeiros alemães reclamavam muito para o governo colonial da falta de mão de obra local, evidentemente, decorrente dos intensos massacres produzidos durante a guerra. Como a medida de trazer imigrantes de outras regiões africanas para o trabalho não foi satisfatória, o estabelecimento imperial na região decretou a caça àqueles indivíduos de tribos mais afastadas para que pudessem ser empregados para o trabalho forçado. Cf. STOECKER, H., *op.cit.*, p. 138.

sequência de imagens em nenhum momento retrata os trabalhadores em ação, ao contrário, dá a impressão de que todo o trabalho manual realizado na edificação do píer é um mero detalhe, cujos indivíduos responsáveis não necessitam ser mostrados e denota a mensagem de que o importante é o resultado material final de todo o processo, justamente o que significaria toda a empresa colonial – a edificação de uma “civilização” nas colônias a partir do ocultamento do trabalho e da violência empregada ao longo do colonialismo.



Figura 31. Explosão na construção do píer de Swakopmund, DSWA.



Figura 32. Reconstrução do píer, Swakopund, DSWA.



Figura 33. O píer reconstruído, Swakopmund, DSWA.

Este segundo grupo de imagens que selecionamos retratam, portanto, a presença alemã e as transformações por ela causada nas paisagens coloniais. É interessante ressaltar que este conjunto de fotografias buscava, de certa forma, retratar uma realidade ideal sobre o que seria o verdadeiro cotidiano no espaço colonial. Conforme afirmou Ana Cristina Fonseca Nogueira da Silva, este tipo de visualização construída do mundo colonial optava por representar um processo de colonização concluído e bem-sucedido, ocultando propositadamente as fragilidades do Estado colonial, as tensões e violências presentes no cotidiano da colônia¹⁴⁸.

Nesse sentido, o conjunto de fotografias da Sociedade Colonial Alemã reunidas aqui fazem eco a uma necessidade dos agentes imperiais de construir um discurso que exaltasse o projeto colonial alemão em África. Conforme afirmaram Hayes, Silvester e Hartmann durante o processo de captura de uma imagem há sempre relações de poder, contextos administrativos e discursos presentes que necessariamente interferem no modo de visualizar determinada realidade. Também para Simon Schama, pensando sobre paisagem e memória, o próprio ato de fotografar um determinado lugar pressupõe a nossa presença e, necessariamente, todo o fardo cultural que trazemos conosco. Nesse sentido, seguindo os passos de Schama, a paisagem idealizada em uma pintura ou, no nosso caso, em uma fotografia, é obra da mente de quem a produz. Para ele, “um panorama é formado da estratificação da memória, tanto quanto da sedimentação das rochas”¹⁴⁹.

¹⁴⁸ SILVA, A., *op.cit.*, p. 115.

¹⁴⁹ SCHAMA, Simon. *Paesaggio e memoria*. Mondadori: Milano, 1997, p. 7 – tradução livre da autora.

Capítulo 3.

A câmera que coloniza: os alemães nas colônias

“Nosso povo africano sabe muito bem que a serpente pode mudar de pele, mas é sempre uma serpente”.

Amílcar Cabral

Afirmamos no capítulo anterior que a Sociedade Colonial Alemã vislumbrava nas colônias africanas não só uma oportunidade de crescimento econômico, como também previa um projeto de colonização para os novos territórios como um modo de expansão da comunidade germânica e a consequente conservação da germanidade (*Deutschtum*). De acordo com Woodruff Smith, o imperialismo alemão possuiu, pelo menos, dois grandes marcos ideológicos que o definiram: em primeiro lugar, o autor aponta o elemento da *Weltpolitik* como um aspecto central na defesa do argumento colonial. A *Weltpolitik* pode ser definida como o componente ideológico que dava primazia à política externa como suporte para o comércio alemão e para o crescimento do setor industrial. Além disso, podemos compreender a *Weltpolitik* a partir da ideia do controle da economia baseado na criação de mercados protegidos e em áreas de investimento fora dos limites da Alemanha, bem como a busca por fornecedores de matérias-primas a preços regulados¹⁵⁰. Já vimos como esse modo de pensamento colonial era mais bem aceito por Otto von Bismarck antes de 1884. Para esse elemento ideológico do pensamento imperial, as colônias eram entendidas como suporte para a economia alemã e não como uma necessidade para a nação¹⁵¹.

Contrariamente a essa visão, mas também partícipe da ideia imperial alemã, o autor contrapõe o elemento da *Lebensraum* ou o que ele chamou de colonialismo migratório. De acordo com Smith, o núcleo central do colonialismo migratório pode ser definido a partir da ideia de que haveria a necessidade de possuir colônias para onde os imigrantes alemães deveriam partir e garantir a sobrevivência da vida tradicional germânica, ameaçada então pelo crescimento da modernização e da industrialização¹⁵². Ainda que essa ideologia definida pelo autor tenha se estabelecido mais enfaticamente no pensamento colonial a partir da década de 1890 – vimos no capítulo anterior que foi justamente nesse período que os esforços da administração colonial em África começaram a dar ênfase à colonização dos territórios –, já podemos observar traços desse pensamento se desenhando desde, pelo menos, a década de 1840. Foi nesse período que se pode perceber um crescimento nos processos de modernização das atividades agrícolas juntamente com um crescimento do processo de urbanização da população rural o que teve, dentre outras consequências, a mecanização da agricultura e o êxodo rural. Para os observadores políticos do período, estes processos de modernização, industrialização e urbanização estariam por trás do crescente contingente populacional que

¹⁵⁰ SMITH, Woodruff. *The ideological origins of Nazi imperialism*. New York: Oxford University Press, 1986, p.65.

¹⁵¹ *Idem*, p. 68.

¹⁵² *Idem*, p. 83.

emigrava do país em direção, sobretudo, aos Estados Unidos e à América do Sul – mais especificamente para o sul do Brasil. Nesse sentido, a emigração foi entendida como uma consequência direta da industrialização. Segundo Smith, entretanto, o problema não era necessariamente o aumento da quantidade de emigrados alemães, mas o modo como estes emigrados se comportavam no país de estabelecimento: na década de 1840, comentadores liberais começaram a reclamar de que os alemães que se fixavam nos EUA perdiam rapidamente seus traços culturais germânicos – sua língua, suas características comportamentais, sua literatura – e passavam a adotar elementos culturais anglo-americanos¹⁵³.

Como uma possível resposta ao problema da imigração e, conseqüentemente, à des-germanização dos emigrados, o colonialismo migratório constituiu-se como um modo de organizar e tutorear tais processos; dessa forma, estabeleceram-se organizações com o intuito de encorajar e facilitar a migração para assentamentos coloniais pré-definidos como uma resposta às mudanças socioeconômicas pelas quais passava a Alemanha e, ao mesmo tempo, garantir a proteção da cultura germânica para fora dos seus limites territoriais¹⁵⁴. Necessariamente, o colonialismo migratório estava associado ao nacionalismo romântico e à necessidade de manutenção de uma tradição inventada por uma ala conservadora da sociedade face à modernização acelerada¹⁵⁵.

No entanto, os territórios africanos foram, em muitas ocasiões, preteridos pelos colonos alemães seja na busca por melhores condições de vida e perspectiva de enriquecimento pessoal, seja no empenho em cumprir a expansão e conservação da *Deutschum*. Segundo Ana Carolina Schweitzer, o número de imigrantes alemães que viajaram para o Brasil ou para os Estados Unidos no início do século XX foi muito mais expressivo do que aqueles que foram para as colônias no continente africano¹⁵⁶. De acordo com Karen Lisboa, no período de 1913 a imigração alemã para os EUA somava cerca de 1,8 milhões de pessoas e o Brasil possuía cerca de 200 mil imigrantes alemães. Para essa autora, os países das Américas se mostravam mais atraentes para os imigrantes alemães uma vez que já possuíam uma infraestrutura básica para a colonização, ao passo que nas colônias africanas o esforço seria o de iniciar este processo¹⁵⁷.

Ainda assim, contudo, não podemos dizer que o fluxo migratório para as colônias alemãs em África tenha sido um fracasso. De acordo com Marion Brepohl, em 1903 viviam na

¹⁵³ *Idem*, p. 22.

¹⁵⁴ *Idem*, p. 24.

¹⁵⁵ *Idem*, p. 25.

¹⁵⁶ SCHWEITZER, A. C., *op.cit.*, p. 48.

¹⁵⁷ LISBOA, Karen. “Imperialismo, missão e exotismo: narrativas de viajantes de língua alemã no Brasil nas primeiras décadas do século XX” In *História: Questões e Debates*, n. 58, Curitiba, 2013, p. 66.

DSWA apenas 4.682 colonos brancos, dos quais 2.998 eram alemães. Já entre 1907 e 1913, este contingente populacional cresceu para 14.830 brancos, sendo 12.292 alemães¹⁵⁸. Em uma perspectiva mais ampla, no ano de 1912, por exemplo, podia-se contabilizar cerca de 22 mil brancos nas colônias africanas, sendo 14.816 no Sudoeste Africano, 4.886 na Tanzânia, 1.537 no Camarões e 345 no Togo¹⁵⁹. De acordo com Brepohl, ainda que numericamente pouco expressivos, o grupo de imigrantes que se deslocou para as colônias africanas acolheu entusiasticamente o discurso imperialista e, acima de tudo, protagonizou um processo colonizador que teve no racismo o seu elemento estruturante a partir tanto da estereotipização e subjugação do africano, mas também a partir da estigmatização de si como seres superiores e detentores da tarefa de construir uma nova Alemanha em ultramar¹⁶⁰.

De forma geral, as fotografias dos colonos alemães em África buscaram não só registrar o cotidiano dos brancos europeus nas colônias, mas também serviram como um meio de propaganda para a DKG. Na Alemanha, uma das principais atividades da Sociedade Colonial era organizar encontros e palestras a fim de recrutar novos colonos para os territórios de ultramar, assim como serviam também para angariar possíveis financiadores para o projeto colonial. Assim, da mesma forma como observamos um crescimento da necessidade da publicidade no meio comercial na virada do século XIX para o XX, também observamos que a propaganda política nesse período passou a constituir uma necessidade não só para os partidos políticos em busca de apoio eleitoral, mas também serviu como um meio indispensável para as associações difundirem seus ideais e conseguirem adeptos para suas causas¹⁶¹. Em última análise, portanto, podemos afirmar que a DKG entendia que uma de suas principais tarefas era a de criar uma consciência colonial junto ao público alemão.

Já observamos como os registros visuais eram importantes na elaboração da revista *Kolonie und Heimat* para apresentar ao público leitor o cotidiano do mundo colonial alemão. Entretanto, as fotografias não foram o único aparato de visualidade utilizado pela Sociedade para atingir seus objetivos propagandísticos. Conforme estudou Wolfgang Fuhrmann, o cinema também foi um elemento utilizado como um meio de propaganda pela DKG nas primeiras décadas do século XX. Segundo o autor, a Sociedade Colonial organizou várias sessões de exposições de filmes entre os anos de 1905 e 1908 em diferentes cidades alemãs com o intuito

¹⁵⁸ BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion. “Em África soam seus pequenos feitos: a indiferença como sintoma social na era dos impérios” In NAXARA, M. & MARSON, I. & BREPOHL, M. *Indiferenças: percepções políticas e percursos de um sentimento*. São Paulo: Intermeios, 2015, p. 182.

¹⁵⁹ SCHVEITZER, A. C., *op.cit.*, p. 37-38.

¹⁶⁰ BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion. “Em África...”, *op.cit.*, p. 178.

¹⁶¹ ROSS, C. *op.cit.*, p. 209.

de modernizar a forma tradicional de comunicação entre a sociedade e o público, que se constituíam, principalmente, em aulas e palestras.

Não podemos nos esquecer de que a DKG era composta, em sua maioria, por pessoas de camadas médias e altas da população alemã, indivíduos que, de forma geral, estavam interessados no que a modernidade tecnológica podia lhes oferecer e estavam dispostos a pagar por isso. Segundo Fuhrmann, o perfil dos membros da DKG pode ser descrito como de caráter burguês: 37% de empresários ou industriais; 21% de agentes ligados aos serviços governamentais; 13% dos membros eram vinculados ao exército ou à marinha; 13% eram compostos por profissionais liberais¹⁶². Dessa forma, os filmes da Sociedade Colonial Alemã eram destinados, sobretudo, a um público urbano com um poder aquisitivo considerável, uma vez que a alta anuidade da DKG excluía a possibilidade das camadas mais baixas da população de se inserirem na associação¹⁶³. Trabalhando com temas muito próximos aos que eram divulgados pelas fotografias, os filmes coloniais exibiam cenas a bordo de navios a vapor a caminho das colônias, a chegada nos portos coloniais, as construções para as necessidades da administração colonial, mas também enfatizavam imagens sobre as plantações de sisal e café, as vistas das selvas africanas e as danças nativas, assim como buscavam mostrar os exercícios militares da *Schutztruppe* e imagens da vida cotidiana dos colonos brancos europeus na África¹⁶⁴.

3.1. O olhar que disciplina: as *Schutztruppe*

Claro está quando falamos em colonialismo que a subjugação de um povo a outro só é possível quando, para além de recursos políticos e ideológicos, também é empregada pesadamente a força militar. Não por acaso as conquistas coloniais dos países europeus em terras africanas foram todas marcadas por invasões estratégicas de territórios, investimentos na formação de exércitos e na utilização massiva de armamentos bélicos invariavelmente superiores aos armamentos utilizados pelos povos africanos. Lado a lado com a prática da violência pelos exércitos coloniais, o discurso imperial glorificava o feito desses homens em terras longínquas na tarefa de “pacificar” e “civilizar” os povos africanos. Nesse sentido, o colonialismo europeu ao mesmo tempo em que acreditava em poder “pacificar” certas

¹⁶² FUHRMANN, Wolfgang. “Locating early film audiences: voluntary associations and colonial film” In *Historical Journal of Film, Radio and Television*, v. 22, n. 3, 2002, p. 293.

¹⁶³ FUHRMANN, Wolfgang. “Trans-inter-national public spheres”. Disponível em <http://academia.edu>, p. 309.

¹⁶⁴ FUHRMANN, Wolfgang. “Locating early...”, *op.cit.*, p. 293.

populações, acabou por brutalizar aqueles indivíduos que se auto definiam como civilizados¹⁶⁵. Contudo, como sabemos, a grandiosidade gozada pelas alas militares não nasceu com o colonialismo do século XIX. No entanto, a aventura colonial permitiu a continuidade do orgulho militar não só como uma esfera de manutenção da ordem e do código de honra de uma sociedade, mas também como um instrumento de ocidentalização dos mundos estrangeiros à essa lógica.

No caso da Alemanha, a conduta militar e as ações bélicas representavam não só um código de conduta respeitado pela população em geral, mas faziam parte do *ethos* da burguesia guilhermina. De acordo com Norbert Elias, essa faceta militarista da burguesia alemã de fins do século XIX e inícios do XX compunha uma conjuntura muito específica do desenvolvimento histórico alemão como um todo. Para Elias, a partir de 1871, com a unificação política alemã sob liderança de Bismarck e da aristocracia prussiana, os modelos militares foram incorporados com cada vez mais intensidade pelas classes médias urbanas. Com a derrota dos meios pacíficos empregados pela burguesia urbana para conseguir a unificação e a consequente vitória dos exércitos alemães sobre a França na decisão desse processo, as características do Estado militar dos Hohenzollern haviam prevalecido na elaboração do Estado Alemão unificado. De acordo com Elias, a posição da nobreza militar e burocrática como o estrato mais poderoso da sociedade não só foi mantida, como também foi fortalecida; a partir desse momento, a classe média urbana passou a se adaptar ao modelo ditado pelas classes mais poderosas, vale dizer, a burguesia passou a adotar muitos dos seus padrões e normas de condutas que eram, primordialmente, de cunho militar¹⁶⁶.

Nesse sentido, a figura do militar na Alemanha do Kaiser Wilhelm de certa forma extrapolou os limites da clássica imagem de ordenamento e segurança, e desempenhou, isso sim, um importante papel no desenvolvimento de um código de conduta nacional, próprio da ideia de germanidade que estava sendo elaborada nesse momento. Claro está que este símbolo de identidade nacional alemã disseminava a ideia de um povo disciplinado e hierarquizado, com uma estrutura de personalidade social adaptada para o comando e a obediência¹⁶⁷.

¹⁶⁵ Um dos primeiros intelectuais a defender a tese da brutalização do colonizador durante a empresa colonial foi o martinicano Aimé Césaire no texto *Discurso sobre o colonialismo* de 1955. Segundo este autor, a colonização embrutece o próprio sujeito que coloniza, uma vez que o expõe a situações tenebrosas sobre as quais existe um processo de naturalização. Para Césaire, finalmente, a colonização promoveu um processo de asselvajamento do continente europeu. Cf. CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre el colonialismo*. Madrid: Ediciones Akal, 2006. Ver também KRACHENSKI, Naiara & STADLER, T. D. “História, colonialismo, epistemologia: Aimé Césaire, Frantz Fanon e o pensamento decolonial” In *Revista Estudos Libertários*, v. 1, UFRJ, Rio de Janeiro, 2019.

¹⁶⁶ ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 26.

¹⁶⁷ *Idem*, p. 73.

O código burguês, que tinha sido outrora contra a corte e orientado para a igualdade social, estava impregnado mais do que nunca de elementos oriundos do código monárquico-aristocrático, o qual, de acordo com a situação social e a tradição de seu estrato proponente, era orientado para um *ethos* guerreiro, para a manutenção da desigualdade entre as pessoas, para julgar que os mais fortes são os melhores e, assim, para a implacável dureza da vida¹⁶⁸.

Foi justamente desta burguesia militarizada de que fala Elias que saíram a maior parte dos oficiais alemães que foram para as colônias africanas. Em uma tentativa de explorar a subjetividade desses indivíduos – os quais são retratados em inúmeras fotografias do arquivo da DKG, conforme veremos a seguir –, devemos ter em mente o que significava ser um oficial nesse contexto alemão. Para além da possibilidade que o exército representava de inclusão e ascensão social para muitos jovens nesse período, fazer parte dos quadros militares conferia aos indivíduos um status de honra dentro da sociedade alemã e colocava este jovem nos estratos qualificados de uma sociedade altamente hierarquizada. Some-se a isso que, em territórios coloniais, estes oficiais estavam imbuídos não só da convicção de fazerem parte de uma camada social importante na sua pátria-mãe, como também estavam convictos de serem os representantes da verdadeira civilização em um ambiente considerado hostil e selvagem. No mundo colonial, portanto, a figura do militar conjugava o código de conduta germânico e a imposição da diferença colonial a partir do princípio da raça.

A maioria das fotografias encontradas sobre militares no arquivo aqui analisado, de forma geral, evocam exatamente essa ideia de disciplina, ordem e hierarquia dos partícipes do constructo social do oficial na Alemanha. Desde séries de retratos de governadores das colônias (figura 34) e de oficiais de alto escalão do exército colonial, até fotografias da *Schutztruppe* em formação (figura 35) e paradas militares (figuras 36-38), toda a noção de disciplina que ronda o imaginário e a estrutura militar está presente nesta seleção temática.

¹⁶⁸ *Idem*, p. 66.



Figura 34. Heinrich Göring, governador da África de Sudoeste de 1885 a 1891.



Figura 35. *Schutztruppe*, DSWA.



Figura 36. Parada militar, aniversário do Kaiser, DOA, 1914.



Figura 37. Parada militar, aniversário do Kaiser, DOA, 1914.

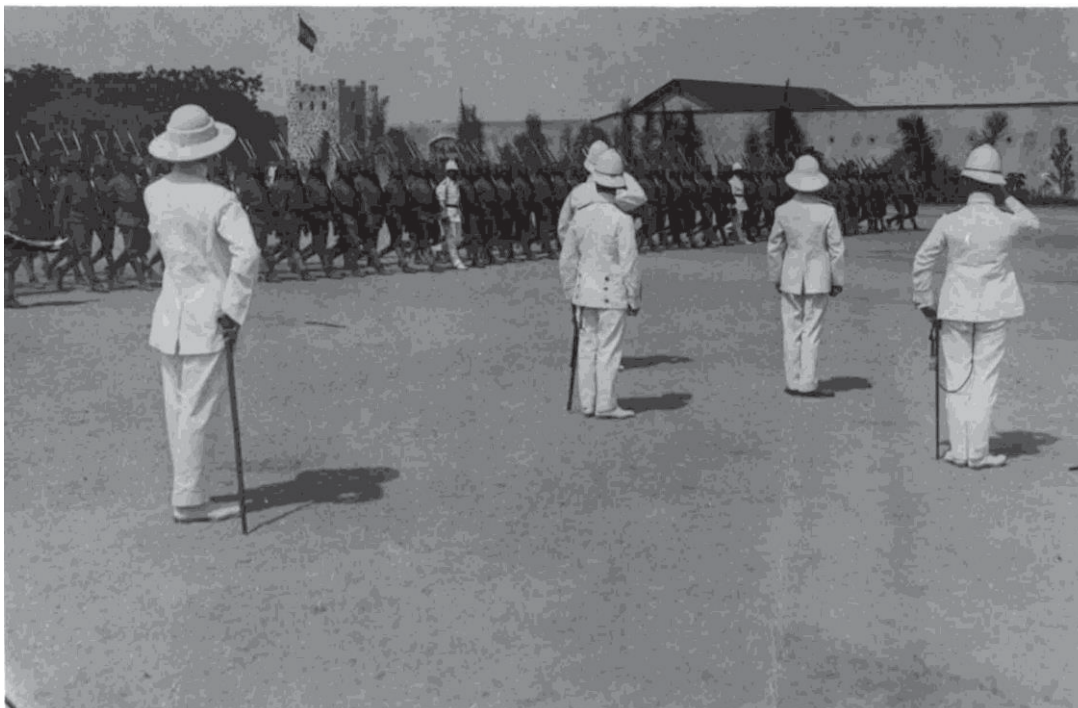


Figura 38. Parada militar, aniversário do Kaiser, DOA, 1914.

As figuras 34 e 35 são emblemáticas do tipo mais recorrente de fotografias sobre este tema que encontramos nos arquivos. Retratos de oficiais de alto escalão e a formação das tropas coloniais foram notadamente privilegiadas pelas lentes dos fotógrafos à disposição da Sociedade Colonial Alemã. Particularmente interessante nesta seleção é o retrato do governador da África de Sudoeste Heinrich Göring, entre os anos 1885 a 1891 (figura 34). A coincidência do sobrenome com uma das figuras do alta escalão nazista não é mero acaso. De fato, Heinrich era pai de Hermann Göring (1893-1946), tenente do exército Nacional-Socialista que ajudou no estabelecimento dos primeiros campos de concentração na Alemanha e idealizou várias políticas coloniais para o leste europeu. Esta informação, contudo, não constitui, como afirmamos, uma simples ocorrência accidental. Ao aceitarmos as evidências da tese que postula que a política genocida levada a cabo na África de Sudoeste Alemã na guerra de 1904-1908 foi uma prerrogativa histórica e uma elaboração de experiências para as políticas coloniais e genocidas ocorridas durante a II Grande Guerra, entendemos a importância desse tipo de conexões próximas entre dois personagens centrais na história da Alemanha. De acordo com Jürgen Zimmerer, as experiências pessoais foram o modo mais direto de troca de experiências e comunicação entre os ocorridos na África colonial alemã e os dias da Alemanha nazista¹⁶⁹.

¹⁶⁹ ZIMMERER, J. *apud* MADLEY, Benjamin. "From Africa to Auschwitz: how German South West Africa incubated ideas and methods adopted and developed by the nazis in eastern Europe" In *European History Quarterly*, v. 35. n. 3, 2005, p. 450.

De acordo com Benjamin Madley, como militar e administrador colonial Heinrich Göring construiu um forte legado sobre o qual seu filho seria bastante influenciado. Durante seu governo na África de Sudoeste Alemã, Göring foi responsável por conter várias revoltas de povos da região, liderar tropas alemãs, assinar tratados e ocupar centenas de quilômetros quadrados para a futura colonização efetiva do território. Segundo a biografia autorizada de Hermann Göring, publicada em 1939, seu pai havia estabelecido um capítulo glorioso para a história colonial da Alemanha¹⁷⁰. Nesse sentido, é possível afirmar que a partir do exemplo de seu pai, Hermann aprendeu que a conquista e a subjugação de povos não-germânicos se constituíam como um caminho patriótico para a glória da nação. De fato, a ideia da inferioridade das raças não arianas foi uma ideologia que esteve presente na prática política de Hermann Göring desde os primeiros dias do governo nazista - quando ele afirmou: “Eu não tenho que exercitar a justiça. Tenho apenas que aniquilar e destruir”¹⁷¹ – até o fim de sua vida, na cadeia.

Também a sequência de figuras 36 a 38 demonstra as atividades militares nas colônias que também foram exaustivamente clicadas e utilizadas pela mesma instituição como meio de propaganda da atuação dos colonialistas em territórios de ultramar. No caso da sequência em questão, a parada militar realizada na África Oriental foi organizada como uma atividade de celebração do aniversário do Imperador Guilherme II no ano de 1914. Conforme analisou Elias, também os ritos imperiais do *kaiserzeit* eram orientados sob a égide da pompa militar. Segundo o autor, inclusive, o aniversário do Kaiser era uma das mais importantes celebrações do Império Alemão, tendo o dia 29 de janeiro se tornado feriado nacional, marcado por diversas cerimônias em todos os centros urbanos na Alemanha¹⁷². Conforme analisou Elias a partir de descrições da época, as paradas militares em homenagem ao aniversário de Wilhelm pareciam ser muito aguardadas e admiradas pelos súditos alemães, mesmo a festa ocorrendo em pleno janeiro, ápice do inverno europeu:

De súbito, tiros abafados ecoaram na direção do parque de recreação: eram as salvas de artilharia – o sinal de que começara no palácio a recepção pelo aniversário do imperador. (...) O público torna-se irrequieto; a hora da grande cerimônia da troca de guarda está chegando. A multidão agita-se; a polícia, cortês como sempre, tem dificuldade em conter o povo apinhado... Agora as aclamações distantes convertem-se gradualmente num estrépito ensurdecedor. (...) À frente caminha o herói do dia, o Kaiser, envergando um capote cinza com ampla gola de pele, sobre o qual se ostenta a faixa laranja da Ordem da Águia Negra, e usando um chapéu de plumas de avestruz. O semblante levemente afogado resplandece boa saúde.

¹⁷⁰ *Idem*, p. 451.

¹⁷¹ *Idem*, p. 452.

¹⁷² ELIAS, *op.cit.*, p. 80.

(...) Durante a cerimônia de troca de guarda – como sempre brada-se “Longa vida ao rei e imperador!” – a banda marcial do regimento de Alexander executa vibrantes marchas¹⁷³.

De acordo com este relato da cerimônia ocorrida em Berlim no ano de 1897, temos a impressão de que o festejo em homenagem à passagem de anos do imperador era não só um momento aguardado pelo povo, como também reunia uma verdadeira multidão de pessoas na tarefa de engrandecer a imagem do Império. Como uma data de tal importância, os festejos pelo aniversário do Kaiser também eram replicados pelos exércitos alocados nas colônias alemãs fora da pátria-mãe, como um ritual importante para a manutenção da fidelidade ao imperador. No caso da sequência fotográfica em questão, vemos a *Schutztruppe* da DOA em formação no que parece ser um pátio de alguma construção militar. Em sinal de reverência e respeito ao seu comandante mor, erguem-se bandeiras e desfilam os soldados prontos a defender seu Império. Contudo, de uma forma absolutamente diferente da descrição apresentada por Elias, a cerimônia na colônia não parece atrair nenhum público para os festejos. Podemos deferir, pelo menos, duas possibilidades concretas para que as celebrações ocorressem de modo mais “privativo” em territórios coloniais. Em primeiro lugar, o próprio fato de a colônia ser considerada território alemão, mas não possuir súditos fieis ao imperador. Em boa medida, justamente porque tais “súditos” eram os povos locais que ou não se identificavam com a nova governança de seu território ou mesmo porque não faziam parte dos quadros de cidadania dentro da lógica colonial; por outra parte, os colonos alemães que viviam nas colônias estavam, em grande medida, vinculados exclusivamente às atividades em suas próprias terras e, assim, desvinculados de um pertencimento mais direto com seu governante maior. Em segundo lugar, podemos inferir também que a cerimônia era deliberadamente organizada dentro dos portões do oficialato militar para evitar perturbações provenientes das camadas de oprimidos descontentes com a gestão colonial alemã – lembrar que a parada representada nessas fotografias é de 1914, portanto alguns anos após os maiores conflitos entre povos locais e os agentes imperiais.

¹⁷³ *Idem*, p. 80-81.

Para além das imagens de grupos militares que uma historiadora esperaria ver em seu arquivo, também encontrei fotografias que, a princípio, fogem da lógica do aparato militar de ordem e disciplina. As fotografias a seguir representam uma sequência na qual podemos ver os homens que constituíam a *Schutztruppe* em momentos de descanso e até em situações de aparente descontração e diversão em grupo. No entanto, o que mais chama a atenção nessa sequência de imagens não é o mero fato de elas representarem os oficiais coloniais em momentos de pura cotidianidade, e sim o fato de que tais fotografias do cotidiano das tropas foram tiradas durante a maior guerra colonial no território da África de Sudoeste Alemão, a guerra colonial contra o povo Herero que teve início exatamente em 1904.

A guerra colonial em questão teve início após um levante herero neste mesmo ano sob a liderança de Samuel Maharero. De forma geral, a revolta iniciada neste momento reivindicava sobretudo dois aspectos da colonização alemã que interferiam diretamente no modo de vida deste povo desde a década de 1880. Em primeiro lugar, os hereros se revoltaram contra a constante expropriação de suas terras e o movimento forçoso de colocação de sua gente em “áreas protegidas” pelo governo colonial, geralmente terras inférteis e de pequeno porte. Some-se a isso, a desapropriação da criação de gado pelos herero, tarefa que há décadas era a base da sua economia. Além disso, evidentemente, os povos locais reivindicavam a falta de direitos, a exploração e opressão dos trabalhadores negros. Segundo Helmuth Stoecker, a guerra teve duas fases principais: a primeira, na qual as tropas alemãs foram lideradas pelo general Leutwein que, de forma geral, travou várias batalhas, muitas delas com perdas decisivas para os alemães, mas das quais nenhuma foi decisiva; a segunda fase, na qual a *Schutztruppe* se viu sob o comando do general Lothar von Trotha, responsável, conforme já vimos, pela ordem de aniquilação do povo herero¹⁷⁴.

Como instrumentos de propaganda, estas fotografias tiradas durante a maior guerra colonial e que gerou inúmeros debates dentro do *Reichstag* na Alemanha buscavam representar também a organização militar durante um período no qual a *Schutztruppe* estava sendo observada e, de alguma forma, desacreditada na pátria-mãe. As duas primeiras imagens, figuras 39 e 40, apresentam soldados em momentos mais descontraídos, sem a formalidade das formações militares em batalhão. Observamos na primeira figura uma cena de refeição, na qual os soldados servem a eles mesmos. Já na figura 40, os soldados estão em pé em um campo aberto. No entanto, chama a atenção o destaque dado para o canhão nessa fotografia, objeto que remete não só à perícia desses soldados com esse instrumento, mas também, para os

¹⁷⁴ STOECKER, H., *op.cit.*, p. 55.

espectadores alemães, transmite uma imagem de confiança no exército colonial e no seu poderio armamentista que levarão à vitória sobre os revoltosos locais. Um outro elemento que nos salta aos olhos ao prestar atenção nessas imagens é a figura de um cãozinho no colo de soldados em ambas as figuras (figura 39: homem em pé à direita; figura 40: homem no centro da imagem). A presença de um cão entre as tropas denota um ambiente seguro, no qual os soldados conseguem manter ainda alguns vínculos pessoais e domésticos, como o de amizade e o de lealdade expressos na figura do cachorrinho.

Já a figura 41 nos apresenta um grupo de oficiais de um escalão mais alto. Percebemos na fotografia que estes homens estão em um ambiente fechado, com uma bandeira do Império ao fundo, uma mesa posta com comidas e bebidas e um lustre ao centro da imagem. Novamente observamos nessa sequência de fotos, para além de um pretense dia-a-dia das tropas, um reforço da ideia de hierarquia social estabelecida dentro dos limites militares.



Figura 39. *Schutztruppe*, DSWA, 1904.



Figura 40. *Schutztruppe*, DSWA, 1904.



Figura 41. *Schutztruppe*, Swakopmund, DSWA, 1904.

O conflito contra os hereros ficou marcado na história colonial como o primeiro genocídio do século XX. Após a ordem de extermínio dada por von Trotha, as tribos herero eram levadas ao deserto de Omaheke, onde todos os poços tinham sido envenenados. Junto a isso, os soldados alemães tinham ordens de matar a todos que tentassem escapar do cerco no deserto – mulheres e crianças incluídas. De acordo com Marion Brepohl, cerca de 20% do restante da população que sobreviveu ao massacre foram internados em campos de concentração (*Konzentrationslager*) “onde as mulheres foram tratadas como escravas sexuais e os homens, utilizados como cobaias para experiências científicas”¹⁷⁵, além de serem utilizados como mão-de-obra escrava.

Este é o contexto aqui brevemente descrito que se descortinava por trás das fotografias apresentadas. A aparente normalidade transmitida pelas fotos em nada revela um cotidiano de brutalidade, no qual muitos dos soldados alemães também se sentiam ameaçados pelos perigos da guerra. Além disso, conforme escreveu o médico Karl Wilhelm Schinke,

¹⁷⁵ BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion. “Homens e mulheres falando em genocídio...”, *op.cit.*, p. 153-154.

médico das tropas alemãs entre 1905 e 1906 na DSWA, ainda que todos os soldados das *Schtztruppe* estivessem armados com fuzis, nem sempre as condições das tropas militares durante a guerra foram atendidas pelo governo imperial.

Swakopmund está repleta de material bélico de todos os tipos, no entanto, não conseguimos receber fuzis, munição e equipamentos destinados para nós. Como alguém, aqui ou acolá, ouviu falar em assaltos, os mais medrosos ficaram muito preocupados. Creio que com essa falta de armas, a situação não fique indiferente para nenhum de nós. Os soldados, na verdade, tinham armas, mas faltava a munição. Notícias sobre indiferença, descaso, demora de chegada pairavam no ar. Por isso acho que muitos de nós se arrependeram de ter dado esse passo. Parece que, em geral, a confiança está faltando¹⁷⁶.

Esse tipo de situação gerada por um descompasso entre necessidades do governo colonial e interesses do governo imperial na metrópole também acabavam por criar uma atmosfera de insegurança que evoluía para um sentimento de incrível arrogância que contribuíam para o entendimento compartilhado entre muitos dos colonos brancos que eles eram os verdadeiros donos daquelas terras, expresso em uma frase: “Deus está no céu, o rei bem longe e eu estou aqui” (*Gott ist im Himmel, der König weit fort und ich bin hier*)¹⁷⁷.

3.2. O olhar que cuida: mulheres e domesticidade

O colonialismo migratório vigente como ideologia na prática do imperialismo alemão esteve associado, como vimos, com as políticas pangermanistas de manutenção da identidade alemã nos territórios que abrigavam migrantes alemães, fossem em suas próprias colônias, fossem em outros países, como Estados Unidos e Brasil. Conforme afirmou Woodruff Smith, no centro do discurso do colonialismo migratório residia a ideia de uma sociedade colonial em ultramar capaz de manter-se aquém das transformações impostas pela industrialização e pela modernização tal como elas ocorreram na pátria mãe. Isso significa dizer que se havia criado a partir de tal discurso uma imagem idealizada de quem seria esse alemão “tradicional” e “intocado” pela aceleração do tempo: o camponês¹⁷⁸. De acordo com os entusiastas do colonialismo migratório, a figura do homem do campo era aquela que

¹⁷⁶ SCHINKE, Karl Wilhelm. *Diário da África: o diário de um médico alemão na guerra dos hotentotes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 68.

¹⁷⁷ BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion. “Homens e mulheres falando em genocídio...”, *op.cit.*, p. 157.

¹⁷⁸ SMITH, W., *op.cit.*, p. 28.

materializava os fundamentos mais sólidos da virtude e da estabilidade da cultura alemã, entendida aqui como germanidade (*Deutschtum*).

No entanto, ainda que o homem do campo fosse a figura protagonista na ideia da *Deutschtum*, havia uma outra personagem que ocupava um papel central na manutenção da germanidade para as gerações alemãs nascidas fora da pátria-mãe. Essa figura era a da mulher alemã. Não só como agentes do colonialismo em África, a partir da atuação na Liga das Mulheres da Sociedade Colonial Alemã, mas também como partícipes necessárias para o projeto colonial como um todo, as mulheres foram também um importante elemento na construção do imperialismo alemão e foram, dessa forma, devidamente retratadas pelas lentes fotográficas da DKG.

Na maioria das vezes vinculadas à Liga Feminina, as mulheres brancas que se fixaram nas colônias africanas tiveram um papel fundamental na manutenção do discurso sobre a germanidade e, posteriormente, na manutenção da ideia de pureza racial tão difundida entre os colonialistas alemães, conforme veremos oportunamente. A Liga Feminina da Sociedade Colonial Alemã (*Frauenbund der Deutschen Kolonialgesellschaft*) foi fundada em setembro de 1907 e atuou sobretudo através de ações e aconselhamentos para efetivar a ida de alemãs que tivessem o interesse de se estabelecer nas colônias. Segundo afirmou Ana Carolina Schweitzer, a Liga Feminina foi o local encontrado pelas mulheres para encenar um protagonismo no projeto pangermanista do Reich Guilhermino¹⁷⁹. Em um primeiro momento, a Liga era formada sobretudo pelas esposas dos homens associados à DKG, principalmente, aqueles que residiam na Alemanha. No entanto, a Liga Feminina teve um rápido crescimento do seu quadro de apoiadoras. No segundo ano da *Frauenbund*, ela já contava com cerca de 4.000 associadas e, segundo um relatório da própria Liga, no ano de 1913 possuía 17.593 participantes¹⁸⁰. De forma geral, a Liga era composta por mulheres burguesas, ainda que também tenha tido representantes da aristocracia germânica em sua estrutura como, por exemplo, a primeira presidente da Liga, a baronesa Adda von Liliencron.

Ainda que a *Frauenbund* tenha sido criada por mulheres que buscavam participar mais ativamente do projeto colonial alemão em andamento no início do século XX, ela não previa em nenhum momento a emancipação feminina, já tão defendida pelos movimentos feministas constituídos na Europa a partir da segunda metade do século XIX. O interesse primordial da Liga Feminina era criar incentivos para estimular a emigração de mulheres para

¹⁷⁹ SCHWEITZER, A.C., *op.cit.*, p. 57.

¹⁸⁰ *Idem, ibidem.*

as colônias alemãs para que as mesmas pudessem casar com os homens alemães já ali fixados e, desse modo, evitar casamentos mistos e a tão temida miscigenação (entre um homem branco e uma mulher negra).

Uma das principais maneiras de incentivar as mulheres alemãs a emigrarem para as colônias africanas era o custeamento da passagem de navio junto com uma doação de enxoval. Geralmente, essas despesas eram arrecadadas em jantares, palestras e eventos promovidos pela Liga, nos quais as mulheres de maior poder aquisitivo faziam tais doações¹⁸¹. De acordo com Marion Brepohl, a maioria das mulheres que emigrava para a África eram moças de origem humilde, com baixo status e com o mínimo de instrução escolar. Nas colônias, após um casamento arranjado com um colono já estabelecido, essas moças se tornavam donas de fazendas, com criados e criadas à sua disposição¹⁸². Dessa forma, é evidente que a migração era entendida pelas mulheres de classes mais baixas como um modo de rápida ascensão social, o que dificilmente ocorreria nas mesmas condições na Alemanha.



Figura 42. Casamento na colônia, DSWA.

¹⁸¹ *Idem*, p. 58.

¹⁸² BREPOHL DE MAGALHÃES, M., “Em África soam seus pequenos feitos...”, *op.cit.*, p. 187.



Figura 43. Mulher cuidando dos bichos, DOA.



Figura 44. Mulher em um galinheiro, DSWA.



Figura 45. Mulher no jardim, DSWA.



Figura 46. Família alemã, DOA.

Na sequência de fotografias acima por mim estabelecida, vemos quais seriam as principais atividades que as mulheres deveriam desempenhar nas colônias: a organização e manutenção de um lar harmonioso e, claro, a atenção dedicada à sua família. No contexto colonial de oposição binária entre a brancura e a negritude, o culto à brancura representava também um culto à domesticidade aos moldes burgueses. Para essa elaboração ideológica, a brancura passa a ser sinônimo de limpeza, ordem e economia, devendo ser mantidas, então, pela figura feminina da família.

Como já afirmamos anteriormente, o discurso visual produzido pelas fotografias da DKG pretendia agir como um instrumento de propaganda. Observamos nessas fotos, inclusive, a existência da possibilidade de encenações para as lentes do fotógrafo. Na figura 42, por exemplo, a propaganda visa demonstrar a realização de um casamento (aparentemente) bem-sucedido realizado na colônia, inclusive com os signos pequeno-burgueses de felicidade conjugal: os jovens noivos muito bem vestidos, a casinha ao fundo e os carros pertencentes ao grupo envolvido nesse evento. Outro elemento que atesta o possível grau de encenação dessas imagens é a mulher que aparece na figura 43. Claramente deslocada da atividade de criadouro, a moça posa cuidando de aves na sua propriedade. Contudo, nos chama a atenção o fato de essa mulher estar usando uma roupa demasiado elegante para esta atividade. Devemos ter em mente que a presença de um fotógrafo na casa de uma família alemã não era algo corriqueiro para estas pessoas, mas constituía um evento que saía do cotidiano da vida na fazenda. Dessa forma, não poderíamos esperar fotos que capturassem instantâneos dessa vida doméstica sem o conhecimento da pessoa que estava sendo retratada.

Lembremo-nos mais uma vez de que a Sociedade Colonial Alemã se entendia como a instituição responsável por criar e desenvolver uma consciência colonial entre os alemães, vale dizer, todos os seus esforços estavam vinculados a difundir uma boa imagem do cotidiano dos colonos alemães na África, tendo em vista os inúmeros percalços que os agentes do colonialismo tinham que enfrentar na política interna alemã. Dessa forma, para além de incentivar a migração e a permanência de alemães nas colônias, a DKG também aludia incansavelmente à propaganda dos benefícios da colonização. Nesse sentido, não é um mero detalhe que as mulheres alemãs que aparecem nas fotografias do acervo da DKG estejam sempre retratadas ocupando a posição de senhoras do lar, esposas fiéis e mães dedicadas. Para além de este perfil feminino constituir um ideário burguês bastante bem solidificado à época, temos que considerar que este tipo de feminilidade era o que se esperaria da mulher que acompanhava o idealizado homem do campo na ideologia do colonialismo migratório.

Para colocar em prática a ideia de *Deutschtum*, os homens alemães que haviam emigrado para as colônias africanas deveriam constituir uma família propriamente alemã. No entanto, como a maioria dos homens emigrados eram solteiros, constatou-se no final do século XIX a necessidade da emigração de mais mulheres disponíveis para casamento, visto que a quantidade de moças solteiras que emigrava para as colônias africanas era praticamente irrisória. Dessa forma, a Liga Feminina teve como seu principal objetivo estabelecer contatos e arranjar casamentos entre moças que queriam emigrar e homens que queriam casar. Para cumprir este fim, a *Frauenbund* utilizou da sua publicação *Kolonie und Heimat* para divulgar anúncios de homens que estavam aguardando uma candidata a esposa, assim como para informar sobre a situação das moças que para lá emigravam¹⁸³. Além disso, no ano de 1908, por exemplo, a DKG criou a *Kolonialfrauenschule*, uma escola preparatória de candidatas a esposas, onde essas mulheres aprenderiam, segundo as palavras de uma das diretoras da escola, a perpetrar a verdadeira feminilidade da Nova Alemanha que se queria criar em ultramar:

[A escola tem como objetivo] formar as mulheres que não expressem sua vivacidade apenas de maneira jovial. Antes, a autêntica feminilidade deve selar as marcas da Nova Alemanha em ultramar; não deve ali apenas laborar e trabalhar, mas ela deve ser a sacerdotisa das criações e costumes alemães, animar o espírito do autêntico cristianismo, ser portadora da cultura alemã, sua âncora na terra distante: mulheres alemãs, honra alemã, fidelidade alemã em ultramar¹⁸⁴.

Na representação da mulher alemã, pois, se depositava toda a esperança da manutenção da germanidade em terras distantes. Aqui temos uma interessante elaboração de um discurso colonial sobre o gênero: quem deveria manter-se fiel às tradições, à honra, à religião verdadeiramente nacionais seriam as mulheres; incumbidas de tal tarefa, que se exercia sobretudo no âmbito doméstico e materno, elas se apresentavam como verdadeiras cidadãs agindo pelo bem do *Reich*. Já aos homens, tal tarefa de manutenção da *Deutschtum* era confiada somente na medida em que era ele quem deveria utilizar seu autoritarismo violento para conformar o ambiente colonial de acordo com os preceitos imperiais. No entanto, para além de uma questão clássica da oposição entre masculino e feminino, de que o homem não é um responsável direto pela criação e educação de sua prole, some-se a este discurso de gênero a questão racial. Notadamente, os casamentos na colônia deveriam “entender” o local ocupado pela esposa branca, mulher casta, esposa obediente e mãe devotada, e o local da (ou das) nativas

¹⁸³ SCHVEITZER, A.C., *op.cit.*, p. 61.

¹⁸⁴ *Apud* BREPOHL DE MAGALHÃES, M. “Em África soam seus pequenos feitos...”, *op.cit.*, p. 186-187.

que mantinham relações extraconjugais com os senhores. Sobre este aspecto, o relacionamento puramente sexual, sem nenhum vínculo familiar envolvido, era aceito pela comunidade patriarcal colonialista, uma vez que esta era embasada na ideia de que o homem era incapaz de controlar seus instintos sexuais nos trópicos, aliado ao discurso de hipersexualização da mulher negra, entendida como um objeto disponível ao desejo incontrolável do homem branco.



Figura 47. Festa de Natal na escola, Lüderitzbucht, DSWA.



Figura 48. Mulher cortando o cabelo de uma criança, DSWA.

Uma figura que marcou o discurso sobre os deveres das mulheres no colonialismo alemão foi Frieda von Bülow, uma escritora defensora das políticas coloniais, membro da Liga Pangermânica e colaboradora da *Frauenbund*, além de uma das principais vozes na defesa de uma política racial a ser desenvolvida no espaço colonial. Segundo demonstrou Marion Brepohl, podemos verificar no início do século XX uma virada racista na orientação das políticas coloniais alemãs. Se nos primeiros quinze anos de imperialismo formal o discurso colonial alemão procurou sublinhar as noções de civilização e senso missionário, a partir da primeira década do século XX tal discurso emprega de forma cada vez mais agressiva a ideia de que a raça era o elemento central que orientava as relações entre colonizados e colonizadores. Segundo a autora, esta virada racista, representada pelos trabalhos de Bülow, pode ser entendida

como uma resposta à Lei dos Nativos que garantia a possibilidade de aquisição de cidadania alemã por parte dos negros¹⁸⁵. A partir desse momento, passou-se a enxergar a existência de uma luta de raças (*Rassenkampf*) no interior do ambiente colonial, na qual a raça negra passava a ser vista não só como inferior, mas também como potencialmente perigosa.

É a partir desse contexto de *Rassenkampf* que creio que devemos compreender o papel atribuído à mulher alemã no contexto colonial. A mulher entendida como âncora da cultura alemã, não só deveria desempenhar este papel por estas serem suas atribuições “naturais”, como queriam os discursos tradicionais e conservadores sobre o gênero feminino, mas também a mulher teria um papel central nesse novo cenário que deveria incluir a questão racial. Dessa forma, a proibição de casamentos mistos ocorrida em 1906, previa a necessidade de realização de casamentos endógenos, além de fortalecer a tese de que a partir desse momento se verifica um discurso cada vez mais violento e de segregação mais intensa no ambiente colonial.

A partir dessa ótica, a presença de mulheres alemãs nas colônias passava a ser indispensável e, para além da função de mantenedoras da *Deutschtum* como centros da família, essas mulheres também ganhavam destaque na atuação como professoras das escolas para crianças brancas. De fato, conforme afirmou Sílvio Corrêa, com o aumento da migração de colonos alemães para os territórios africanos, cresceu também a demanda por escolas onde seus filhos pudessem estudar sem a presença de crianças ou professoras negras¹⁸⁶. A partir desse *apartheid* criado entre brancos e negros desde a infância, a educação colonial deveria atender uma dupla função: educar as crianças brancas com base nos preceitos do verdadeiro espírito alemão, além de civilizar as crianças negras ao mesmo tempo em que deveria evitar também a cafrearização (*Verkafferung*) das crianças brancas¹⁸⁷.

¹⁸⁵ *Idem*, p. 158.

¹⁸⁶ CORREA, Sílvio. “Fronteiras da educação na África sob domínio colonial alemão” In *História da Educação*, v. 16, n. 37, 2012, p. 70.

¹⁸⁷ *Idem, ibidem*.



Figura 49. Jardim de infância em Swakopmund, DSWA.



Figura 50. Enfermeiras com bebês, DSWA.

Os espaços educacionais, portanto, deveriam garantir a não hibridização da cultura alemã com as culturas locais, entendidas como inferiores e maliciosas. Nesse processo, inclusive, a própria presença constante de babás negras era considerada prejudicial para a formação da criança branca. Segundo Correa, a criação de jardins de infância em Lüderitzbucht e Swakopmund (figura 49) tinha como objetivo liberar as mães para suas tarefas domésticas matutinas, sem deixar as crianças demasiado tempo sob cuidados exclusivos das mulheres locais, vale dizer, a intenção por trás da criação de tais espaços se vinculava quase que exclusivamente à ideia de livrar as crianças brancas das influências culturais nativas¹⁸⁸.

No intuito de propagandar um cotidiano harmonioso, as fotografias de mulheres alemãs produzidas pela DKG buscavam criar uma atmosfera de felicidade e prazer, ou seja, a colônia foi construída visualmente pelo discurso da Sociedade Colonial Alemã como um espaço para escapar da modernidade metropolitana, reforçando um ideal pastoral da *Deutschtum*¹⁸⁹. Na mesma medida, a possibilidade apresentada por estas fotografias da existência de um mundo branco completamente apartado de um mundo negro reforça a tese de Frederick Cooper sobre a fragilidade do projeto colonial¹⁹⁰. Partindo da mesma linha de pensamento, Patrícia Ferraz de Matos evidencia que ao nos defrontarmos com tantas artimanhas discursivas e visuais que buscavam fixar um significado único e fechado para a cultura colonial, isso só demonstra o quanto ela era incerta, circunstancial e experimental¹⁹¹.

3.3. O olhar que revela: a mão que trabalha é negra

Frantz Fanon afirmou em *Os condenados da Terra* que “o mundo colonial é um mundo cortado em dois”¹⁹². Na realidade da colônia, segundo ele, tudo funciona na base de duas regras, dois direitos, dois espaços, duas identidades opostas. Necessariamente, em última instância, o mundo colonial é um mundo essencialmente maniqueísta, no qual, porém, cada face da moeda não existe sem a outra. Já vimos como o discurso colonial procurou se construir a todo momento, e de forma incessante, como um discurso único sobre as identidades coloniais que, na realidade, são múltiplas. No entanto, a partir do discurso sobre o colonialismo, observamos a tentativa de fixar as identidades coloniais em apenas dois modelos: o colonizador

¹⁸⁸ *Idem*, p. 74.

¹⁸⁹ HAYES, P. & SILVESTER, J. & HARTMANN, W., *op.cit.*, p. 13.

¹⁹⁰ COOPER, F., *op.cit.*, p. 235.

¹⁹¹ MATOS, Patrícia Ferraz de. “A fotografia na obra de Mendes Correia (1888-1960): modos de representar, diferenciar e classificar da antropologia colonial”, p. 48. Disponível em academia.edu.

¹⁹² FANON, Fanon. *Los condenados de la tierra*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2013, p.32.

branco e o colonizado negro. Neste processo, o discurso visual elaborado pela Sociedade Colonial Alemã não se furtou tampouco de buscar apresentar o seu próprio mundo colonial a partir da ótica do binarismo maniqueísta do qual fala Fanon. Para além de reelaborar a ideia que equivalia os negros africanos a selvagens ou a crianças que devem ser tuteladas, conforme veremos no próximo capítulo, um outro elemento que aparece na mirada fotográfica também denota o fato de que na colônia os espaços entre brancos e negros eram muito bem apartados: este espaço era justamente o espaço do trabalho.

De acordo com Sílvio Corrêa, nas colônias alemãs no continente africano pode-se observar a existência de diversas formas de trabalho, desde trabalhadores sazonais, livres ou remunerados, até trabalhadores prisioneiros e escravizados. De forma geral, os povos locais foram utilizados como mão de obra em virtualmente todos os espaços produtivos nas colônias, desde os trabalhos domésticos até nas plantações e nas minerações¹⁹³.

De acordo com o discurso colonial empregado por todos os países europeus durante o imperialismo – não só a Alemanha -, o trabalho era entendido como um dos principais meios de se atingir a emancipação ou libertação da condição de “atrasado” que afligia o africano. Para o colono branco o trabalho do colonizado assumia um caráter transformador, uma vez que faria deste um indivíduo produtivo e autônomo, vale dizer, um sujeito civilizado. De acordo com o olhar eurocêntrico “o trabalho dos nativos era visto como a contrapartida diante da missão civilizatória desempenhada pelos colonizadores”¹⁹⁴.

Nas fotografias da Sociedade Colonial Alemã sobre a temática do trabalho dos povos locais percebemos uma clara vontade de representar o mundo colonial como um mundo harmonioso entre os empregados negros e os patrões europeus. A figura 51, por exemplo, representa uma situação de trabalho em uma mina na África de Sudoeste Alemão. Nela vemos o único engenheiro de pé ao centro da imagem; notadamente, ele é o único branco da cena e utiliza roupas melhores que os demais. Já os trabalhadores ao seu redor, todos negros, vestem roupas muitas vezes mais largas que seus corpos e posam, ao que parece, de maneira um tanto forçada para as lentes do fotógrafo o que denota uma cena arranjada. Assim como nessa fotografia, a figura 52 apresenta um cocheiro negro guiando uma carroça para o deslocamento de crianças brancas. Diferentemente da foto anterior, o trabalhador aqui representado veste roupas que parecem um uniforme de trabalho, o que nos leva a pensar que ele estivesse vinculado a um trabalho de âmbito mais doméstico que, como veremos a frente, eram as

¹⁹³ CORREA, Sílvio. “A escravidão na África Oriental Alemã” In *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v.46, n.2, 2015.

¹⁹⁴ *Idem*.

ocupações em que os trabalhadores geralmente estavam uniformizados de alguma maneira. Em ambas as fotografias, no entanto, o objetivo é transmitir uma ideia de harmonia no trabalho, no qual os empregados negros sabem o seu lugar, o da obediência, e os brancos, por seu lado, conhecem seu espaço de mando. As representações desse âmbito a partir dessas fotografias sugerem, portanto, uma sociedade colonial pacificamente organizada em torno das funções específicas de cada raça (a partir do discurso colonialista e racista então vigente).



Figura 51. Engenheiro e trabalhadores negros em uma mina de cobre, DSWA.



Figura 52. Passeio escolar, DSWA.



Figura 53. Transportando vasilhas, DSWA.

Em todas as sequências fotográficas apresentadas neste capítulo, podemos observar que os trabalhadores locais, seja a função que ocupem, assumem sempre o lugar subalterno da atividade que está a ser desenvolvida. Nas figuras 52 e 53, por exemplo, os negros fazem os trabalhos sob o olhar vigilante dos homens brancos que não só avaliam e garantem que as atividades sejam exercidas corretamente, mas também que creem que esta é a exata ordem a ser desenvolvida e mantida no mundo colonial. Eis mais um elemento produzido pelo discurso colonial que soma-se à lista de vários outros itens que compõe a subjetividade do colono branco em meio aos colonizados negros: a ideia de que os sujeitos colonizados não só lhes deveriam obediência, mas também teriam o dever de trabalhar para eles.

De acordo com Sílvio Corrêa, nos territórios coloniais em África, os imigrantes alemães se tornavam facilmente proprietários de grandes extensões rurais e, dessa forma, acabavam, ao invés de manter a tradição do camponês alemão associado à ideia da *Deutschtum*, estabelecendo uma nova ordem fundiária. Segundo o autor, estes colonos adotavam para si muito mais um *ethos* feudal do que aquele que existia entre os trabalhadores rurais na pátria-mãe¹⁹⁵. Desse modo, todo o trabalho desenvolvido nesse âmbito servia-se, evidentemente, do trabalho local e reproduzia uma lógica que era o esquema de senhor-servo¹⁹⁶.

A relação de trabalho baseada na estrutura senhor-servo desenvolveu não só toda uma estrutura econômica que deu origem à lógica escravocrata de acúmulo de capital, mas também esteve visceralmente vinculada à elaboração do próprio conceito de raça. Conforme afirmou Hourya Bentouhami-Molino:

A instituição da escravidão como direito repousava sobre relações econômicas socialmente constituídas pela dominação de uma classe social branca, de modo que o deslocamento retórico e ideológico de ‘negro’ a ‘escravo’ e de ‘branco’ a ‘livre’ foi uma das pedras angulares da construção social da raça¹⁹⁷.

De fato, segundo Aníbal Quijano, a distribuição mundial do trabalho está marcada a partir da era dos colonialismos pela estrutura daquilo que o autor denominou de colonialidade do poder. Para este autor, a colonialidade do poder pode ser definida como o elemento que se sustenta na imposição de uma classificação racial da população global como a base para o padrão de poder estabelecido na ordem geopolítica daí derivada, além de operar sistematicamente nos planos subjetivo e material da existência social cotidiana, seja na colônia,

¹⁹⁵ *Idem*, p. 8.

¹⁹⁶ *Idem*, *ibidem*.

¹⁹⁷ BENTOUHAMI-MOLINO, Hourya. *Raza, cultura, identidades*. Un enfoque feminista y poscolonial. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2016, p. 37-38 – tradução livre da autora.

seja na metrópole¹⁹⁸. É justamente a partir dessa estrutura de poder organizada a partir do modo estabelecido pela colonialidade que as relações produtivas entre os países metropolitanos e as colônias (posteriormente entendidas como periferias ou países dependentes) são regidas:

No eurocentro, os que dominam são capitalistas. Os dominados são os assalariados, as classes médias, os camponeses independentes. Na periferia colonial, (...) os dominados são escravos, servos, pequenos produtores mercantis independentes, assalariados, classes médias, camponeses¹⁹⁹.

Dessa forma, o constructo social de raça, assim como de gênero, forjado nesse contexto foram as instâncias centrais a respeito das quais se ordenaram as relações de exploração, dominação e conflito dentro da lógica do capitalismo mundial; no centro permanente desse processo, pois, estão as relações de trabalho aí definidas. Ainda para Quijano, a classificação social a partir do trabalho diferenciado entre centro e periferia (ou, para nosso contexto, entre metrópole e colônia) foi exatamente o que permitiu a acumulação global em benefício dos centros. Pensando a partir de uma lógica próxima à esta, Theotônio dos Santos afirma que a dependência representa exatamente a situação em que a estrutura sócio econômica, bem como o crescimento econômico de uma região são determinados em grande medida pelo desenvolvimento das relações comerciais, financeiras e tecnológicas dos espaços imperiais²⁰⁰.

Forma-se, dessa feita, uma sociedade colonial marcada profundamente por uma minoria dominante que se estabelece sob a égide de uma civilização e de uma raça superior que tem como objetivo subjugar o outro colonizado para garantir seu processo civilizacional. Esta minoria, obviamente, não é de ordem numérica, mas fundamentalmente social: “O caráter de minoria é inerente a uma certa forma de ser dentro da sociedade global, ele implica essencialmente uma relação de dominado à dominante”²⁰¹. No entanto, como vimos acima, o estabelecimento de uma ordem hierárquica discursivamente defendida pelo quesito civilizacional e racial encobre a faceta de que tal ordem deve ser estabelecida e justificada por outros critérios que não os econômicos, ainda que sejam efetivamente os interesses financeiros que orientem em boa medida o caráter social e político de uma sociedade colonizada.

¹⁹⁸ QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder e classificação social” In SOUSA SANTOS, Boaventura & MENESES, Maria Paula (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 72.

¹⁹⁹ *Idem*, p. 110.

²⁰⁰ DOS SANTOS, Theotônio *apud* MARTINS, Carlos Eduardo. “A superexploração do trabalho e a economia da dependência” In SADER, Emir & DOS SANTOS, Theotônio (Orgs.) *A América Latina e os desafios da globalização: ensaios em homenagem a Ruy Mauro Marini*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2009, p. 200.

²⁰¹ BALANDIER, Georges. “A noção de situação colonial” In *Cadernos de Campo*, n. 3, 1993, p. 116.



Figura 54. Pagamento aos trabalhadores negros, DOA.

Nas colônias alemãs, assim como nas colônias britânicas ou francesas, os colonizadores constituíram um sistema tributário visando, sobretudo, impor aos povos locais a lógica de uma sociedade de trabalho capitalista. A ideia era de que exigindo um pagamento periódico de impostos, os trabalhadores se tornariam mais disciplinados e atenderiam melhor às necessidades que as metrópoles e as indústrias exigiam deles. Vale lembrar, conforme já mencionamos, que os trabalhadores negros eram vistos pelo discurso colonial como absolutamente necessários para o projeto imperial, uma vez que constituíam mão de obra barata (ou, em alguns casos, escrava), mas esse mesmo discurso enfatizava a morosidade, a preguiça e a falta de aptidão do africano para o trabalho. Não devemos nos esquecer, evidentemente, que a suposta falta de aptidão para o trabalho dizia respeito exclusivamente ao trabalho entendido nos moldes ocidentais, aos quais os povos africanos não estavam familiarizados e tampouco faziam questão de se adequar forçosamente a esse modelo.

Nesse sentido, a imposição de taxas aos povos locais tinha, sob o olhar imperialista, uma função propedêutica, de ensiná-los a respeitar uma disciplina de trabalho já muito bem

construída socialmente na Europa²⁰². Junto com a taxaço, entretanto, os agentes do imperialismo não se furtavam de utilizar modos muito mais violentos para atingirem a seus anseios:

A ideia da tributaço colonial respondia em parte a constataço dos colonizadores de que os salários (quando era o caso) não eram suficientes para estimular o trabalhador. A baixa produtividade, a falta e a evasão ou a inadimplência dos trabalhadores eram, geralmente, motivos de penalidades, inclusive castigos físicos²⁰³.

Novamente nas figuras 55 e 56 as fotografias da DKG sugerem que os empregados domésticos possuem feições muito simpáticas e, sobretudo, servis. Não devemos nos esquecer ao olhar para estes registros que estas fotografias eram um material de propaganda não só para positivar a experiência colonial alemã, mas também para incentivar a ida de mais colonos alemães para os territórios africanos. Nesse sentido, a ideia era justamente transmitir a imagem de um mundo bem organizado, harmonioso e, acima de tudo, um lugar onde cada um sabe o posto que ocupa, o que criava para os alemães uma ideia de um lugar quase idílico, onde eles eram invariavelmente donos e senhores de tudo e de todos o que implicava, antes de tudo, tempo livre para o ócio produtivo e a distância de trabalhos que deveriam ser desempenhados por “raças inferiores”.

Interessante notar também que, apesar da tentativa de construção de um discurso fixo sobre esse assunto, as fotografias permitem aos sujeitos fotografados posarem de frente para a câmara. Isso não pode ser desconsiderado da análise, uma vez que, de forma geral, o trabalhador não tem rosto ou identidade própria quando exerce sua atividade. No discurso colonial todo o trabalho desenvolvido pelos povos locais é escamoteado para um recôndito espaço no qual ele nunca é valorizado. Aparece nesse discurso, como vimos, somente o esforço dos europeus no trabalho de civilizar e educar os sujeitos coloniais. Nessas fotografias, no entanto, ainda que não tenhamos informações precisas sobre esses trabalhadores, eles adquirem de certa forma um lugar de sujeito que, em outras esferas, lhes é negado.

²⁰² E. P. Thompson analisou extensamente como a disciplina do trabalho nos moldes do capitalismo industrial demorou décadas e até séculos para se estabelecer como uma norma nas sociedades urbanizadas europeias. Sobre essa questão ver, por exemplo, THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

²⁰³ CORREA, S., “As ambiguidades...”, *op.cit.*, p. 4.



Figura 55. Trabalhadora doméstica (babá), DOA.



Figura 56. Trabalhadores domésticos, DOA.

A partir do modo como as fotografias da Sociedade Colonial Alemã apresentam os trabalhadores negros, necessariamente incluídos no mundo dos colonos brancos, podemos afirmar que as representações coloniais aí desenhadas constroem, idealmente, a imagem de um mundo apartado em duas esferas: de um lado, o mundo dos colonos alemães que fazia referência a um lugar de tranquilidade doméstica, harmonia entre o homem e a natureza e a ordem garantida pelo oficialato militar; por outro lado, as fotografias vão construir um local reservado aos negros que correspondia a toda construção estereotipada de raça: ou o negro é apresentado como a serviço do homem branco, conforme acabamos de discutir ou, como veremos no próximo capítulo, como um sujeito fora da roda da História, mais próximo à categoria de natureza que de humanidade.

Nessa relação estabelecida com o Outro absoluto, compreendemos não só a definição de quem é esse outro e que lugar ele deve ocupar na sociedade colonial, mas também e talvez mais importante, vemos nesse jogo o estabelecimento dos limites para a identidade do próprio sujeito europeu, nesse caso, alemão; vale dizer, assistimos nesse processo dialético o próprio momento de “fundação do Eu”²⁰⁴ na modernidade colonial. De acordo com Michael Hardt e Antonio Negri, são justamente as características de mal, de licenciosidade e de barbárie do Outro colonizado que permite que o Eu alemão se construa enquanto bom e civilizado, ou seja, a identidade do sujeito alemão, a *Deutschtum*, em última instância, é produzida nesse movimento dialético de afirmação do que se é *versus* a negação do que não se é junto com a afirmação do que é o Outro e da negação daquilo que Eu sou.

Evidentemente, esse é o discurso construído pela visualidade colonial e é, como sabemos, uma imagem idealizada desse mundo colonial que nega a todo momento a complexidade das relações estabelecidas no cotidiano da colônia:

A verdadeira situação social nas colônias nunca se reduz claramente a um binário absoluto entre puras forças opostas. [...] Entretanto, não é que a realidade apresenta essa fácil estrutura binária, mas que o colonialismo, como máquina abstrata que produz identidades e alteridades, impõe divisões binárias no mundo colonial. O colonialismo homogeneiza diferenças sociais reais criando uma oposição predominante que leva as diferenças até um ponto absoluto, e depois submete a oposição à identidade da civilização europeia. A realidade não é dialética, o colonialismo é²⁰⁵.

²⁰⁴ HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. *Império*. Record: Rio de Janeiro, 2004, p. 144.

²⁰⁵ *Idem*, p. 145.

3.4. O olhar que persiste: nazistas nas colônias

Ao final da Primeira Grande Guerra em 1918 uma das imposições da Liga das Nações à Alemanha foi a perda das suas colônias em ultramar. No entanto, conforme já analisamos mais detalhadamente em outro trabalho²⁰⁶, a Sociedade Colonial Alemã não deixou de existir e continuou atuando tanto em solo metropolitano quanto colonial até quase o final da Segunda Guerra (a DKG só restringiu suas atividades oficialmente em 1943). Evidentemente, ainda que muitos dos colonos alemães em solo africano tenham retornado para a Alemanha na década de 1920, muitos imigrantes permaneceram nas colônias, sobretudo no Sudoeste Africano. A atuação desses colonos foi notada e registrada também pelas lentes fotográficas da Sociedade Colonial Alemã.

Ainda que a Alemanha tenha tido sua soberania colonial oficialmente extinta somente em 1919 com o Tratado de Versalhes, na África de Sudoeste ela já havia perdido sua governança desde 1914. Com o início do conflito armado em solo europeu em agosto deste ano, as colônias da região sul da África também se viram envoltas em hostilidades. Segundo Marion Wallace, estes eventos resultaram em consequências traumáticas para os alemães no Sudoeste Africano, uma vez que suas tentativas de defender o território das forças sul-africanas foram rapidamente derrotadas. Já no ano de 1914 a União Sul Africana, à época um protetorado britânico, ocupou militarmente a então África de Sudoeste Alemã e instaurou ali um governo marcial durante o tempo de guerra²⁰⁷. A partir de 1921, a África do Sul, representando a Grã-Bretanha, deu início ao governo da Namíbia sob base legal da Liga das Nações. Assim como o Sudoeste Africano, todas as outras colônias alemãs em África foram repartidas entre os países mandatários da Liga.

Iniciou-se na Alemanha, logo em 1919, o chamado movimento neocolonial, uma agitação política liderada pela DKG e pelos principais representantes do imperialismo que alegavam a legitimidade do direito da Alemanha às suas possessões coloniais e que procuravam inflamar a opinião pública a esse respeito. O movimento neocolonial alemão atuou quase que exclusivamente no âmbito da propaganda, reforçando a importância das colônias para a economia da pátria-mãe e radicalizando o discurso da necessidade de tais espaços para a grandeza da Alemanha junto aos países ocidentais.

²⁰⁶ Cf. KRACHENSKI, Naiara. *Em busca das colônias perdidas: a visualidade da propaganda do movimento neocolonial alemão (1925-1943)*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

²⁰⁷ WALLACE, Marion. *A History of Namibia: from the beginnings to 1990*. Nova York: Columbia University Press, 2011, p. 205.

Em solo colonial, mais especificamente no Sudoeste Africano, os colonos alemães que ali permaneceram tiveram que enfrentar o novo governo sul-africano, suas imposições baseadas na segregação racial como forma de fazer política²⁰⁸, bem como a falta de espaço no mundo público dada aos teuto-namibianos. No entanto, ainda que em conflitos políticos, alemães e africânders deram continuidade a constituição de uma minoria branca no poder desse espaço colonial. O grande desafio para os alemães era de que nesse novo contexto eles tinham que entrar em acordos e fazer concessões com os novos “donos” da colônia. As relações entre alemães e africânders desde o final da Primeira Guerra foram marcadas por amargas disputas, sobretudo no que diz respeito a se os alemães teriam direito a permanecer nos conselhos do governo. Em 1923 foi assinado um tratado que previa que os teuto-namibianos poderiam ter direito a assumir cadeiras na Assembleia Legislativa, votada e formada em sua totalidade por homens brancos. Ainda assim, a política nacional da África de Sudoeste levada a cabo pelos brancos estava dividida entre as duas repartições étnicas, os alemães junto ao Partido Alemão (*Deutsche Bund*), fundado em 1924, e os africânders afiliados ao Partido de União Nacional do Sudoeste Africano. Enquanto este partido defendia a incorporação do Sudoeste Africano à África do Sul a fim de garantir um maior domínio africânder na região, o Partido Alemão defendia manter o protetorado e, acima de tudo, garantir a promoção da educação da cultura alemã – objetivo antigo da Liga Pangermânica em outros territórios, como Brasil e Argentina, por exemplo.

Para além das divisões políticas formadas no seio da sociedade colonial dividida entre africânders e alemães, estes dois grupos mantinham uma segregação de classe entre eles. De acordo com Wallace, os fazendeiros alemães formavam uma rica elite em relação aos recém-chegados sul africanos e, mesmo com um declínio em várias regiões, ainda mantinham o domínio no comércio de varejo²⁰⁹. No entanto, ainda segundo essa autora, até o início da década de 1930 o governo da África de Sudoeste conseguiu incorporar os fazendeiros em um projeto de dominação da maioria branca enquanto se utilizavam do trabalho da população negra para extrair os recursos do território. Existia, apesar das disputas entre os colonos brancos, um objetivo maior a ser garantido: o do domínio racial.

²⁰⁸ Devemos lembrar que desde o início do século XX, após a Guerra dos Bôeres, o Partido Nacional da União Sul Africana, liderado pelos africânders, passou a instalar uma política cada vez mais segregacionista do ponto de vista racial com a imposição de leis que não permitiam a compra de terras pelos nativos e que proibiam as relações entre negros e brancos, até chegar no estabelecimento do regime do Apartheid em 1948. Ver, por exemplo, PEREIRA, Analúcia Danilevicz. “A (longa) história da desigualdade na África do Sul” In *Mal-estar na Cultura*, UFRGS, 2010.

²⁰⁹ WALLACE, M., *op.cit.*, p. 240.

Entretanto, a ascensão de Adolf Hitler e do Partido Nazista na Alemanha em 1933 provocou mudanças no frágil equilíbrio de governo na África de Sudoeste. Segundo George Steinmetz e Julia Hell, a maioria dos teuto-namibianos eram entusiastas do nazismo nas décadas de 30 e 40 (da mesma forma como o foram também muitos descendentes de alemães no sul do Brasil)²¹⁰. O discurso de um inflamado nacionalismo recuperado pelos nazistas que vislumbrava recuperar seus territórios perdidos após a Primeira Guerra e expandir ainda mais seus domínios territoriais a partir da teoria do *Lebensraum* deu aos colonos alemães no Sudoeste Africano uma esperança de que eles poderiam voltar ao domínio efetivo do território se os nazistas fossem bem-sucedidos no seu objetivo de recuperar as colônias perdidas.

Conforme afirmou Marion Wallace, a influência nazista na África de Sudoeste se disseminou rapidamente entre os teuto-namibianos durante os primeiros anos do Nacional-Socialismo: muitos oficiais nazistas foram da Alemanha para a Namíbia com o objetivo de promover a mensagem de Hitler e de nazificar as instituições na sua antiga colônia que, segundo a terminologia do movimento neocolonial, havia sido *roubada* pela Grã-Bretanha; além disso, nesse período também foram criados braços do Partido Nazista na África, assim como agrupamentos vinculados às gerações mais novas como a Juventude Hitlerista²¹¹.

²¹⁰ STEINMETZ, George & HELL, Julia. “The visual archive of colonialismo: Germany and Namibia” In *Public Culture*, 18:1, 2006, p. 173.

²¹¹ WALLACE, M., *op.cit.*, p. 240.



Figura 57. Juventude Colonial Alemã.



Figura 58. Mapa do Tratado de Versalhes, celebração de Hitler. Escola em Windhuk, 1934.



Figura 59. “Nós queremos a comunidade de um povo”, festa de 1º de maio, Windhuk, 1939.



Figura 60. “Um Povo, um Império, Um Líder”, festa de 1º de maio, Windhuk, 1939.



Figura 61. Festa de 1º de maio, Windhuk, 1939.

Assim como na Alemanha, os entusiastas do nazismo na colônia se utilizavam da educação como um dos principais meios para inserir as novas gerações na ideologia do Partido. Importante afirmar que, como vemos na figura 58, a versão nazista sobre o fim da Primeira Guerra e a ideia de roubo das colônias pelo Tratado de Versalhes não eram somente divulgadas através da propaganda do movimento neocolonial na Alemanha, mas era ensinada como conteúdo formal nas classes dos teuto-namibianos. Além disso, conforme observamos nas imagens 59 – 61 (dentre outras existentes no arquivo), encontros em datas festivas também eram comuns para que laços de pertencimento e identidade fossem renovados entre os colonos alemães, agora a partir da ideologia hitlerista.

Dois dos pilares centrais da ideologia nazista eram os conceitos de povo e de raça que juntos formavam a ideia de “comunidade de um povo” ou *Volksgemeinschaft* – termo utilizado em cartazes dispostos durante a festa de 1º de maio em Windhuk, conforme observamos na figura 59. Vista a partir da estruturação pela raça ariana, a sociedade formulada pelos ideais nazistas não era composta por indivíduos ou classes sociais, mas pela uniformidade do *Volk*.

Ainda que possamos observar no arquivo da DKG séries de fotografias sobre as atividades dos nazistas na colônia, sua atuação teve restrições por parte do governo sul-africano.

Logo no ano de 1933 a Assembleia Legislativa do Sudoeste Africano passou uma lei que proibia a propaganda nazista no território e baniu a Juventude Hitlerista e o Partido Nazista no ano seguinte. Em 1937, o *Deutscher Bund* também foi cassado pelo seu apoio ao Partido Nacional Socialista²¹². No entanto, apesar de todas as proibições e restrições aos entusiastas do nazismo na África de Sudoeste, estes somavam quase 95% da população teuto-namibiana após a anexação da Áustria ao *Reich* de Hitler em 1938. É importante frisar que as proibições às atividades dos nazistas na colônia não tinham como prerrogativa a oposição do governo sul-africano aos discursos de cunho racial proferidos pela ideologia nazista, nem tampouco faziam algum apelo humanitário contra as políticas eugenistas levadas a cabo em solo europeu. Não devemos nos esquecer de que a própria União Sul Africana, ainda que nesse período não tivesse formalizado a política do Apartheid (o que só ocorreria em 1948), já demonstrava uma prática política que tinha no elemento da raça o seu traço principal. Em nossa leitura, as restrições impostas aos entusiastas do nazismo na África de Sudoeste estavam relacionadas, isso sim, à contestação ao poder sul-africano nesse território que se mostrava cada vez mais violenta pelo discurso nazista dos colonos alemães. A rejeição dos teuto-namibianos a segundo plano no governo do território não havia sido bem aceita durante todo o período pós I Guerra. Somava-se a isso na década de 1930 a esperança depositada na força do Nacional-Socialismo em recuperar aquele território e, dessa forma, os colonos alemães poderiam vislumbrar novamente o governo da África de Sudoeste, além, claro, de voltar a fazer parte dos territórios da pátria-mãe.

Para além de atividades educacionais nas escolas e encontros dos nazistas na África de Sudoeste, a organização de eventos esportivos também se configurou como um importante meio de sociabilidade nesse período. Uma ocasião que foi bem retratada pelas lentes fotográficas da Sociedade Colonial Alemã (neste período conhecida como *Reichskolonial Bund*) foi o torneio das sociedades de ginástica organizada durante o feriado de páscoa de 1939 na cidade de Lüderitzbucht e que, de acordo com Sílvio Corrêa, foi realizado sem nenhuma censura política por parte da administração sul-africana²¹³.

²¹² *Idem, ibidem.*

²¹³ CORREA, Sílvio. “Colonialismo, germanismo e sociedades de ginástica no Sudoeste Africano” In *Recorde: Revista de História do Esporte*, v. 5, n. 2, 2012, p. 17.



Figura 62. *Gauturnfest, Lüderitzbucht, 1939.*



Figura 63. *Gauturnfest, Lüderitzbucht, 1939.*



Figura 64. *Gauturnfest*, Lüderitzbucht, 1939.



Figura 65. *Gauturnfest*, Lüderitzbucht, 1939.



Figura 66. *Gauturnfest*, Lüderitzbucht, 1939.



Figura 67. *Gauturnfest*, Lüderitzbucht, 1939.

Os torneios esportivos no Sudoeste Africano não se tornaram uma novidade na década de 1930. De acordo com Sílvio Corrêa, as sociedades de ginástica mais antigas foram fundadas entre 1898 e 1899 em Swakopmund e em Windhuk, ao passo que as outras (Lüderitzbucht e Keetmanshoop, por exemplo) foram fundadas durante a guerra colonial de 1904-1908²¹⁴. O objetivo dessas sociedades esportivas era muito claro: elas pregavam a prática de exercícios para a saúde física e mental dos colonos alemães, bem como a preservação de um sentimento patriótico, vale dizer, para além do aperfeiçoamento físico, buscava-se através do esporte a preservação e propagação da germanidade (*Deutschum*) em solo africano, através de treinos regulares, encontros e torneios em vida associativa²¹⁵. Além disso, é importante ressaltar que as atividades esportivas organizadas por estas instituições também previam a manutenção da hierarquia estabelecida no ambiente colonial, uma vez que os povos locais eram excluídos dessas atividades e elas também garantiam o acesso de uma pequena parcela endinheirada que rogava para si o dever de preservar a cultura alemã.

Certas práticas esportivas e de lazer, como o turfe e as cavalgadas, eram exclusivas de um grupo dominante na África colonial. Com a ginástica não foi diferente. Mas para a prática da ginástica era preciso também tempo livre. Além disso, era preciso pagar mensalidade e ter uma disposição mínima à sociabilidade²¹⁶.

No período de colonialismo formal alemão, portanto, observamos que uma das principais metas das sociedades esportivas era fomentar uma consciência do povo alemão em ultramar e reforçar (ou não deixar se perder) um sentimento nacionalista legítimo. Segundo Corrêa, era atribuído à esta instituição o papel fundamental de tornar a colônia igual a pátria-mãe (pelo menos no sentimento de pertencimento dos colonos alemães). Com o fim da colônia alemã em 1919, as sociedades esportivas tiveram dificuldades para se manterem, sobretudo por conta de problemas financeiros decorrentes da evasão de muitos membros para a Alemanha. No entanto, apesar das adversidades, as sociedades continuaram a organizar torneios “com o objetivo de reunir as sociedades locais e promover a prática da ginástica numa festividade esportiva e cultivar o sentimento patriótico de seus associados”²¹⁷. No período que compreende as décadas de 1930 e 1940, para além de estes torneios buscarem inflamar o sentimento nacionalista nos seus participantes, um outro elemento se destacava dentro do discurso nazista: o aprimoramento da raça ariana.

²¹⁴ *Idem*, p. 5.

²¹⁵ *Idem*, *ibidem*.

²¹⁶ *Idem*, p. 13.

²¹⁷ *Idem*, p. 17.

A ideia do melhoramento racial não foi inventada pelos alemães à época do nacional-socialismo. Como vimos no capítulo 1, o conceito de raça passou a ganhar traços de cientificidade no final do século XVIII e teve durante o século XIX os principais estudos sobre classificação racial e sobre os perigos da miscigenação entre as raças. No entanto, a ideia de eugenia, uma ciência do aprimoramento racial, começou a ser desenvolvida no final do século XIX no mundo anglo-americano. De acordo com Anton Weiss-Wendt e Rory Yeomans o termo eugenia foi cunhado pelo britânico Francis Galton²¹⁸ em 1883 e denotava o processo de seleção genética para o aprimoramento das características favoráveis de determinada raça e eliminação dos elementos considerados deletérios²¹⁹. De acordo com estes autores, o movimento da eugenia desenvolvido na Alemanha teve uma próxima relação com o movimento eugenista estadunidense. Ainda que o período nazista seja sempre apontado como a primeira experiência de instituição de severas leis raciais que previam a esterilização de populações inteiras, o fato é que os eugenistas alemães se inspiraram nas leis de esterilização impostas em alguns estados dos EUA, tal como a Virgínia, primeiro local a implementar leis de esterilização para imigrantes do sul e do leste europeu em 1907²²⁰.

Na Alemanha, o primeiro estudioso a publicar uma obra sobre eugenia foi Wilhelm Schallmayer no ano de 1891. Este autor foi o responsável por introduzir no pensamento eugenista a ideia de custo-benefício dos processos de esterilização que, nas próximas décadas, iriam dominar o movimento de higiene racial (*Rassenhygiene*) a partir do princípio de que haveria uma correlação direta entre a vitalidade biológica de uma população e o poder do estado²²¹. Como veremos com mais vagar no próximo capítulo, não foi uma mera coincidência que o movimento eugenista tenha apresentado um grande desenvolvimento durante os anos de imperialismo europeu no continente africano. Foi exatamente das colônias que uma parte dos cientistas envolvidos nesse movimento providenciaram seus materiais de análise e desenvolveram suas teorias sobre a desigualdade entre as raças e postularam, de uma vez por

²¹⁸ Antes de ser conhecido pela definição da eugenia como um conhecimento antropológico válido cientificamente, Francis Galton foi um viajante britânico em solo africano. Durante 1850 a 1852, Galton percorreu os territórios do sul e do sudoeste africano como um explorador científico e, dessa experiência publicou seus relatos de viagens que, assim como de outros viajantes, faziam sucesso entre os leitores no continente europeu. De acordo com alguns autores, inclusive, a experiência de viagem de Galton no continente africano o ajudou em seus estudos antropométricos realizados na década de 1880 e que o tornaram conhecido como o pai da eugenia. Ver CUNHA, Fabiana Lopes & CARVALHO, Leonardo. “Relatos de um explorador inglês: uma perspectiva da viagem de Francis Galton pelo sudoeste da África (1850-1852)” In *SAECULUM – Revista de História*, 33, João Pessoa, 2015.

²¹⁹ WEIS-WENDT, Anton & YEOMANS, Rory. “The Holocaust and historiographical debates on racial science” In WEIS-WENDT, A. & YEOMANS, R. (Orgs.) *Racial Science in Hitler’s New Europe, 1938-1945*. University of Nebraska Press, 2013, p. 5.

²²⁰ *Idem*, p. 13.

²²¹ *Idem*, p. 5.

todas e de formas “científicas”, a existência de uma raça superior em detrimento da inferioridade de tantas outras.

Como podemos observar, o ideal nazista estava impregnado pela ideia do desenvolvimento e manutenção de uma raça superior, a raça ariana, que deveria dominar e subjugar todas as outras raças. Nesse sentido, a ideia da higiene racial previa uma série de normas a serem cumpridas em nome da saúde de um povo para atingir tal objetivo. A finalidade era construir uma nação poderosa através de seu poderio econômico e militar a partir de uma população produtiva e saudável. Para tanto, a prática regular de exercícios deveria ser um programa bem estabelecido entre o *Volk* para assegurar a pureza da nação alemã. A partir das imagens produzidas pela Sociedade Colonial Alemã (figuras 62-67) observamos como o discurso de uma *Rassenhygiene* não ficou restrito somente à pátria-mãe, mas estabeleceu um novo sentido de unidade e identidade entre os colonos alemães no Sudoeste Africano. O ideal nazista de criar uma população saudável – aonde quer que fosse território germânico – procurava atender também a objetivos militaristas: a busca pela expansão do território alemão ou, no caso dos colonos teuto-namibianos, a esperança de uma reconquista alemã do território, só poderia ser garantida com um povo apto para o trabalho, seja ele militar, seja ele no campo²²².

De forma geral, a política sanitaria empregada pelo discurso nazista previa a elaboração de um novo homem a partir da noção de uma comunidade biológica constantemente purificada. De acordo com Bernard Bruneteau, este novo homem deveria regenerar-se e integrar-se totalmente à natureza, reconciliando-se, dessa forma, com um paraíso ecológico – a ser encontrado nas colônias perdidas.

A partir dessa visão de mundo totalmente determinada pela verdade das “leis naturais, o Terceiro Reich quis devolver à natureza seus direitos em todos os terrenos e suprimir tudo o que se constituía como um obstáculo para a vida ariana²²³.

²²² BACHRACH, Susan. “In the name of public health – nazi racial hygiene” In *Perspective*, 2004, p. 417.

²²³ BRUNETEAU, Bernard. *El siglo de los genocidios*. Madrid: Alianza Editorial, 2009, p. 204 – tradução livre da autora.



Figura 68. Menino alemão, Windhuk, 1939.

Notemos que em todas as fotografias apresentadas sobre os torneios esportivos na África de Sudoeste a ênfase recai sobre os jovens brancos, loiros e de olhos azuis que denotam o vigor do povo alemão mesmo fora de sua terra natal – o que, em termos de propaganda, somente reforçaria a ideia da adaptação de uma raça superior em qualquer ambiente. A figura 68 é, sobre esse ponto, bastante reveladora. Na legenda que a acompanha no arquivo lemos: “Loiros e de olhos azuis, saudáveis e bronzeados são os meninos alemães do Sudoeste Africano”. Vemos o destaque dado a um fenótipo que representaria, segundo o discurso nazista, o tipo ideal de rapaz ariano.

A semelhança da fotografia acima com os modelos ideais da raça ariana estabelecidos por eugenistas como Eugen Fischer, por exemplo, é notável. Atentemo-nos para as imagens publicadas em 1927 em um trabalho de Fischer que exemplificava os tipos mais comuns de feições da raça nórdica:



Figura 69. Exemplar da raça ariana identificado e classificado por Eugen Fischer, 1927.

Entendemos que o esforço da comunidade de colonos alemães na África em documentar suas atividades representava não só uma continuidade das atividades de registro visual desenvolvidas pela DKG desde o início da colonização alemã, mas também compreendemos que, em um momento no qual a Alemanha já não era mais senhora de domínios coloniais em África, esse esforço de registro da existência de um braço da ideologia nazista ali também denotava, pelo menos, duas outras possibilidades. Em primeiro lugar, conforme já afirmamos, entendemos que a organização dos alemães em torno do ideário nazista providenciava uma esperança nas mentes colonizadoras de que eles poderiam voltar a serem “donos” daquele espaço que os havia sido “roubado” pelas forças britânicas; está implícito aí não somente uma vontade de domínio efetivo sobre o africano (o Outro absoluto do discurso imperial), mas também uma vontade de poder dos alemães frente aos outros povos europeus, uma vez que, como vimos acima, os colonos teuto-namibianos tinham problemas em se afirmar diante a dominação sul-africana na região.

Em segundo lugar, entendemos que o interesse em propagandar as atividades desses colonos na África também fazia parte de um esforço por parte da DKG (*Reichskolonialbund*, a partir de 1936) de colocar as demandas pela recuperação das colônias

africanas como um dos focos principais no Comitê Colonial do III *Reich*. Conforme o próprio Hitler afirmou em *Mein Kampf*, e conforme sugerem as movimentações em torno da colonização para o leste europeu, a África não era um espaço de interesse primordial para o governo Nacional-Socialista. Conforme demonstraremos no próximo capítulo, ainda que a experiência colonial alemã em África tenha sido um dos pilares para o desenvolvimento de um pensamento genocida e a base de uma política baseada na raça que deu o tom durante o período hitlerista, as colônias africanas que foram perdidas após o Tratado de Versalhes não demonstravam potencial para uma real efetivação de políticas para sua reconquista por parte do III *Reich*.

Capítulo 4.

A câmera que classifica: fotografando os africanos

“O imperialismo não conhece nenhuma lei
além de seus próprios interesses”

Kwame Nkrumah

Como se observa nesta tese, a fotografia foi um instrumento muito utilizado durante o colonialismo alemão como um aparato que buscou não só registrar os domínios coloniais e todas as suas possibilidades econômicas, mas também que ajudou a construir uma narrativa visual sobre a vida dos colonos europeus em seus territórios de ultramar. De fato, fica evidente a importância que a visualidade teve na política colonial alemã quando nos confrontamos com a alta produção fotográfica nesses espaços, além de atentar para as inúmeras funções que esta visualidade assumiu ao longo do tempo, como por exemplo, a utilização para o consumo de massas, para arrecadação de fundos missionários e para as jovens que se dirigiam ao continente africano, assim como sua destinação à propaganda da empresa colonial. No entanto, ainda que tenhamos já percorrido vários modos de apropriação da fotografia pelo colonialismo alemão, ainda um nos escapa a função de catalogação etnográfica ou de hierarquização racial.

Ana Cristina Fonseca Nogueira da Silva, em seu estudo sobre um arquivo fotográfico em Moçambique no ano de 1929, apontou para a existência de três modos pelos quais a realidade colonial moçambicana foi apresentada a partir de tal arquivo. Em primeiro lugar, a autora identificou fotografias com a temática de espaços urbanos, aquelas imagens que representavam, sobretudo, as obras da colonização, da administração colonial e os desenvolvimentos da comunicação, bem como retratavam os momentos de lazer que faziam referência aos modos de vida europeus. Segundo Silva, estas fotografias geralmente retratavam a população de origem europeia e aqueles africanos que haviam sido assimilados pelo processo de colonização. Além disso, este grupo de imagens pretendia passar a impressão de que este era o cotidiano da colônia, explicitando uma colonização concluída e bem-sucedida. No entanto, para ela, estas imagens não representavam a África e os africanos, e sim a presença europeia no continente²²⁴.

Em um segundo grupo de imagens que a autora qualificou de “Indústria e Agricultura”, as fotografias buscavam apresentar a organização da economia colonial, bem como representavam a disciplina de trabalho instaurada nesse processo. Nessa seleção temática, Silva aponta para as representações dos povos africanos em posição de obediência e disciplina, efetivamente como assujeitados pela missão de civilização imposta pelos colonizadores²²⁵. Ainda que a partir de diferentes eixos temáticos, vimos também nesse trabalho como o arquivo

²²⁴ SILVA, A.C., *op.cit.*, p.116-119.

²²⁵ *Idem*, p. 119-120.

visual da Sociedade Colonial Alemã igualmente deixa-nos entrever aspectos muito similares à análise de Ana Cristina Silva.

Um terceiro grupo temático definido pela autora em questão é o que ela denominou como o “olhar etnográfico”. Segundo ela, estas fotografias tinham por objetivo representar a “verdadeira África” que esperariam ver os olhares europeus. São aquelas imagens que retratam os povos locais inseridos no seu cotidiano e envolvidos em costumes que ainda não haviam sido alterados pelo colonizador. Nesse sentido, essas fotos apresentavam ao espectador os rituais, a poligamia, a organização tribal e as habitações desses povos. Para Silva, é a partir desse conjunto de fotografias que podia-se interpretar os sujeitos africanos como o polo da incivilização e da barbárie²²⁶. Nesse aspecto é notável a confluência entre os trabalhos de Ana Cristina Silva e George Steinmetz. Segundo este autor, o discurso etnográfico comumente vinculado a textos científicos e estudos acadêmicos ultrapassa largamente a esfera de uma produção de saber formal e abrange também os mais variados tipos de expressão em relação ao mundo como, por exemplo, os diários de viagens, os romances de aventura e a cultura visual²²⁷.

Conforme procuraremos demonstrar a seguir, o arquivo da DKG também contém uma série de fotografias que, a meu ver, podem ser lidas de uma forma muito próxima àquela proposta por Silva, ou seja, justamente essa ideia de imagens que fixam nos povos africanos a identidade estereotipada de uma população que encarna o grande atraso civilizacional proposto pelas teorias racialistas em voga nesse contexto. No entanto, conforme buscaremos argumentar, no regime de visualidade do colonialismo alemão podemos vislumbrar também uma outra vontade implícita nas representações fotográficas: o desejo de classificar as populações coloniais e de hierarquizar os sujeitos partícipes do encontro colonial.

Em seguida, apresentaremos uma discussão a respeito das fotografias que buscaram retratar os povos locais a partir da ótica da “missão de civilização europeia”, vale dizer, diferentemente das fotografias que retrataram os colonizados e seus modos de vida, estas fotografias representavam os sujeitos coloniais inseridos na lógica da colonização e da evangelização.

Finalmente, a partir das pesquisas no arquivo, buscaremos discutir como o regime de visualidade forjado pela Sociedade Colonial Alemã foi reelaborado em outro contexto e

²²⁶ *Idem*, p. 122-124.

²²⁷ STEINMETZ, George. *The devil's handwriting: precoloniality and the German Colonial State in Qingdao, Samoa and Southwest Africa*. Chicago: Chicago University Press, 2007, p. xiii.

serviu como referência para a produção de outros aparatos visuais: as esculturas exibidas nas Exposição Colonial de Dresden de 1936.

4.1. O olhar que fixa

A posição do regime de visualidade da Sociedade Colonial Alemã manifestou-se não só nos próprios objetos visuais produzidos por ela, mas também em seus posicionamentos em relação à cultura visual espetacularizada do período de fins do século XIX e início do XX. A partir da década de 1880, na Europa como um todo e na Alemanha de modo particular, nota-se o crescimento dos *Völkerschauen*, shows ao vivo que mostravam “povos exóticos”, os povos colonizados²²⁸ para o público da pequena burguesia europeia. Inicialmente, estes shows surgiram com a justificativa “pedagógica” de ensinar aos espectadores sobre os hábitos estrangeiros; contudo, já a partir da década de 1890, os *Völkerschauen* passaram a ter um caráter de espetáculo sensacionalista, um show não necessariamente sobre os povos estrangeiros, mas sobre os hábitos de “selvageria” de tais povos²²⁹.

A ideia dos consumidores era de que os *Völkerschauen* proporcionavam, nos artefatos da cultura de entretenimento da época, uma experiência de viagem autêntica ao desconhecido, a um preço que se podia pagar para algumas horas mergulhado em um universo colonial²³⁰. Assim como a literatura de aventura, estes espetáculos cresceram e se popularizaram nos países europeus que constituíam um gosto cultural cada vez mais marcado pela aventura, pelo exótico e pelo sensacionalismo suscitados pelos encontros coloniais.

De acordo com David Ciarlo, estes espetáculos sobre o Outro se desenvolveram juntamente com as novas mídias de massa que se proliferavam e se barateavam neste fim de século XIX. As revistas ilustradas, por exemplo, com suas litografias cada vez mais complexas e chamativas foram um importante suporte material de promoção e divulgação dos *Völkerschauen*. Podemos dizer que foi neste momento que se popularizou uma visualidade da diferença extremamente racializada e marcada pela naturalização da ideia de primitivismo dos povos colonizados. Gravuras nas revistas ilustradas e jornais, pôsteres coloridos colados como

²²⁸ Nos chamado etno-shows ou zoológicos humanos, não eram apenas os povos provenientes do continente africano a serem exibidos como uma mercadoria para o deleite do público europeu. Essas atrações também contavam com povos do Extremo Oriente, com aborígenes australianos e com populações nativas americanas como, por exemplo, os povos da Terra do Fogo, no extremo sul da Argentina.

²²⁹ CIARLO, D., *op.cit.*, p. 66.

²³⁰ *Idem*, p. 78.

anúncios pelas cidades, panfletos que circulavam com cada vez mais frequência pelos passantes das avenidas tornaram-se símbolos e referências a determinada visualidade que se apropriava cada vez mais fortemente de elementos estereotipados para demarcar a separação racial entre o europeu branco e este ser primitivo e selvagem, objeto dos espetáculos populares. Diferentemente das imagens produzidas pelas instituições coloniais, por exemplo, estas figuras da cultura do entretenimento e também de uma cultura visual publicitária (conforme vimos no capítulo 1) disseminaram um imaginário sobre o colonialismo a um público muito mais amplo do que aquela audiência que frequentava exposições coloniais ou que era assinante de revistas e jornais de tais instituições, como a *Kolonie und Heimat* e a *Deutsche Kolonialzeitung*, no caso alemão.

Foi justamente contra essa cultura do entretenimento que a Sociedade Colonial Alemã se manifestou neste período. De acordo com os agentes coloniais dessa instituição estes shows eram inautênticos e falhavam no seu propósito de educação popular sobre os povos das colônias. De modo geral, os colonialistas reprovavam o sensacionalismo presente nas encenações de danças e rituais então considerados selvagens, nas alusões ao canibalismo dos povos locais e nas encenações de batalhas sanguinárias que agradavam ao gosto popular²³¹. Para os agentes coloniais, a educação sobre as colônias deveria sim existir, mas a partir da autenticidade do conhecimento colonial – então garantido pela DKG – e de uma certa contenção neste modelo espetacularizado tão apreciado pelo público em geral. Uma das tentativas da Sociedade Colonial Alemã para tentar “corrigir” as falsidades divulgadas pelos *Völkerschauen* foi a construção de uma Vila Nativa na Exposição Colonial de 1896 que mostrava os nativos das colônias alemãs não como bestas selvagens, mas a partir de seu “melhor aspecto”, vale dizer, a partir de seu primitivismo ingênuo²³².

Podemos notar a partir desses exemplos o lugar discursivo que a Sociedade Colonial outorgava para si mesma, qual fosse, o lugar de um discurso autorizado, pois baseado na experiência real e no conhecimento científico das expedições às colônias africanas. Digo que este era um *locus* discursivo que a DKG outorgava a si mesma pois esta era uma posição muito própria dos agentes do imperialismo ligados a ela, uma vez que o público em geral deste fim de século XIX interessava-se de forma muito mais intensa pela espetacularização do mundo colonial do que a este discurso extremamente “técnico” e com pouco apelo ao entretenimento.

²³¹ *Idem*, p. 100.

²³² *Idem*, p. 101.

Esta vontade em se colocar como um discurso mais autêntico e verdadeiro sobre a experiência colonial da Sociedade Colonial Alemã está ligada, em certa medida, à vontade de representação dos povos africanos a partir de um olhar etnográfico. Entendo, dessa forma, que o regime de representação pretendido pela *Deutsche Kolonialgesellschaft* não se expressava somente a partir dos suportes visuais por ela produzidos, mas estava presente nos posicionamentos dessa instituição em relação aos aspectos culturais do período que tocavam no tema colonial.

De maneira geral, como vimos no primeiro capítulo, as representações da alteridade racial caminhavam entre dois polos bem definidos: de um lado, havia a imagem do primitivismo inato ao homem negro, uma imagem que dava conta de narrar o espaço africano sem passagem de tempo, sem sociedade organizada e sem qualquer traço que os aproximasse da ideia de civilização tal qual forjada pelo discurso ocidental; de outro lado, havia a imagem da selvageria e violência presente nas diferentes tribos africanas, o que levava a um tipo de justificação da necessidade da subordinação do negro pela violência “civilizadora”²³³.

Esta imagem do africano como um agente da violência e da barbárie no ambiente colonial foi largamente explorada pela visualidade atrelada às revistas ilustradas de ampla divulgação. Tomemos sobre esta questão um exemplo: nos anos correspondentes à guerra colonial de 1904 a 1908 conta os hereros e os namas, a revista *Simplicissimus* deu um importante destaque às imagens sobre os povos locais das colônias alemãs, em especial, os da África de Sudoeste Alemã. A revista *Simplicissimus* circulou em Munique entre 1896 e 1944 e apresentava um grande número de caricaturas em suas edições ficando conhecida, inclusive, pelas ácidas críticas de seus editores e desenhistas a temas contemporâneos. Necessariamente, o tema da guerra colonial não passou despercebido aos produtores do periódico.

²³³ MUDIMBE, V.Y., *op.cit.*, p. 14.

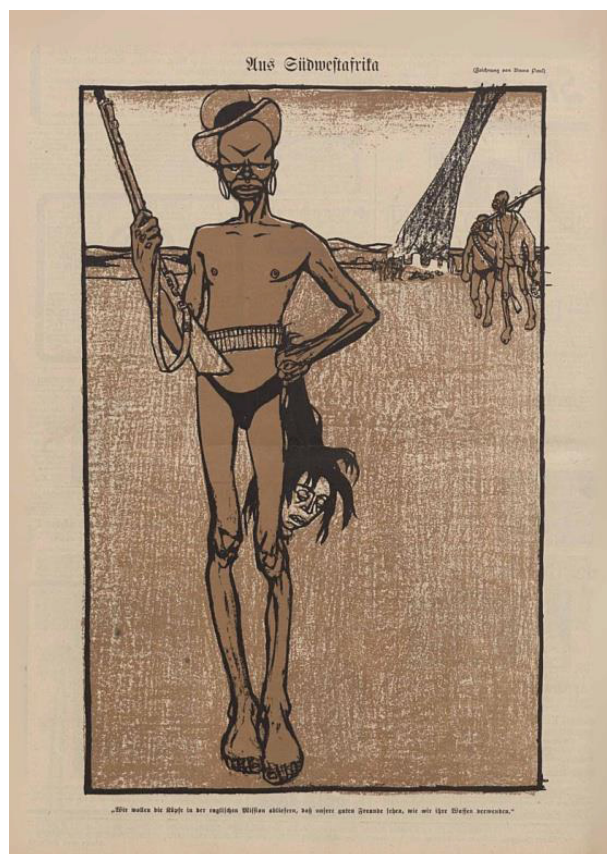


Figura 70. *Simplicissimus*, n. 48, ano 8, Munique, 23/02/1904.

Título: “Na África de Sudoeste”.

Texto abaixo da imagem: “Nós queremos entregar as cabeças para a missão inglesa, para que nossos bons amigos vejam como usamos suas armas”.

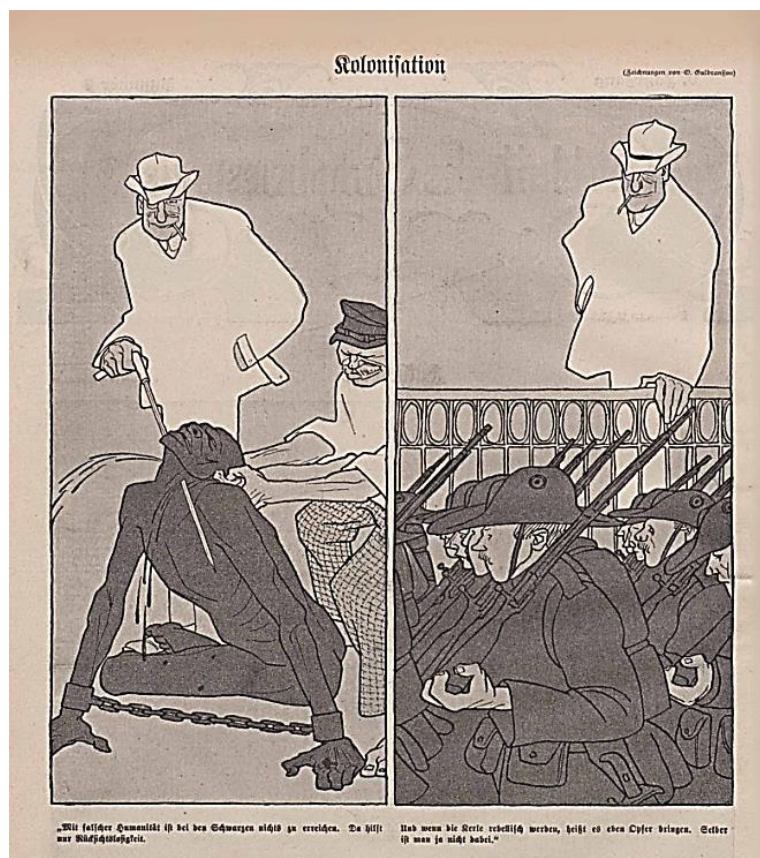


Figura 71. *Simplicissimus*, n. 3, ano 9, Munique, 12/04/1904.

Título: “Colonização”.

Texto abaixo da imagem: “Com a falsa humanidade, nada pode ser alcançado com os negros. Quando os caras se tornam rebeldes, significa fazer sacrifícios”.

Segundo David Ciarlo, o período da guerra colonial fez crescer um imaginário sobre as colônias e produziu pelo menos dois tipos de visões dominantes sobre o africano: o exemplo do selvagem rebelde e assassino que lutava contra as tropas alemãs de forma desleal e que representava uma real ameaça para a administração colonial – representado pela figura 70, na qual notamos o nativo segurando a cabeça de um colonizador - e a imagem do africano derrotado, aprisionado e encarcerado, demonstrando, portanto, a superioridade do colonizador alemão – representado, por sua vez, pela figura 71²³⁴. Contudo, ainda que a *Simplicissimus* tenha tido, em muitos momentos de sua circulação, um caráter de crítica em relação às políticas coloniais, ela se utilizava dos mesmos tópicos discursivos visuais em relação aos africanos, ou seja, os desenhistas e caricaturistas continuavam a trabalhar com o estereótipo do africano de cabeça grande, barriga saliente, lábios exageradamente avantajados etc., independentemente do

²³⁴ CIARLO, David. “Picturing Genocide in German consumer culture – 1904-10” In ZIMMERER, Jürgen & PERRAUDIN, Michael (Ed). *German Colonialism and national identity*. Nova York/Londres: Routledge, 2011, p. 71.

posicionamento crítico em relação a determinadas atitudes do governo central²³⁵. Ao analisar as caricaturas da *Simplicissimus* que trataram da questão da ocupação da Renânia por tropas francesas com soldados africanos, Sílvio Côrrea também afirmou que a revista apresentou um posicionamento nacionalista e racista de defesa da ideia de que a presença de negros em solo europeu representava uma “barbarização” da Europa²³⁶.

Muito embora o tópico discursivo do africano como um sujeito embrutecido tenha sido largamente utilizado por várias mídias dentro do contexto colonial – não só na Alemanha, aliás -, as fotografias do arquivo da Sociedade Colonial Alemã nos apresentam justamente aquela outra faceta pela qual os povos locais eram observados pelos olhares colonialistas: aquela que entendia os sujeitos colonizados como indivíduos primitivos, ingênuos e infantilizados, vale dizer, facilmente cooptados pelo discurso colonial.

De maneira geral, o documento fotográfico assumiu importantes funções repressivas e ordenadoras dentro dos estados modernos e também dentro dos espaços coloniais. Para o objetivo de “normalização” da sociedade, a fotografia foi muito utilizada como um instrumento de vigilância, de identificação, de criminalização, de tipologização e de patologização²³⁷. Se voltarmos às realidades dos grandes espaços urbanos europeus do século XIX, sobretudo Paris e Londres, perceberemos os modos pelos quais os discursos que primavam pela organização racional da sociedade instituíram novas práticas nos processos de vigilância da população urbana, não só entre os setores médios e altos mas, sobretudo, entre as camadas empobrecidas dessas sociedades que eram lidas neste contexto como classes de pessoas potencialmente perigosas e altamente inflamáveis para processos de revoltas sociais. Nesse sentido, desenvolveram-se técnicas de identificação dos cidadãos que tinham na fotografia um aliado de grande valor. Junto a esse processo de identificação, necessariamente, ocorreu também um processo de criminalização desta população marginalizada e instituíram-se, conseqüentemente, os “tipos sociais”, com direito a descrições físicas e comportamentais sobre os indivíduos considerados normais e aqueles considerados desviantes²³⁸.

²³⁵ CIARLO, D. *Advertising...*, *op.cit.*, p. 269.

²³⁶ CORREA, Sílvio. “L’africanisation de l’Europe par la presse illustrée de l’Allemagne” In DE GEMEAUX, Christine; REPUSSARD Catherine (sous la dir.) *Civiliser” le monde; “Ensauvager” l’Europe? Circulation des savoirs, transferts et Mimicry dans l’espace germanophone et sa sphère coloniale*, Editions le Manuscrit, Paris, 2016.

²³⁷ HAYES, P. & SILVESTER, J. & HARTMANN, W., *op. cit.*, p. 10.

²³⁸ Sobre este tema ver, por exemplo, BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2013.

Para o caso dos sujeitos colonizados, já na sua essência estabelecida pelo olhar estereotipado ocidental como populações potencialmente perigosas, o documento fotográfico assumiu ainda uma outra função, ou seja, as fotografias das pessoas no contexto colonial não ocorriam somente para fins de identificação e vigilância, mas também e, sobretudo, tinham finalidades etnográficas e antropológicas. Estes sujeitos, portanto, tornavam-se efetivamente objetos de estudo para o olhar ocidentalizado e transformavam-se em coletividades que representavam grupos genéricos com características minuciosamente descritas, mas não se tornavam necessariamente cidadãos portadores de direitos²³⁹.

Sobre esta questão da classificação racial assumida pela fotografia no contexto colonial é oportuno lembrar de Frantz Fanon quando ele afirma que a configuração colonialista é composta, em seu núcleo duro, por três elementos: em primeiro lugar, há a existência do racismo sistemático que rege todas as relações entre colonizador e colonizados e estrutura, assim, uma sociedade altamente hierarquizada sob a égide racial; em segundo lugar, há o processo de desumanização racional dos sujeitos colonizados, justamente o que permite que as estruturas do Estado de Direito não se apliquem no ambiente colonial; e, finalmente, a existência cotidiana do que Fanon chamou de dominação policial, ou seja, o uso da violência como linguagem mediadora entre o colonizador e o colonizado²⁴⁰.

A dominação policial de que fala Fanon também pode ser pensada como elemento estruturante da visualidade colonial. De fato, conforme afirmou Jacques Rancière, a ordem policial não designa somente o instrumento do Estado dedicado à repressão, mas também se refere a uma ordenação da sociedade em que

cada parte é compelida a manter-se fiel ao seu lugar, à sua função e à sua identidade. Uma tal ordenação de lugares e identidades implica ainda em uma distribuição do visível, do audível e do pensável marcada por uma separação clara entre o real e o ficcional, o visível e o invisível e, finalmente, o possível e o impossível (...) A estética não existe enquanto teoria da arte, mas enquanto uma forma de experiência, um modo de visibilidade e um regime de interpretação (...) A questão é a configuração da paisagem sensível que estrutura

²³⁹ HAYES, Patricia & SILVESTER, Jeremy & HARTMANN, Wolfram. "Picturing the Past in Namibia: the visual archive and its energies" In HAMILTON, C.; HARRIS, V.; TAYLOR, J.; PICKOVER, M.; REID, G.; SALEH, R. (Ed). *Refiguring the Archive*. Springer Netherlands, 2002, p. 120.

²⁴⁰ Sobre a configuração colonialista de Fanon ver FANON, Frantz. *Em defesa da Revolução Africana*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1980 (texto originalmente publicado em 1964) e BARBOSA, Muryatan Santana. "A atualidade de Frantz Fanon: acerca da configuração colonialista" In CARVALHO FILHO, S. & NASCIMENTO, W. (orgs). *Intelectuais das Áfricas*. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2018.

uma comunidade, a configuração daquilo que pode ser visto e sentido e dos modos possíveis de falar e pensar sobre isso²⁴¹.

Partindo da ideia da violência também como um componente presente na configuração de uma estética colonial, ou melhor, de uma estética da colonização, podemos começar a compreender como as fotografias dos africanos produzidas pela Sociedade Colonial Alemã produziram e sustentaram todo um aparato que garantia o modo pelo qual os colonizados deveriam ser observados e apreendidos pelo imaginário colonial. Nesse contexto, fotografar os africanos ia mais além do que inclui-los em uma esfera da curiosidade humana pelo diferente – conforme podemos observar, por exemplo, nas fotografias que buscaram ilustrar o cotidiano dos sujeitos africanos -, mas passava a defini-los enquanto puros objetos dentro de uma ordenação social idealizada. De fato, conforme apontou Ana Carolina Schweitzer, o contato entre o continente africano e o europeu se estabeleceu de formas plurais que foram desde relações pessoais, relações de trabalho e de controle policial, até um âmbito virtual, no qual a imagem entrou em cena e ajudou a criar, estabelecer e reproduzir estereótipos e modos de visualizar determinados grupos sociais²⁴².

²⁴¹ RANCIÈRE, Jacques. “*O que significa estética*” In <http://cargocollective.com-ymago-Ranciere-Txt-2> – acesso em 12.07.2017, p. 18-19.

²⁴² SCHWEITZER, A. C., *op.cit.*, p. 33.



Figura 72. Bantus da África Oriental Alemã.



Figura 73. Nativos, África de Sudoeste Alemã.



Figura 74. Nativos, África de Sudoeste Alemã.



Figura 75. Nativos, África de Sudoeste Alemã.

As figuras acima nos mostram a maneira mais utilizada pelos fotógrafos da Sociedade Colonial Alemã para representar grupos de povos locais das colônias em questão. Conforme podemos observar, estas fotografias apresentam uma vontade de retratar a “verdadeira África”, ou melhor, “os verdadeiros africanos” conforme estes eram entendidos pela construção discursiva ocidental. De um modo geral, a câmera do fotógrafo que tirou estas fotografias capturou aqueles estereótipos que já eram lugares-comuns ao se pensar em colônias africanas: seres humanos semi-nus e com acessórios tribais, como colares e pulseiras de cordas; pés descalços e cabelos raspados. São justamente estes traços já difundidos e constantemente repetidos na cultura visual europeia que faziam com que estas imagens fossem interpretadas como a imagem da alteridade absoluta pelos possíveis observadores daquele período. A ideia é justamente apreender pelas lentes fotográficas os modos de vida, os costumes e as facetas assumidas por estas pessoas no encontro colonial. Efetivamente, este modelo de representação fotográfica buscou apresentar, de alguma maneira, a existência concreta daquele estereótipo sobre o africano incivilizado e primitivo, aquele ser mais próximo às tradições pré-históricas

do que ao desenvolvimento civilizacional europeu, vale dizer, aquele ser que está entre o mundo humano e o reino animal, vivendo em um limbo histórico onde não houve desenvolvimento cultural, linguístico, social ou tecnológico, em última instância, este modelo de fotografia procurou apresentar ao seu público aquelas populações que viviam em um mundo cuja passagem do tempo remetia aos primórdios do desenvolvimento das sociedades humanas.

Segundo Dipesh Chakrabarty, o modo de elaboração do entendimento da história pelo pensamento europeu no século XIX, baseado sobretudo na ideia positivista de evolução das sociedades humanas, compreendeu o tempo histórico dividido em estágios não somente enquanto um marco temporal, mas também como uma medida de distância cultural que se afirmava existir entre o mundo ocidental e o mundo não-ocidental. Para Chakrabarty, foi exatamente essa ideia de tempo como medida de comparação entre diferentes culturas que legitimou a ideia da necessidade de ali se constituir uma missão de civilização²⁴³. A partir dessa ideia, estabeleceu-se uma estrutura de tempo histórico que obedecia à seguinte lógica: primeiro na Europa e depois em outros lugares. Dessa forma, o pensamento histórico europeu colocava os chamados povos primitivos em uma espécie de “sala de espera” da História: eles ainda não estavam no mesmo patamar de civilização que os ocidentais, mas, com a ajuda destes, os povos não ocidentais poderiam um dia finalmente alcançar os signos próprios do desenvolvimento. Nesse sentido, elaborar uma visualidade sobre a primitividade dos povos coloniais era também uma maneira de exaltar a civilização ocidental como um todo e, nesse caso, a cultura alemã em particular, que afirmava promover a retirada de populações inteiras da “ignorância” e do seu “estágio pueril” de desenvolvimento social.

Podemos perceber a partir destas fotografias que o modo de elaboração da visualidade sobre o africano compreendia uma organização muito semelhante. Notemos que em todas as fotografias apresentadas anteriormente (e também em inúmeras outras presentes no arquivo), as pessoas retratadas estão de frente para a câmera e colocadas ou na frente de suas habitações ou em paisagens abertas que não expõem os signos da presença europeia. Além disso, uma outra característica chama a atenção nessas imagens: todos os homens e mulheres representados olham para a câmera fotográfica. Este modo de encarar a máquina, posar para o fotógrafo e inclusive insinuar um sorriso para a foto denotam, na minha leitura, uma certa familiaridade com o aparato fotográfico e com o ato de ser fotografado. Aparentemente, em nenhuma das imagens os sujeitos aparecem desconcertados, assustados ou mesmo irritados com o fato de

²⁴³ CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincialing Europe: post-colonial thought and historical difference*. Princeton: Princeton University Press, 2000, p. 7.

estarem sendo fotografados. De acordo com Ana Cristina Fonseca da Silva, o fato de ser fotografado poderia, inclusive, ser interpretado pelos locais como algo interessante:

Se neste caso o ponto de vista de quem fotografava apontava para uma certa inferioridade de quem era fotografado, o ponto de vista de quem era fotografado podia ser exatamente o oposto. Ser fotografado podia ser subjetivamente interpretado como um sinal de sucesso²⁴⁴.

Detenhamo-nos, por alguns instantes, nas figuras 72 e 75. Nelas podemos observar um arranjo das pessoas e do cenário que denota o objetivo do fotógrafo em registrar o dia a dia e a organização própria dos povos dessas colônias. No entanto, o que chama a atenção e nos sugere um processo de troca cultural entre colonizadores e colonizados são as roupas militares usadas por alguns homens nestas fotografias. Na figura 72 a maioria das pessoas retratadas veste as indumentárias tradicionais da comunidade bantu representada ali; já o segundo homem em pé (da esquerda para a direita) veste uma roupa muito similar às vestimentas militares da *Schutztruppe*. Na figura 75, por sua vez, a mesma situação acontece: todas as mulheres e crianças presentes na foto vestem roupas mais tradicionais dos povos locais da África de Sudoeste Alemã, enquanto os únicos homens retratados (um em pé e outro sentado bem no centro da imagem) vestem uniformes militares. A explicação mais provável para a presença de uniformes militares dos colonizadores dentro das comunidades nativas é a questão do recrutamento de povos locais para o serviço militar nos anos da Primeira Guerra Mundial, bem como durante as guerras coloniais. De acordo com vários autores, o recrutamento de povos locais era indispensável para a formação dos pelotões da *Schutztruppe*, comandadas por generais alemães, mas formados em sua maioria por povos bantus.²⁴⁵

Estes signos da cultura do colonizador também estão presentes na figura 74. Outro emblema de uma fotografia que aparentemente, em um primeiro momento, teve como objetivo captar a “essência primitiva” africana, ela acaba, na realidade, deixando entrever os modos pelos quais as trocas nas zonas de contato colonial eram muito mais fluídas e complexas do que se podia interpretar a partir do discurso do colonialismo que buscava fixar os sujeitos em suas

²⁴⁴ SILVA, A. C., *op.cit.*, p. 114.

²⁴⁵ Cf. PESEK, Michael. *Jihad made in Germany. German propaganda in East Africa during the First World War, 1914-1918*, acessado em 7 de abril de 2017 em <http://academia.edu> e LEHMANN, J. “Fraternity, Frenzy and Genocide in German war literature, 1906-36” In PERRAUDIN, M.; ZIMMERER, J. (Ed.). *German Colonialism and National Identity*. Nova York/Londres: Routledge, 2011.

categorias raciais. Nessa imagem em particular, vemos um homem e uma mulher de uma etnia não especificada nas descrições do arquivo que vestem suas indumentárias tradicionais. No entanto, se podemos nos referir ao que Roland Barthes chamou de *punctum* – aquele ponto que capta nossa atenção imediata em uma fotografia –, este seria o cantil que está suspenso na vestimenta do rapaz. Claramente um aparato da vida militar europeia, ele está presente nas relações cotidianas travadas nas colônias. Ao contrário do que previa o discurso colonial estereotipado, o mundo colonial se construía não só na oposição frontal entre civilização x primitividade, mas também estava permeada de espaços de negociação e trocas culturais e materiais, denunciando assim a complexidade da realidade colonial para além do âmbito discursivo.



Figura 76. Mulheres Herero, 1913, DSWA.



Figura 77. Mulher Herero, 1913, DSWA.

Nas fotografias trabalhadas nessa seção, é perceptível o modo pelo qual os africanos retratados nas imagens são identificados apenas pelo seu pertencimento étnico. Conforme podemos observar nas figuras acima, estas pessoas não eram apreendidas pelas câmeras dos fotógrafos como indivíduos, mas eram apresentados aos possíveis espectadores como sujeitos coletivos, representantes de determinada etnia que vivia nos territórios coloniais alemães. Nesse sentido, é praticamente nula a chance de encontrarmos fotografias desse gênero que se refiram aos nomes dos sujeitos retratados, a não ser se eles fossem líderes guerreiros como, por exemplo, Samuel Maharero. Na quase totalidade de fotografias de africanos no mundo colonial português, como apontou Patrícia Ferraz de Matos em análise de um arquivo colonial moçambicano, estas pessoas são identificadas apenas pelo seu pertencimento étnico mais generalizado e pela sua categoria de gênero²⁴⁶. De fato, é muito comum encontrarmos fotos

²⁴⁶ MATOS, P. F., *op.cit.*, p. 51.

como as figuras 76 e 77 que procuraram descrever visualmente como eram as mulheres herero ou ainda de alguma outra filiação étnica.

Assim como nas fotografias apresentadas anteriormente, aqui também o desejo de um olhar etnográfico prevalece. As mulheres representadas nessas imagens praticamente condensam a identidade do que é uma mulher herero aos olhos do colonizador e encerram os principais traços físicos e culturais desse povo para uma fácil identificação. Observamos como a ênfase dessas fotografias recai, sobretudo, nas vestimentas das mulheres ao colocá-las lado a lado (figura 76) ou sozinhas em primeiro plano (figura 77) a fim de destacar suas roupas e seus chapéus em couro, material inclusive, muito utilizado pelos herero, e com seus adereços nos braços e nas pernas, assim como seus múltiplos colares.

Conforme afirmamos no capítulo 2, muitas das fotografias que estão hospedadas no arquivo digital da Sociedade Colonial Alemã foram utilizadas pelo periódico *Kolonie und Heimat*, elaborado pela Liga Feminina da DKG. Assim como as fotos de paisagens foram largamente veiculadas por essa revista para mostrar aos alemães na pátria-mãe como eram os seus territórios em África, também as fotos dos africanos foram muito utilizadas pelo periódico com a finalidade de apresentar quem eram, como viviam e como se comportavam as populações locais que estavam estabelecidas ali antes da chegada dos europeus. Nesse sentido, é nítido o modo como a revista se apropriou da figura 74 para estampar uma de suas capas no ano de 1911.

específico: na fotografia presente na revista, a mulher retratada teve seus seios cobertos o que, notadamente, não existe na foto original, na qual a mulher está com os seios nus. De acordo com a autora, a questão do encobrimento dos seios pode estar relacionada tanto a uma esfera do desejo quanto a uma esfera de poder²⁴⁸. No primeiro caso, devemos considerar que esta imagem foi veiculada como a portada da revista, ou seja, ela seria efetivamente a primeira coisa a ser vista pelos seus possíveis leitores e leitoras. Dessa forma, o fato de ocultar os seios da mulher retratada pode ser interpretado como uma tentativa de apagar a conotação sexual que a imagem dos seios possui na cultura ocidental. Em segundo lugar, justamente por esta ser uma publicação que tinha no público feminino seu alvo principal e que apregoava as leis de superioridade racial e civilizacional, a conotação sexual explicitada pelos seios poderia não ser bem recebida pelo público leitor que era, em última análise, o possível público financiador do projeto colonialista.

Há ainda, a partir da comparação dessas duas figuras, um outro elemento que nos interessa nessa investigação. Conforme observamos, a revista veiculou tal imagem em fevereiro de 1911. No entanto, no arquivo digital da DKG da Universidade de Frankfurt consta como se o ano dessa fotografia fosse o de 1913. Nesse sentido, para além de toda a dificuldade com relação à presença de datas nas fotografias do arquivo, ainda devemos considerar que as datas que ali existem possam ser pouco precisas. Se aceitamos a possibilidade de que estamos a tratar de uma mesma fotografia e não de duas fotos distintas (o que, na minha leitura, me parece uma possibilidade bastante remota, visto a incrível semelhança entre ambas), a periodização mais correta para esta imagem é de fato o ano de 1911 e não 1913.

A partir desse conjunto de imagens, é notável o modo pelo qual os alemães se utilizaram da fotografia não só como um meio de registro sobre as populações locais, mas também como um instrumento que esteve intimamente vinculado ao seu projeto colonial de forma mais ampla: a ideia de classificar e hierarquizar as populações em termos de raças e estabelecer, dessa maneira, uma política colonial que tinha a raça como seu elemento estruturante.

A tese da raça como elemento estruturante da política foi inicialmente postulada e desenvolvida por Hannah Arendt em *Origens do Totalitarismo* na década de 1950. Pensando sobre como se estruturou a política nazista a partir de um discurso ideológico que elaborava o fator racial como o principal elemento para seu desenvolvimento, a autora buscou rastrear de

²⁴⁸ *Idem*, p. 71.

que forma a raça já havia sido pensada como um componente necessário nas políticas colonialistas em território africano desde finais do século XIX. Segundo Arendt, a ideia contemporânea de raça foi uma tentativa de explicar a existência de seres humanos que estavam fora da compreensão dos europeus e “cujas formas e feições de tal forma assustavam e humilhavam os homens brancos que eles não desejavam mais pertencer à mesma espécie”²⁴⁹. Foi a partir dessa premissa que se efetuaram os contatos coloniais contemporâneos e foi também a partir dela que ficou gravado na experiência histórica europeia um modo de fazer política que tinha na raça seu cerne principal.

A sociedade racista da África do Sul ensinou à ralé a grande lição da qual sempre tivera uma noção confusa: de que, por meio de mera violência, um grupo subprivilegiado podia criar uma classe ainda inferior a si próprio²⁵⁰.

Ainda que Arendt tenha partido sua análise desde a perspectiva histórica da África do Sul com sua elaboração de uma sociedade altamente racializada desde os primórdios da chegada dos holandeses neste território no século XVII, é notável a ênfase no elemento racial nas práticas políticas estabelecidas pelos alemães em seus territórios coloniais em África. Entretanto, ainda que seja possível rastrear um pensamento racista desde o início da colonização formal em 1884, a segregação racial e a consequente tipificação das raças nestes espaços só foram desenvolvidas com minúcias após 1905. Essa data marca a promulgação da lei de proibição de casamentos entre pessoas brancas e pessoas negras na África de Sudoeste e, necessariamente, marca também a radicalização da política colonial alemã em torno da questão racial. Segundo afirmou Marion Brepohl, podemos perceber o modo pelo qual os alemães manejavam essa categoria ao analisarmos o conjunto de normas elaboradas para as colônias através do Direito Colonial (*Kolonialrecht*). Ainda que este não tenha sido uma construção exclusivamente alemã, mas tenha perpassado todas as empresas coloniais europeias, é perceptível para o caso alemão a saliência do critério racial:

No conjunto, essas tratativas jurídicas partiam da premissa de que, em virtude da alteridade fundamental do povo da África Subsaariana, vale dizer, sua condição de incivilizado ou atrasado, havia de se criar um corpo de leis que levasse em conta a

²⁴⁹ ARENDT, H., *op.cit.*, p. 215.

²⁵⁰ *Idem*, p. 237.

singularidade, excepcionalidade e flexibilidade das relações entre governantes e governados²⁵¹.

Dentro desse Direito Colonial que previa leis a partir da diferença racial, existiam ainda as Leis dos Nativos (*Eingeborenenrecht*), as quais eram aplicadas exclusivamente a esta população e criavam, portanto, uma categoria jurídica separada do *corpus iuris* germânico²⁵². Segundo essa normativa, os nativos (*Eingeborene*) estavam incluídos no monopólio da violência detido pelo Estado Alemão, mas estavam igualmente excluídos de qualquer tradição ou instituição de proteção vinculadas ao mesmo. De acordo com Elisa von Joeden-Forgey, as Leis dos Nativos promoveram uma naturalização do uso da violência contra esses sujeitos que foram inferiorizados pelo discurso e pelas práticas colonialistas. Segundo esta autora, o privilégio do espancamento previsto na lei colonial fez com que a violência fosse compreendida e exercida como um direito natural dos colonos alemães, associada, inclusive, ao próprio exercício da cidadania em territórios africanos²⁵³. Para além da permissão legalizada ao uso da violência nesse espaço definida sobretudo a partir de critérios raciais, é importante mencionar que este código jurídico também funcionou como um instrumento para reforçar a identidade nacional alemã definida em termos de pureza racial, além de blindar o discurso colonial das contradições vivenciadas no cotidiano das colônias²⁵⁴.

É necessário recordar que, nesse mesmo contexto de virada do século XIX para o século XX, uma nova ciência estava sendo estabelecida na Alemanha: a eugenia como o estudo científico para o aprimoramento racial. Conforme afirmei no capítulo 3, o termo eugenia foi criado na década de 1880 e se referia ao processo de aprimoramento genético que pretendia assegurar e melhorar as características adequadas de determinada raça e previa também a extinção dos elementos considerados deletérios. O pensamento e o desenvolvimento de um conhecimento eugênico na Alemanha estiveram desde seus primórdios vinculados a um discurso de saúde sobre a população. De acordo com Susan Barach, o conceito de higiene racial que teve seu expoente durante o governo nacional-socialista na década de 1930, teve suas raízes no último quartel do século XIX. Com a rápida industrialização e consequente urbanização

²⁵¹ BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion. “Os pangermanistas na África: inclusão e exclusão dos nativos nos planos expansionistas do Império, 1896-1914” In *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n. 66, 2013, p. 21-22.

²⁵² JOEDEN-FORGEY, Elisa von. “Race power, freedom and the democracy of terror in German racist thought” In KING, R. & STONE, D. (Orgs.) *Hannah Arendt and the uses of History – Imperialism, Nation and Genocide*. Nova Iorque: Berghahn Books, 2007, p. 24.

²⁵³ *Idem*, p. 25.

²⁵⁴ *Idem*, *ibidem*.

ocorridas nesse período, notou-se um aumento nos índices de pobreza e criminalidade, bem como a proliferação de doenças como a tuberculose, a sífilis e a gonorreia²⁵⁵. Concomitantemente a este processo, os desenvolvimentos científicos nas áreas da genética e da bacteriologia contribuíram para construir uma crença na promessa médico-biológica como uma possível solução para os problemas pelos quais passava a Alemanha.

Dessa forma, é importante salientar que o contexto sociocultural e intelectual da Alemanha na virada do século XIX para o XX viu o estabelecimento do racismo como um discurso fundador não só em suas práticas coloniais e de criação de uma identidade nacional em um período pós-unificação, mas também como a própria base de sustentação de um saber científico legitimador de práticas violentas. Conforme afirmou Richard Weikart, não podemos desconsiderar a historicidade de importância e de força institucional dos estudos raciais quando da ascensão do governo nazista. Segundo este autor, a ideologia racial estabelecida nesse momento era largamente devedora do ensino racial desenvolvido nas universidades germânicas. É justamente pela razão de que biólogos, antropólogos e médicos, por exemplo, já estavam comprometidos com a questão racial desde fins do século XIX que seu apoio ao nacional-socialismo não pode ser interpretado com surpresa²⁵⁶. De fato, em 1927 foi fundado uma das maiores instituições de pesquisa a respeito da eugenia e do melhoramento racial: o Instituto de Antropologia, Hereditariedade Humana e Eugenia Kaiser Wilhelm. O primeiro diretor desse instituto de pesquisa que, durante o III Reich foi de fundamental importância para corroborar a ideologia de supremacia racial ariana, foi o antropólogo Eugen Fischer.

Ainda que Fischer tenha ganho notoriedade e prestígio durante o período nazista, ele já era um estudioso vinculado às questões raciais desde a década de 1910. De fato, de uma forma similar à experiência de Francis Galton, conhecido por ser o “pai da Eugenia”, que desenvolveu grande parte de suas pesquisas antropométricas em suas viagens ao continente africano em fins do século XIX, Fischer também se beneficiou do território colonial e de suas populações locais para recolher dados e elaborar suas primeiras teses a respeito dos problemas da miscigenação racial. Em 1913 foi publicado seu primeiro trabalho de grande importância no meio acadêmico, intitulado *Os bastardos de Rehoboth e o problema da miscigenação dos seres humanos* (*Die Rehoboter Bastards und Bastardierungsproblem beim Menschen*). Este trabalho consistia em um minucioso estudo sobre uma pesquisa de campo realizada em um vilarejo no

²⁵⁵ BARACH, S., *op. cit.*, p. 417.

²⁵⁶ WEIKART, Richard. “The role of darwinism in nazi racial thought” In *German Studies Review*, vol. 36, n. 3, 2013, p. 539.

norte da África de Sudoeste Alemã que tinha como mote a seguinte problemática: o que ocorre quando diferentes raças se cruzam ao longo de gerações²⁵⁷. De acordo com Marion Brepohl, esta pesquisa foi financiada pela Real Academia de Berlim e Fischer permaneceu na DSWA por dois anos trabalhando na medição de crânios de mestiços entre os hotentotes e os bôeres que ali viviam há algumas décadas. Sua pesquisa empírica partiu de cerca de 310 exames biométricos, junto com entrevistas e centenas de fotografias. Para além de detalhar todos os aspectos físicos como, por exemplo, cor dos olhos, cor dos cabelos, formato dos corpos etc., Fischer ainda recolheu informações sobre seus costumes, buscando sobretudo as diferenças entre este povo “bastardo” e os demais povos da colônia, “com a clara intenção de analisar as possibilidades de aproximação entre eles e os colonizadores alemães”²⁵⁸, uma vez que supunha que eles teriam elementos raciais superiores, já que filhos da raça branca (bôeres).

[Os bastardos] trabalham pouco, somente o necessário para a subsistência, ainda que sempre suas casas sejam limpas e bem arrumadas. As mulheres se vestem com trajes europeus, portando sempre um casquete, principalmente se casadas. Realizam muitas festas, sejam de origem cristã ou datas festivas cultivadas por hotentotes. (...) [No entanto], o que falta a eles é o espírito de liderança, pois são incapazes de produzir cultura – falta-lhes fantasia, autoconsciência, caráter, capacidade física, que são propriedades da raça branca. Têm dificuldade de marchar, não tem propensão a dominar, nem previsibilidade e muitos são regidos por paixões, como a paixão pelo álcool. São embotados, parecem tíbios e lerdos, mesmo assim, são seguros de si e orgulhosos de sua nação²⁵⁹.

A partir de definições desta natureza, Fischer concluiu que esta população era distinta dos demais povos da região e, dessa maneira, deveriam também ser submetidos a um outro tipo de tratamento. No entanto, ainda que ele postulasse a possibilidade concreta de torná-los bons trabalhadores e tratá-los de forma distinta, ele não acreditava na possibilidade de tratá-los como iguais aos colonos alemães²⁶⁰.

As pesquisas sobre o aprimoramento das raças tiveram nas colônias, portanto, um importante palco de atuação para a coleta de dados. Para este fim, a fotografia foi largamente utilizada como um recurso para a investigação, classificação e hierarquização das diferenças

²⁵⁷ BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion. “Conter os casamentos mistos: Eugen Fischer num povoado livre do racismo” In *XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais*, Universidade Federal da Bahia, 2011, p. 4.

²⁵⁸ *Idem*, p. 5.

²⁵⁹ *Idem*, p. 5-6.

²⁶⁰ *Idem*, p. 7.

raciais observadas no espaço colonial. De fato, conforme apontou Patrícia Ferraz de Matos, a fotografia deu continuidade a uma tradição de investigações no âmbito da medicina e da antropologia física que utilizava os desenhos como principal suporte para obter dados observáveis e mensuráveis das características antropométricas das populações encontradas pelos europeus nos ambientes coloniais²⁶¹. Como vimos, o próprio Eugen Fischer se utilizou da fotografia para documentar todo o andamento da sua pesquisa na colônia. De acordo com as especificações científicas antropométricas, Fischer elaborou centenas de imagens que buscavam transformar os indivíduos em puros objetos de estudo. Nesse sentido, de forma distinta de como eram as fotografias da Sociedade Colonial Alemã, as fotos de Fischer retratavam somente os corpos dos sujeitos sem a necessidade de inseri-los em algum tipo de lugar ou cena. Uma outra característica definidora das imagens do antropólogo é de que elas sempre documentavam os indivíduos em três posições: de frente, de perfil e em diagonal.

²⁶¹ MATOS, P. F., *op.cit.*, p. 45.

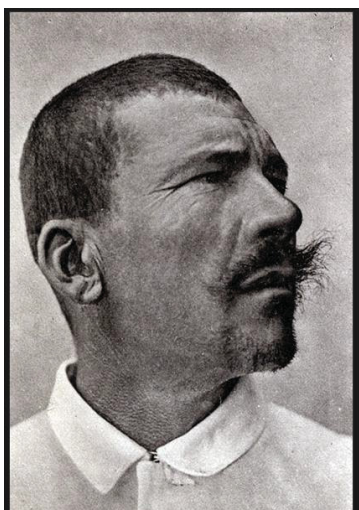
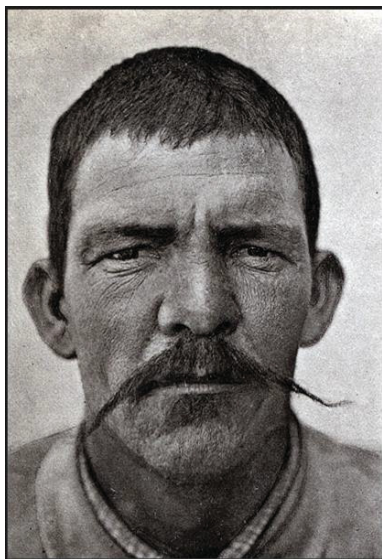


Figura 79. Bastardos de Rehoboth, por Eugen Fischer.

Notadamente, a pequena amostragem de fotos oriundas do trabalho de Eugen Fischer que podem ser visualizadas anteriormente nos mostra o caráter instrumental que se pretendia com a produção desse tipo de imagens. Transformada em um método de investigação antropométrica, a fotografia serviu não só para a construção de uma importante base de dados para os estudos raciais, mas também ajudou a promover a transformação dos sujeitos coloniais em objetos para a elaboração de conhecimento desde a perspectiva ocidental. De fato, conforme afirmou Nick Shepherd, “a fotografia condensa e aperfeiçoa o processo de objetificação. Ela remove qualquer possibilidade de diálogo”²⁶². Neste processo, necessariamente, estamos a falar do estabelecimento de relações de poder no próprio momento do ato fotográfico. Nesse sentido, sobretudo no cotidiano colonial, as hierarquias são propostas pelas posições que os sujeitos ocupam nesse cenário, perpassadas a todo momento pelo intrincado jogo que envolve relações de força física e domínio econômico, mas também que se nutrem das construções sociais de raça, gênero e classes sociais. Segundo afirmou Michel Foucault, as práticas discursivas mais diversas sobre determinados sujeitos são um dos modos de transformá-los em objetos para a investigação e, dessa forma, assujeitá-los a um poder estabelecido. Poder este que, uma vez enunciado (por exemplo, “os negros possuem uma essencialidade distinta dos brancos”), marca determinado indivíduo à própria individualidade por ele postulada, impondo-lhe uma lei de verdade que o fixa neste enunciado²⁶³. Criam-se a partir desse processo certas posições sociais que devem ser ocupadas pelos diferentes sujeitos para que a manutenção da ordem prevista seja mantida. No caso do contexto aqui apresentado, é necessário que se estabeleça a condição do negro como um indivíduo que representa a alteridade absoluta em relação ao branco europeu e que, a partir dos estereótipos, este sujeito seja fixado nesta única condição que lhe é imposta²⁶⁴ pelo discurso colonial. É justamente a partir desses dispositivos que se fundamenta o aparato de poder sobre o colonizado.

Lembremo-nos ainda a esse respeito das discussões levadas a cabo por Mahmood Mamdani em sua obra *Ciudadanos y súbditos*. Segundo esse autor, o caráter binário do discurso

²⁶² SHEPHERD, N., *op.cit.*, p. 86.

²⁶³ FOUCAULT, Michel. “O sujeito e o poder” In DREYFUS, H.R. & RABINOW, P. (Orgs). *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 235.

²⁶⁴ É importante deixar claro que tal condição imposta pelo poder colonial aos sujeitos colonizados se apresenta enquanto absoluta somente a partir do discurso colonial, como vimos no capítulo 1 a partir das discussões de Homi Bhabha. Conforme salientou Frantz Fanon em *Os condenados da Terra*, os colonizados podem estar inferiorizados por este discurso, mas não estão convencidos de sua inferioridade. Vale ressaltar ainda que no interior das relações sociais concretas travadas no ambiente colonial a fixidez proposta pelo discurso colonialista era posta em xeque a todo momento, demonstrando não só a fragilidade do projeto imperial, como também as complexidades do contexto cotidiano vivido nas colônias.

colonial teve na sua prática uma importante implicação na formulação das subjetividades coloniais. Mamdani afirma que o dualismo racial praticado nas colônias estava ancorado em um pluralismo étnico que organizava as relações de poder entre uma minoria branca dominante e uma maioria não branca (classificados, como já observamos, em uma miríade de nomenclaturas desde aspectos raciais até aspectos ditos tribais)²⁶⁵. A partir dessa elaboração política, a maioria não branca se dissolvia em uma série de minorias étnicas “igualando-se”, a partir dessa lógica, no status quantitativo da minoria branca dominante. Para Mamdani, foi justamente esse tipo de elaboração de poder que permitiu a prática da segregação territorial e institucional posta em prática pelo colonialismo em África. Além disso, pensando sobre como se fixam identidades, o autor ainda argumenta que a partir da criação de diversas minorias étnicas, o sujeito colonial africano foi incorporado na esfera do poder não como um indivíduo e sim como uma “pessoa tribal”. A partir do modelo de domínio indireto ou, como denominou Mamdani, despotismo descentralizado²⁶⁶, cada grupo étnico respondia a um chefe eleito pelo poder centralizado e sujeito às regras das tradições consuetudinárias da tribo. Não havia, porém, um único código de leis para todos os povos locais, e sim haviam quantos códigos quantas “tribos” se dizia existirem. Dessa forma, o discurso colonial geriu seus sujeitos como comunidades étnicas e não enquanto indivíduos. Para o caso alemão, nos parece claro que tal discurso se esforçou para elaborar esse pluralismo étnico do qual fala Mamdani a partir dos critérios eminentemente raciais.

²⁶⁵ MAMDANI, Mahmood. *Ciudadano y súbdito: África contemporánea y el legado del colonialismo tardío*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1998, p. 9.

²⁶⁶ O autor denomina de despotismo descentralizado o tipo de governo colonial oposto ao governo direto, uma aproximação ao modelo de governo indireto, para o caso das colônias britânicas e de associação, no caso das colônias francesas de mesmo modelo. Na conceituação de Mamdani, o despotismo descentralizado se refere ao modo de governo em que o campesinato é livre e a terra seguia sendo de posseção comunal e sujeita às tradições consuetudinárias de determinado grupo. No entanto, como a chefia local de tais grupos estava submetida a um governo central colonial e estrangeiro, Mamdani afirma que a população local estava sujeita a um despotismo mediado, descentralizado. Cf. MAMDANI, M., op.cit., p. 21.



Figura 80. Nativos, 1911, DOA.

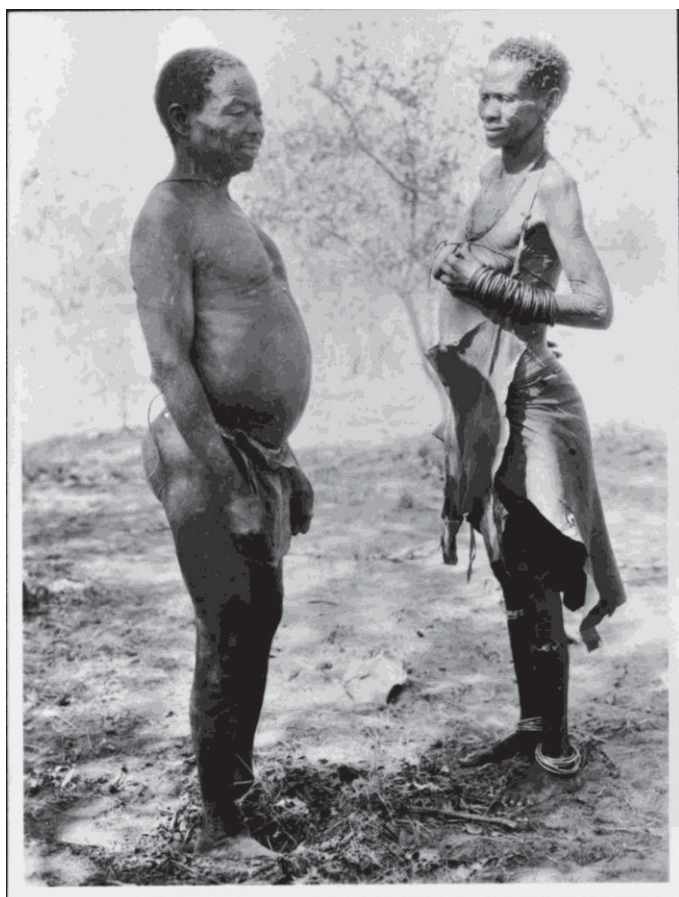


Figura 81. Casal de Bushmann, DSWA.

Ainda que de forma distinta das fotografias produzidas por Eugen Fischer, as fotos do arquivo da Sociedade Colonial Alemã também refletem um caráter de objetificação e classificação dos povos locais das colônias alemãs. Conforme afirmei anteriormente, a descrição das pessoas retratadas nas fotografias nunca as individualizam, mas as apresentam como parte de grupos étnicos ou a partir das categorias de gênero. Observamos novamente a partir da figura 80 aquelas características que foram determinantes para a produção de imagens sobre os africanos: um grupo de nativos sem descrições precisas no arquivo que apresentam um conjunto heterogêneo de pessoas de um mesmo grupo: homens, mulheres e crianças. Ao que nos parece, todos eles foram devidamente orientados pelo fotógrafo para ocuparem estas posições de frente para a câmera – o que nos mostra, inclusive, a impaciência das crianças que não se encontram nas mesmas posições que os adultos.

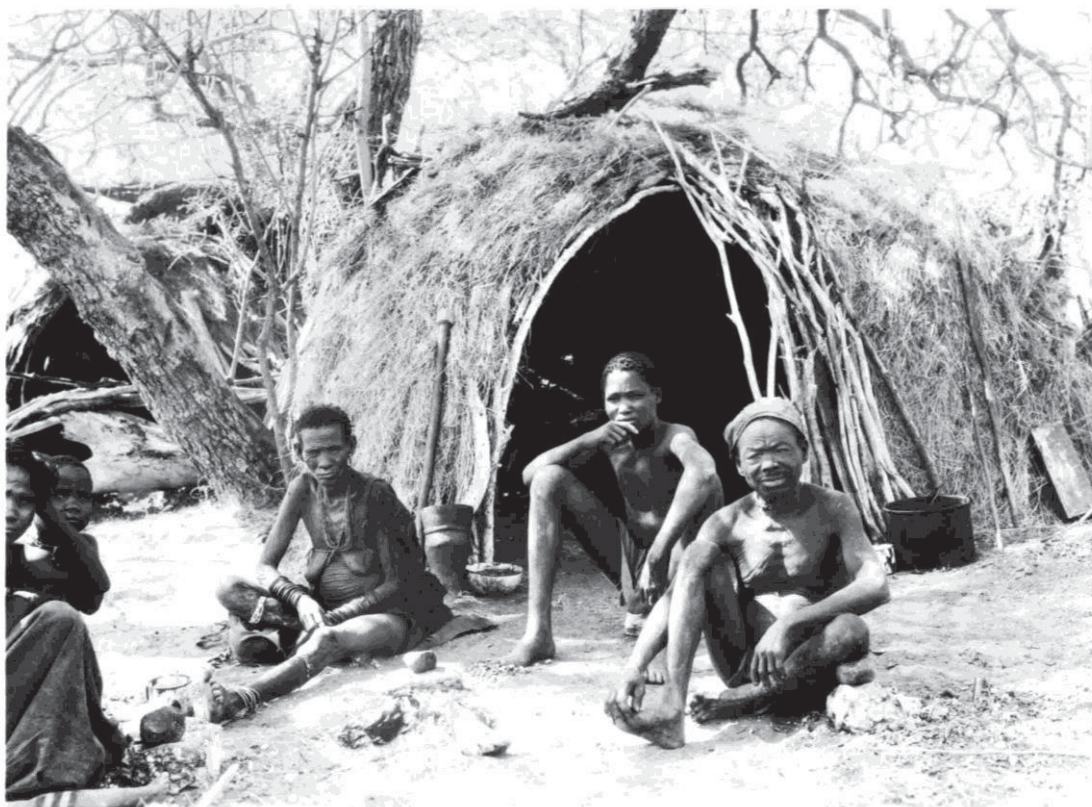


Figura 82. Família Bushmann em frente a sua cabana, DSWA.

Trata-se, necessariamente aqui, de uma fotografia posada para as lentes fotográficas arranjada pelo fotógrafo que acreditava estar retratando não só os “modos autênticos de vida dos africanos”, mas também que buscava capturar os detalhes das fisionomias desse grupo.

Já as figuras 81 e 82 retratam os bushman, uma categoria de povos que foram objeto de um largo escrutínio científico no período colonial. Desde a passagem de Eugen Fischer até publicações de arqueólogos sul-africanos nas décadas de 1920 e 1930, os bushmen foram considerados um tipo racial muito particular e que se distinguia dos demais povos locais da região da África austral. De forma geral, as feições corporais dos bushmen chamaram a atenção de pesquisadores das áreas da antropologia e da antropometria em busca de estabelecer que este povo era, possivelmente, o povo mais atrasado na escala evolutiva humana e, dessa forma, o estudo sobre seus indivíduos poderia render interessantes conclusões para os estudos raciais de forma mais ampla. Conforme afirmou Robert Gordon, um dos principais traços distintivos entre os bushmen e os demais hotentotes eram os órgãos sexuais: no caso feminino, eram medidos os tamanhos da vulva e dos lábios vaginais e nos homens, o pênis. Para Eugen Fischer a pureza da raça dos bushman, inclusive, poderia ser medida através do pênis masculino²⁶⁷. Esta tradição de referenciar os povos hotentotes pelos seus órgãos sexuais não foi inaugurada com Fischer. Já entre o final do século XVIII e o início do século XIX Saartjie Baartman, uma mulher khoisan do sul da África se tornou objeto de curiosidade e desejo pelos olhares europeus com conta de suas nádegas avantajadas. Tampouco o interesse de cunho sexual por essas populações não terminou com Fischer. Segundo afirmou Nick Shepherd, em 1926 os antropólogos sul-africanos James Drury e Matthew Drennan publicaram um artigo intitulado “The prudential parts of the South African Bush race”, no qual eles produziram uma tipologia dos grupos bushmen baseados no formato e no tamanho dos lábios vaginais das mulheres e do pênis para os homens²⁶⁸.

O caso de uma suposta pureza da raça entre os bushman continuou chamando a atenção das autoridades governamentais e científicas da África do Sul até, pelo menos, o início da década de 1940. Segundo Shepherd, cerca de 70 indivíduos bushmen foram utilizados como objetos de exibição na Exibição Imperial, em 1936, em comemoração aos cinquenta anos da cidade de Johannesburgo. Tal exposição, inspirada nas Exposições Universais europeias na segunda metade do século XIX, fora pensada para apresentar a face moderna da União Sul-Africana dentro do Império Britânico e contou com várias exposições sobre as colônias inglesas

²⁶⁷ GORDON, Robert. “The rise of the bushman penis: germans, genitália and genocide” In *African Studies*, julho 1998, p. 28.

²⁶⁸ SHEPHERD, N., *op.cit.*, p. 79.

na África²⁶⁹. Segundo este autor, uma das atrações mais visitadas pelo público foi justamente o “Campo dos Bushman” (*Bushman Camp*), onde estes indivíduos foram alocados em um espaço aberto com um pátio de areia para danças e abrigos com árvores. Este episódio marca, assim como vimos para o caso dos *Volkerschauen* na Alemanha, a violência implícita nos modos de olhar e, conseqüentemente, de conhecer²⁷⁰. A partir dessas exposições se espetacularizava um meio de construir um tipo de saber que tinha na violência física de aprisionamento e encarceramento a base para a coleta de dados e a construção científica. Para o caso específico dos bushman, este tipo de evento ajudou a popularizar a ideia de que este grupo representava tipos puros de uma espécie virtualmente distinta, vale dizer, reforçava a imagem dos bushman como um povo separado da humanidade ao invés de compreendê-los inseridos em uma realidade colonial²⁷¹.

Tamanha curiosidade era dispensada aos bushmen que no início do século XX surgiram ideias de se construírem reservas para estes povos para que os estudos científicos não fossem prejudicados com sua possível “extinção”. O argumento era de que ainda que eles possuíssem pouco valor econômico, na medida em que eram péssimos trabalhadores, eles tinham um valor científico inestimável²⁷². A condição dos corpos dos bushman representava para a ótica ocidental uma contradição para o modelo proposto pelas pesquisas de Cesare Lombroso sobre antropologia criminal: segundo os estudos do criminologista italiano, orelhas grandes indicavam algum grau de criminalidade, no entanto, os chamados “vagabundos” hotentotes entre os bushman apresentavam orelhas pequenas²⁷³.

Exatamente a esse respeito, nas colônias alemãs existia uma diferenciação burocrática entre os *Eingeborene* que, como vimos, possuíam um conjunto de normas que se referia somente a sua condição enquanto nativos dos territórios coloniais alemães, e os *Vagabondierten Buschleute*, considerados sub-humanos e incapazes de se tornarem familiarizados com a civilização²⁷⁴. Nesse sentido, podemos dizer que os bushman representavam, dentro dos esquemas classificatórios dos colonialistas alemães, uma raça inferior aos já inferiorizados povos locais como hereros e namas, por exemplo. Dessa forma,

²⁶⁹SHEPHERD, Nick. “Showing, telling, looking: intimate encounters in the making of South African Archeology” In VOSS, B. & CASELLA, E. (Orgs.) *The Archeology of Colonialism: intimate encounters and sexual effects*. New York: Cambridge University Press, 2012, p. 293.

²⁷⁰ *Idem*, p. 294.

²⁷¹ *Idem*, *ibidem*.

²⁷² GORDON, R., *op.cit.*, p. 33.

²⁷³ *Idem*, p. 42.

²⁷⁴ *Idem*, *ibidem*.

fica claro o modo pelo qual a estrutura organizacional da administração colonial alemã não utilizava tão somente o binômio racial brancos *versus* negros ou europeus *versus* africanos, mas como eles produziram uma escala racial que estabelecia em seu topo a própria raça ariana e classificava tantas outras raças como mais ou menos inferior e, a partir disso, identificava os “usos” que essas raças poderiam ter nos planos alemães.

Dentro do esquema da fotografia enquanto um instrumento para promover esta classificação racial, a imagem 81 nos parece bastante significativa. Esta figura retrata um casal de bushman de uma forma diferenciada das demais fotografias do arquivo: eles não estão na posição frontal ou em posições de atividades manuais (conforme veremos mais à frente), mas foram fotografados de lado, tal qual um posicionamento comum das fotografias antropométricas de Eugen Fischer. Como toda a descrição física dos bushman passava pelas medições de seus órgãos sexuais e pela caracterização da esteatopigia (condição genética de acúmulo de gordura nas nádegas) o fotógrafo buscou salientar estas características determinantes dos bushman no enquadramento de sua foto. Não só essa posição lateral nos permite observar as nádegas dos sujeitos fotografados, como também podemos observar que o pênis do homem retratado está aparente na fotografia em questão. Ainda que nitidamente esta fotografia não tenha sido produzida para fins de uma rigorosa pesquisa científica, é notável a influência dos discursos raciais que marcavam os indivíduos bushman a partir de seus órgãos genitais na elaboração desta imagem. Aqui sobretudo o homem encontra-se não só inferiorizado pelo estigma da raça negra em âmbito colonial, mas encontra-se também definido a partir de uma hipersexualização o que, conforme já discutiram Frantz Fanon e Robert Young²⁷⁵, também foi um elemento utilizado para a estigmatização da suposta inferioridade do negro, na medida em que um ser regrado pelos seus instintos estaria muito mais próximo da esfera animal do que do âmbito da razão humana.

²⁷⁵ Cf. FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008 e YOUNG, R., *op.cit.*

4.2. O olhar que ocidentaliza

Claro está em nosso percurso pela visualidade moldada pela Sociedade Colonial Alemã que o que estava em jogo nessa elaboração, em grande medida, era criar e consolidar uma imagem do colonizador alemão e do outro colonizado. Para tanto, foi necessário não só produzir um conjunto de estereótipos que desse conta de se apropriar do território colonial, mas também de inserir aí os dois grandes personagens coletivos desse episódio. Conforme já observamos anteriormente, a construção deletéria do outro não alemão foi necessariamente o que fundou e sustentou a própria identidade germânica²⁷⁶. A partir da estética da colonização proposta por esse modelo visual, identificamos a lógica maniqueísta de construção ideológica do espaço colonial em que a diferença racial é o que separa indubitavelmente um pólo do outro. Já vimos com a discussão proposta por Stuart Hall como a raça foi um elemento chave para fixar a diferença em termos imutáveis e irreconciliáveis²⁷⁷. No entanto, se a diferença racial foi largamente explorada pelos colonos alemães nos territórios africanos desde fins do século XIX, os povos do sudoeste desse continente já eram alvos de escrutínio europeu desde, pelo menos, o século XVII e, dessa forma, quando da chegada da Missão Evangelizadora da Renânia no local em 1828, já existia uma abrangente literatura assim como uma tradição visual associada aos povos que ali habitavam – em especial os khoikhoi²⁷⁸.

De acordo com George Steinmetz, os então chamados hotentotes figuraram no imaginário europeu racista como o símbolo acabado de tudo o que era considerado o mais primitivo e o mais selvagem na humanidade²⁷⁹. Não só foram descritos por viajantes como um povo sem religião – segundo os europeus, estes africanos possuíam somente uma idolatria infantil –, como também foram representados como povos sem governo e sem linguagem – uma vez que os europeus não podiam se comunicar com essas comunidades. No entanto, para o legado da cultura visual, os hotentotes foram marcados pelo estigma da perversidade e da abjeção. No ano de 1627, antes portanto da fundação da colônia do Cabo pelos holandeses, o viajante inglês Thomas Herbert descreveu os khoikhoi como seres trogloditas e incestuosos

²⁷⁶ Cf. HARDT, M. & NEGRI, A., *op.cit.*, p. 141.

²⁷⁷ Ver capítulo 1.

²⁷⁸ Povos nativos da região da África austral banhada pelo oceano atlântico. De meados do século XVI até o século XX, os khoikhoi eram conhecidos como hotentotes, termo que, por sua vez, caiu em desuso pelo seu caráter difamatório. Sobre esta nomenclatura ver SMITH, Andrew & PHEIFFER, Roy (Org). *The Khoikhoi at the Cape of Good Hope: seventeenth-century drawings in the South African Library*. Cape Town: South African Library, 1993.

²⁷⁹ STEINMETZ, George. *The devil's handwriting: precoloniality and the German Colonial State in Qingdao, Samoa and Southwest Africa*. Chicago: Chicago University Press, 2007, p. 79.

que copulavam entre si sem distinções de parentesco²⁸⁰. De fato, a iconografia do período deu ênfase às práticas consideradas abjetas e impuras praticadas pelos khoikhois, o que recheou o imaginário coletivo das épocas subsequentes e cristalizou a identidade hotentote como a mais primitiva de todas. Ainda segundo Steinmetz, dentre todos os ditos desvios hotentotes, o que mais chamava a atenção dos europeus era o consumo dos intestinos do gado cru com os seus excrementos ainda em seu interior²⁸¹.



Figura 83. Homem e mulher do Cabo da Boa Esperança – gravura da obra de Thomas Herbert, 1634.

²⁸⁰ HERBERT, Thomas *apud* STEINMETZ, G., *idem*, p. 83.

²⁸¹ STEINMETZ, G., *idem*, p. 83.

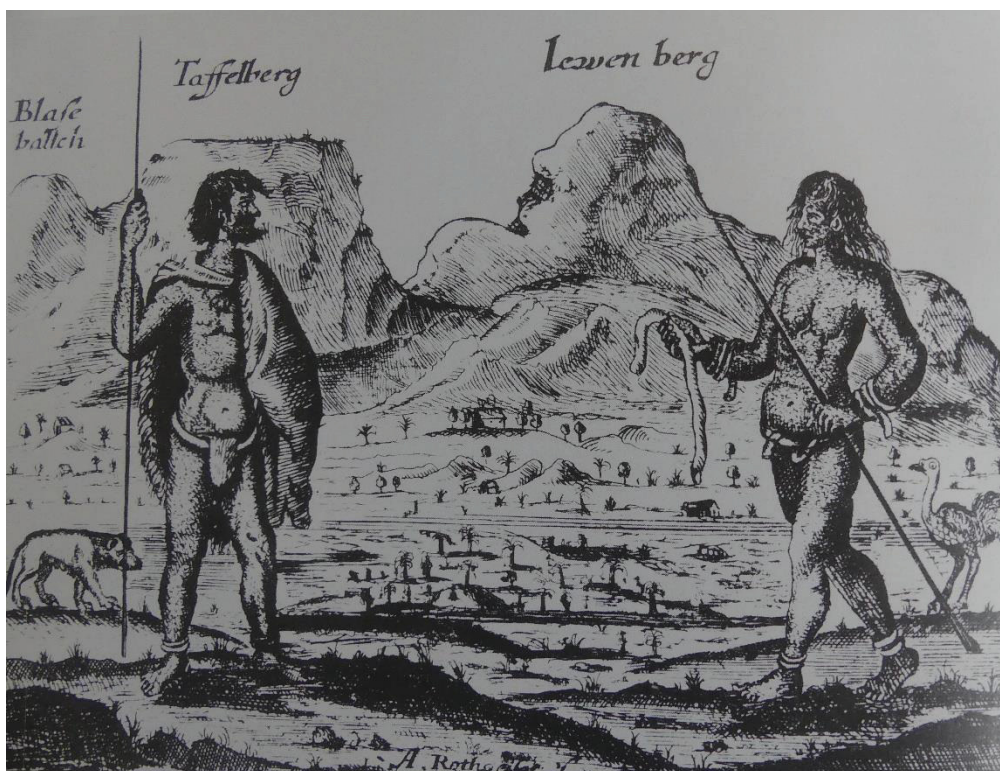


Figura 84. Khoikhois e Table Mountain, Colônia do Cabo – gravura de V. Iversen, 1669.

A partir das duas gravuras anteriores, percebemos o modo pelo qual os khoikhois foram imagetizados pela cultura visual do século XVII. Apesar das diferenças estilísticas entre ambas, percebemos que os dois gravuristas inseriram os indivíduos em um cenário facilmente identificado como a colônia do Cabo, evidenciado pela presença da Table Mountain ao fundo. Ambas as figuras, ainda que tenham uma importante diferença temporal, retratam os khoikhois a partir de um traçado evidentemente europeizado (note-se por exemplo, o modo pelo qual os corpos estão desenhados, muito à semelhança dos desenhos de corpos nus das academias de belas-artes na Europa do período). No entanto, inserem-se aí elementos que denotam o grau da referida “selvageria” e “primitividade” de tais povos. Observamos que tanto na figura 83 quanto na figura 84, um dos indivíduos representados segura uma entranha, aparentemente crua, como um troféu de caça para a alimentação do grupo.

Entretanto, a imagem 83 é ainda mais explícita no exagero do traço que buscou salientar o modo selvagem de vida desses povos. Observemos que a mulher representada à esquerda é quem segura as entranhas e possui traços corpóreos bastante grosseiros denotando, inclusive, uma masculinidade aguda do seu corpo. Para além disso, o bebê que ela carrega em

suas costas mama de um seio puxado para trás enquanto ela olha fixamente para o homem à sua frente, também representado com uma expressão facial bastante animalizada²⁸².

O pretenso caráter escatológico da cultura hotentote que pareceu atrair as atenções europeias no período que antecedeu ao colonialismo formal do século XIX não se evidenciou somente através de gravuras que retratavam o modo pelo qual os nativos exibiam as entranhas de seu rebanho. Em uma série de gravuras encontradas na Biblioteca Nacional Sul-Africana, observamos o modo pelo qual o artista²⁸³ retratou com detalhes a ordenha de leite do rebanho. O que chama a atenção nessa imagem, e se evidencia ao ler a legenda deixada pelo próprio gravurista, é o fato de que enquanto um indivíduo ordenhava as mamas do animal, um segundo indivíduo assoprava dentro da vagina da vaca para obter uma melhor extração do leite.



Figura 85. Khoikhois ordenhando leite, Colônia do Cabo, século XVII.

Acima da imagem lê-se: Os hotentotes assopram dentro da vagina da vaca com a boca ou com uma cana para obter mais leite, pelo qual eles são muito magros, já que seu principal sustento é o leite, uma vez que eles não abatem o gado para que este possa se reproduzir.

²⁸² Atentemo-nos para o fato de que era um costume das mulheres nativas jogar o seio para trás e colocar o bebê para mamar, porque então se podia trabalhar enquanto o bebê se alimentava. Justamente esse costume era visto como um horror pelos brancos.

²⁸³ De acordo com os organizadores do volume desta série de imagens publicadas pela Biblioteca Nacional da África do Sul, não é possível identificar com certeza quem foi o artista que deixou tais gravuras; no entanto sabe-se que foi alguém ligado a uma expedição holandesa do período.

Essa amostragem de gravuras é uma pequena prova de como a imagem de um povo africano – particularmente, os khoikhois – foi modelada pela cultura visual dos períodos precedentes à colonização alemã no processo de elaboração de um estereótipo do Outro colonial ligado à selvageria e à barbárie. Antes, porém dos discursos raciais estabelecerem a barreira de diferenciação entre o “nós germânico” e o “outro colonial”, o imperialismo oitocentista foi, em larga escala, pensado e justificado a partir da noção de missão de cristianização dos povos africanos.

De acordo com Valentin-Yves Mudimbe, desde as primeiras navegações ibéricas e o início da colonização das Américas os missionários estiveram intimamente vinculados ao processo político de criação e ampliação da ideia de soberania europeia, na medida em que sua função era compreender o modelo espiritual e cultural dos novos povos para promover sua transformação, vale dizer, iniciar o processo de conversão ao cristianismo²⁸⁴. Durante o colonialismo oitocentista, também os missionários desempenharam um papel crucial na exploração dos novos territórios, bem como na colonização dos mais diversos povos africanos. De acordo com vários estudiosos das missões, o poder dos missionários (fossem eles católicos ou protestantes²⁸⁵) em África foi, em certo grau, mais danoso que o dos agentes coloniais e seus exércitos, na medida em que eram eles os grandes responsáveis por inserir os povos locais dentro da lógica ocidental cristã, impondo valores estranhos à essas culturas, a partir da justificativa de uma tutela necessária e inevitável da pretendida cultura superior proveniente do “velho mundo”.

Ao aventurar-se para as terras africanas em missões religiosas a partir, sobretudo, da segunda metade do século XVIII, os missionários já possuíam uma larga experiência histórica no contato com vários “outros coloniais” e já se havia cristalizado no imaginário europeu a ideia de que todas as culturas não-cristãs deveriam sujeitar-se à ação missionária. O norte que orientava esse pensamento era o de que “uma pessoa cujas ideias e missão são provenientes e apoiadas por Deus tem o pleno direito de usar todos os meios possíveis, até a violência, para atingir os seus objetivos”²⁸⁶. O processo de cristianização dos povos locais nessa etapa do colonialismo, para além de assegurar o poder da Igreja dentro e fora da Europa,

²⁸⁴ MUDIMBE, V.Y., *op.cit.*, p. 68.

²⁸⁵ Evidentemente, na concretude das relações coloniais, houveram disputas simbólicas e territoriais entre diversas denominações católicas e protestantes que, além de “competirem” entre si, adentravam em um mundo dominado por várias religiosidades locais e pela presença muçulmana, sobretudo no norte de África e na costa do oceano Índico. Sobre essa questão ver, por exemplo, DA SILVA, Jefferson Olivatto. “A formação da consciência católica e os catequistas africanos” In *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais – RBHCS*, v.11, n.21, 2019.

²⁸⁶ MUDIMBE, V.Y., *op.cit.*, p. 71.

também previa ações bastante práticas para o colonialismo como um todo, em especial o apaziguamento dos conflitos entre os africanos e os novos invasores.

Ainda de acordo com Mudimbe, a episteme missionária colonial via nos povos africanos uma necessidade de regeneração completa através de uma total conversão espiritual e também cultural. Para tanto, pode-se observar algumas características utilizadas pelo discurso missionário colonial para sustentar a “superioridade” do Cristianismo: em primeiro lugar, a utilização de uma linguagem de menosprezo em relação às religiões locais, baseado em grande medida na diminuição e ridicularização das divindades africanas; em segundo lugar, o uso de uma linguagem de refutação ou redução sistemática das práticas religiosas autóctones, vale dizer, a insistência na ideia de que as religiões ali encontradas constituíam o lado obscuro a ser combatido pelo cristianismo (oposição bem *x* mal); em terceiro lugar, o uso de uma linguagem de demonstração, na qual o missionário enfatizava a coerência histórica e as virtudes advindas pela transformação da fé cristã; em quarto lugar, a utilização de uma linguagem de obediência, na qual nenhuma atividade humana poderia ter sucesso enquanto o verdadeiro deus não fosse reconhecido; e, finalmente, a ênfase na ortodoxia cristã, ou seja, o modo pelo qual o discurso missionário relacionava a sua fé ao conhecimento de uma única verdade. É justamente a partir da soma de todas essas características que Mudimbe afirma que o poder missionário em solo colonial foi essencial na consolidação da ideia de uma supremacia da experiência histórica europeia²⁸⁷.

Assim como toda a distribuição da ocupação militar no continente africano foi mais ou menos acordada entre as potências europeias na Conferência de Berlim, entre os anos 1884 e 1885, também a partilha do território africano disponível para a atuação das missões foi finalmente estabelecida neste evento, garantindo, dessa forma, a demarcação de determinadas missões em determinados espaços. Não se pode deixar de notar, entretanto, que mesmo antes da empreitada colonialista as missões evangelizadoras já estavam presentes em partes do continente africano. Marion Brepohl aponta a existência de duas grandes frentes das missões cristãs em África: de forma geral, haviam aqueles movimentos missionários de base que partiam para o ultramar com a intenção de levar a palavra de Cristo aos povos africanos, assim como haviam as missões coloniais que eram organizadas e patrocinadas pelo governo e pelas empresas comerciais²⁸⁸. Segundo a autora, ainda que não se possa traçar um perfil homogêneo

²⁸⁷ *Idem*, p. 75.

²⁸⁸ BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion. “Presença protestante na África: ressonâncias da Segunda Reforma” In *Estudos de Religião*, v.30, n.2, 2016, p. 176-177.

dos missionários, é possível afirmar que muitos desses indivíduos deixavam transparecer em seus escritos e suas memórias a noção de chamamento, ou seja, eles haviam sentido em seu interior o amor de Deus e a Sua vontade para com eles. Dessa feita, a ida de muitos missionários era entendida como um mandato divino²⁸⁹. Tal como a autora notou, é importante destacar que muitos dos missionários que atuaram em terras africanas tinham um comportamento não conformista, na medida em que ao testemunharem a violência com a qual o projeto imperial era levado a cabo, muitos desses missionários se interpunham contra o colonizador a favor dos povos locais.

Por outro lado, aquelas missões que estavam intimamente relacionadas ao financiamento do governo ou das agências coloniais, o controle sobre a atuação dos missionários era mais estrita. De acordo com o desempenho da ação missionária, estas recebiam mais ou menos recursos ditos humanitários advindos das metrópoles, ao passo que os agentes coloniais das metrópoles esperavam firmemente uma contrapartida para tal investimento:

Se de um lado recebiam ajuda, de outro, precisavam dar conta de apaziguar os nativos e direcionar a disciplina do trabalho de acordo aos interesses da metrópole. Nesta fase [...] a hierarquia eclesiástica passa a se envolver mais de perto com a ação missionária, intensificando a rigidez com respeito a suas respectivas ortodoxias e aumentando a vigilância sobre os missionários²⁹⁰.

De forma geral, a atuação missionária nos territórios africanos envolveu não só a instalação de centros de cultos, mas, sobretudo, foi responsável por introduzir nas comunidades africanas instituições ocidentais, tais como escolas e hospitais, que davam o ritmo da colonização. De acordo com Jefferson Olivatto da Silva, a introdução, a distribuição e a consolidação de uma consciência cristã em meio às populações locais foi efetivada a partir de três esferas: a da biomedicina, a do trabalho assalariado e a da educação²⁹¹. A partir das noções europeias sobre higiene pessoal e saúde pública, os hospitais, sanatórios e enfermarias inaugurados em solo africano difundiram concepções sobre corpo e bem-estar que colocava a medicina ocidental em um patamar de superioridade total em relação às práticas locais e cotidianas das regiões colonizadas. Além disso, a prática do pagamento por dia de trabalho introduziu novos modos de relações no mercado social africano ao longo do processo de

²⁸⁹ BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion. “Entre navio e terra firme: missões e resistências ao domínio colonial; Namíbia, 1811-1906” In RIBEIRO, Alexandre (Org.) *África: histórias conectadas*. Niterói: PGHIS UFF, 2014.

²⁹⁰ BREPOHL DE MAGALHÃES, M., “Presença protestante...”, *op.cit.*, p. 189-190.

²⁹¹ DA SILVA, J. O, “A formação da consciência...”, *op.cit.*, p. 254.

colonização. De forma geral, como afirmou Jefferson Olivatto da Silva, os missionários europeus muitas vezes encontravam dificuldades em recrutar catequistas africanos dada a competição com as indústrias mineradoras ou com a própria administração colonial que pagavam soldos superiores aos trabalhos junto aos missionários²⁹². Finalmente, a educação foi um dos principais instrumentos utilizados pelos missionários para atingir os seus objetivos – fossem eles imperialistas (de docilizar os povos locais para o trabalho), fossem eles culturais (de civilizar os bárbaros colonizados).

Um dos elementos cruciais nesse processo foi a língua. Com efeito, na lógica do colonialismo, tanto os colonizados deveriam aprender as línguas europeias para uma comunicação eficaz dentro do estado colonial e como forma de assimilação cultural, como os missionários deveriam aprender as línguas africanas, na medida em que afirmava-se que somente a partir do aprendizado das línguas nativas os missionários seriam capazes de realizar um processo de conversão espiritual satisfatório, fazendo com que a linguagem cristã fizesse sentido dentro da lógica de mundo criada pelas línguas dos povos colonizados, vale dizer, “falar bem o idioma da população [local] passou a ser considerado como um dos elementos identitários e um bem simbólico da prática missionária”²⁹³. Além disso, conforme salientou Brepohl, ainda que a missão tenha executado um importante papel no projeto colonialista, ela também foi um lugar privilegiado de negociação entre o poder missionário e o poder autóctone²⁹⁴. Nesse sentido, o processo de alfabetização dos africanos nas línguas metropolitanas cooperou para o surgimento de uma elite local que, ao dominar o idioma e ao ter acesso à imprensa, puderam atuar em favor da liberdade de suas comunidades²⁹⁵.

Na África de Sudoeste Alemã, uma das principais missões que esteve ali presente foi a Sociedade Missionária da Renânia, em atuação desde 1828. Para além da atuação com os povos locais, esta sociedade esteve estreitamente vinculada com a metrópole e foi responsável por difundir informações acerca do processo da colonização através da sua revista mensal onde, segundo Steinmetz, publicava-se um rico material etnográfico sobre a região²⁹⁶. O panorama da ação missionária nessa colônia foi talvez o mais profícuo dentre os territórios alemães no

²⁹² *Idem*, p. 262.

²⁹³ DA SILVA, Jefferson Olivatto. “Escritos missionários na África sob as críticas dos estudos pós-coloniais” In *Revista da ABPN*, v.8, n. 20, 2016, p. 69.

²⁹⁴ BREPOHL DE MAGALHÃES, M., “Presença protestante...”, *op.cit.*, p. 175.

²⁹⁵ BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion. “Entre navio e terra firme...”, *op.cit.*

²⁹⁶ STEINMETZ, G. “The devil’s...”, *op.cit.*, p.78-79.

continente contando, até o estopim da guerra de 1904, com 15 estações missionárias, 32 postos avançados, 1.985 alunos e 7.508 fiéis²⁹⁷.



Figura 86. Clérigos e membros da *Schutztruppe*, DOA, 1911.

²⁹⁷ BREPOHL DE MAGALHÃES, M., “Presença protestante...”, *op.cit.*, p. 191.



Figura 87. Igreja

Nas figuras 86 e 87 podemos observar como a presença dos missionários não passou incólume aos olhares da Sociedade Colonial Alemã. Na primeira imagem, vemos dois padres da missão católica na África Oriental Alemã junto a um grupo de homens da *Schutztruppe*. Note-se a maneira pela qual a diagramação da fotografia, com os padres posicionados ao centro e os homens da tropa ao seu redor, conota uma mensagem de aliança entre o Estado Colonial e a Missão, próprio do momento em que a agência colonialista se aproximava das missões. Já na figura 87 observamos a construção de uma Igreja aos moldes arquitetônicos evidentemente ocidentais, onde ela se destaca no cenário tropical. Observamos também, à esquerda da imagem, a existência de uma espécie de galpão, donde podemos sugerir a presença da Igreja não somente como um local de culto, mas também como um novo espaço de sociabilidade entre colonizados e colonizadores, mas também entre os próprios colonizadores entre si ou ainda, um novo espaço social para as próprias comunidades locais que, de tempos em tempos, se tornavam mais numerosas dentro das missões.

O conjunto de imagens que selecionamos a seguir define o que aqui denominamos de “o olhar que ocidentaliza” tem a ver justamente com o processo implícito da ação missionária colonial, qual seja, a regeneração das comunidades africanas através da conversão não só

espiritual, mas, sobretudo no caso aqui enfatizado, cultural. As fotografias que encontramos no arquivo da Sociedade Colonial Alemã que demonstram essa hipótese representam os povos locais das colônias alemãs com os signos culturais europeus. Em nossa leitura, possivelmente essas fotos tiveram a intencionalidade de ser utilizadas como mais um recurso à propaganda da ação missionária em solo colonial, uma vez que uma das tarefas dos missionários era não só torná-los sujeitos dóceis para as autoridades coloniais, mas também a de torná-los civilizados aos parâmetros culturais europeus.

Nesse sentido, as imagens a seguir fazem parte ainda daquela tentativa de um olhar etnográfico, mas aqui, diferentemente do conjunto apresentado na seção anterior, observamos signos que escapam àquela lógica essencializante do africano em sua primitividade ligada à natureza. O modo como os espectadores abordam essas imagens é ainda aquele modo que procura ver nessas fotografias imagens do negro em seu cotidiano ainda intocado. Esta vontade do espectador em ver aquilo que já lhe é familiar é um dos modos pelos quais a percepção pictórica ganha sentido e significado; e justamente esta expectativa de recepção a um objeto visual molda a maneira com que percebemos e significamos tal imagem. Segundo Ernst Gombrich, esses níveis de expectativa do observador são denominados de contextos mentais, modos que conformam a interação entre expectativa e observação e que trabalham com ondas de gratificação ou desapontamento entre estes dois extremos²⁹⁸. O que vemos nessas fotos é um processo de flutuação daquele significado inicial pretendido pela fixação do estereótipo racial. Observamos em todas as imagens aqui selecionadas signos que atestam intensas trocas culturais no ambiente colonial, principalmente modos pelos quais os africanos incorporaram e adaptaram signos europeus ao seu cotidiano o que, de alguma maneira, fortalece a tese de Brepohl de que existiam locais de negociação e trocas culturais entre o europeu colonizador e o africano colonizado.

²⁹⁸ GOMBRICH, Ernst. *Arte e Ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007, p. 53.



Figura 88. Escola em Windhuk, DSWA, 1913.



Figura 89. Inauguração da Escola em Windhuk, DSWA, 1913.



Figura 90. Meninas com o uniforme da escola missionária, DSWA.

A figura 88 retrata o dia de inauguração de uma escola em Windhuk, na DSWA, em 1912. Ao fundo vemos parte da construção destinada ao colégio e, em primeiro plano à direita, vemos um homem – possivelmente o professor – trajado com todos os signos da indumentária burguesa europeia de inícios do século XX junto às crianças que aguardam ansiosamente para conhecer seu local de estudo. A figura 89, por sua vez, também retrata a inauguração da escola em Windhuk. Ao fundo podemos ver melhor a construção da escola, notadamente ainda em fase de construção, sem o teto, com uma arquitetura evidentemente europeia. As crianças que erguem suas lousas e estão em primeiro plano na foto vestem roupas de modelos alemães – as meninas estão de vestidos com laços e os meninos, em sua maioria, de calças, paletós e chapéus. Quando comparamos as figuras 88 e 89 à figura 90, que retrata meninas em uniformes missionários, observamos que existe uma possibilidade plausível de que a escola inaugurada em Windhuk – ainda que o arquivo não mencione – seja uma escola administrada aos moldes missionários, dada a semelhança das vestimentas de uma educação missionária.

Na figura 91 aparecem duas mulheres Hereros já que esta fotografia foi tirada no ano de 1912 também em Windhuk. As duas mulheres retratadas aqui representam exatamente o caráter de flutuação cultural nas zonas de contato da qual menciona Mary Louise Pratt: elas usam vestidos de um estilo notadamente burguês europeu, mas usam também seus característicos colares e lenços ao redor da cabeça. Da mesma forma que as fotografias anteriores, as figuras 91 e 92 nos mostram uma semelhança latente com uma terceira fotografia, figura 93, que retrata mulheres africanas que pertenciam à missão religiosa. Note-se como as vestimentas missionárias estão presentes em todas as fotografias. Sobretudo, é importante chamar a atenção para o modo como essas mulheres africanas tem o corpo inteiramente coberto, tal qual as mulheres alemãs. Em minha leitura, parte do processo de constituição do “olhar que ocidentaliza” buscou retratar esses sujeitos de formas muito distintas em relação àquelas fotografias que demonstravam os sujeitos africanos com suas vestimentas “originais”, vale dizer, com vestes que deixavam à mostra parte do corpo que eram condenadas como vergonhosas pela cultura europeia.

No entanto, ainda que as vestimentas sejam um indicativo da presença de uma troca cultural nas colônias alemãs, o que mais me chama atenção nessas fotografias, conforme já apontado na seção anterior desse capítulo, é a maneira como os sujeitos representados olham para a câmera fotográfica. Este modo de encarar a máquina, posar para o fotógrafo e inclusive sorrir para a foto (caso da figura 91) denotam uma possível familiaridade com o aparato

fotográfico e com o ato de ser fotografado. Aparentemente, em nenhuma das imagens os indivíduos aparecem desconcertados, assustados ou mesmo bravos com o fato de estarem sendo fotografados.

Para além das trocas culturais apontadas por estes registros fotográficos, é interessante notar como estas imagens não trazem em si o signo da detração do africano de forma tão explícita quanto as gravuras 83, 84 e 85, por exemplo. As fotografias apresentadas neste recorte, de maneira mais ou menos explícita, buscavam salientar a eficiência do projeto civilizatório levado a cabo pelo imperialismo alemão e, portanto, não possuíam o tom deletério das imagens que vimos anteriormente.



Figura 91. Mulheres em Windhuk, DSWA, 1912.



Figura 92. Família cafre, DSWA.



Figura 93. Mulheres vestidas com roupas missionárias, DSWA.

A partir desta amostragem de fotografias da Sociedade Colonial Alemã podemos estabelecer pelo menos duas considerações sobre o regime de visualidade desta instituição: em primeiro lugar, temos que levar em consideração a força da vontade daquele olhar etnográfico com o qual o produtor das imagens abordou os sujeitos enquadrados em sua câmera, produtor este que trabalhava para a DKG e estava alinhado ao seu discurso de autenticidade sobre o conhecimento das colônias e tudo o que lhes dizia respeito. A partir dessa consideração, podemos afirmar que os significados que essas fotos adquiriram extrapolaram este significado primeiro que se queria imputar às fotografias; observamos que elas trazem signos que denotam elementos que atestam o caráter híbrido das culturas ou, em outras palavras, elementos que denunciam a própria fragilidade do discurso colonial baseado em estereótipos a partir daquilo que lhe escapa²⁹⁹. Há aqui uma quebra naquele discurso que se preocupa com imagens de uma “tradição pura” e que nega, em última instância, as possibilidades de trocas culturais.

Em segundo lugar, é importante compreender que o próprio sistema colonial era constantemente colocado à prova na experiência vivida nas colônias e que, a partir disso, era invariavelmente remodelado no cotidiano das relações interpessoais existentes na realidade da colônia³⁰⁰. Pensando a partir de tal experiência vivida nos territórios africanos e não na vontade discursiva produzida pela Sociedade Colonial na Alemanha, podemos entender que estas fotografias evidenciavam o “processo de civilização” em andamento, ou seja, retratavam os africanos como sujeitos da missão civilizadora ocidental personificada na figura dos missionários. Se assumirmos tal possibilidade, podemos entender esses registros fotográficos inclusive como materiais de propaganda sobre o alegado sucesso do projeto civilizacional levado a cabo pelos alemães na África.

²⁹⁹ COOPER, Frederick. *Colonialism in question: theory, knowledge, history*. Berkley: University of California Press, 2005, p. 235.

³⁰⁰ *Idem, ibidem*.

4.3. O olhar ressignificado

Gostaria de dar agora um pequeno salto temporal e espacial do início do século XX na África para o ano de 1939 na Alemanha. Como é sabido, com o fim da Primeira Guerra Mundial e o Tratado de Versalhes assinado pela Liga das Nações no ano de 1919, a Alemanha perdeu seus territórios coloniais, além de outras punições impostas a este país. No entanto, a Sociedade Colonial Alemã não foi desfeita e continuou a atuar com a pauta do retorno das colônias que, segundo alegavam o discurso dos agentes coloniais, haviam sido “roubadas” pelos países signatários do Tratado. Tal atuação da DKG neste momento pós-primeira guerra ficou conhecida como Movimento Neocolonial Alemão e foi marcada, sobretudo, pela ênfase em um discurso nacionalista inflamado a partir de propagandas em jornais, periódicos e exposições coloniais.

A partir do ano de 1936, já com a ascensão de Adolf Hitler e do Partido Nacional Socialista ao poder, a burocracia nazista agregou a Sociedade Colonial nos seus ministérios e esta instituição se tornou o *Reichskolonialbund*, encarregado de dar continuidade à questão colonial neste momento. Na realidade, o governo nazista não se ocupou de forma muito prática com um possível retorno das colônias africanas a seu domínio; a questão colonial era muito mais constitutiva de um discurso de poder sobre o Outro do que efetivamente uma política em andamento no período. Neste período, a questão colonial se vinculará, sobretudo, à busca dos territórios do Leste Europeu. Contudo, enquanto uma questão estruturante do imaginário ideológico do nazismo, as alusões ao império colonial de outrora eram constantemente trazidas à tona pelos produtores de propaganda do Nacional Socialismo.

Como vimos anteriormente, era uma prática da Sociedade Colonial realizar Exposições Coloniais na virada dos séculos XIX para o XX, encaradas quer como espaços de promoção e divulgação das atividades da DKG, quer como “correções” aos discursos sobre a questão colonial perpetrados então pela mídia de massas. Durante o período de atuação do *Reichskolonialbund* tais exposições eram uma das principais atividades da instituição. Nestas exposições, no entanto, o RKB não visava somente promover e propagar as atividades do departamento colonial, como também tinha como objetivo convencer os espectadores a juntar-se à luta pela recuperação das colônias, bem como solidificar no imaginário alemão a grandiosidade que fora seu Império Colonial. Os materiais de exposição, dessa forma, eram exibidos para mostrar não só o dia a dia nas colônias, mas também a sua importância na economia e na constituição do tão divulgado espaço-vital (*Lebensraum*) alemão.



Figura 94. Mulheres de Askaris preparando milho, DOA.



Figura 95. Mulheres trabalhando na África Oriental Alemã.



Figura 96. Mulher batendo milho (DOA) – Escultura, Exposição Colonial de Dresden, 1939.

Ao voltar para o arquivo fotográfico da DKG, encontrei fotografias de esculturas que foram feitas para integrar a Exposição Colonial de Dresden de 1939. No entanto, o que me chamou a atenção ao analisá-las foi a semelhança que elas guardavam com as fotografias feitas durante a década de 1910 nas colônias alemãs. Podemos observar três imagens das esculturas feitas para a Exposição de Dresden – figuras 96, 99 e 102. Para cada escultura produzida, encontrei dois ou mais registros fotográficos de anos anteriores que se assemelhavam muitíssimo com o que estava sendo representado pela escultura e como tais atividades estavam sendo transpostas para a realidade fabricada pela exposição – que mantinha a tradição de criar Vilas Nativas “autênticas” (conforme vimos com os *Volkerschauen* na Alemanha em fins do século XIX e com a Exibição Imperial na África do Sul em 1936).

No primeiro conjunto de imagens desta seção, vemos três fotografias muito semelhantes entre si. As duas primeiras são fotografias tiradas na África Oriental Alemã e retratam mulheres moendo grãos em um pilão. A figura 96, como já afirmamos, é a foto da escultura exposta em Dresden que se intitula: “Mulher batendo milho na África Oriental Alemã”. Observamos em tal escultura uma tentativa de se aproximar ao máximo das representações fotográficas disponíveis como exemplos: vemos o cuidado que o artista/artesão que produziu esta escultura teve em tentar copiar da forma mais fidedigna que conseguisse os utensílios utilizados neste processo, as vestimentas das mulheres e até mesmo o detalhe do bebê que é carregado nas costas de uma das trabalhadoras.

O segundo conjunto de imagens se refere à escultura intitulada “Tecelão da África Oriental Alemã” (figura 99). Também aqui há uma tentativa de reprodução do registro fotográfico em demonstrar para o espectador o processo de tecelagem feito nas colônias e os instrumentos utilizados neste processo. No entanto, aqui temos uma discrepância importante em relação às fotografias que podem ter servido de base para tal escultura: esta se refere a um tecelão da África Oriental, enquanto que as fotografias são de tecelões do Camarões. A mesma situação acontece no terceiro conjunto de imagens: a figura 102 representa uma escultura intitulada “Família de Nativos da Nova Guiné Alemã” e as fotografias encontradas no arquivo foram majoritariamente tiradas de famílias e casas dos povos da África Oriental.



Figura 97. Tecelão, Camarões.



Figura 98. Tecelão, Camarões.



Figura 99. Tecelão (DOA) – Escultura, Exposição Colonial de Dresden, 1939.



Figura 100. Família na África Oriental Alemã.



Figura 101. Família em casa, DOA.



Figura 102. Família de nativos da Nova Guiné – Escultura, Exposição Colonial de Dresden, 1939.

Estes últimos grupos de fotografias que exponho aqui nos ajudam a pensar sobre a questão da circulação da visualidade dentro da própria instituição colonial. Se afirmamos que os estereótipos necessitam de uma constante repetição na sua tentativa incessante de fixação de um sentido único, o regime de visualidade também se utiliza de auto-referências a todo tempo para criar e recriar significados. Assim como os traços e modos de representação circulam e se repetem em diferentes suportes visuais, os próprios suportes visuais servem de referência mútua na produção de novas possibilidades de visualidade.

Conforme afirmei anteriormente, os objetos exibidos nas Exposições Coloniais organizadas pelo *Reichskolonialbund* nos anos 1930 serviam a um propósito diferente daquelas organizadas pela Sociedade Colonial na virada do século. No entanto, é possível traçar uma linha de continuidade dentro da produção visual das instituições que se utilizavam de seu próprio material fotográfico “etnográfico” para garantir a autenticidade de tais exposições. A circulação desta visualidade colonial é aqui bastante clara: um mesmo arquivo de registros fotográficos é utilizado em um outro contexto institucional para criar uma nova produção de significados, qual seja, o reforço da importância das riquezas das colônias e seus povos para angariar novos membros para o RKB, o que denuncia uma nova tentativa de fixação de significado a partir de um uso comum daquelas imagens já existentes.

Considerações Finais

“A escrita é só metade da história, a outra, às vezes mais importante, é a imagem”

Teju Cole

Esta pesquisa iniciou-se com um objetivo bastante ousado: entender quais foram as diferentes formas e finalidades assumidas pela visualidade colonial alemã no período compreendido entre 1884 e 1943. Com este objetivo extravagantemente amplo, eu havia selecionado um *corpus* documental imagético que ia muito além das capacidades reais de se realizar uma investigação em um tempo pré-determinado. Não só esperava trabalhar com as fotografias do arquivo visual da Sociedade Colonial Alemã, como também tinha previsto a análise de revistas ilustradas e cartazes desse período. Ao longo do trabalho com as fontes, sobretudo no arquivo da DKG, compreendi a necessidade de modificar o escopo da análise, visto a amplitude e quantidade tremenda de acervo encontrada no arquivo.

No entanto, uma vez reelaborada a perspectiva com as fontes, me encontrava ainda longe de uma tranquilidade acadêmica. A provocação que se mostrava à minha frente eram séries intermináveis de fotografias com pouquíssimas informações que desafiaram, inicialmente, minha capacidade de sistematização de um conhecimento histórico. Meus objetivos sempre estiveram ligados, desde minha primeira pesquisa de pós-graduação³⁰¹, à elaboração de uma história visual sobre o colonialismo alemão. Como muito lemos nos textos de base metodológica, o trabalho com imagens atrai o historiador por mostrar-lhe um intricado campo de análise em que, muitas vezes, os significados não são prontamente compreendidos. No entanto, nesta pesquisa em específico, pouco me valia a metodologia de análise que procura particularizar minuciosamente cada imagem e fazer quase que uma exegese de determinada fotografia... eu contava com aproximadamente 2.500 fotografias já selecionadas.

Nesse sentido, além de me capacitar com outros caminhos metodológicos, precisei ampliar minha criatividade de análise dos documentos, o que resultou na elaboração de três grandes grupos temáticos e na possibilidade de análise do *corpus* documental a partir da busca

³⁰¹ KRACHENSKI, Naiara. *Em busca das colônias perdidas: a visualidade da propaganda do movimento neocolonial alemão (1925-1943)*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

por padrões de representação ou, dito de outra forma, no entendimento de como o regime de visualidade colonial foi modelado a partir das fotografias da Sociedade Colonial Alemã.

De forma geral, o argumento desenvolvido ao longo dessa pesquisa foi de que o olhar fotográfico da *Deutsche Kolonialgesellschaft* foi sendo elaborado ao longo do período de permanência dos alemães nas colônias africanas, assim como buscou se sustentar após a perda dos territórios em 1919 e se fez, de forma quase que exclusiva, a partir de uma idealização de quem era o colono alemão que ia à África e de uma imagem estereotipada de quem eram os povos que ali habitavam. A partir desse momento, a pergunta que guiou a elaboração dessa tese pode ser resumida da seguinte forma: o que fez a câmera da Sociedade Colonial Alemã em solo colonial? A hipótese que elaborei foi a de que, dada a função de propaganda que a DKG possuía, tal instituição se propôs a três ações primordiais: **dominar, colonizar e classificar**.

De acordo com minha análise, o olhar fotográfico buscou *dominar* o ambiente colonial exatamente a partir da visualização do elemento mais primordial em um contexto de domínio efetivo: o espaço geográfico. Propus demonstrar que a partir das fotografias de paisagens – fossem elas paisagens “intocadas” pela ação humana, fossem elas referentes à ação colonizadora alemã – os agentes do colonialismo alemão foram capazes não só de aprimorar um conhecimento sobre o território a ser colonizado (conhecimento dos espaços e das possíveis riquezas naturais das colônias) mas também de utilizá-las como efeitos de propaganda, na medida em que muitas das imagens no arquivo representam o processo de colonização em andamento, ou seja, a construção de estradas de ferro, de plantações aos moldes ocidentais e de todo um aparato urbano implementado nesses espaços pelos colonizadores europeus.

Sob essa perspectiva, contudo, entrevi um *porém*. Na construção visual do colonialismo alemão proposto pela Sociedade Colonial Alemã, o ato de fotografar e mostrar algo aos possíveis espectadores também delineava outro, que o seguia: o ato de não mostrar algo, alguém ou alguma situação. Na narrativa visual aqui desenhada, a paisagem colonial é apresentada ao observador ou como uma terra virgem, intocada e inabitada ou como um local que parece começar a prosperar exclusivamente graças à presença dos alemães.

O olhar fotográfico que dominava o espaço conquistado também nos abre uma perspectiva para se pensar sobre como a visualidade possui uma dimensão de longa duração daquilo que está sendo representado através da imagem. A fotografia sendo um aparato considerado como a imitação mais perfeita do real, portanto, um artefato que exibía ares de uma documentação praticamente científica da realidade, foi largamente responsável pela produção

de um grande acervo sobre o colonialismo que tinha a intenção não só de permanecer fisicamente (dado as características duradouras do material das fotos), mas sobretudo de congelar uma imagem de um tempo bastante específico que se queria universal e a-temporal pelos produtores desse discurso. Nesse sentido, a tese aqui apresentada nos permitiu também avaliar o modo pelo qual as noções sobre temporalidade foram elaboradas durante a construção do discurso colonial, notadamente a maneira como a visualidade foi um instrumento na elaboração de uma imagem estereotipada, vale dizer, fixada em uma singularidade determinada pelos agentes do imperialismo.

A visualização do ato de *colonizar* também seguiu, em minha análise, um caminho parecido. Ao expor o cotidiano dos alemães nas colônias africanas, estratificou-se não só a perspectiva de uma hierarquia racial, mas cristalizaram-se os lugares sociais a que os indivíduos deveriam corresponder durante a empreitada colonial: o militar e a imposição e manutenção da ordem, a mulher e os cuidados com o lar e com a germanidade (*Deutschum*), o trabalhador negro e a subserviência ao colonizador europeu etc. Novamente aqui pode-se observar o modo pelo qual as fotografias mostraram um mundo que não correspondia às incertezas e às violências do cotidiano colonial, da mesma forma que a visualidade produzida pela Sociedade Colonial Alemã buscou não só fixar esta imagem da colonização, como também tornou visível os signos da raça e do gênero no processo de organização social por eles almejada. Tal como pudemos entrever o modo pelo qual o elemento temporal foi modelado por essa visualidade, nas análises sobre o ato de colonizar também buscamos enfatizar a maneira pela qual o cotidiano nas colônias alemãs foi exposto visualmente para o público a partir da diferenciação de gênero – o papel que a mulher alemã deveria ocupar no projeto colonial – e também a partir da construção da alteridade via aspecto racial – a fixação do lugar de subordinado imposto aos africanos.

Finalmente, o olhar que buscou *classificar* teve seu foco exclusivo nos povos locais das colônias alemãs. Viu-se em que medida a elaboração de uma classificação sobre as diferentes “raças” nativas se mostrou fundamental no projeto colonial germânico. Foi sobretudo a partir dessa experiência de observação antropométrica dos sujeitos coloniais que se ergueu o discurso colonialista alemão. Para além disso, no entanto, a análise permitiu delinear em que medida os processos culturais se transformavam ao longo dos contatos em solo colonial. Vimos, por exemplo, como a presença dos missionários cristãos representou em muitos sentidos uma ambiguidade na ideia de fixidez do discurso colonial e em que medida os sujeitos coloniais adotaram para si aspectos culturais alemães. Finalmente, ainda com a análise feita a partir das fotografias dos africanos, pudemos compreender a forma pela qual a visualidade produzida pela

DKG nos territórios africanos serviu para alongar a vida do discurso colonial durante o nacional-socialismo. Também a partir dessa interpretação, podemos retornar àquela ideia de como a imagem estabelece uma relação com a temporalidade. Afirmei anteriormente que a fotografia possuiu no projeto discursivo da Sociedade Colonial Alemã não só um papel de propagar e conservar o estereótipo produzido sobre o encontro colonial, mas também nos indicou como a visualidade pode ser utilizada para pensar processos de longa duração. No entanto, a partir da análise desenvolvida sobre as esculturas das Exposições Coloniais da década de 1930 baseadas nas próprias fotografias do acervo da DKG, podemos inferir ainda uma outra conclusão: entender como a materialização da imagem fotográfica pela escultura engendrou um processo de perpetuação daquela imagem a partir de outro suporte. É possível afirmar, portanto que as esculturas elaboradas a partir das fotografias inscreveram as imagens da DKG em um outro contexto, ressignificando seu uso, mas reciclando a mensagem transmitida.

Vemos a partir desse exemplo ainda, o potencial de circularidade que as imagens fotográficas da Sociedade Colonial Alemã apresentavam. Durante todo o período do colonialismo formal, demonstramos como as fotografias do arquivo da DKG foram utilizadas pela revista *Kolonie und Heimat* ou pelo jornal *Deutsche Kolonialzeitung*, ou ainda como foram utilizadas para estampar cartões postais que transitavam entre as pessoas nas colônias africanas e na metrópole. Da mesma forma, observamos como mesmo depois de a Alemanha ter perdido suas colônias em 1919, a visualidade ali produzida continuou a servir de modelo para o movimento neocolonial alemão e seus materiais de propaganda, além de constituírem os principais acervos imagéticos para as Exposições Coloniais realizadas pela *Reichskolonialbund* à época nazista.

Entretanto, é claro que apesar de a tríade *dominar, colonizar e classificar* ter sido a principal significação histórica elaborada para o arquivo fotográfico da Sociedade Colonial Alemã, estes “objetivos” não foram exclusivos da DKG, mas, de formas variadas, compuseram de forma geral a lógica do colonialismo contemporâneo que orientou os europeus, em especial no continente africano. A forma como eu organizei e compreendi o projeto visual da *Deutsche Kolonialgesellschaft* diz respeito ao modo como esta instituição em particular articulou estes três momentos e os inseriu em sua lógica de propaganda. Novamente sublinho o fato de que a DKG era uma instituição privada, com apoio de parte do governo nacional alemão e que nos seus anos de existência, desde sua fundação até seu fim, enfrentou disputas na política interna da Alemanha que afetaram o modo pelo qual os discursos e as práticas coloniais foram elaborados e alterados.

Para além disso, ao longo de toda a pesquisa busquei não deixar de levar em consideração quais foram as influências da experiência colonial para a história da Alemanha³⁰². Ou, de forma ainda mais ampla, quais foram as influências das experiências coloniais particulares no processo histórico de configuração da conjuntura global contemporânea. Essa necessidade me fez refletir a todo instante sobre a “contemporaneidade do não contemporâneo”³⁰³, elemento tão fundamental no trabalho do historiador. Um dos caminhos encontrados foi pensar sobre a construção histórica do racismo na sociedade ocidental de modo geral e na cultura alemã de modo particular. Salientar o caráter histórico da construção do racismo nos auxilia a compreender os modos pelos quais o discurso racista forjou políticas de exclusão em contextos específicos. Entendo que a elaboração e as reatualizações constantes do racismo na sociedade ocidental foram levadas a cabo por uma série de discursos, representações e práticas que abrangeram, legitimaram e naturalizaram o exercício de exclusão de um indivíduo ou um grupo considerado como o Outro ameaçador por suas características físicas, como fisionomia e cor de pele³⁰⁴.

Conforme tentei apontar logo no início do texto, a cultura visual a que estamos inseridos ainda propaga uma visualidade altamente racista quando se refere aos sujeitos negros. É justamente essa a contemporaneidade do não contemporâneo que vislumbro nessa tese: a elaboração de um discurso racializado que ainda modela a estrutura de mundo em que vivemos, sobretudo no que diz respeito à cultura visual, na medida em que o racismo enquanto elemento estruturante das sociedades ocidentais (ou ocidentalizadas) foi concebido juntamente com um regime de visualidade que estabeleceu uma determinada hierarquia de valores que, para além de serem valores morais, eram também valores estéticos, ou seja, o racismo foi largamente amparado por signos visuais ao mesmo tempo em que delineou a visualidade que o justificou e colonizou³⁰⁵.

Fica evidente após essas análises que a Sociedade Colonial Alemã procurou construir a imagem de um projeto colonial bem sucedido e bem estruturado a partir desta narrativa visual. Conforme já salientei, no arquivo em que trabalhei são poucas as imagens de

³⁰² KUNDRUS, Birthe. “German Colonialism: some reflections on reassessments, specificities and constellations” In LANGBEHN, Volker & SALAMA, Mohammad (Ed.) *German Colonialism: race, the Holocaust and postwar Germany*. Nova York: Columbia University Press, 2011, p. 38.

³⁰³ MEDRAZZA, Sandro [et.all.] *Estudios postcoloniales: ensayos fundamentales*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008, p.25.

³⁰⁴ MARTÍNEZ, Horacio Luján. “Racismo, racialismo e a exigência da cidadania passiva” In *Revista Sofia*, v, n., Vitória, 2015, p. 43.

³⁰⁵ Cf. DOSSI, F.R., *op.cit.*

violência explícita que expõe a face nua e crua do projeto imperial em solo africano, tal como vemos em um cartão postal produzido pelos alemães que retratava uma imagem de homens encaixotando dezenas de crânios dos hereros logo após a guerra colonial (ver ANEXO 5), ou nas fotografias que mostram os africanos sendo enforcados por descumprirem as leis imperiais (ver ANEXO 6).

Nesse sentido, a história colonial alemã é contada pela visualidade da *Deutsche Kolonialgesellschaft* como um episódio de glória da nação e do povo germânico, bem como apresenta uma narrativa de harmonia entre os colonos alemães e os povos colonizados. No caso específico aqui analisado, todas as contingências que escapam a essa lógica foram silenciadas pela câmera fotográfica. Dessa forma, não se pode afirmar que houve somente uma função de documentar e registrar as atividades coloniais – o que também coube ao registro fotográfico –, mas também e sobretudo, houve uma nítida função de propagandear e exaltar a colonização alemã em África. Dessa forma, no contexto da significação visual elaborado pela DKG, a imagem se torna ela também um instrumento de violência, na medida em que ela nega a existência de mundos diversos e aniquila a possibilidade de um pensamento que não responda à lógica ali apresentada. A imagem se torna, em última análise, uniforme e tirânica.

Referências

Fontes

Figura 1. <http://telegraph.co.uk> – acesso em 15/01/2018.

Figura 2. <http://google.images.com/bananita+dolca> – acesso em 20/01/2018.

Figura 3. <http://google.images.com/bananita+dolca> – acesso em 20/01/2018.

Figura 4. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência_037-0603-19.

Figura 5. Imagem retirada de McCLINTOCK, Anne. “O império do sabonete: racismo mercantil e propaganda imperial” In *Couro Imperial. Raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010, p. 317.

Figura 6. Imagem retirada de CIARLO, David. *Advertising Empire: race and visual culture in Imperial Germany*. Massachusetts: Harvard University Press, 2011, p. 8.

Figura 7. Imagem retirada de CIARLO, David. *Advertising Empire: race and visual culture in Imperial Germany*. Massachusetts: Harvard University Press, 2011, p. 277.

Figura 8. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência_037-0603-19.

Figura 9. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência_071-2999-088.

Figura 10. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência_071-2999-086.

Figura 11. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência_071-2999-085.

Figura 12. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência_071-2999-083.

Figura 13. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência_041-0237-11.

Figura 14. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência_041-0238-28.

Figura 15. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência_071-2999-035.

Figura 16. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência_071-2401-36.

Figura 17. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência_071-2404-08.

Figura 18. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência_037-0603-10.

Figura 19. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência_041-0238-44.

Figura 20. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência_041-0237-41.

Figura 21. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência_041-0240-05.

Figura 22. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência_071-2999-111.

Figura 23. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência_002-0107-11.

Figura 24. Revista *Kolonie und Heimat im Wort und Bild*, outubro, 1909, Berlim.

Figura 25. Revista *Kolonie und Heimat im Wort und Bild*, março, 1910, Berlim.

Figura 26. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência_041-0239-13.

Figura 27. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência_071-2999-048.

Figura 28. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência_071-2401-16.

Figura 29. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 071-2401-19.

Figura 30. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 041-0237-22.

Figura 31. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 071-2401-60.

Figura 32. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 071-2401-57.

Figura 33. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 071-2401-34.

Figura 34. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 037-0600-12.

Figura 35. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 037-0600-07.

Figura 36. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 041-0237-17.

Figura 37. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 041-0237-16.

Figura 38. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 041-0239-02.

Figura 39. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 075-0997-037.

Figura 40. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 075-0997-019.

Figura 41. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 075-0997-002.

Figura 42. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 041-0236-35.

Figura 43. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 037-0602-43.

Figura 44. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 041-0236-22.

Figura 45. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 041-0236-20.

Figura 46. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 037-0602-09.

Figura 47. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 041-0236-47.

Figura 48. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 041-0236-45.

Figura 49. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 041-0236-26.

Figura 50. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 041-0236-25.

Figura 51. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 026-0361-11.

Figura 52. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 026-0403-51.

Figura 53. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 041-0236-16.

Figura 54. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 041-0236-08.

Figura 55. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 074-0999-45.

Figura 56. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 074-0999-31.

Figura 57. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 041-0232-61.

Figura 58. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 071-2403-20.

Figura 59. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 062-0729-16.

Figura 60. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 062-0729-12.

Figura 61. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 062-0729-19.

Figura 62. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 062-0730-23.

- Figura 63. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 062-0730-15.
- Figura 64. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 062-0730-22.
- Figura 65. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 062-0730-10.
- Figura 66. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 062-0730-17.
- Figura 67. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 062-0730-11.
- Figura 68. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 062-0738-14.
- Figura 69. Eugen Fischer, *Deutsche Köpfe, Nordischer Rasse*, 1927 - <https://archive.org/details/Guenther-Hans-und-Fischer-Eugen-Deutsche-Koepfe-nordischer-Rasse/page/n57>.
- Figura 70. *Simplicissimus*, Heft 48, Jg. 8, 1904 - <http://www.simplicissimus.info>.
- Figura 71. *Simplicissimus*, Heft 03, Jg. 9, 1904 - <http://www.simplicissimus.info>.
- Figura 72. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 041-0237-05.
- Figura 73. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 071-2999-072.
- Figura 74. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 071-2999-071.
- Figura 75. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 071-2999-067.
- Figura 76. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 071-2999-015.
- Figura 77. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 071-2999-007.
- Figura 78. Revista *Kolonie und Heimat im Wort und Bild*, fevereiro, 2011, Berlim.
- Figura 79. <https://velesova-sloboda.info/album/fischer-rehobother-bastards.html>.
- Figura 80. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 071-1999-32.
- Figura 81. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 067-1281-36.
- Figura 82. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> – número de referência 067-1281-34.
- Figura 83. Gravura da obra de Thomas Herbert, 1634 – extraído de SMITH, Andrew & PHEIFFER, Roy (Org). *The Khoikhoi at the Cape of Good Hope: seventeenth-century drawings in the South African Library*. Cape Town: South African Library, 1993, p. 12.
- Figura 84. Gravura de V. Iversen, 1669 – extraído de SMITH, Andrew & PHEIFFER, Roy (Org). *The Khoikhoi at the Cape of Good Hope: seventeenth-century drawings in the South African Library*. Cape Town: South African Library, 1993, p. 14.
- Figura 85. Gravura de artista desconhecido, Biblioteca Nacional da África do Sul - extraído de SMITH, Andrew & PHEIFFER, Roy (Org). *The Khoikhoi at the Cape of Good Hope: seventeenth-century drawings in the South African Library*. Cape Town: South African Library, 1993, p. 55.
- Figura 86. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> - número de referência 083-1710-063.
- Figura 87. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> - número de referência 027-0803-030.
- Figura 88. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> - número de referência 071-2999-047.
- Figura 89. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> - número de referência 071-2999-039.

Figura 90. Fotografia extraída de BUYS, G.L. & NAMBALA, S.V.V. *History of the church in Namibia: na introduction*. Windhoek: Gamsberg Macmilan, 2003, p. 33.

Figura 91. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> - número de referência 071-2405-06.

Figura 92. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> - número de referência 068-2178a-21.

Figura 93. Fotografia extraída de BUYS, G.L. & NAMBALA, S.V.V. *History of the church in Namibia: na introduction*. Windhoek: Gamsberg Macmilan, 2003, p. 34.

Figura 94. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> - número de referência 041-0239-06.

Figura 95. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> - número de referência 037-0603-25.

Figura 96. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> - número de referência 067-0929-10.

Figura 97. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> - número de referência 042-0915-15.

Figura 98. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> - número de referência 014-3002-07.

Figura 99. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> - número de referência 067-0929-07.

Figura 100. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> - número de referência 037-0603-34.

Figura 101. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> - número de referência 037-0602-23.

Figura 102. <http://www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de> - número de referência 067-0929-09.

Bibliografia

ABDUSSALAM, Ibrahim Khaleel. “The Role of Rail and Other Transport Systems in the Colonial Consolidation and Exploitation in Central and Eastern Nigeria: 1897 – 1929”. Disponível em <http://academia.edu>.

ACHEBE, Chinua. *A educação de uma criança sob protetorado britânico: ensaios*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

BACHRACH, Susan. “In the name of public health – nazi racial hygiene” In *Perspective*, 2004.

BALANDIER, Georges. “A noção de situação colonial” In *Cadernos de Campo*, n. 3, 1993.

BARBOSA, Muryatan Santana. “A atualidade de Frantz Fanon: acerca da configuração colonialista” In CARVALHO FILHO, S. & NASCIMENTO, W. (orgs). *Intelectuais das Áfricas*. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2018.

BARBOSA, Muryatan. “Eurocentrismo, História e História da África” In *Revista Sankofa*, n.1, 2008.

BARBOSA, Túlio. “Estética romântica germânica e a paisagem em Humboldt: percurso da Geografia”. Tese de Doutorado em Geografia, UNESP, Presidente Prudente, 2011.

BARTHES, Roland. *A câmara clara: notas sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

BEGHETTO, Lorena. *Aventura e alteridade: o domínio de outros territórios na literatura de aventura de Emilio Salgari (1862-1911)*. Tese de Doutorado em História, UFPR, Curitiba, 2014.

BENTOUHAMI-MOLINO, Hourya. *Raza, cultura, identidades*. Un enfoque feminista y poscolonial. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2016.

BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

BORGES, Maria Eliza Linhares. *História e Fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

BOURDIEU, Pierre. “Distribución y uso social de la fotografía” In INDIJ, Guido & SILVA, Ana. *Clic! Fotografia y sociedad*. Buenos Aires: la marca editora, 2017.

BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion. “Conter os casamentos mistos: Eugen Fischer num povoado livre do racismo” In *XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais*, Universidade Federal da Bahia, 2011.

BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion. “Em África soam seus pequenos feitos: a indiferença como sintoma social na era dos impérios” In NAXARA, M. & MARSON, I. & BREPOHL, M. *Indiferenças: percepções políticas e percursos de um sentimento*. São Paulo: Intermeios, 2015.

BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion. “Entre navio e terra firme: missões e resistências ao domínio colonial; Namíbia, 1811-1906” In RIBEIRO, Alexandre (Org.) *África: histórias conectadas*. Niterói: PGHIS UFF, 2014.

BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion. “Homens e mulheres falando em genocídio: a experiência imperialista alemã (1884-1945) In *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 52, 2010.

BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion. “Os pangermanistas na África: inclusão e exclusão dos nativos nos planos expansionistas do Império, 1896-1914” In *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n. 66, 2013.

BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion. “Presença protestante na África: ressonâncias da segunda Reforma” In *Estudos de Religião*, v. 30, n. 2, 2016.

BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion. *Imaginação Literária e Política: os alemães e o imperialismo (1880 – 1945)*. Uberlândia: EDUFU, 2010.

BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion. *Pangermanismo e Nazismo: trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas/ São Paulo: Ed. Da UNICAMP/FAPESP, 1998.

BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2013.

BRUNETEAU, Bernard. *El siglo de los genocidios*. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

BUYS, G. L. & NAMBALA, S. V. V. *History of church in Namibia: na introduction*. Windhoek: Gamsberg Macmilan, 2003.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre el colonialismo*. Madrid: Ediciones Akal, 2006.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincialing Europe: post-colonial thought and historical difference*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

- CIARLO, David. "Picturing Genocide in German consumer culture – 1904-10" In ZIMMERER, Jürgen & PERRAUDIN, Michael (Ed). *German Colonialism and national identity*. Nova York/Londres: Routledge, 2011.
- CIARLO, David. *Advertising Empire: race and visual culture in Imperial Germany*. Massachusetts: Harvard University Press, 2011.
- COMAS, Juan. "Os mitos raciais" In *Raça e Ciência*. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- COOPER, Frederik. *Colonialism in question: theory, knowledge, history*. Berkley: University of California Press, 2005.
- CORREA, Sílvia. "A escravidão na África Oriental Alemã" In *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 46. n. 2, 2015
- CORREA, Sílvia. "A partilha do gorila entre ciência e literatura de alhures e saberes locais" In *História: Questões e Debates*, Curitiba, v.62, n.1, 2015.
- CORREA, Sílvia. "Colonialismo, germanismo e sociedades de ginástica no Sudoeste Africano" In *Recorde: Revista de História do Esporte*, v. 5, n. 2, 2012.
- CORREA, Sílvia. "Eviscção da fauna bravia: medida radical de saneamento na África colonial" In *Revista de Ciências Humanas*, Viçosa, v. 14, n. 2, jul-dez. 2014.
- CORREA, Sílvia. "Fronteiras da educação na África sob domínio colonial alemão" In *História da Educação*, v. 16, n. 37, 2012.
- CORREA, Sílvia. "L'africanisation de l'Europe par la presse illustrée de l'Allemagne" In DE GEMEAUX, Christine; REPUSSARD Catherine (sous la dir.) *Civiliser" le monde; "Ensauvager" l'Europe? Circulation des savoirs, transferts et Mimicry dans l'espace germanophone et sa sphère coloniale*, Editions le Manuscrit, Paris, 2016.
- CORREA, Sílvia. "Ou temos uma colônia ou um jardim zoológico: sociedade e ambiente na África Alemã" In *I Encontro Internacional de Estudos Africanos*, UFF, Rio de Janeiro, 2011.
- CUNHA, Fabiana Lopes & CARVALHO, Leonardo. "Relatos de um explorador inglês: uma perspectiva da viagem de Francis Galton pelo sudoeste da África (1850-1852)" In *SAECULUM – Revista de História*, 33, João Pessoa, 2015.
- DA SILVA, Jefferson Olivatto. "A formação da consciência católica e os catequistas africanos" In *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais – RBHCS*, v. 11, n. 21, 2019.

DA SILVA, Jefferson Olivatto. “As resistências africanas diante das medidas preventivas coloniais contra a doença do sono na Zâmbia (1890-1920)” In *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 62, n. 1, jan./jun. 2015.

DA SILVA, Jefferson Olivatto. “Escritos missionários na África sob as críticas dos estudos pós-coloniais” In *Revista da ABPN*, v. 8, n. 20, 2016.

DOSSIN, Francielly Rocha. “Sobre o regime de visualidade racializado e a violência da imageria racista: notas para os estudos da imagem” In *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 25, n. 48, 2018.

DUBOIS, Philippe & VAN CAUWENBERGE, Geneviève. “De la verosimilitud al índice: pequeña retrospectiva histórica sobre la cuestión del realismo en la fotografía” In DUBOIS, Philippe. *El acto fotográfico y otros ensayos*. Buenos Aires: la marca Editora, 2015.

DUSSEL, Enrique. “Meditações anti-cartesianas: sobre a origem do anti-discurso filosófico da modernidade” – Parte I, In *Revista Filofazer*, Passo Fundo, n. 46, 2015.

DUSSEL, Enrique. “Meditações anti-cartesianas: sobre a origem do anti-discurso filosófico da modernidade” – Parte II, In *Revista Filofazer*, Passo Fundo, n. 47, 2015.

DUSSEL, Enrique. *1492 - El encubrimiento del outro: hacia el origen del mito de la modernidad*. Ediciones Antropos, 1992.

ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FANON, Frantz. *Em defesa da Revolução Africana*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1980.

FANON, Frantz. *Los condenados de la tierra*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2013.

FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.]

FOUCAULT, Michel. “O sujeito e o poder” In DREYFUS, H.R. & RABINOW, P. (Orgs). *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FUHRMANN, Wolfgang. “Locating early film audiences: voluntary associations and colonial film” In *Historical Journal of Film, Radio and Television*, v. 22, n. 3, 2002.

FUHRMANN, Wolfgang. “Trans-inter-national public spheres”. Disponível em <http://academia.edu>.

- GOMBRICH, Ernst. *Arte e Ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.
- GORDON, Robert. “The rise of the bushman penis: germans, genitália and genocide” In *African Studies*, julho 1998.
- HALL, Stuart. “O Ocidente e o resto: discurso e poder” In *Projeto História*, São Paulo, n. 56, 2016.
- HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.
- HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. *Império*. Record: Rio de Janeiro, 2004.
- HAYES, Patricia & SILVESTER, Jeremy & HARTMANN, Wolfram. “Picturing the Past in Namibia: the visual archive and its energies” In HAMILTON, C.; HARRIS, V.; TAYLOR, J.; PICKOVER, M.; REID, G.; SALEH, R. (Ed). *Refiguring the Archive*. Springer Netherlands, 2002.
- HAYES, Patricia; SILVESTER, Jeremy; HARTMANN, Wolfram. *The colonising camera: photographs in the making of Namibian history*. Cape Town: University of Cape Town Press, 2001.
- JOEDEN-FORGEY, Elisa von. “Race power, freedom and the democracy of terror in German racialist thought” In KING, R. & STONE, D. (Orgs.) *Hannah Arendt and the uses of History – Imperialism, Nation and Genocide*. Nova Iorque: Berghahn Books, 2007.
- KOESSLER, Reinhart. “Genocide, apology and reparation: the linkage between images of the past in Namibia and Germany” In *AEGIS European Conference on African Studies*, Panel 82, 2007.
- KRACHENSKI, Naiara & STADLER, T. D. “História, colonialismo, epistemologia: Aimé Césaire, Frantz Fanon e o pensamento decolonial” In *Revista Estudos Libertários*, v. 1, UFRJ, Rio de Janeiro, 2019.
- KRACHENSKI, Naiara. “Armado com sua fé e sua medicina: visões da África e do africano a partir do diário de Albert Schweitzer” In *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 25, n. 40, 2018.
- KRACHENSKI, Naiara. *As colônias alemãs perdidas na África*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

KRACHENSKI, Naiara. *Em busca das colônias perdidas: a visualidade da propaganda do movimento neocolonial alemão (1925-1943)*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

KUNDRUS, Birthe. "German Colonialism: some reflections on reassessments, specificities and constellations" In LANGBEHN, V. & SALAMA, M. (Ed). *German colonialism: race, the Holocaust and postwar Germany*. Nova York: Columbia University Press, 2011.

LANGBEHN, Volker. "Picturing Race: Visuality and German Colonialism" In LANGBEHN, Volker (Ed.) *German Colonialism, Visual Culture and Modern Memory*. Nova York: Routledge, 2010.

LANGBEHN, Volker. "The visual representation of blackness during German imperialism around 1900" In PERRAUDIN, M. & ZIMMERER, J. (Ed). *German colonialism and national Identity*. Nova York/ Londres: Routledge, 2011.

LEHMANN, J. "Fraternity, Frenzy and Genocide in German war literature, 1906-36" In PERRAUDIN, M.; ZIMMERER, J. (Ed.). *German Colonialism and National Identity*. Nova York/Londres: Routledge, 2011.

LEVI-STRAUSS, Claude. "Raça e História" In *Raça e Ciência*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

LISBOA, Karen. "Imperialismo, missão e exotismo: narrativas de viajantes de língua alemã no Brasil nas primeiras décadas do século XX" In *História: Questões e Debates*, n. 58, Curitiba, 2013.

MADLEY, Benjamin. "From Africa to Auschwitz: how German South West Africa incubated ideas and methods adopted and developed by the nazis in eastern Europe" In *European History Quarterly*, v. 35. n. 3, 2005.

MAGNOLI, Demétrio. *Uma gota de sangue: história do pensamento racial*. São Paulo: Contexto, 2009.

MAMDANI, Mahmood. *Ciudadano y súbdito: África contemporánea y el legado del colonialismo tardío*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1998.

MARQUES, Sandra & CAMPOS, Ricardo. "Políticas de visualidade, práticas visuais e a construção de espaços de imaginação" In *Cadernos de Arte e Antropologia*, v. 5, n. 2, 2017.

MARTÍNEZ, Horacio Luján. "Racismo, racialismo e a exigência da cidadania passiva" In *Revista Sofia*, v. 4, n. 1, Vitória, 2015.

MARTINS, Carlos Eduardo. “A superexploração do trabalho e a economia da dependência” In SADER, Emir & DOS SANTOS, Theotônio (Orgs.) *A América Latina e os desafios da globalização: ensaios em homenagem a Ruy Mauro Marini*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2009.

MATOS, Patrícia Ferraz de. “A fotografia na obra de Mendes Correia (1888-1960): modos de representar, diferenciar e classificar da antropologia colonial”. Disponível em <http://academia.edu>.

MAUAD, Ana Maria. “Através da imagem: fotografia e história – interfaces” In *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1996.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

McCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial. Raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2010.

MEDRAZZA, Sandro [et.all.] *Estudios postcoloniales: ensayos fundamentales*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.

MEREDITH, Martin. *O destino da África: cinco mil anos de riquezas, ganância e desafios*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

MIRZOEFF, Nicholas. *An introduction to visual culture*. Londres: Routledge, 1999.

MUDIMBE, Valentin-Yves. *The invention of Africa*. Indianapolis: Indiana University Press, 1988.

OGUIBE, Olu. “Photography and the substance of the image”. In MIRZOEFF, Nicholas (Ed). *The Visual Culture Reader*. Nova York: Routledge, 1998.

OLIVA, Anderson Ribeiro. “Os africanos entre representações: viagens reveladoras, olhares imprecisos e a invenção da África no imaginário Ocidental” In *Em Tempo de Histórias*, n. 9, Brasília, 2005.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. “A (longa) história da desigualdade na África do Sul” In *Mal-estar na Cultura*, UFRGS, 2010.

PESEK, Michael. *Jihad made in Germany. German propaganda in East Africa during the First World War, 1914-1918*, acessado em 7 de abril de 2017 em <http://academia.edu>.

PORTUGAL, Daniel B. “O realismo entre as tecnologias da imagem e os regimes de visualidade: fotografia, cinema e a ‘virada imagética’ do século XIX” In *Revista Discursos Fotográficos*, Londrina, v. 7, n. 11, 2011.

PRATT, Mary Louise. *Imperial Eyes: travel writing and transculturation*. London: Routledge, 1992.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder e classificação social” In SOUSA SANTOS, Boaventura & MENESES, Maria Paula (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. “O que significa estética” In <http://cargocollective.com-ymago-Ranciere-Txt-2> – acesso em 12.07.2017.

RANGER, Terence. “Iniciativas e resistências africanas em face da partilha e da conquista” In *História Geral da África*, v. VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

ROSS, Corey. *Media and the making of modern Germany*. Nova York, Oxford University Press, 2008.

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

SANDBERG, Mark. “Efigie e narrativa: examinando o museu de folclore do século XIX” In CHARNEY, Leo & SCHWARTZ, Vanessa (Orgs.) *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes” In SOUSA SANTOS, B. & MENESES, M. P. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHAMA, Simon. *Paesaggio e memoria*. Mondadori: Milano, 1997.

SCHINKE, Karl Wilhelm. *Diário da África: o diário de um médico alemão na guerra dos hotentotes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

SCHVEITZER, Ana Carolina. *Imagens do Império: mulheres africanas pelas lentes coloniais alemãs (1884-1914)*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SÉRVIO, Pablo Petit Passos. “O que estudam os estudos de cultura visual” In *Revista Digital do LAV*, Santa Maria, v. 7, n. 2, 2014.

SHEPHERD, Nick. “Showing, telling, looking: intimate encounters in the making of South African Archeology” In VOSS, B. & CASELLA, E. (Orgs.) *The Archeology of Colonialism: intimate encounters and sexual effects*. New York: Cambridge University Press, 2012.

SHEPHERD, Nick. *The mirror in the ground: archeology, photography and the making of a disciplinary archive*. Cape Town: Jonathan Ball Publishers, 2015.

SILVA, Ana Cristina Fonseca Nogueira da. “Fotografando o mundo colonial africano - Moçambique, 1929” In *Varia História*, Belo Horizonte, v. 25, n. 41, 2009.

SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida mental” In VELHO, Otávio Guilherme (Org). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SINGER, Ben. “Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular” In CHARNEY, Leo & SCHWARTZ, Vanessa (Orgs). *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

SMITH, Andrew & PHEIFFER, Roy (Orgs). *The Khoikhoi at the Cape of Good Hope: seventeenth-century drawings in the South African Library*. Cape Town: South African Library, 1993.

SMITH, Woodruff. *The German Colonial Empire*. University of North Carolina Press, 1978.

SMITH, Woodruff. *The ideological origins of Nazi imperialism*. New York: Oxford University Press, 1986.

SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

STEINMETZ, George & HELL, Julia. “The visual archive of colonialismo: Germany and Namibia” In *Public Culture*, 18:1, 2006.

STEINMETZ, George. *The devil’s handwriting: precoloniality and the German Colonial State in Qingdao, Samoa and Southwest Africa*. Chicago: Chicago University Press, 2007.

STOECKER, Helmuth (Ed). *German imperialism in Africa: from the beginnings until the Second World War*. Hurst: Londres, 1986.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

VAUGHAN, Megan. *Curing their ills: colonial power and African illness*. Stanford: Stanford University Press, 1991.

VITTE, Antônio Carlos. “A *Lebensraum*: políticas territoriais e de conservação da paisagem no II e no III Reich” In *Anais do III Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território*, UFF, Niterói, 2018.

WALLACE, Marion. *A History of Namibia: from the beginnings to 1990*. Nova York: Columbia University Press, 2011.

WEHLER, Hans-Ulrich. “Bismarck’s imperialism, 1862-1890” In *Past and Present*, n. 48, 1970.

WEIKART, Richard. “The role of darwinism in nazi racial thought” In *German Studies Review*, vol. 36, n. 3, 2013.

WEIS-WENDT, Anton & YEOMANS, Rory. “The Holocaust and historiographical debates on racial science” In WEIS-WENDT, A. & YEOMANS, R. (Orgs.) *Racial Science in Hitler’s New Europe, 1938-1945*. University of Nebraska Press, 2013.

WENZEL, Jennifer. “Decolonization” In SZEMAN, I; BLACKER, S; SULLY, J. *A companion to critical and cultural theory*. Disponível em <http://academia.edu>.

YOUNG, Robert. *Colonial Desire: hybridity in theory, culture and race*. Londres: Routledge, 1995.

ZIMMERER, Jürgen. “Annihilation in Africa: the race war in German Southwest Africa (1904-1908) and its significance for a global history of genocide” In *GHI Bulletin*, n.37, 2005.

ANEXO 1.

Colônias Alemãs em África

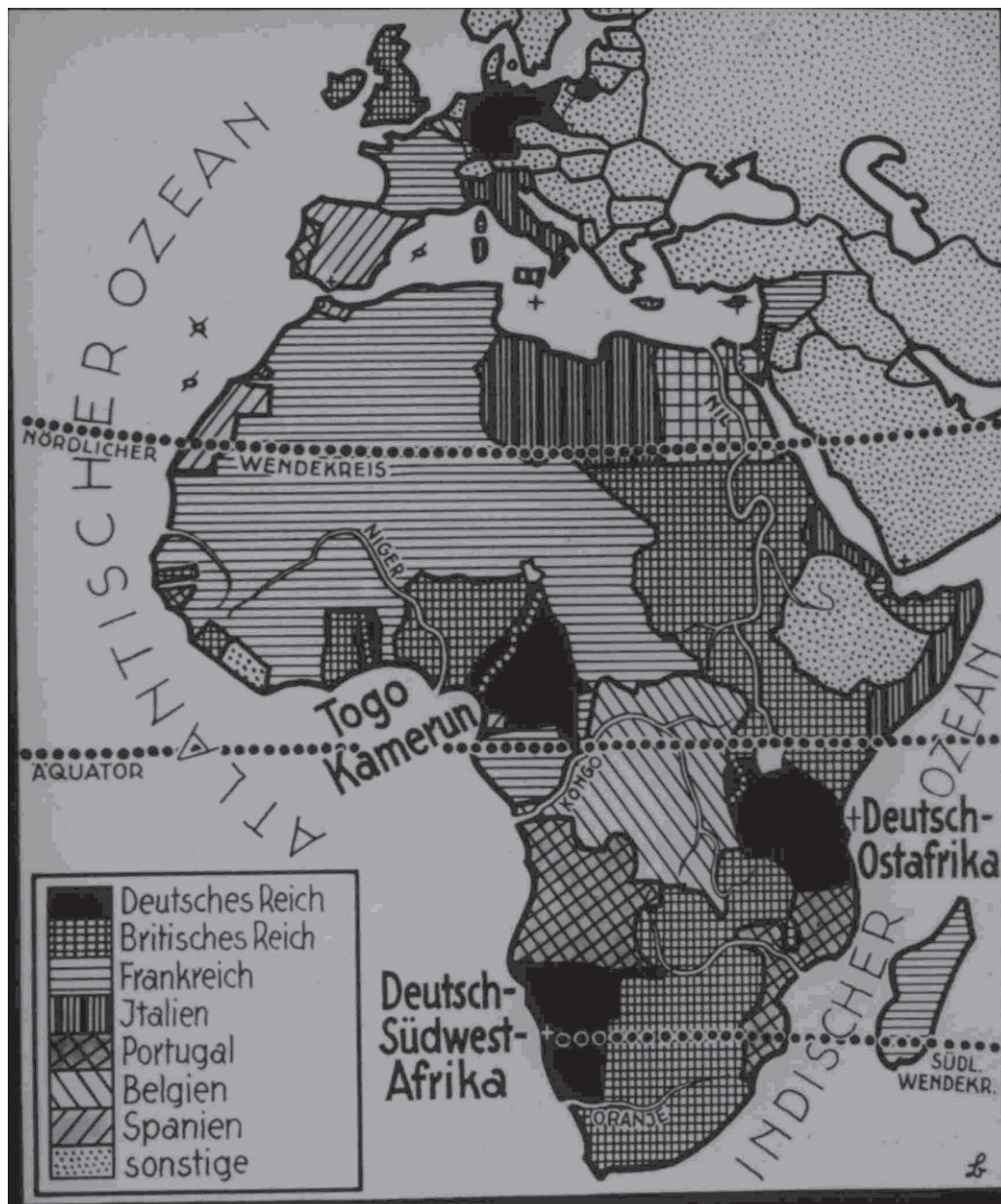


Imagem do arquivo <http://ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de>.

ANEXO 2.

África de Sudoeste Alemã



Imagem do arquivo <http://ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de>

ANEXO 3.

África Oriental Alemã



Imagem do arquivo <http://ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de>.

ANEXO 4.

Colônias alemãs no mundo

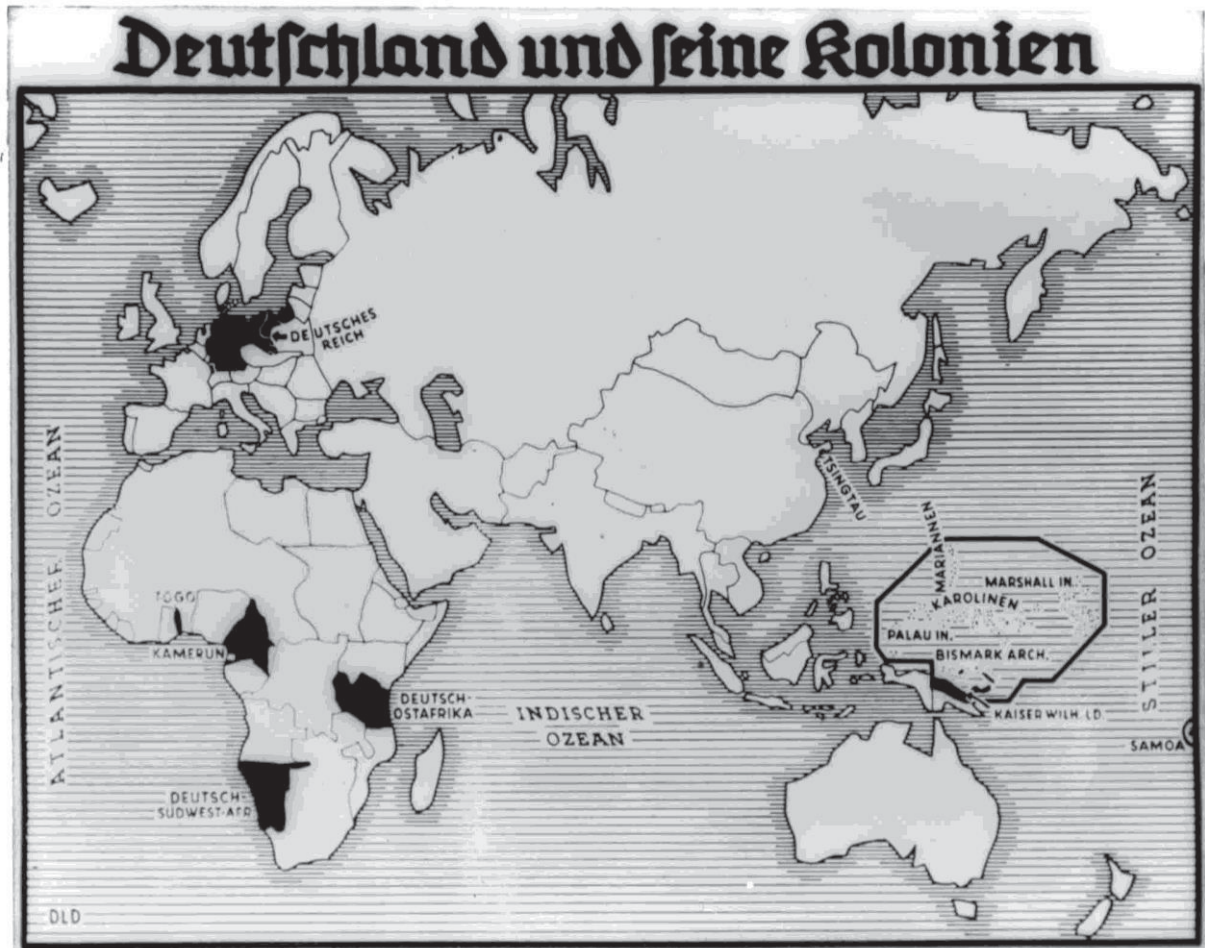


Imagem do arquivo <http://ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de>

ANEXO 5.

Cartão postal onde lê-se: “Um caixão com crânios de hereros foi recentemente lacrado e enviado ao instituto patológico de Berlim, onde devem ser utilizados para mensurações científicas. As mulheres hereros removeram a carne, a pele e o cabelo destes crânios utilizando cacos de vidro. Os crânios são de hereros mortos em ação ou presos”.



Eine Kiste mit Hereroschädeln wurde kürzlich von den Truppen in Deutsch-Süd-W. Afrika verpackt und an das Pathologische Institut zu Berlin gesandt, wo sie zu wissenschaftlichen Messungen verwandt werden sollen. Die Schädel, die von Hererosfrauen mittels Glasscherben vom Fleisch befreit und versandfähig gemacht wurden, stammen von gehängten oder gefallenen Hereros.

Imagem e tradução extraídos de: BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion. “Homens e mulheres falando em genocídio: a experiência imperialista alemã (1884-1945)” In *História: Questões & Debates*, Curitiba, n.52, 2010.

ANEXO 6.

Hereros enforcados durante a Guerra Colonial no Sudoeste Africano



Imagem extraída de ISAAC, Paul John. *The influences of missionary work in Namibia*. Windhoek: Macmillan, 2007, p.72.